



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**BIANCA NASCIMENTO DE FREITAS**

**DO MANÉ XIQUEXIQUE AO JOÃO PERGUNTA: EDUCAÇÃO NO CEARÁ  
NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930**

**FORTALEZA**

**2016**

BIANCA NASCIMENTO DE FREITAS

DO MANÉ XIQUEXIQUE AO JOÃO PERGUNTA: EDUCAÇÃO NO CEARÁ NAS  
DÉCADAS DE 1920 E 1930

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

F936m Freitas, Bianca Nascimento de.  
DO MANÉ XIQUEXIQUE AO JOÃO PERGUNTA : EDUCAÇÃO NO CEARÁ NAS DÉCADAS DE 1920  
E 1930 / Bianca Nascimento de Freitas. – 2016.  
205 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-  
Graduação em História, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva.

1. História da Educação. 2. Ceará. 3. livro João Pergunta. I. Título.

CDD 900

BIANCA NASCIMENTO DE FREITAS

DO MANÉ XIQUEXIQUE AO JOÃO PERGUNTA: EDUCAÇÃO NO CEARÁ NAS  
DÉCADAS DE 1920 E 1930

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Fátima Maria Leitão Araújo (Examinadora Externa)  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kênia Sousa Rios (Examinadora Interna)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Raquel da Silva Alves (Suplente)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Durante esse tempo correram os prazos e a vida, que acabou levando meu avô José Alfredo, pessoa muito querida e com quem aprendi muito. À você, vô, dedico esse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo ao Papai do Céu, por me conceder a paciência e a perseverança necessárias até o fim desse trabalho.

Aos meus pais, Arlete e Dáviney, pelo apoio e por me ensinarem o valor do esforço, do estudo e da honestidade. Não sei o que seria de mim sem vocês.

Aos meus irmãos, Jardel, Giordana e Dáviney, pelo companheirismo de todas as horas, pelas alegrias, dúvidas e medos partilhados. Aprendi e aprendo muito com vocês todos os dias. Obrigada por me fazerem compreender o verdadeiro sentido do que é ser irmão. Agradecimento igual aos meus cunhados Juninho e Sara.

Aos meus avós José Alfredo e Maria Baldomera. Meu avô aos 80 anos de idade e já com a saúde debilitada, conversando comigo sobre meu tema de pesquisa, perguntou se eu conhecia o livro *Saudades* de Thales de Andrade, do qual ele lembrava com muito carinho. Respondi que sim e ele declamou de cabeça um trecho do poema *Coração* de Guilherme de Almeida, que eu nunca vou esquecer. Minha avó, por sua vez, me mostrou que nunca é tarde para amar e que até as situações mais difíceis podem nos tornar uma pessoa melhor.

Aos meus amigos irmãos do JASP, grupo que me acompanha e me atura há mais de uma década. Grande parte do que eu sou vem de vocês. Agradeço especialmente aos meus irmãos de alma Regiane, Renato, Antônio, Anderson e Larissa por acompanharem de perto minha vida pessoal e acadêmica.

À Irmã Graça Regina e ao Padre Manoel Martins, pelo exemplo e incentivo aos estudos.

Ao meu amigo do peito e ouvinte sempre atencioso, Erichsen, por sonhar comigo esse sonho e por me ajudar a torna-lo realidade. Esse trabalho também é seu!

Aos meus amigos da Graduação e da vida, Carolzinha, Hanna, Diego e Emerson por tornar mais leves os quatro anos de curso e por acreditarem sempre em mim. Muito obrigada!

Aos amigos Daniel, Karla, Rafael, Thiago e Vagner, sem dúvida as melhores descobertas do Mestrado. Agradeço especialmente à Ana Carla pela escuta diária, companheirismo e amizade. Deus é um cara muito legal por ter colocado vocês em meu caminho.

Aos amigos do Grupo de Estudo em História e Documento pelas tardes de aprendizado, bolo e muitas risadas.

À Manu pela companhia nas idas aos arquivos e na saga difícil, porém encantadora, que é pesquisar educação no Ceará.

Aos amigos Maiara e Rafael por sempre me colocar pra cima e por me fazerem acreditar que pra tudo tem um jeito. Levo cada um no meu coração.

À Germana pela amizade, ensinamentos e apoio nas loucuras diárias desse mundo que é a escola e a sala de aula.

Aos professores Kênia Rios e Régis Lopes que aceitaram participar do exame de qualificação dessa dissertação. Suas palavras, além de grande inspiração, foram contribuições significativas para a conclusão desse trabalho.

À professora e amiga Raquel Alves por despertar em mim o interesse pela pesquisa histórica em educação ainda na graduação, pelos conselhos, troca de fontes e de experiências.

Ao meu orientador, grande professor e amigo Jailson Pereira da Silva: o “The Best”. O desejo de cursar um mestrado se fortaleceu em 2012 com suas aulas de Moderna II. Seu amor pelo ensino e vontade notória de aprender é coisa que não se vê todos os dias. Muitíssimo obrigada pela paciência e por tudo!

Aos professores da escola José de Alencar, em especial a Rejane Menezes, professora de Geografia e George Menezes e Gelma Araújo, de História, por me ensinarem a ver o mundo de forma crítica. Vocês continuam fazendo a diferença na minha vida.

À Madalena, bibliotecária da Biblioteca Pública Menezes Pimentel e da Academia Cearense de letras, que mesmo em tempos de reforma das duas instituições, tirou um tempinho para digitalizar fontes de grande valia para essa pesquisa.

Por fim, agradeço a Capes o apoio financeiro para realização desse trabalho.

Como vae ás pressas! Parece que tem saudades do mar e quer chegar lá ainda hoje. A água é ingrata! Nós gostamos tanto della e ella vive fugindo de nós... Espera ahi, aguazinha, não te vás embora. A terra ficaria sêcca, o milho não botaria espiga, as melancieiras não vingariam... Não ouves teimosa? Pensas, então, que eu não sei um meio de esbarrar? Meninos! Vamos todos fazer depressa um açude para prender esta agua! Ao açude! Ao açude!

Newton Craveiro

## RESUMO

Este trabalho visa compreender como a educação foi pensada e articulada no Ceará nas décadas de 1920 e 1930 por intelectuais que acreditavam existir, em virtude das condições mesológicas do Ceará, uma peculiaridade no modo de viver dos cearenses em relação ao restante do Brasil. Desse modo, o clima seria um elemento de forte impacto na formação da cultura e no comportamento dos sujeitos do semiárido nordestino de um modo geral. Baseado nessa teoria, durante a Reforma do Ensino Cearense, iniciada em 1922, a tese de que a escola deveria ser adaptada à realidade das crianças passou a ser defendida. É nessa trama, que surge em 1923 o livro de leitura *João Pergunta ou O Brasil Seco*, uma referência ao Nordeste brasileiro. A obra de autoria de Newton Craveiro, condensava em suas lições as principais diretrizes da reforma do ensino liderada por Lourenço Filho e reforçava o ideal de uma escola adaptada à realidade: “Ensina-se a criança aquilo que teria de fazer o adulto. Que faz a criança nordestina quando se torna homem? Luta contra a seca” (CRAVEIRO, 1923, p. II). Desejava-se assim, escolarizar os sujeitos do semiárido nordestino para que pudessem acertar as contas com as intempéries naturais, criando homens e mulheres saudáveis e bem preparados para esta missão. Nesse sentido, é lembrada a figura do Mané Xiquexique, o caboclo criado por Ildefonso Albano, que inspirou Newton Craveiro na criação do João Pergunta. Mané Xiquexique era o homem rude do Nordeste, que aprendera a cultivar a terra e cuidar do gado na experiência cotidiana, ao passo que *João Pergunta* era a criança que aprendera na escola os processos agrícolas e pastoris básicos; era, portanto, a criança que os idealistas da Escola Nova no Ceará desejavam formar. Esse trabalho é um esforço para compreender como se construiu esse ideal de educação e com quais aspectos simbólicos, imagéticos, políticos e culturais ele dialoga. Para o desenvolvimento dessa problemática, compuseram o corpus documental dessa pesquisa especialmente a obra *João Pergunta ou O Brasil Seco* de Newton Craveiro e outros livros escolares e literários do período recortado, a revista Educação Nova, bem como jornais, relatórios de presidentes de estado, leis, decretos e regulamentos.

**Palavras-Chave:** História da Educação, Ceará, livro João Pergunta.

## ABSTRACT

This work intends to understand how education was planned and executed in Ceará during the 1920s and 1930s by intellectuals who believed that, due the mesological conditions of Ceará, there was a singular way of life of cearense in relation of Brazil. Thus, the climate would be a strong element impact on the formation of culture and behavior of the people living in northeastern drought region in general. Based on this theory, during the Reformation the Cearense Education, initiated in 1922, started to be defended the idea that the education should be adapted to the reality of children. It was in this context that appear in 1923 the book “João Pergunta ou o Brazil Seco”, a reference to the Brazilian northeast. This book written by Newton Craveiro, condensed in their lessons the main guidelines of education reform led by Lourenço Filho and reinforced the ideal of a school adapted to reality: “We have to teach child what they have to do when become adult. What does the northeastern child when it becomes man? Fight against drought ”(CRAVEIRO, 1923, p. II). They wished therefore educate the northeastern subject in this direction so that they could settle accounts with the natural weathering, creating healthy and well prepared people for this hard mission. In this context, it recalled the figure of Mané Xiquexique, the mestizo created by Ildefonso Albano, which inspired Newton Craveiro in the creation of João Pergunta. Mané Xiquexique was the rude man from the Northeast, who learned to cultivate the land and take care of the cattle in everyday experience. On the other hand, João Pergunta was the child he had learned in school agricultural and pastoris basic processes . João Pergunta was therefore the model of child that the idealists of the New School in Ceará yearned to form. This work is an effort to understand how was built this ideal of education and which with symbolic, imagistic, political and cultural aspects it dialogues. For the development of this problematic, they composed the documentary corpus of this research especially the work João Pergunta ou o Brazil Seco of Newton Craveiro and other school books and literary of the period cut, the magazine Education New, as well as newspapers, reports of presidents of state, laws , Decrees and regulations.

**Key-words:** History of Education, Ceará, the book of João Pergunta.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>“O QUE SE DEVE ENSINAR EM NOSSA ESCOLA PRIMÁRIA”: A INFÂNCIA NORDESTINA ENTRE A EDUCAÇÃO E A INSTRUÇÃO NA DÉCADA DE 1920.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1</b>	<b>Educar para civilizar: o sertão e o sertanejo na visão dos intelectuais no início do século xx.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1.1</b>	<b>O Sertanejo e a “luta pela vida”: as fundamentações de Newton Craveiro.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1.2</b>	<b>“O problema brasileiro de cultura não é apenas de alfabetização”: o sertanejo na escrita de Lourenço Filho.....</b>	<b>38</b>
<b>2.1.3</b>	<b>“Dê-lhe educação, desaparecerá a rudeza”: o mané Xiquexique de Ildefonso Albano.....</b>	<b>46</b>
<b>2.2</b>	<b>“Não se modificam apenas dispositivos regulamentares: reformam-se ideias”: a escola primária cearense na década de 1920.....</b>	<b>56</b>
<b>2.2.1</b>	<b><i>A educação como pauta política: o que diziam os relatórios presidenciais sobre a escola cearense na década de 1920? .....</i></b>	<b>56</b>
<b>2.2.2</b>	<b><i>1922: uma época de reformas.....</i></b>	<b>61</b>
<b>2.2.3</b>	<b><i>Entre leis e regulamentos.....</i></b>	<b>63</b>
<b>2.3</b>	<b>Instruir ou educar?: a escola primária cearense e a formação para o trabalho.....</b>	<b>75</b>
<b>2.3.1</b>	<b><i>A educação popular e o problema da gratuidade.....</i></b>	<b>77</b>
<b>3</b>	<b>UM LIVRO DE LEITURA PARA AS CRIANÇAS DO NORDESTE: JOÃO PERGUNTA DE NEWTON CRAVEIRO.....</b>	
<b>3.1</b>	<b>O sentido da obra ou o “espírito deste livro”.....</b>	<b>85</b>
<b>3.2</b>	<b>A cultura ensinada: sobre o que perguntava o João Pergunta.....</b>	<b>102</b>

3.2.1	<i>O trabalho como lição escolar: a lavoura e a açudagem em João Pergunta.....</i>	103
3.2.2	<i>Plantazinhas e crianças: a natureza como metáfora para a infância.....</i>	116
3.2.3	<i>O Nordeste através da cultura: sobre farinhadas, tapiocas e beijús .....</i>	120
3.2.4	<i>“Com todas essas qualidades, de que não será capaz o brasileiro?” o Nordeste através de sua gente.....</i>	123
3.3	<b>Um novo Brasil seco.....</b>	126
3.3.1	<i>Do sertão ao litoral: uma viagem.....</i>	134
3.3.2	<i>Como Zé Cansado virou Zé Pronto: o discurso higienista em João Pergunta.....</i>	139
4	<b>“UM ÓRGÃO DE PUBLICIDADE, ESPECIALIZADO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS”: A REVISTA EDUCAÇÃO NOVA E A LUTA PELA RENOVAÇÃO DO ENSINO NO CEARÁ DOS ANOS 1930.....</b>	149
4.1	<b>Novos rumos para a educação brasileira: o que há de novo na Educação Nova?.....</b>	149
4.1.1	<i>As ideias em circulação: as revistas de ensino e educação nas primeiras décadas do século XX no Brasil.....</i>	151
4.2	<b>Os novos ventos da educação impressos no Ceará: a revista Educação Nova.....</b>	154
4.2.1	<i>A questão da coeducação.....</i>	161
4.2.2	<i>Educação Nova: instrumento de apoio da pedagogia moderna .....</i>	167
4.2.3	<i>O papel social da escola na Educação Nova .....</i>	170
4.2.4	<i>Progresso educacional: papel do professor ou do Estado? .....</i>	172
4.3	<b>“É necessário ligar o livro à vida”: a importância da escola rural nas páginas da Educação Nova .....</b>	175
4.3.1	<i>O ensino rural em plano: os planos de aula das professoras normalistas na</i>	

<i>Revista Educação Nova</i> .....	179
<b>4.3.2</b> <i>Novas ideias, velhos problemas</i> .....	188
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	192
<b>FONTES</b> .....	198
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	202

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2009, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab), organização que qualifica o ensino e do sistema educacional público do Semiárido, em parceria com a Unicef, publicou sob modelo experimental o livro *Conhecendo o Semiárido*, idealizado para as crianças dos 3º e 4º anos do ensino fundamental dos onze estados que integram o Semiárido brasileiro<sup>1</sup>. O livro foi adotado primeiramente em forma de teste em duas escolas de cada Estado, sendo seu objetivo introduzir um material didático contextualizado para as escolas, a fim de suscitar uma aproximação dos conteúdos ministrados em sala de aula com a realidade dos meninos e meninas.

Trazendo informações sobre a diversidade presente na cultura, na história e nas vivências do sertanejo, *Conhecendo o Semiárido* apresenta soluções alternativas para a permanência do sertanejo em seu lugar de origem, promovendo uma proposta de convivência com a realidade socioambiental da região. O livro pertence a uma longa tradição de discussão sobre a relação viver/conviver com o sertão no Brasil, abordando o debate sobre o problema da contextualização não apenas em relação aos livros, mas na educação de um modo geral. A crítica apresentada na proposta de *Conhecendo o Semiárido* foi a de que as produções didáticas continuariam abordando temáticas desvinculadas do cotidiano das crianças brasileiras, ou as retratando de forma inapropriada.

Essa discussão, porém, não é novidade entre pedagogos, professores e pesquisadores que se dedicam a educação e ao estudo do semiárido brasileiro. Desde o final do século XIX e início do século XX, com o fortalecimento das campanhas pela educação de modo mais sistematizado, a problemática da educação contextualizada vem sendo discutida. Esse debate abrangia uma discussão mais ampla que se intensificou,

---

<sup>1</sup> Definido por meio da Portaria Nº 89, de 16 de março de 2005, do Ministério da Integração Nacional, com base no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para redelimitação do Semiárido Nordeste e do Polígono das Secas, o Semiárido abrange 1.133 municípios brasileiros, compreendendo uma área de 982.563,3 km<sup>2</sup>, da qual aproximadamente 89,5% situa-se na região Nordeste e 10,5% no estado de Minas Gerais (85 municípios). A área foi delimitada com base em três critérios técnicos: a isoietas (linha curva que representa pontos de igual pluviosidade, utilizada em representações cartográficas meteorológicas) de 800 mm, no Índice de Aridez de Thorntwaite de 1941 (municípios com índice de até 0,50) e no Risco de Seca (superior a 60%). Todos os estados nordestinos, com exceção do Maranhão, possuem municípios no semiárido, sendo 265 municípios na Bahia, 170 na Paraíba, 150 no Ceará, 147 no Rio Grande do Norte, 127 no Piauí, 122 em Pernambuco, 38 em Alagoas e 29 em Sergipe. IBGE atualiza a listagem dos municípios que integram os recortes territoriais brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/pt/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2908>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

especialmente com o estabelecimento das fronteiras internas do país que, ao se regionalizar, criou não somente uma divisão geográfica, mas econômica, social e cultural. Esse processo culminou em um novo regionalismo na década de 1920, que buscava deixar para trás a ideia de pátria ainda muito fragmentada e com tendências separatistas. Ao contrário, o novo regionalismo depositava justamente nas diferenças existentes entre as regiões o caminho para superar a fragmentação identitária do povo brasileiro. Muito se pensou na constituição de um “rosto” para o país que fosse capaz de traduzir toda a sua singularidade, até que se concluiu que o Brasil “por mais múltiplos e complexos que fossem seus elementos formadores, tinha uma face: a cara do país era mestiça, e era uma” (GOMES, 1996, p. 193).

Nesse sentido, as diferenças emergiram como forma de dar materialidade a cada região, e a busca pela identidade nacional colocou em pauta a existência de diversas identidades no Brasil. O espaço foi sendo aos poucos desnaturalizado e a ênfase em sua dimensão puramente geográfica abre espaço para a sua dimensão histórica, e, portanto, humana. A compreensão de que havia diferentes “Brasis” dentro do mesmo país suscitou mudanças no modo de se tratar a educação, pois se a sociedade, a economia e a cultura variavam de acordo com as regiões distintas a escola também deveria. Muitas vezes, essas regiões eram situadas em tempos distintos e conflitantes entre si, sendo preciso se construir uma maior sensibilidade para a formação dos sujeitos vindos de variadas partes do Brasil.

Assim, em 1923 foi publicado o livro *João Pergunta ou O Brasil Seco*, do sobralense Newton Craveiro, material produzido para o uso nas escolas primárias do Nordeste brasileiro. Já em seu título, a obra faz referência a um espaço específico: o Nordeste lugar pouco conhecido e bastante mitificado pelos indivíduos de outras localidades do território nacional como o lugar da seca. Entretanto, essa ideia não partia apenas de sujeitos que se encontravam fora do Nordeste, mas era/é reforçada pelos próprios nordestinos que também produzem imagens de si, como o próprio autor de *João Pergunta* – basta-se pensar na escolha do subtítulo do livro de Newton Craveiro, *O Brasil Seco*. Tratava-se, portanto, de uma obra que carregava em si um forte discurso político, pois foi difundida pelos intelectuais que se propunham a pensar o Nordeste como espaço diferenciado. Essa teoria era rechaçada pelos políticos que representavam os diversos estados da região, principalmente pelos que atuavam junto ao governo

federal. Desse modo, uniu-se à luta pela melhoria da educação, supervalorizada no período em destaque, o combate contra as secas e a convivência com o semiárido.

O encontro com *João Pergunta* provocou uma mudança em relação ao nosso olhar sobre o objeto de estudo dessa pesquisa. De uma visão mais esquematizada, que buscava observar as mudanças trazidas com a reforma educacional de Lourenço Filho, passamos para uma discussão maior que se encontrava não somente nas leis e regulamentos, mas também em torno de todo um debate sobre a educação para as crianças do Nordeste. Afinal, tratava-se de uma produção complexa e bastante frutífera para o campo da história. Ao nos depararmos com este livro durante uma pesquisa na biblioteca pública do Ceará, não pudemos deixar de notar quantas possibilidades de pesquisa o livrinho de Newton Craveiro poderia estabelecer: questões sobre a concepção de infância e de educação no e para o Nordeste, a influência dos livros de leitura na construção de identidades e a própria constituição de uma identidade para as crianças nordestinas.

Assim, esta pesquisa se propõe a discutir como se formou um discurso regionalista no âmbito educacional que se materializou a partir da elaboração de uma pedagogia que se apresentasse como adequada à realidade do Nordeste Brasileiro. Para tanto, buscamos analisar os discursos de intelectuais cearenses que, nas primeiras décadas do século XX, articulados com as reformas educacionais que ocorriam a nível nacional, promoveram uma reformulação também na escola cearense e que elaboraram um projeto que tinha como principal meta desenvolver uma educação adequada a realidade prática da criança nordestina.

Porém, essa discussão só se fez possível com a emergência da escola como instituição civilizadora e promotora do progresso nacional, sendo esse discurso compartilhado por intelectuais de formação bacharelesca e políticos de um modo geral, que passaram a dedicar páginas e páginas de seus livros, artigos ou relatórios de governo para dissertar sobre a educação, a escola e as crianças como futuro da nação brasileira. Ainda que a educação não fosse considerada o único meio de se chegar a sociedade desejada, havia uma grande expectativa sobre a ação da escola como instituição formadora do patriotismo através do combate ao analfabetismo.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Em 1925, enquanto ocupava o cargo de presidente do Ceará, José Moreira da Rocha afirmava em seu relatório que a pedra angular da construção patriótica do país deveria ser “o combate sem tréguas e por todos os meios á ignomia do analfabetismo e á innominavel falta de instrução civica ao

Entre 1918 e 1924 o índice geral de matrícula nas escolas primárias cearenses havia saltado de 19.224 para 27.665, segundo matéria publicada no *Álbum Ilustrado de Fortaleza*, em 1931. O número de escolas também havia alcançado algum progresso ainda que comedido: havia no Ceará 378 escolas em 1918, e, em 1924, o número de prédios escolares, englobando escolas isoladas, reunidas e grupos escolares, passou para 472. Por esse motivo, nota-se também o esforço de Moreira da Rocha em tentar convencer o leitor de que, no tocante ao aprimoramento do ensino em seu governo, o Ceará também havia galgado degraus importantes. Todavia, faz-se necessário atentar para o fato de que falamos tratar-se aqui de um crescimento quantitativo, baseado em relatórios oficiais, pois sabemos se sabe que havia uma distância considerável entre as estatísticas e a realidade. Essa ressalva é perceptível, sobretudo, nas escolas do interior do Ceará, tanto no que se refere à quantidade de escolas, quanto a sua infraestrutura.

Essa atenção dispensada à educação nos relatórios presidenciais ocorria porque, mais do que o aumento no número de alfabetizados, a melhoria nas condições de educação significava também a afirmação do Ceará como promotor da grande missão de aperfeiçoamento da educação pública, suplantada pelo elemento motivador de um sentimento de pertencimento a nação. A preocupação compartilhada com os rumos da identidade nacional e com o progresso fizera emergir uma identidade intelectual “que se definia pela tentativa de construir, como se fossem termos intercambiáveis, a nação, o povo e o moderno” (LAHUERTA, 1997, p. 95) nas décadas de 1910 e 1920 e que se fortaleceu na década de 1930.

É nesse sentido que a escola passou a ser vista como o espaço difusor dos valores imprescindíveis à tessitura da identidade republicana que, diretamente associada a uma população esclarecida, prezasse pelo conhecimento científico. Essa valorização da educação pode ser compreendida na medida em que percebemos ser também através dela que os ideais republicanos eram difundidos. A participação na vida política do país por meio do voto, por exemplo, era uma das mais claras expressões dos ideais republicanos. Todavia, o exercício desse direito era restrito à pequena porcentagem da população alfabetizada, realidade que contrastava com a propaganda republicana e com a ideia de governo do povo. Assim, a escola ganhou papel importante não somente no

---

alfabetizados, causas primárias da nossa innegavel depressão social” ROCHA, José Moreira da. [Relatório Presidencial]. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 1925.p.15).

que diz respeito a uma formação letrada da população, mas também a uma formação política, que permitiria a compreensão dos direitos e principalmente dos deveres da sociedade para com a Pátria:

[...] effectivamente, num paiz como o nosso, regido pelo liberal sytema politico das representações mediante o suffragio universal, só a instrucção largamente disseminada poderá esclarecer a opinião nacional, dando aos cidadãos a consciência de seus direitos e deveres, purificando os costumes políticos e mesmo inspirando iniciativas que redunem em simples proveito material. Como, por exemplo, a um povo de analphabetos exigir docilidade no pagamento de impostos, assimilação dos modernos processos agrícolas, patriotismo para o cumprimento do sagrado dever da conscripção? <sup>3</sup>

As palavras do então governador do Ceará, Tomé de Sabóia, não diziam ao certo grande novidade, visto que esse era o discurso premente na fala da maioria dos políticos e intelectuais da época. Mas então o que havia de diferente na fala dos governadores do Ceará em relação aos de outras partes do Brasil? No Ceará em especial, muitos tentavam justificar o pequeno crescimento no número de escolas, a não diminuição no índice de evasão escolar, o alarmante número de analfabetos e o baixo investimento no setor educacional com os períodos de estiagem que constantemente assolavam o Estado.

A partir da justificativa do período de seca, Tomé de Sabóia buscava amenizar a responsabilidade governamental, deslocando-a para o papel que tinham os “indivíduos e as classes” na melhoria da educação brasileira. Para isso, o presidente elogiava o papel desenvolvido por iniciativas particulares das “camadas mais cultas da sociedade brasileira” que lutavam pela “extincção do analphaetismo em todo o território pátrio”<sup>4</sup>. Outro fator levantado por Tomé de Sabóia era a vastidão territorial do Brasil que, em se tratando da tarefa de expurgar o analfabetismo do país, se convertia em grande barreira, tornando a promessa de alfabetizar o total da população em idade escolar, ou acima dela, até o centenário da Independência, uma meta quase impossível. Por isso, enquanto tal proeza não era alcançada, restava aos governantes e aos brasileiros não desanimar, adotando medidas temporárias como as reformas parciais realizadas durante toda a década de 1920 em várias unidades do território nacional e que aos poucos proporcionariam o suposto triunfo da causa educacional no Brasil.

---

<sup>3</sup> SILVA, Thomé de Sabóia e. [Relatório presidencial]. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 1920. p. 27-28.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 29.

Essas preocupações sobre o sentido da educação reverberam nas diferentes instâncias do poder. Estados e Municípios adotaram mecanismos e modelos de gestão educacional alinhados ao grande projeto nacional. Exemplo disso, é o que ocorreu no estado do Ceará com a proposta de reforma do sistema educacional. Dirigida por Lourenço Filho em 1922, a Reforma Educacional surgiu como método de concretizar o progresso esperado com a proclamação da República. Além do mais, a reforma buscava destacar as particularidades do povo cearense como elemento resultante da própria terra, como sujeitos diferenciados porque foram profundamente influenciados pela geografia, pelos costumes e pela história, sendo esse o argumento que foi utilizado para a criação de uma escola que correspondesse as necessidades locais. A discussão sobre essas necessidades abriram espaço para se pensar um projeto educacional não somente para o Ceará, uma vez que a sua localização geográfica, o Nordeste brasileiro, influenciaria diretamente na formação do povo.

Foi nesse contexto, como parte do programa da reforma educacional cearense, que surgiu, pela primeira vez, o personagem *João Pergunta*, que vivenciaria situações que permitiriam condensar em um só texto, além das noções de civismo, patriotismo e higiene, as realidades culturais, econômicas e sociais do nordestino. Buscamos, assim, encontrar os outros livros e autores que contribuíram para que *João Pergunta* pudesse existir, afinal, todo autor é também um leitor de outros autores e escritores que, juntos, afetam inevitavelmente uns as produções dos outros (DARTON, 2005.p.125-126). Tentamos ainda perceber, a partir do texto impresso, como o livro se articulava com o universo intelectual atuante naquele momento no Ceará do ponto de vista educacional, e como a obra de Craveiro foi recebida por meio de jornais e revistas. Desse modo, para que essa empreitada fosse possível, buscamos construir um dos segmentos do que Robert Darnton chamou de circuito de comunicação dentro do ciclo de vida dos livros.<sup>5</sup> Por isso, recortamos também a análise da obra e suas relações com o

---

<sup>5</sup> O campo de estudo para os pesquisadores que se dedicam a fazer uma história do livro é bastante diverso e interdisciplinar, por isso Robert Darnton propõe um modelo geral para analisar “como os livros surgem e se difundem na sociedade”. Darnton denominou circuito de comunicação o ciclo de vida dos livros, que, salvo as particularidades de cada um, inicia com o autor ou o editor, passa pelo impressor, distribuidor, vendedor, até chegar ao leitor. A história do livro se interessa por cada etapa apresentada por Darnton, contudo, para que a pesquisa se torne exequível, os historiadores geralmente recortam um dos segmentos do circuito de comunicação. Contudo, é preciso lembrar que no processo de construção da história essas partes só fazem sentido se postas em relação com o todo, isto é, se interligadas com todas as etapas do ciclo de vida do livro, ainda que se dedique mais atenção a uma parte específica.

meio circundante prioritariamente nas décadas de 1920 e 1930, ainda que em alguns momentos esse recorte possa se expandir.

Acreditamos, porém, que a obra de Newton Craveiro representou a concretude de um discurso pedagógico que legitimava a ideia de que o sertão e o sertanejo nordestinos se diferenciavam de todo o restante do Brasil e que por isso, o modo de educar sua gente deveria se dar de maneira diferenciada<sup>6</sup>. Esse discurso no âmbito educacional se iniciaria no começo do século XX influenciado por uma literatura que, profundamente marcada por teorias raciais, apresentava o sertanejo como sujeito indolente e associado ao atraso. Na década de 1920, com a difusão dos princípios da Escola Nova, emergiriam teorias pedagógicas que propunham uma transformação nos métodos e técnicas do ensino. Essa mudança de postura estimulou a busca por uma educação que adaptada às realidades do Nordeste, impulsionaria as crianças da região para o mundo do trabalho, como válvula de escape de uma vida miserável e como estratégia para o desenvolvimento. Isso queria dizer que quanto mais prática e objetiva fosse a orientação da escola sobre as crianças, mais aptas elas estariam para enfrentar a realidade a que pertenciam, fosse urbana ou rural. No caso do Nordeste, a seca, elemento pelo qual a região se deu a conhecer nacionalmente, determinaria os objetivos e estratégias dessa educação renovada.

Desse modo, *João Pergunta ou O Brasil Seco* nos apresentou um debate mais amplo: as ideias em torno da educação no desenrolar da Reforma Educacional de Lourenço Filho. Percebemos a partir do livro uma concepção de educação e como esta deveria ser desenvolvida não somente no Ceará, mas no Nordeste na década de 1920 e

---

<sup>6</sup> O discurso regionalista no ensino não foi uma exclusividade do Ceará. No Rio Grande do Sul ocorreu também toda uma estratégia para inserir na educação rio grandense a cultura gaúcha. Como podemos perceber, por exemplo, na *Cartilha Meu Guri*, de Elbio N. Gonzalez, Rosa M. Ruschel & Flavia E. Braun, publicada em 1962, há uma intensa utilização de temáticas regionais, assuntos que se enquadravam nas temáticas da vida gaúcha como vida pastoral e industrial, o estudo das uvas e dos vinhedos, da paisagem, das crianças e dos animais. Já no livro de leitura *Bichano e Zumbi*, de Cecy Cordeiro Thofehrn e Nelly Cunha, publicado em 1960, os elementos regionais apresentam-se, principalmente, na capa do impresso. Na capa de *Bichano e Zumbis*, vemos a ilustração de um gaúcho vestindo tipicamente trajes gaúchos em meio a uma paisagem rural. Essa menção ao Rio Grande do Sul advém justamente de uma valorização da Cultura e das tradições. Ainda que as cartilhas gaúchas sejam referentes a década de 1960 e não as três primeiras décadas do século XX, como os demais textos e livros analisados nessa pesquisa, é importante mencioná-las para sabermos que esse ideal de educação adaptada ao meio não terminou nos anos 30, mas apresentou uma continuidade, inclusive, sendo valorizada por estudiosos e por editoras, como a Editora do Brasil S/A que publicou as obras do Rio Grande do Sul ainda a pouco destacadas. Para maiores informações ver: PERES, Cris Eliane. CAMIL, de AZEVEDO, Chirs. Cartilhas produzidas por autoras gaúchas: um estudo sobre a circulação e o uso em escolas do Rio Grande do Sul (1940-1980). In: **Revista Brasileira de Alfabetização - ABAIf**, 2015.p.194.

1930. Essa abordagem será desenvolvida pensando-se na fabricação de discursos em torno da educação e de sua finalidade na vida prática sob a égide do trabalho. Buscar-se-á compreender a maneira pela qual a educação foi utilizada como instrumento que visava gerar nas crianças o gosto pelo trabalho e a compreensão de sua importância para a sociedade. Isso seria feito por meio da inserção de práticas no cotidiano escolar que apresentassem a realidade do mundo do trabalho às crianças, com lições que incentivassem a convivência com o semiárido por intermédio da agricultura e da pecuária. Tais metas eram desenvolvidas concomitantemente à construção da identidade nacional.

Nesse sentido, dividimos a dissertação em três partes que, juntas, nos possibilitam problematizar o projeto pensado para uma educação da criança nordestina nas décadas de 1920 e meados de 1930. Na primeira parte, abordamos a visão dos intelectuais que atuaram em um mesmo cenário político e intelectual, contribuindo para a elaboração de um projeto educacional que, reverberando na década de 1920, fez florescer as ideias sobre uma educação para a criança do semiárido. Nesse sentido, se *João Pergunta* surge na década de 1920, que fundamentação permitiu a existência dessa obra, tomada aqui como materialização de um discurso? Para responder tal questionamento, no primeiro capítulo buscamos desenvolver uma análise dos discursos acerca do sertão e do sertanejo nordestino, como elemento presente nos debates acerca da escola nordestina e do perfil de criança a ser educada e/ou instruída. Para isso, utilizaremos como interlocutores principais desse debate, três autores: Lourenço Filho, Ildefonso Albano e Newton Craveiro. O aprofundamento no estudo dos intelectuais escolhidos, se fez necessário para a compreensão mais articulada dos temas que aparecerão nos dois capítulos seguintes, tais como a modernização, a cultura nordestina e a identidade construída a partir dos elementos negro, português e indígena.

Apesar de não versarmos exclusivamente neste escrito sobre a intervenção desses intelectuais nas discussões então em voga sobre o pensamento educacional do início do século XX, estabelecemos similitudes e distanciamentos em suas visões a respeito do homem do sertão, especialmente o cearense, e a educação. Desse modo, será possível também compreendermos como se dava a prática social dos intelectuais do período em questão.

Para tal entendimento, iniciamos atentos às ideias de Jean François Sirinelli (2002) e seu estudo acerca da definição do termo “intelectual” e do papel

desses sujeitos na vida política. Para ele, a busca pela definição do conceito de intelectual é na verdade bastante complexa, uma vez que sua resposta gira menos em torno de uma definição externa e mais em uma resposta endógena, isto é, formulada pelos próprios intelectuais. Apesar de pensar a sociedade francesa no século XX, e mesmo com as dificuldades de se elaborar um conceito mais fechado para definir o que é ser um intelectual, Sirinelli estabelece certos critérios que apontam algumas balizas para entendermos esse conceito. Sua definição, embora variável, apresenta duas acepções para considerar o intelectual: a primeira, mais vasta, engloba os mediadores e criadores culturais, e a segunda, um pouco mais estreita, fundamenta-se na noção de engajamento. Neste estudo levamos em consideração as duas acepções, já que Lourenço Filho, Newton Craveiro e Ildefonso Albano tanto foram produtores de ideias, como também atuaram como seus difusores frente a instituições como jornais, revistas e associações, constituindo o que Sirinelli chamou de redes de sociabilidade.<sup>7</sup>

Destarte, entendemos que os três intelectuais selecionados podem nos ajudar a compreender melhor as discussões referentes à formação de uma identidade regional produzida pela geração a qual pertenceram. Não se trata, porém, de julgá-los como sujeitos homogêneos por terem vivido em uma mesma época, mas por compartilharem determinados sentimentos e valores por meio de vínculos pessoais ou públicos. Isto é, tanto Newton Craveiro, quanto Lourenço Filho e Ildefonso Albano compartilharam de algum modo uma mesma conjuntura social, cultural e econômica e (atuando por meio da escrita, por exemplo) externaram suas impressões e experiências acerca de temas em comum.<sup>8</sup>

No entanto, não é apenas por serem da mesma geração de intelectuais que resolvemos iniciar nosso trabalho acerca da história da educação no Ceará pensando a ação dessas três personagens. Manuel Bergstrom Lourenço Filho tornou-se conhecido

---

<sup>7</sup> Pensando a história política dos intelectuais, Sirinelli afirmou que as redes de sociabilidade não são facilmente perceptíveis e podem se apresentar com diferentes estruturas de diversas naturezas. As estruturas de sociabilidade constituem elemento que não pode ser ignorado pelo historiador, pois elas apreendem a organização dos intelectuais em torno de “uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver” (SIRINELLI, 2002, p. 248).

<sup>8</sup> Para Ângela de Castro Gomes, os acontecimentos fundadores que aproximam determinados sujeitos é um dos elementos que nos permitiu compreender o conceito de geração, mas não é o único. O entendimento do que tomamos por geração pautou-se também em uma memória coletiva a qual esses sujeitos compartilharam e, portanto, se identificaram. Segundo Ângela de Castro: “Falar de gerações é falar não só de relações entre pares, como de relações de filiação e negação entre experiências geracionais. Ambas as coordenadas – sincrônica e diacrônica – constituem a noção e permitem a tomada de consciência de uma temporalidade própria. (GOMES, 1996, p. 41)

nacionalmente<sup>9</sup> por sua dedicação à pesquisa no campo da educação, tendo ocupado entre 1922 e 1923 o cargo de Diretor da Instrução Pública Cearense, a partir do qual motivou o corpo de professores e membros da Diretoria Geral da Instrução Pública a buscarem uma educação voltada para a vida prática das crianças cearenses. Além disso, foi responsável pelo acompanhamento da escrita de *João Pergunta ou O Brasil Seco*, de Newton Craveiro, autor da obra em destaque nessa pesquisa.

A análise da produção e do pensamento de Lourenço Filho nos ajuda a compreender de que modo os ideais da pedagogia moderna se cruzaram com o pensamento de uma educação voltada para o semiárido nordestino, resultando na escrita do livro de leitura subvencionado pelo governo do Ceará em 1923. Tendo isso em vista, fez-se fundamental também compreendermos como Newton Craveiro entendia a criança nordestina e que relações estabelecia entre ela e o mundo do trabalho, tão característico em sua obra. Assim, analisaremos inicialmente a obra *Quem é o Sertanejo*, produzida pelo intelectual sobralense em 1916, na qual traça um perfil de sua compreensão do homem sertanejo.

Para compor o grupo de intelectuais analisados, incluímos ainda Ildelfonso Albano por dois motivos principais: primeiro, porque este assumiu o governo cearense no período da Reforma Educacional de 1922 estando, portanto, envolvido com as principais ideias que circulavam a respeito do progresso cearense, o que incluía o campo educacional; segundo, porque Albano publicou em 1919 a obra *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*, desenvolvendo, a partir de uma crítica ao livro *Urupês* de Monteiro Lobato, um estudo sobre o sertão e o sertanejo cearense. *Mané Xiquexique* de Ildelfonso Albano chegou, inclusive, a ser adotado por Newton Craveiro em *João Pergunta*, como iremos abordar mais adiante.

---

<sup>9</sup> Tendo se tornado conhecido ainda na década de 1920 por sua atuação na campanha reformista do Ceará e no magistério em São Paulo, foi na década de 1930 que Lourenço Filho consolidou sua carreira a nível nacional. Em 1935, o intelectual foi nomeado diretor da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal, onde ocupou também o cargo de professor de psicologia educacional. Lourenço Filho foi ainda diretor geral do Ensino Público em São Paulo, membro do Conselho Nacional de Educação em 1937 e diretor geral do Departamento Nacional de Educação. Em 1938, foi convidado pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema para organizar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, fundando, em 1944, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Em 1963, Lourenço Filho recebeu da Fundação Moinho Santista o prêmio Ciência da Educação e em 1978 foi eleito patrono da cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil. Em 1987, a Companhia Melhoramentos criou o Prêmio Lourenço Filho aos autores mais notáveis que tiveram títulos publicados por esta editora. Ver: BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. **Lourenço Filho e a literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Procuramos também discutir e analisar o desenvolvimento dos discursos em torno da educação no Ceará na década de 1920 e a tentativa de se aplicar a chamada pedagogia moderna nas escolas daquele período. Através de discursos de presidentes do Estado e de matérias publicadas em jornais do período, buscar-se-á entender o que significava o investimento em educação para um estado que vivia as consequências de fortes e periódicas secas no início do século XX. Para tanto, é de extrema importância a análise do movimento conhecido no Ceará como Reforma Educacional de 1922, projeto que se inseria no contexto de tantas outras reformas realizadas pelo país em busca de promover o progresso do povo brasileiro por meio da educação.

No terceiro tópico do primeiro capítulo, a discussão girou em torno das diferenças entre educação e instrução, temática sempre presente nos debates educacionais nas décadas de 1920 e 1930. A educação seria mais voltada para uma formação completa do educando, contemplando, inclusive, a formação moral. Já a instrução diria respeito a uma formação instrumental, direcionada, sobretudo para o mundo do trabalho. Nesse sentido, fez-se necessário discutir o espaço que a formação para o trabalho ocupava dentro das escolas, especialmente na educação primária, etapa escolar mais acessível para as crianças de classe menos abastada.

Já na segunda parte dessa pesquisa, nos detemos a analisar o livro *João Pergunta ou O Brasil Seco*, obra baseada nos autores estudados no primeiro item e que consideramos uma das maiores ações concretas do projeto educacional para o Nordeste. As informações sobre *João Pergunta* estavam ainda dispersas, havia uma preocupação com o número de edições até então desconhecido e a ansiedade em encontrar tais exemplares. Com o tempo foi-se amadurecendo a ideia de que não seria primordial fazer propriamente uma história do livro, com o foco nas edições, vendagens e distribuição, mas que se pensaria a proposta educacional contida no livro de Newton Craveiro, o que somente seria possível por meio dos elementos que fundamentaram a escrita deste autor, problematizando o *lugar social* ao qual o intelectual estava atrelado.<sup>10</sup>

Exploramos essencialmente a primeira e a segunda edição de 1923 e 1928, uma vez que não houveram alterações na primeira edição até a sua reedição, realizada

---

<sup>10</sup> Partindo do conceito pensado por Michel de Certeau em *A Escrita da História*, acreditamos que toda escrita se desenvolve a partir de um *lugar social* que exerce influência sobre ela, desde a escolha do objeto de pesquisa até a metodologia e o corpus documental a ser utilizado. Assim, essas escolhas não se dão de modo aleatório, mas estão vinculadas a uma realidade social, econômica e cultural, uma vez que a escrita está relacionada a uma instituição que organiza sua produção por meio de regras que permitem ou não que determinados estudos sejam legitimados.

por Lourenço Filho<sup>11</sup>. Quando postas em confronto, as duas edições nos permitem perceber aspectos das mudanças no pensamento educacional brasileiro, bem como as transformações que se passavam no olhar sobre o Nordeste brasileiro. As edições apontam também a ampliação de um discurso que tem como tema central o progresso, inicialmente voltado para o Ceará e que aos poucos se direcionou para o Nordeste e para o Brasil.

Nesse sentido, no primeiro tópico analisamos o que chamamos de “o sentido da obra”, isto é, buscamos compreender os objetivos de Newton Craveiro quando da escrita de *João Pergunta*. Para tanto, além do prefácio da primeira edição, em que Newton Craveiro justifica sua escrita, nos debruçamos, ainda que rapidamente, sobre outras duas obras: *Lições de Coisas*, de V. Martel e *Charles Saffray* e *ABC do Agricultor*, de Dias Martins. Muitas gravuras de *João Pergunta* foram retiradas das obras supracitadas, mas para além disso, *Lições de Coisas* e *ABC do Agricultor* conferem sentido as escolhas de Craveiro na forma de organizar sua proposta educacional, tanto nas temáticas quanto no método.

Após identificarmos um sentido geral para a escrita de Newton Craveiro, no segundo tópico buscamos explorar mais especificamente as principais temáticas presentes em *João Pergunta*. Apesar do tema central ser uma educação para a convivência com a seca, a convergência de subtemas contribui para uma identificação das crianças com o espaço onde vivem. Sendo assim, dividimos as 37 lições por temáticas comuns: o trabalho como engrandecimento moral e motor do progresso, a formação étnica da gente do Nordeste, as manifestações culturais (religiosidade e alimentação). Nesse segundo capítulo, nos detemos exclusivamente a primeira edição de *João Pergunta*, uma vez que há alterações no conjunto de lições e, conseqüentemente, de temáticas em relação a edição editada pela Cia Melhoramentos, a qual nos detemos no momento final desse capítulo.

No último tópico do segundo capítulo, buscamos realizar uma análise da segunda edição de *João Pergunta*, publicada em 1928. A nova edição do livro de Craveiro enquadrada no “padrão Melhoramentos” trazia além das novas lições, novo formato, novas gravuras e uma melhor qualidade do papel e dos aspectos gráficos. Para analisarmos essas inovações, fez-se necessário uma discussão sobre o papel da Cia

---

<sup>11</sup> No prefácio da 2ª edição de *João Pergunta*, publicada pela Companhia Melhoramentos, Lourenço Filho revela que Newton Craveiro entregou a ele as alterações que desejava fazer em *João Pergunta* desde a primeira edição lançada no Ceará por ocasião da Reforma Educacional de 1922.

Melhoramentos enquanto difusora das principais ideias e autores ligados a educação na década de 1920. Nesse sentido, o entendimento da atuação de Lourenço Filho como mediador dessas questões dentro da Melhoramentos nos ajudou a compreender melhor as alterações na obra de Newton Craveiro, bem como nos possibilitou contextualizar essas modificações. Dentro dessas mudanças, destacamos na segunda edição de *João Pergunta*, a utilização do recurso didático da viagem como metáfora para se conhecer diferentes espaços do Nordeste e a ampliação das lições que tratavam das questões de saúde e profilaxia.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos estudar a maturação desse discurso centrado na construção de uma educação para o Nordeste, tomando como ponto de partida a Revista Educação Nova, que circulou no Ceará entre 1932 e 1933. Fundada por Filgueiras Lima, o periódico foi criado com a intenção de se tornar um veículo de propaganda e movimentação das questões educacionais no Estado. Editada no mesmo período em que foi divulgado o Manifesto dos Pioneiros da Educação e criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, a Revista Educação Nova trazia uma série de questões que eram discutidas no cenário educacional nacional.

No primeiro tópico do terceiro capítulo, objetivamos responder a questões tais como: a que conjunto de realizações pertenceu a criação da Revista Educação Nova? Qual o propósito da revista e o que ela significou para o cenário educacional cearense? Além disso, buscou-se também compreender a revista como um instrumento oficial que, diretamente ligado a Diretoria da Instrução Pública, era antes de mais nada um veículo político do Estado. Tendo circulado no início da década de 1930, Educação Nova nos ajuda ainda a compreender as discussões que permaneciam em voga desde a criação da Diretoria da Instrução e da passagem de Lourenço Filho pelo Ceará, bem como as novas demandas que surgiram na educação.

No segundo e último tópico, nos propomos a tratar dos principais responsáveis pela formação da identidade da revista Educação Nova. Nesse sentido, buscamos identificar os principais colaboradores da revista, com que frequência escreviam, a que instituições pertenciam. Em seguida detemos nossa atenção sobre o que esses autores escreviam, isto é, quais os principais temas abordados por esses intelectuais, as sessões da revista e quais as justificativas para essas ocorrências. Além de analisarmos a permanência de um discurso que visava legitimar as crianças do Ceará – e do Nordeste – como diferentes das de outras localidades no Brasil, buscamos

entender como era elaborada, na revista Educação Nova, a concepção de que a educação seria instrumento fundamental para transformar a realidade do Nordeste. Para tanto, analisamos como essa teoria perpassava os artigos de um modo geral e, especialmente, os planos de aula que eram elaborados por professoras das escolas cearenses e eram anexados ao periódico.

Todo o nosso trabalho até aqui é norteado pela epígrafe de abertura de *João Pergunta*, uma citação relatando a morte heroica do desbravador português Pero Coelho e a missão a qual ele incumbiu todos os cearenses de dar continuidade: vencer a seca. (CRAVEIRO, 1923.p. 41). Desse modo, a pesquisa se concentrou em discutir como essa missão foi administrada pelos intelectuais da educação nas primeiras décadas do século XX no Ceará. Essa missão foi projetada no que se entendia por um retorno às “raízes” para que a essência do povo cearense e as suas reais necessidades fossem melhores conhecidas.

É importante salientar que, no período do qual estamos falando, conhecer as raízes era o mesmo que conhecer o sertão. O que os intelectuais chamavam por raízes do Nordeste eram mobilizadas e instituídas ao passo em que essa missão era articulada e praticada por meio da publicação de livros, revistas, jornais e debates em conferências e seminários. Assim, em meio a esse processo de descoberta, o Nordeste começou a aparecer como espaço que dava sentido a muitas particularidades constatadas pelos intelectuais cearenses, que buscando projetar uma escola ideal para o Ceará o fizeram também para o Nordeste brasileiro.

De certo modo, o *João Pergunta* ainda nos indaga a todos. Entretanto, ele mesmo indica onde podemos encontrar possibilidades de respostas das reflexões que provoca: no constante exercício de problematização das nossas certezas percebemos, não sem dificuldade, que, mais do que uma realidade natural dada, existe um esforço constante em se instituir ideias e projetos entendidos como ideais e adequados socialmente, economicamente, politicamente, etc., inclusive, para a educação. Isto é claro, não ocorre de forma pacífica, sem conflitos, mas são essas tensões e disputas que possibilitam a trama da história e a nossa tentativa de compreender como se constrói e se modifica ao longo do tempo o pensamento dos homens.

## 2 “O QUE SE DEVE ENSINAR EM NOSSA ESCOLA PRIMÁRIA”: OS INTELLECTUAIS CEARENSES E UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O NORDESTE NO COMEÇO DO SÉCULO XX

### 2.1 Educar para civilizar: o sertão e o sertanejo na visão dos intelectuais cearenses

#### 2.1.1 O Sertanejo e a “luta pela vida”: as fundamentações de Newton Craveiro

-E Pero Coelho?

-Morreu três meses depois. Não nasceu no Ceará mas pode dizer-se que foi o primeiro cearense. A sêcca o venceu, mas, atraz de si, elle deixou quem vencesse a sêcca.(CRAVEIRO, 1923, p.41)

A epígrafe acima foi retirada do livro de leitura *João Pergunta ou O Brasil Seco*, escrito pelo sobralense Newton Craveiro e publicado em 1923 no Ceará pela Tipografia Progresso. Em sua narrativa, o autor utiliza a figura de João Pergunta, um menino de curiosidade aguçada que em sua vivência cotidiana, seja no lar ou na escola, aprende por meio de lições a familiarizar-se com o conhecimento das plantas, do solo, das práticas de cultivo agrícola e com a cultura nordestina. O trecho colocado em evidência não foi escolhido por acaso, encontra-se na folha de rosto do livro, como uma nota de abertura que anunciava a intencionalidade da escrita de seu autor. Ao lembrar Pero Coelho<sup>12</sup>, Newton Craveiro evoca um personagem de destaque, ao mesmo tempo em que relembra um elemento quase sempre presente na escrita da história do Ceará: a seca.

Embora não a tenha vencido, Pero Coelho deixou quem “vencesse a sêcca”, fator que foi explorado como lição para que, através do tempo, sua história servisse de inspiração ao povo cearense<sup>13</sup>. A seca seria vista como barreira principal, como

<sup>12</sup> O açoriano Pero Coelho de Souza comandou em 1603 a primeira expedição colonizadora em nome do governo português nas terras que futuramente se tornariam o Ceará. Por intermédio do então Governador-Geral, Diego Botelho, Pero Coelho adquiriu o título de capitão-mor para ocupar a capitania do Siará Grande, percorrendo caminho através do Maranhão, missão que não pode ser concluída por essa expedição.

<sup>13</sup> Como nos afirma Francisco Regis Lopes Ramos, havia em fins do século XIX um notável esforço para se fazer da “história do Ceará algo a ser ensinado, para que, além do Ceará glorioso, existisse, cada vez mais, o cearense orgulhoso” (RAMOS, 2012, p. 33). Nesse processo de elaboração do passado cearense, o tema dos fundadores seria recorrente entre os intelectuais que se debruçavam sobre essa atividade. Na disputa, Martin Soares Moreno e Pero Coelho de Sousa eram os mais citados, por diferentes motivos. Soares Moreno ficaria conhecido pelo romance de José de Alencar, por ser o par escolhido pelo escritor para ficar ao lado de Iracema e por fim, por sua campanha vitoriosa na colonização do Ceará. Por outro

obstáculo a causa do progresso, devendo ser enfrentada pelo sertanejo, que por sua vez, demonstraria a força advinda de sua penosa condição. Não se tratava, porém, de abandonar sua terra, de fugir da seca, mas de conviver com ela, com os percalços inevitáveis causados pela frequência devastadora das estiagens periódicas.

A atenção com a problemática das secas permanece não somente na folha de rosto do livro, mas em toda a sua estrutura. Escrito em um momento que se buscava a modernização da escola brasileira, Newton Craveiro trouxe para o Ceará as principais teorias educacionais então em voga, sintetizadas em seu livro. *João Pergunta* era uma obra que, por intermédio da mobilização de um passado, nesse caso, o martírio de Pero Coelho, buscava suscitar soluções para a problemática corrente da seca, e procurava estabelecer meios de convivência com ela a longo prazo: uma educação voltada para o semiárido.

Publicado por ocasião da Reforma Educacional de 1922<sup>14</sup>, *João Pergunta ou O Brasil Seco* possuía as seguintes informações em sua folha de rosto: “livro de Leitura para as crianças do Nordeste, publicação subvencionada pelo governo do Ceará, na administração Justiniano de Serpa”. Tendo esta obra sido Adotada oficialmente nas escolas públicas primárias do Ceará, enquanto era “Director Geral da Instrução o prof. Manoel Bergström Lourenço Filho”.

Tratava-se, pois de uma publicação carregada de intencionalidades, poder-se-ia dizer que o livro era semelhante a uma “encomenda” feita pelo governo do Estado à Newton Craveiro, à época Inspetor Regional do Ensino. Essa prática era comum, pois muitos eram os casos de autores que escreviam sobre temas educacionais sob tutela do governo, como é o caso de Olavo Bilac, por exemplo<sup>15</sup>. A obra aqui discutida, como podemos constatar, foi pensada para um público específico, as crianças do Nordeste brasileiro e era a expressão de um pensamento que norteava a muitos educadores do

---

lado, no processo de fabricação dos heróis cearenses, Pero Coelho ganharia o posto de primeiro mártir, como homem que se sacrificou para que as terras que pertenciam ao atual território do Ceará viessem a ser colonizadas. Apesar do insucesso de sua expedição, em virtude da seca (1605-1606) o sofrimento e a penúria enfrentados pelo português se tornariam um marco da prova de lealdade ao Ceará, do amor à Pátria cearense. O sofrimento de Pero Coelho seria convertido no mesmo que assolaria o Ceará continuamente pelo fenômeno das secas. Ver: RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2012.

<sup>14</sup> A Reforma Educacional realizada em 1922 no Ceará será melhor explicada no próximo tópico.

<sup>15</sup> Olavo Bilac foi no começo do século XX o que Marisa Lajolo chamou de grande “fazedor de livros escolares”. Segundo Lajolo, Bilac escreveu durante doze anos, ora sozinho, ora em parceria com autores como Coelho Neto e Manoel Bonfim, sete produções didáticas. São elas: Livro de Composição (1899), Livro de Leitura (1901), Contos Pátrios (1904), Teatro Infantil (1905), Através do Brasil (1910) e Pátria Brasileira (1911). Ver: LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da Literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.

período. Havia, portanto, um objetivo a ser atingido dentro de um determinado grupo, nesse caso, as crianças que pertenciam à realidade do nordeste do Brasil, com sua história, geografia e costumes específicos.

No entanto, não é só ao passado que o livro de leitura de Newton Craveiro se refere, há também, ao mesmo tempo em que evoca o passado, uma tentativa de se traçar um projeto futuro para o Ceará e de modo mais geral o Nordeste. Basta olharmos com um pouco mais de atenção para as lições que se propõem a pensar a construção de açudes, se quisermos abordar a questão física e geográfica, isto é, o desenvolvimento, ainda que de maneira artificial, das fontes de abastecimento de água no Nordeste do Brasil. Por outro lado, as lições de boas maneiras e cuidados com a higiene, por exemplo, traçam um perfil de cidadão adequado aos novos tempos, à sociedade moderna e à República Brasileira por meio de uma escola que fosse capaz de educar a mente e o corpo simultaneamente. *João Pergunta* é, dessa forma, um livro de leitura que nos permite visualizar diversas possibilidades de análise: por meio do conteúdo das lições, do tipo de imagens nelas presentes e da linguagem utilizada pelo autor, para tornar acessível às crianças seu projeto de educação para o Nordeste.

Voltando a epígrafe de abertura desse capítulo, a partir de uma história contada pelo pai de João Pergunta, Craveiro construiu uma narrativa sobre como se deram as sucessivas tentativas de colonização das terras cearenses. Sem dúvida, o ponto mais explorado por Craveiro a essa altura foi a expedição que tinha como principal nome Pero Coelho, o homem que com bravura se “atreveu” a explorar uma região que durante muito tempo foi buscada sem êxito. Ao narrar o caminho percorrido por Pero Coelho e as batalhas travadas com os franceses e seus aliados nativos é possível perceber que na luta pela efetiva colonização de nossas terras o pior inimigo não foi o homem, nativo ou estrangeiro, mas sim o meio. Deixado a própria sorte, sem mantimentos, com a família e alguns soldados, Pero Coelho teve de enfrentar a seca, “a primeira que se fala na história do Ceará”.

Newton Craveiro descreveu a retirada de Pero Coelho e sua família como a de um grupo de indivíduos “cansados, mortos a sede e a fome”, desgraçados que “apenas arrastam os pés na terra quente dos caminhos”, trilhando um percurso que testemunharia a morte de seus companheiros sucessivamente. O sol, a fome e, principalmente, a sede, castigavam o grupo de retirantes que mais pareciam um “bando de loucos” do que a famosa expedição de conquista. Trata-se, pois, de uma narrativa em

tom épico, na qual um episódio dramático, descrito pelo autor de *João Pergunta*, foi abordado para contar como se deu a descoberta do Ceará e o primeiro contato dos colonizadores portugueses com essa terra. Newton Craveiro termina sua narrativa com a citação que abriu esse capítulo, mas o que ela quer dizer? Qual seu significado para a pesquisa aqui desenvolvida?

Em primeiro lugar, devemos pensar que esse livro não orbita, sozinho, em torno das questões da educação e da seca, pois no espaço de *João Pergunta* existem também outras obras, uma delas escrita pelo próprio Craveiro anos antes de ser convidado para participar da reforma educacional de 1922. Em 1916, Newton Craveiro lançou um ensaio de cunho sociológico impresso pela tipografia comercial do Ceará. Com 123 páginas, *Quem é o Sertanejo: estudo sociológico* foi classificado como uma obra que se propunha a fazer um “estudo das sub-raças mestiças do nordeste brasileiro”. O entendimento do sertanejo como raça inferior não era ideia exclusiva de Craveiro, mas já era amplamente difundida pelos adeptos de valores evolucionistas, cientificistas e darwinistas desde o século XIX, período em que o termo raça emerge, ainda que de forma vagamente definida, para designar cada vez mais a noção de povo. As teorias raciais no Brasil permaneceram como modelo para explicar o desenvolvimento econômico, cultural e político do país com bastante intensidade até a década de 1930, por intermédio de intelectuais vinculados a instituições como museus etnológicos, institutos históricos e escolas de direito e de medicina<sup>16</sup>.

Apesar de propor uma escrita em favor do Nordeste, Newton Craveiro corroborava com o discurso premente de que o meio condiciona o caráter do homem, limitando assim, o poder de escolha deste. *Quem é o Sertanejo* é fortemente marcado por esta ideia, uma vez que Craveiro se prontificou a discutir como é formado o perfil do sertanejo a partir do enfrentamento do meio em que vive. Para tanto, Newton Craveiro não fugiu ao emprego de determinados conceitos cristalizados, quando se trata da abordagem do sertão e do sertanejo. Para compreendermos melhor o propósito de Newton Craveiro nesse escrito, vejamos o que disse o autor na apresentação de *Quem é o Sertanejo*:

Quando acabo de ler algo sobre o sertanejo tenho vontade de perguntar outra vez: quem é o sertanejo? Os historiographos, os poetas, os romacistas, os psychologos não m’o dizem, no entanto tenho necessidade de conhecê-lo.

<sup>16</sup> Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Quero conhecer o povo de onde saí e preciso dizer quem elle é aos que o governam, aos que tem a responsabilidade de dirigill-o e, por isto, a obrigação de conhecell-o. Quero saber o que é o Banditismo, o Fanatismo e o Analfabetismo. Quero saber porque os jagunços de canudos provocaram comoção nacional; porque se esmagou alli, a couces de armas, uma população inteira de sertanejos. Quero saber porque não há escolas primárias no Nordeste brasileiro e si o Sertanejo é inacessível ao progresso. (...)  
O meu livro é uma arma de combate á Secca, ao Analfabetismo, à desgraça secular que nos assedia, á collèra do ceo que nos queima com o cauterio dos soes. (CRAVEIRO, 1923, p. 122)

Na citação acima, Newton Craveiro faz menção a diversas características pelas quais o Nordeste ganhou visibilidade no início do século XX, e que viriam a ser evidentes até os dias de hoje: o banditismo, o fanatismo e o analfabetismo. Essas imagens seriam instituídas com maior visibilidade no chamado Romance de 30<sup>17</sup>, por meio de escritores como Rachel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos. A partir de suas obras, as temáticas como a da seca, do cangaço e dos movimentos messiânicos ganharam forma e lugar em praticamente todas as produções referentes ao Nordeste, sendo quase sempre as duas últimas vistas como consequências da primeira. O povo nordestino passou a ser visto como um aglomerado de sujeitos vulneráveis física e psicologicamente, em virtude da fome e da miséria decorrentes da seca. Nota-se na citação em destaque acima que Craveiro não naturaliza a existência desses fenômenos sociais, pois estabelece uma relação destes com a educação e a falta de escolas no Nordeste, reforçando a ideia de que o sertanejo seria inadaptável ao progresso. Como veremos a educação seria para Craveiro a arma para desenvolver o Nordeste pelos próprios nordestinos.

*Quem é o Sertanejo* foi recebido com elogios pela iniciativa do escritor em criar uma teoria social inovadora para explicar o perfil do sertanejo nordestino, construindo por meio de critérios muito peculiares uma narrativa que nos apresenta um

---

<sup>17</sup> Mais do que uma manifestação literária, o romance de 30 foi fruto de uma preocupação maior com o caráter nacional e com a necessidade de se descobrir o povo brasileiro. No final da década de 1920 e na década de 1930, o saber produzido em outros campos como a sociologia, a história e a etnografia colaboraram para a formação de uma literatura que buscava dar sentido as várias realidades do Brasil. O tema central do romance de 30 era o declínio do sistema patriarcal e a ascensão da economia urbano-industrial. Segundo Durval Muniz de Albuquerque, a existência do romance de 30 só foi possível em virtude do desenvolvimento de uma sociedade mais complexa e modernizada, no momento em que intelectuais disputavam um lugar frente aos diversos projetos que eram apontados como ideais para a nação. A escrita do romance de 30 se dava muito particularmente a partir das relações mais profundas de seus autores com o Nordeste, o que acabou por possibilitar um novo referencial para se pensar o que era a essência do Nordeste. O romance de 30 estimulava assim, uma diluição até então cristalizada da dicotomia litoral/sertão para o surgimento de outras paisagens retratadas nos escritos sobre o Nordeste, tais como a Zona da Mata açucareira retratada por José Lins do Rego. Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **A Invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.

sertanejo exagerado e, no dizer cearense, “espalhafatoso”. Todavia, a obra foi ao mesmo tempo considerada desorganizada, como se o autor estivesse despreocupado com a estrutura narrativa de seu estudo. Em artigo no jornal Pacotilha, um colunista reclamava de alguns erros gramaticais, acusando também Craveiro de ter sido contaminado com o exagero do sertanejo descrito pelo autor em seu próprio estudo. Para além das críticas, o mesmo colunista afirma que:

Assentemos, entanto, que esse livro é para ser lido com inteira simpatia e merecedor dos estímulos da boa crítica. Revela uma excepcional capacidade de pensar. Grande mérito já é ter um pensamento. Maior ainda é tê-lo original, ou querer ser original. Ambos os méritos tem-nos o sr. Craveiro, que sem dúvida nos dará livros menos de esboço, definitivos, como é lícito esperar de seu talento incontestável, e com tão belo pendor para os estudos sérios e elevados. (Pacotilha, 02/12/1916).

A obra definitiva, mencionada pelo colunista, se concretizaria em 1922 com seu livro *João Pergunta*, mas *Quem é o Sertanejo* nos permite compreender um pouco melhor como era entendida por Newton Craveiro a finalidade da escola e da educação, bem como de que modo esta deveria ser conduzida no nordeste do Brasil.<sup>18</sup> Newton Craveiro acreditava que as condições a que o sertanejo estava sujeito não estavam desvinculadas de sua formação, seu modo particular de se comportar e compreender o mundo. *João Pergunta* seria, pois, uma síntese dos pressupostos desse movimento renovador da educação que se espalhava por todo o território nacional, ao mesmo tempo em que se tratava de uma necessidade<sup>19</sup> identificada pelo autor muito antes de Lourenço Filho aportar em terras cearenses. Entretanto, quem é Newton Craveiro? O que sabemos sobre esse intelectual? Que relações possuía com uma escrita voltada para o Nordeste e com o campo educacional?

Piragibe Newton Craveiro nasceu em maio de 1893, no município de Sobral no Estado do Ceará, onde apresentou grande atuação nos jornais locais, ora assumindo o papel de jornalista, ora escrevendo textos relacionados aos campos da cultura e da

---

<sup>18</sup> A utilização da expressão *Nordeste Brasileiro* é resultado de uma construção de discursos acerca de uma parte específica do território nacional nas primeiras décadas do século XX. O Nordeste, constructo de menor porte dentro da região Norte, região opositora ao Sul do país, era mais uma diferenciação criada por intelectuais do período do que uma divisão política propriamente dita. A primeira regionalização que estabeleceu em termos oficiais o surgimento da região Nordeste data dos anos de 1940 e foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entendemos assim que as regiões não são dadas de modo natural, mas datam de um momento histórico como qualquer invenção humana: Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.

<sup>19</sup> Refiro-me a produção de material didático escrito especialmente para as crianças do Ceará, isto é, a escrita de um livro de educação contextualizada.

educação, ocupando também os cargos de redator chefe nos jornais *A Ordem* e *O Nortista* em Sobral, ambos de orientação conservadora, sendo o segundo fundado juntamente com seu irmão Craveiro Filho<sup>20</sup>. Newton Craveiro viveu sua infância no povoado de Riacho, próximo a estrada de ferro de Sobral, onde completou o ensino secundário sob os cuidados de Herculano José Rodrigues. Ao contrário da maioria dos escritores da época, Newton Craveiro não possuía formação acadêmica, sendo assim um estudioso autodidata. O intelectual morreu ainda muito jovem, aos 33 anos de idade, em 13 de janeiro 1926, no município de Sobral. Antes de ser convocado para integrar o corpo de intelectuais da Diretoria Geral da Instrução Pública, já possuía experiência como Inspetor escolar em Sobral, cargo assumido ainda em 1914 no governo de Benjamin Liberato Barroso<sup>21</sup>. Tendo o município sobralense se tornado sede da terceira região do ensino<sup>22</sup> com a política de descentralização da administração escolar do Estado, Newton Craveiro foi designado para assumir a função de delegado do ensino. Nesse posto, Craveiro tinha sob sua responsabilidade a fiscalização do ensino nas escolas primárias da área delimitada.

Segundo o Regulamento da Instrução Pública de 1922, ao inspetor regional do ensino cabia inspecionar os estabelecimentos de ensino primário de sua região, constatar se o ensino era ministrado segundo os parâmetros da pedagogia moderna, verificar as taxas de matrícula e promover a propaganda das escolas em sua região administrativa. Os inspetores eram também um importante elo entre o Estado e a comunidade escolar, pois lhes cabia também ouvir queixas de pais de alunos e comunicá-las ao Diretor Geral da Instrução Pública, propor a criação das caixas escolares, motivar junto às escolas o gosto pelo ensino agrícola, no caso das escolas rurais, dentre outras funções. A fiscalização era considerada a “alma e estímulo”<sup>23</sup> da Instrução Pública, tendo estado durante muito tempo no Ceará em plena decadência. A função de inspetor era ressaltada, porque estabelecia o intermédio entre as professoras e a Diretoria Geral do Ensino.

---

<sup>20</sup> GIRÃO, RAIMUNDO. **O Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966. p. 516.

<sup>21</sup> Essas informações foram retiradas do Álbum Histórico Comemorativo, organizado pelo irmão de Newton Craveiro, o jornalista Craveiro Filho, por ocasião do centenário do município de Sobral em 1941.

<sup>22</sup> A terceira região ou terceira entrância correspondia aos municípios de Sobral, Camocim, Acarahú, Sant’ Anna, Pentecostes, Canindé, União, S. Bernardo das Russas, Limoeiro, Icó, Crato, Iguatú, Granja, Viçosa, Lavras, S. Benedito da Ibiapaba, Ipú, Maria Pereira, Pedra Branca, Morada Nova, Jaguaribe Mirim, Pereira, Cachoeira, Aurora, Barbalha, Cedro e Juazeiro.

<sup>23</sup> Relatório Presidencial de José Moreira da Rocha, 1925.p. 19.

Durante a realização da Reforma Educacional no Ceará, Newton Craveiro desempenhou um papel de destaque ao lado do professor Manuel Bergström Lourenço Filho. Segundo Carlos Monarcha<sup>24</sup>, apesar da presença do professor Lourenço Filho no Ceará ter sido fator de motivação para uma participação mais efetiva de professoras e intelectuais em geral nos debates sobre a função social da educação, Newton Craveiro teria sido o responsável pela interpretação matricial da Reforma. Tal afirmação feita por Carlos Monarcha, pesquisador que se dedicou ao estudo da vida e obra de Bergstrom Lourenço Filho, coloca em questão o fato de que, durante muito tempo, a reforma educacional no Ceará foi creditada exclusivamente ao professor paulista<sup>25</sup>, reforçando o papel dos cearenses nessa empreitada desenvolvida na década de 1920, tema abordado, inclusive, pelo próprio Lourenço Filho (1940 *apud* LOURENÇO, [200-?], p.10):

Minha atuação foi apenas a de colaborar com o governo e o professorado cearense. O presidente Justiniano de Serpa e, depois, o vice-presidente Ildefonso Albano, que lhe sucedeu no governo, tinham uma segura compreensão da tarefa a ser realizada.

Começamos por fazer o recenseamento escolar, em todo o Estado, e a levantar o cadastro de todos os núcleos escolares, para melhor localização das escolas. Foram construídos a Escola Normal da capital e diversos grupos escolares. A matrícula que era de dezoito mil alunos, elevou-se a mais do dobro... A escola primária passou a ter um endereço social mais claro, com o ensino da higiene, dos trabalhos manuais, da educação física, com o aproveitamento das artes populares... Um livro, especialmente adaptado a essa nova orientação, foi publicado por um inspetor escolar que havia bem compreendido o espírito da reforma.

Newton Craveiro, para além de ser citado por Lourenço Filho como alguém que havia compreendido o espírito da Reforma de 1922, havia sido também bastante atuante durante a sua realização. São constantes as notícias em jornais da época que ressaltam o engajamento de Newton Craveiro nos debates educacionais e políticos, estando sempre como figura de destaque quando de suas aparições públicas, especialmente em Sobral, sua cidade natal. Ao lado de Lourenço Filho e Justiniano de Serpa, Newton Craveiro percorreu o sertão cearense ajudando-os a construir um perfil de seu povo, principalmente das crianças, a fim de pensar uma educação apropriada para elas, de modo que pudessem se tornar sujeitos dotados de força para transformar a realidade local.

---

<sup>24</sup> Carlos Monarcha ressalta a participação de Newton Craveiro na Reforma Educacional de 1922 no prefácio da 4ª edição de Juazeiro de Padre Cícero publicada pelo Ministério da Educação em 2002.

<sup>25</sup> Sobre essa questão ver: CAVALCANTE, Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

Em artigo publicado em 16 de setembro de 1922, no jornal sobralense *Correio da Semana*, periódico que circula no município de Sobral desde 1918, era mencionado o fato de que, bem antes de ser eleito por Lourenço Filho como Inspetor Regional do Ensino, há muito tempo Newton Craveiro se dedicava à questões pedagógicas no Ceará, daí sua escolha para conduzir o cadastro escolar em municípios do norte do Estado. Em uma das visitas ao grupo na escola de Sobral, o jornal sobralense *Correio da Semana* destacava algumas ideias defendidas por Newton Craveiro em reunião com as autoridades locais, sendo uma delas o aprendizado dos rudimentos da agricultura e da pecuária. Na mesma matéria era questionada também a utilização de livros obsoletos, carregados de informações desnecessárias, ao passo que era incentivado a criação de livros que, dotados de conhecimentos úteis, levassem em consideração as condições naturais dos alunos e as disposições do meio social e geográfico.

Tendo isso em vista, percebe-se que o posicionamento de Newton Craveiro, ao pensar uma educação voltada para a realidade, é conhecido desde tempos anteriores aos da Reforma Educacional de 1922, como podemos perceber na epígrafe escolhida para iniciar este item. Nesse sentido, faz-se necessário compreender um pouco mais a visão de Newton Craveiro a respeito do Sertão e do sertanejo nordestino. Para isso, analisaremos fundamentalmente nesse primeiro momento, a escrita de Craveiro em seu ensaio sociológico *Quem é o Sertanejo*.

Em *Quem é o Sertanejo* encontram-se as impressões de Craveiro acerca do sertanejo nordestino. Seu discurso não fugiu muito à regra do momento da publicação, no início do século XX. Segundo o autor, o sertanejo é essencialmente um sujeito cujo perfil, indefinido e confuso, seria movido mais pelo instinto do que pela racionalidade. No entanto, sua agitação natural o impele sempre para frente e não permite que fique inerte perante qualquer circunstância. Sua inquietação o tornaria também um indivíduo cheio de excessos, seja nos assuntos relativos à política, onde se constitui elemento de desordem, seja como revolucionário ou “herói improvisado”; na religião, onde o “exercício da fé se dá em demasia”, resultaria no fanatismo; já na criminalidade, o sertanejo tenderia a ser o mais cruel dos homens, sempre cercado por crimes e situações trágicas, sendo seu estado normal o de uma pessoa acometida de acesso de cólera ou entusiasmo (CRAVEIRO, 1916, p. 6).

A ênfase da narrativa de Craveiro recai sobre a luta pela vida, pois seria essa a responsável por estimular o desenvolvimento da sociedade, sendo, no caso do sertanejo, esse estímulo mais intenso do que em outras regiões do país. Nesse sentido, a finalidade do homem seria modificar o espaço em que vive, sendo que, para os homens distintos, essa finalidade se cumpriria de forma consciente, já para os “homens do povo”, esse processo se daria mais por um impulso, como um desejo de elevar-se acima dos animais. Para explicar tal questão, Craveiro cita o exemplo da fome. Quando os homens sentem o incômodo que a fome causa no organismo põem-se em atividade para buscar o alimento, deixando seu estado de inércia e entrando em conflito com o meio. Entretanto, caso se, por imperativo externo ou interno, os homens não fossem impelidos a uma luta diária tendem a desaparecer, uma vez que são os obstáculos e a luta diária a origem do desenvolvimento e do progresso em qualquer sociedade. Segundo Craveiro, para se conhecer o homem em seus aspectos físicos e em seu caráter, independentemente de seu local de origem, seria primeiramente preciso conhecer a luta diária que trava com o seu meio, a fim de entender os elementos que condicionam a construção gradual de seu perfil.

Desse modo, para Newton Craveiro o homem se desenvolveria por coação, a pressão do meio em que vive o sertanejo seria o principal agente de sua maturação. Esse processo de constante mudança em relação a outros sujeitos se tornaria mais intenso na visão de Craveiro porque, o sertanejo seria “o povo de vida mais dinâmica do mundo” (CRAVEIRO, 1916, p. 121). Em seu discurso, a luta pela vida é colocada como o fator responsável para o homem transformar sua realidade de origem, sendo necessária uma análise empírica dessa mesma realidade, distante dos estudos meramente teóricos. Isto é, Craveiro propõe uma investigação diferente das elaboradas por tantos intelectuais que desejavam compreender o sertanejo, sem analisar profundamente seu espaço de origem e as relações estabelecidas com ele. Para Newton Craveiro, muitos intelectuais se dedicavam ao estudo do homem do sertão sem o cuidado devido, fabricando e reproduzindo automaticamente como operários, imagens e discursos continuamente propagados sobre o sertanejo:

surgem os operários do pensamento, todos munidos de seus instrumentos predilectos, para esquarteja-lo (o sertanejo) em antopsia furiosa, e trazerem depois, no livro e na imprensa, o resultado de suas pesquisas ansiosas. Estuda cada um, um Sertanejo distinto, independentes dos outros, enfeitando-o a seu modo e trazendo-o, depois, ao publico, encadernado, assim, em roupa

nova, como a mãe orgulhosa de si conduz o filho pela mão, expondo-o a curiosidade das ruas.(CRAVEIRO, 1916, p.122)

A obra de Craveiro, publicada pouco depois da seca de 1915, chamava atenção para o descaso que o restante do Brasil e, especialmente, o governo federal fazia da situação do sertão cearense. Daí a escrita de um trabalho que enfatizasse a luta pela vida e a necessidade de adaptação dos homens ao meio natural como forma de sobrevivência. Newton Craveiro afirmava com pesar que, em meio a realidade dura dos fenômenos climáticos, não se primava mais por uma formação para o meio. Ao invés de sujeitos prontos para enfrentar a escassez do sertão nordestino, educavam-se os nordestinos para se tornarem “moluscos”, homens com nervos “frouxos” que não sabiam como lidar com as necessidades prementes do sertão. Desse modo, sua preocupação recaía no âmbito da educação, que deveria, segundo o autor, ser pensada para formar o sertanejo forte e preparado para as adversidades do meio.<sup>26</sup>

Segundo Araújo (1978), em 1923, enquanto era diretor do Grupo Escolar Antônio Ibiapina em Sobral, Newton Craveiro adotou como matéria obrigatória para as crianças a disciplina de trabalhos manuais, conforme o Regulamento de 1922. Nessa disciplina, dentre as atividades mais desenvolvidas, estavam a confecção de chapéus de palha, artefato necessário para a vida na lavoura. Essa atividade teria despertado muitas críticas nos jornais sobralenses da época, pois os pais não compreendiam o porquê do ensino de tal atividade dentro do grupo escolar. Craveiro afirmava que essa discordância era resultante da falta de compreensão sobre a educação para o meio e as melhorias que esta poderia propiciar à sociedade. Desse maneira, justificava as críticas dizendo que aqueles que levantavam a voz para clamar por melhorias e lutar contra o banditismo, o fanatismo e o analfabetismo, recebiam da sociedade a fama de visionários e utopistas. (CRAVEIRO, 1916, p.123)

Seguindo a linha de Euclides da Cunha, algum tempo depois, Lourenço Filho também tornaria público, por meio de seus artigos referentes à Juazeiro do Norte e ao padre Cícero, o que ele mesmo chamou de “um retrato do sertão e do sertanejo nordestino”. Sob outra perspectiva, Ildfonso também abordaria as mesmas temáticas, desta vez não em forma de ensaio sociológico, mas como um texto literário, uma

---

<sup>26</sup> É interessante notarmos que a escrita de *Quem é o Sertanejo*, ainda figuraria no que Durval Muniz de Albuquerque denominou como antigo regionalismo, por falar a respeito de um olhar regional baseado fortemente no discurso naturalista, onde as diferenças existentes entre os homens proviriam da natureza do espaço, de modo que as diversidades de clima, solo ou vegetação estariam diretamente ligadas a formação física e psicológica do povo.

espécie de defesa do sertanejo nordestino e uma crítica ao estigma de homem indolente e impenetrável ao progresso. Esses autores e suas abordagens ajudam a compor o que Michel de Certeau chamou de o *lugar social* e nos ajudarão a compreender melhor que fatores impulsionaram Newton Craveiro a escrever *João Pergunta ou O Brasil Seco*, até então o primeiro livro didático produzido especialmente para crianças do Nordeste. Começemos, pois, pelo educador paulista e seu livro *Juazeiro do Padre Cícero*.

O escrito de Lourenço Filho, por sua vez, foi resultado de uma das ações de maior proporção nos trabalhos que versam sobre a história da educação cearense, a Reforma Educacional de 1922. A pesquisa sociológica de Lourenço Filho foi possível a partir das informações obtidas pelo educador paulista quando da elaboração do cadastro escolar realizado pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Para sua execução foi necessário que Lourenço Filho, munido de sua equipe, percorresse o sertão para colher informações acerca do número de escolas públicas e particulares, número de crianças que frequentavam a escola e aquelas que ainda não haviam sido alfabetizadas.

Nesse processo, Lourenço Filho visitou Juazeiro do Norte, onde conheceu o então prefeito, Padre Cícero Romão Batista, que acabou por impor algumas dificuldades à implementação de escolas na região. Nesse ensejo, a partir dos conhecimentos adquiridos em tal empreitada, Lourenço Filho inicia a escrita de artigos referentes a cidade de Padre Cícero. Os artigos versavam sobre a influência de Padre Cícero sobre a população de Juazeiro, suas práticas religiosas e o folclore, ao mesmo tempo em que analisava o sertanejo e o espaço onde vivia, “um caso de insularidade em terras habitadas”<sup>27</sup> que posteriormente seriam convertidos em um livro, como veremos no tópico a seguir.

### ***2.1.2 “O problema brasileiro de cultura não é apenas de alfabetização”: o sertanejo na escrita de Lourenço Filho***

Ao sertanejo atual, enfim, de pouco valerá saber ler, apenas. Mais valerá, para cada mil cabeças, cem cabeças bem formadas, adaptadas às necessidades e ao desenvolvimento da região, petrechadas para lutar, vencer e impor-se aos demais como exemplo e guia. Que valerá saber ler sem hábitos de observação e trabalho, sem energias para pronta reação de adaptação ao meio?...

A ilusão da necessidade e urgência de alfabetização está na falsa analogia entre o grande organismo do País, tomado como unidade, e o indivíduo.

---

<sup>27</sup> Lourenço Filho refere-se a região do Cariri e ao alto índice de crianças contaminadas com o tracoma em virtude da inspeção médica realizada em 1923, por ocasião do cadastro escolar.

Assim como o indivíduo necessita, para aparelhamento indispensável de cultura, em nossos dias, de saber ler e escrever supõe-se que a cultura nacional terá que começar pela imposição, a todos os brasileiros, desse instrumento. O equívoco é manifesto. A unidade-Nação não é uma simples soma aritmética das unidades-indivíduo. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 142-143)

O texto acima foi retirado da obra *Juazeiro do Pare Cícero: cenas e quadros do fanatismo religioso*, escrita por Manuel Bergstrom Lourenço Filho (1897-1970), intelectual nascido em Piracicaba e formado pela Escola Normal Primária de Pirassununga, no interior de São Paulo, tendo ministrado a disciplina de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal de São Paulo. Lançada em 1926, pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, *Juazeiro do Padre Cícero* é originalmente composta por dez artigos publicados entre 1925 e 1926 no jornal *O Estado de São Paulo* que faziam parte de uma série de outras publicações que visavam discutir questões em torno da formação da identidade brasileira pelo viés científico, político e social. Ao lado de Lourenço Filho, intelectuais como, Oliveira Viana, Afrânio Peixoto e Fernando de Azevedo buscavam por meio das particularidades de cada região compreender o que era a Nação brasileira.

Dentro desse conjunto de ensaios recorrentes no periódico paulista encontram-se também *Impressões de São Paulo*, de Oliveira Viana, publicado entre 1923 e 1925; e *Impressões do Nordeste*, de Paulo Moraes de Barros, produzido entre 1925 e 1926. Premiado na categoria ensaios pela Academia Brasileira de Letras em 1926, *Juazeiro de padre Cícero* ficou famoso por ressaltar elementos referentes a fauna e a flora cearenses, bem como também desenvolver um estudo de suas populações, abordando aspectos psicológicos e físicos com marcada influência de August Comte, Charles Darwin, Spenser e Le Bon<sup>28</sup> (MONARCHA, 2002).

A partir de um estudo sobre Juazeiro por meio de visitas ao local, e pesquisas com livros e entrevistas, Lourenço Filho teceu o que para ele seria um perfil do homem que habitava o sertão cearense. Tomado pela miséria, a ignorância e o

---

<sup>28</sup>Esses autores são notadamente representantes do pensamento positivista em ascensão no século XIX. Charles Darwin e Hebert Spencer estão associados aos ideais evolucionistas e a defesa de que no meio natural existiria uma luta pela existência, sendo este último intelectual defensor de uma educação voltada para a formação do caráter baseada no conhecimento científico. Gustave Le Bon adquiriu notoriedade por seus estudos de psicologia das massas e pela teoria de superioridade racial. Já August Comte, expoente do positivismo por excelência, com a máxima “ordem e progresso” enfatizava a existência de leis naturais que serviriam também para a organização da sociedade. Apesar dessa breve apresentação dos autores em separado, notamos que as concepções de todos se interligam e se complementam, pois fazem parte de um conjunto de pensadores com ideias comuns.

fanatismo religioso, o sertanejo seria o oposto do indivíduo que habitava o litoral, local por excelência da civilização no Nordeste: “aqueles que nunca deixaram a estreita orla da civilização litorânea, de empréstimo, há de parecer que exagero”. (LOURENÇO FILHO, 2002. p. 141)

É interessante pensarmos que, em fins do século XIX e início do século XX, o termo “sertão” não era entendido somente como as terras do interior do Brasil, mas como um limite, a partir do qual se definia o espaço atrasado e o moderno. O sertão representava o território submisso à natureza e, portanto, espaço da barbárie, ao passo que o litoral se constituía como o espaço da civilização (TRINDADE, 2009). Desse modo, a escrita de seu livro era uma forma de expor e denunciar o fanatismo religioso, o cangaço, o analfabetismo e etc, entendidos por Lourenço Filho como os problemas mais profundos do sertão cearense e como barreira que se erguia contra o progresso nacional.

Para o intelectual paulistano, as diferenças encontradas no homem do sertão em relação aos que habitavam o litoral eram inegáveis, ainda que em muitos casos, elas fossem mais negativas do que positivas. Mais do que simplesmente revelar os percalços para o restante do país, Lourenço Filho acreditava que era necessário se conhecer os problemas do Brasil para tratá-los de maneira correta. Seu empenho, pois, em escrever uma obra como *Juazeiro do Padre Cícero*, resultou de uma constatação muito discutida ao longo da década de 1920: para obter êxito, a educação precisaria ser adaptada ao meio e modificada de acordo com a realidade em questão.

A criação de um sentimento urgente quanto à alfabetização de toda a população, fez-se primar por uma escola que, antes que qualquer coisa, visava a desanalfabetização pura e simples de seus usuários, desconsiderando as diferenças regionais de uma população entendida enquanto heterogênea pelos intelectuais do período. Isto é, buscou-se durante muito tempo, investir em um ensino que via no “ler, escrever e contar” o antídoto para os problemas da cultura dos indivíduos. Depositou-se em uma educação meramente teórica subsídios para formar física, intelectual e moralmente as crianças brasileiras. A partir dos movimentos reformistas e do contato direto com os chamados educadores profissionais, responsáveis por tais empreendimentos, essa compreensão de educação mais tradicional começou a cair por terra.

A dedicação de Lourenço Filho aos assuntos da educação já vinha de longa data, o que explica o envolvimento deste intelectual em campanhas em favor da

educação e a sua compreensão de que era preciso urgentemente se fazer uma reforma no sistema de ensino brasileiro. Tendo ministrado, com apenas 24 anos, a cadeira de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal de São Paulo em 1925, disciplina ministrada anteriormente por Sampaio Dória<sup>29</sup>, Lourenço Filho fazia parte de uma geração de intelectuais que se colocava a frente do processo de modernização do país, um grupo que pouco tempo depois fundaria a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, em torno da qual se desenvolveria um grande debate acerca da educação e sua função.

O principal objetivo da ABE era discutir como deveria ser organizado o ensino no Brasil e qual o melhor método para esta organização. A Associação Brasileira de Educação, formulou um novo entendimento do que seria o ato de educar, fruto do resultado da aplicação de experiências da chamada pedagogia moderna por meio de sistemas educacionais como o ensino ativo<sup>30</sup>, que impulsionariam a busca por uma educação que, compreendendo as diferenças de cada região, viesse a colaborar em seu desenvolvimento.

Quando Lourenço Filho afirmou que a unidade-Nação não era uma simples soma de unidades-indivíduo, queria dizer que a Nação não era um corpo homogêneo composto por sujeitos similares, mas um conjunto de pequenas e diferentes unidades, sendo que para ele, algumas se encontravam mais desenvolvidas do que outras. Por conseguinte, não bastava adotar em todos os estados brasileiros o mesmo sistema educacional, era preciso adaptá-lo de acordo com a realidade de cada região, de modo que os sujeitos pudessem receber por meio do ensino, condições de atuar em suas

---

<sup>29</sup> Antônio de Sampaio Dória nasceu em 25 de março de 1883, em Belo Monte, Alagoas, tendo se mudado em 1889 para São Paulo onde concluiu o ensino primário. Bacharel em Ciências jurídicas e Sociais, Sampaio Dória ingressou como professor da Escola Normal Secundária de São Paulo em 1914. Nessa instituição Dória exerceu profunda influência sobre a formação intelectual de Lourenço Filho, onde, segundo o próprio Lourenço Filho, Sampaio Dória transformava todas as aulas em seminários, reforçando a ideia de que o Brasil só poderia ser construído pelo investimento em educação. Sampaio Dória foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, signatário do Manifesto dos Pioneiros de 1932 e um dos fundadores da Liga Nacionalista de São Paulo, na qual integrou a Comissão de Educação Cívica e a Comissão de Instrução. Sampaio Dória foi também o grande idealizador da Reforma Educacional de São Paulo em 1920, projeto que buscava prioritariamente a erradicação do analfabetismo e a difusão de uma escola básica voltada para a formação do cidadão republicano. Sampaio Dória faleceu em 1964 em São Paulo, aos 81 anos. Ver: CARVALO, Marta Maria Chagas de. **Sampaio Dória**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

<sup>30</sup> Lourenço Filho em seu trabalho intitulado *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, publicado em fins da década de 1920, conceituou a escola ativa como um modelo de escola em que se: “concebe a aprendizagem como um processo de aquisição individual, segundo condições personalíssimas de cada discípulo. Os alunos são levados a aprender observando, pesquisando, perguntando, trabalhando, construindo, pensando e resolvendo situações problemáticas que lhes sejam apresentadas, quer em relação a um ambiente de coisas, de objetos e ações práticas, quer em situações de sentido social e moral, reais ou simbólicas.” (LOURENÇO FILHO, 2002.p.233).

realidades, solucionando seus problemas mais urgentes. Há, portanto, na obra de Lourenço Filho uma compreensão evolucionista da história, segundo a qual era preciso se atingir uma posição específica na escala do progresso o que gera, por sua vez, uma noção também hierarquizante. É esse tipo de pensamento que alimenta uma série de outras ideias que vão aos poucos solidificando a imagem do sertanejo como sujeito subdesenvolvido, sendo a educação reduzida a um mero instrumento para se chegar ao estágio socialmente esperado de um processo civilizador.

A compreensão de que uma educação meramente letrada resultava em uma formação burocrática e pouco útil para a vida prática não era questão presente apenas no discurso de intelectuais cearenses. Essa era uma constatação que marcou escritos e falas de diversos outros intelectuais brasileiros como Lourenço Filho, Sampaio Dória e Anísio Teixeira. Entretanto, diante dos problemas climáticos, no caso do Ceará, a busca por uma educação objetiva somava-se à luta pela sobrevivência. Para Lourenço Filho, a população letrada, ou seja, a minoria que havia ultrapassado de alguma forma o curso primário, e alcançado as escolas complementares, técnicas, curso normal e, raramente, o ensino superior, ficava inerte nos períodos em que a seca assolava o Estado. A ineficiência diante da situação seria resultado da falta de adequação a realidade cearense, pois essa educação, “ao invés de adaptar-nos à terra, de no-la cifrar, desadaptamo-nos e dela nos procura isolar”. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 143)

A falta de proximidade com o meio diminuía também o empenho, daqueles que receberam uma educação teórica, de trazerem melhorias para os problemas de sua região. Por outro lado, era o sertanejo analfabeto quem lavrava a terra, cuidava do gado, cavava cacimbas e não abandonava suas terras, a não ser como última alternativa, perante as dificuldades mais pesadas. O sertanejo iletrado nasce e aprende a conviver com a sua realidade desde cedo com as armas que possui, sendo esse apego à terra, proveniente justamente da proximidade que estabelece com ela no trato profissional e cotidiano, misturando os dois no âmbito afetivo.

Desse modo, Lourenço Filho não defendia uma educação desvinculada do preparo intelectual, ou muito menos fazia um elogio à ignorância. O que o intelectual procurava sistematizar, a partir de sua escrita, era que a educação voltada somente para uma formação erudita não era suficiente, sendo imprescindível o exercício do intelecto vinculado ao desenvolvimento da realidade social. Isto é, a educação não poderia ser cingida do contexto social, mas deveria ser direcionada para uma vida concreta a fim de

solucionar problemáticas reais. Nesse caso, não era interesse de Lourenço Filho uma criança idealizada e uma infância cultivada de modo deslocado de seu ambiente de vivência:

O problema educacional brasileiro é muito mais complexo do que a simples alfabetização, que só poderá ser proposta, como solução empírica, pelos que desconhecem o meio e as suas necessidades ou os resultados sociais simples do aprendizado da leitura e da escrita. O problema não pode ter uma solução simplista como essa. A leitura pode ser uma necessidade pública de organização e de progresso, um dos elementos de elevação do indivíduo, ninguém o nega, mas não é o elemento essencial das bases da cultura. É simples instrumento. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 142).

Daí a crítica aos discursos que buscavam homogeneizar as populações brasileiras. Tal atitude era o primeiro passo para a construção de uma sociedade e uma educação idealizada e, portanto, ineficaz. Era preciso ir além, buscar compreender as diversas identidades existentes no Brasil e aprender a conviver com elas. Isso não quer dizer também, que todas as tradições e peculiaridades devessem ser conservadas, muito pelo contrário. No tocante ao estudo realizado sobre Juazeiro, a principal temática do trabalho desenvolvido por Manuel Bergstrom Lourenço Filho diz respeito ao fanatismo religioso o que leva o intelectual classificar o município cearense de “Meca do Cariri”, reiterando a ideia errônea de que tanto o sertanejos – e os povos islâmicos – são essencialmente fanáticos. Lourenço Filho acreditava assim que tal problema deveria ser combatido não somente pelos cearenses, mas por todos os que desejavam o progresso do Brasil, pois não se tratava de um impasse regional, mas nacional. Juazeiro era para Lourenço Filho a síntese dos principais problemas sociais do Brasil, e a inércia a que estava sujeita a população daquele município era um reflexo de tantos outros sujeitos espalhados por outras paragens do território nacional.

Para Lourenço Filho, a alma do sertanejo, “agitada e confusa” era consequência de seu primitivismo, oriundo da falta de formação intelectual, o que propiciava a ascensão de lendas no pensamento popular, bem como um comportamento muitas vezes selvagem. Sua cultura era transmitida quase sempre pela oralidade devido ao fato da maioria da população ser quase sempre analfabeta, o que projetava em Lourenço Filho uma sensação de retrospecto, pois para ele penetrar no sertão era o mesmo que mergulhar no passado” (LOURENÇO FILHO, 2002.p.25). Esse passado, por um lado, se faz saudoso, idílico, quase heroico, mas, por outro, precisa ser superado e transformado apenas em uma lembrança.

O impacto daquele que se acostumou a viver em cidades cosmopolitas, como o “brasileiro do sul”, em contato com as vilas, meios de transporte, manifestações políticas e religiosas do Nordeste<sup>31</sup> era o de um retrocesso de décadas. Essa ideia trazida por Lourenço Filho endossa a teoria de que mais do que ser as terras do interior, o sertão era visto como lugar de barbárie. Todavia, é preciso salientar que esse entendimento se aplicava não somente ao sertão nordestino, mas ao sertão brasileiro de um modo geral. Afinal, o Jeca, personagem de Lobato foi criado a partir da experiência do escritor no interior de São Paulo e não no Nordeste brasileiro. O desconhecimento do território nordestino intensificava todo um imaginário construído em torno do Nordeste e seus habitantes, tanto de forma depreciativa como não, pois se o isolamento em que viveria o sertanejo podia ser sinal de atraso, também podia ser sinal de resistência.

Nesse sentido, Lourenço Filho afirmava que, após a primeira reação de espanto frente ao “atraso nordestino”, a surpresa daria lugar à piedade e ao respeito, uma vez que ao se tomar conhecimento das dificuldades da vida no sertão cresceria sobre o olhar do observador o reconhecimento do valor do sertanejo. A dificuldade apareceria também como elemento formador de um bom caráter e o sofrimento se transformaria em estímulo, que impulsionaria o nordestino a superar seus limites, instituindo a imagem do sertanejo como detentor da força e da perseverança. Há, desse modo, uma mudança uma transformação no olhar dirigido sobre essa realidade, pois da pobreza e do sofrimento em virtude das dificuldades do espaço pode nascer também um herói. Foi a partir dessa teoria que surgiu na literatura cearense o *Mané Xiquexique*, homem corajoso do sertão, saído das páginas e da imaginação de Ildefonso Albano.

### ***2.1.3 “Dê-lhe educação, desaparecerá a rudeza”: o Mané Xiquexique de Ildefonso Albano***

---

<sup>31</sup> Utilizamos aqui os termos Norte e Sul em virtude da presença de ambos em jornais, relatórios e outros documentos analisados do início do século XX. Segundo Durval Muniz (2012), o termo Nordeste surge a partir da criação da IFOCS em 1919 para designar a área do Norte atingida pelo fenômeno das secas. Há ainda no início da década de 1920 o uso genérico dos termos Norte e Sul, sendo o termo Nordeste muitas vezes empregado como sinônimo de Norte, e a palavra Sul aplicada para designar o espaço oposto ao qual se pensava a identidade do Nordeste, ainda que esta não estivesse consolidada.

Publicado em 1919 no Ceará, *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*<sup>32</sup>, de Ildefonso Albano, foi inventado para ser uma resposta ao livro *Urupês* de Monteiro Lobato lançado em 1918. O livro era originado de outro artigo intitulado *Velha Praga*, publicado originalmente no jornal *O Estado de São Paulo* em 1914. *Velha Praga* trazia em seu conteúdo a indignação do escritor com os métodos tidos como rudimentares do sertanejo para com a terra e a conseqüente lentidão em que, acreditava o escritor, caminharia o Brasil em direção ao progresso. Escrito em formato de carta, *Velha Praga* acabou sendo publicado como artigo pelos editores do jornal, muito interessados que ficaram pelo texto de Lobato. Posteriormente outros textos do escritor foram publicados no mesmo jornal, tendo o *Urupês*, escrito de maior fama, e mais outros 13 textos, dado origem ao livro lançado em 1918. Em *Urupês*, aparece pela primeira vez o personagem Jeca Tatu, em torno do qual se renderia grande polêmica por se tratar de uma figura desleixada, descuidada com a higiene, e despreocupada com a educação, tendo sido interpretado por muitos como a representação da miséria e do atraso no Brasil.

A crítica tecida por Lobato sobre a construção de uma imagem idealizada do sertanejo recaiu, especialmente, no indianismo que instituiu a visão do nativo como homem de coração nobre, dotado de virtudes, tal como presente em obras de escritores como José de Alencar. O romance indianista do escritor cearense teria originado também o “caboclisto”, sendo modificado apenas a figura de exaltação, do índio para o caboclo. Permanecia, porém, o “substrato psíquico” e o perfil do homem corajoso, independente e viril. Essa idealização se, por um lado, permitia a exaltação do homem brasileiro, por outro escondia os verdadeiros problemas sociais do país: “Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!” (LOBATO, 2012.p. 13).

Em tom bem distinto, José de Alencar também é citado por Ildefonso Albano, a quem dedica sua obra *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*<sup>33</sup>. Segundo Ildefonso Albano, a imagem do sertanejo do Paraíba do Sul, região onde Monteiro Lobato havia nascido, como inerte em sua rotina e que não reage diante das mudanças e

---

<sup>32</sup> Optamos por utilizar a grafia *Xiquexique* com “x” ao invés de *Chique- Chique*, como “ch”, modo como o termo era escrito no período de recorte dessa pesquisa, conforme podemos constatar na publicação do livro de Craveiro, e também em jornais do período. O mesmo vale para a expressão *Brasil Seco*, que optamos por utilizar com a linguagem hoje corrente ao invés de *Brasil Sêcco* como encontramos em documentos das primeiras décadas do século XX.

<sup>33</sup> Apesar de também dedicar sua obra à Juvenal Galeno, Rodolfo Teófilo e Antônio Sales, na terceira edição – a única a que tivemos acesso – a dedicatória à José de Alencar aparece em página separada com visível destaque: “A gloriosa memória de José de Alencar, através de cujo romance IRACEMA, suspira e canta a jandaia”.

acontecimentos do país, não servia para o sertanejo do Nordeste. Este possuía naturalmente uma série de qualidades encontradas apenas no sertão nordestino e, para explicá-las, no início de cada capítulo, Ildefonso Albano faz uma alusão a obra de Lobato com expressões como, enquanto o Jeca “está de cócoras”, “vegeta”, “modorra” ou “vive qual lesma”, Mané Xiquexique está sempre ativo. Para tanto, Albano descreve as atividades que em seu entendimento caracterizam a peculiaridade admirável do sertanejo não apenas nordestino, mas cearense. Dividindo Mané Xiquexique em várias facetas, o autor vai nos levando a conhecer o cotidiano do personagem, ao mesmo tempo em que nos permite conhecer também a vida no sertão.

Embora para Ildefonso Albano o Jeca de Monteiro Lobato significasse um desrespeito ao homem do interior, para Lima Barreto escritores como Albano “sangraram em saúde”<sup>34</sup>, pois teriam se dedicado a responder uma crítica que não havia sido feita de fato por Lobato. Para Lima Barreto, o que Lobato descrevia em *Urupês* era sua própria terra, não sendo intenção do escritor encaixar qualquer outro lugar ou sujeito dentro de sua obra: “Ele não tem pretensões simbolistas, como nunca tiveram os grandes mestres da literatura.” (BARRETO, [200-?], p. 61). Lima Barreto acrescenta ainda que o motivo pelo qual Ildefonso Albano se sentiu impelido a defender o sertanejo não foi resultado do escrito de Lobato em si, mas de uma forma do próprio cearense de se entender como diferenciado do restante dos brasileiros:

Todos os nortistas, especialmente os cearenses, estão dispostos a fazer deles, senão esforçados "preux", ao menos tipos de uma energia excepcional, de uma capacidade de trabalho extraordinária e não sei o que mais.

Citam, então, o Acre, criação do cearense exul. Não me convence. Julgo que haveria tenacidade, energia no trabalho, não na emigração, no êxodo, mas na constância em lutar com o flagelo climatérico que assola aquele Estado e os circunvizinhos.

Essa energia, essa tenacidade se faria constante, se, de fato, existissem, para aproveitar os bons anos de chuvas, construindo obras ditadas pela própria iniciativa daquelas gentes, de modo a captar as águas meteóricas e outras, para os anos maus. Mas tal não se dá; e, quando chegam as secas, encontram as populações desarmadas. (BARRETO, [200-?], p. 61).

Embora Lima Barreto não tenha concordado com o motivo pelo qual Ildefonso Albano se dispôs a escrever sobre seu Mané Xiquexique, o escritor carioca continua ressaltando que se o cearense não se destacava pela intensa energia empregada para trabalhar, se diferenciava pela persistência constante na luta contra a seca. Essa energia da qual se gabaria o homem do Norte era, na visão de Lima Barreto,

---

<sup>34</sup> BARRETO, [200-?], p. 60.

desperdiçada, pois não era catalisada para desenvolver tecnologias para armazenar o montante de água das chuvas para os períodos de flagelo. Mesmo assim, mais uma vez a luta pela sobrevivência seria o carro-forte do homem do Norte, em especial o cearense, ideia abordada tanto por Lima Barreto quanto por Ildefonso Albano, sendo que o primeiro a utiliza em tom irônico e o segundo como argumento de exaltação.

De fato, o sertanejo aparecia descrito na literatura cearense como sujeito dotado de uma força e resistência especiais e de uma honestidade não encontrada em nenhum indivíduo de outras regiões do país. A chegada dos anos de 1920 e a ênfase dada nas particularidades de cada região fez emergir um discurso regionalista que buscava, por meio de elementos comuns, criar uma identidade única sem, contudo, destruir a ideia de unidade nacional, levada a cabo especialmente por intelectuais vinculados a instituições como museus etnológicos, institutos históricos e escolas de direito e medicina<sup>35</sup> que se debruçaram sobre a missão de descobrir a nova identidade do país, singular porque diferente, de modo mais localizado.

No Ceará, como apontou Lima Barreto, intelectuais instituíram a imagem do sertanejo cearense como distinto de todo o restante do Brasil, “uma exceção no país, isto é, que tem características diferentes entre os demais filhos do norte e do sul da União”<sup>36</sup>. Os homens de letras dissecaram o homem do sertão, procurando na natureza razões para sua particularidade e, ao mesmo tempo, chamaram atenção para o fato de que o cearense não havia sucumbido ao meio, mas, sim, buscado a “defesa de uma nação civilizada, nova, moderna, racional, evolutiva e progressista.

A partir da fala de Ildefonso Albano percebemos que o argumento utilizado por Newton Craveiro em *Quem é o Sertanejo* se repete. Para ambos os autores, o sertanejo era objeto de estudo constantemente analisado, “esquartejado” e “dissecado” por estudiosos com mais conhecimentos teóricos do que propriamente de causa. O resultado final da análise também não era novidade nem para Ildefonso Albano e nem mesmo para Lima Barreto: “a distinção dos cearenses estaria dada assim pela sua mobilização de luta contra o meio.” (OLIVEIRA, 2012, p. 154).

Dentre os intelectuais que se dedicaram a essa discussão, Ildefonso Albano se destacou por sua atuação em diferentes âmbitos do poder, ora como literato, ora ocupando cargos políticos. Mas quem era Ildefonso Albano? De onde vinha esse desejo

---

<sup>35</sup> Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>36</sup> BEZERRA, 1906 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 152.

de promover uma imagem tão característica do sertanejo? Que relações havia entre o intelectual e o povo cearense?

Ildefonso Albano nasceu em Fortaleza, em 12 de fevereiro de 1885. Estudou no Seminário da prainha em Fortaleza, e cursou o ensino primário e secundário em escolas na Áustria e Grã-Bretanha. Neto de comerciante, Ildefonso dedicou-se a atividade comercial na firma Albano & Irmão, pertencente ao seu avô José Francisco da Silva Albano, o Barão de Aratanha, até ingressar na vida política em 1912, onde ocupou os cargos de intendente de Fortaleza (1912-1914), deputado federal por duas legislaturas (1915-1917 e 1918-1920) e presidente do Estado, por ocasião do falecimento de Justiniano de Serpa em 1923. Albano foi também o fundador da Sociedade de Agricultura do Ceará e, apesar de sua formação acadêmica ter se dado no exterior, dedicou-se sempre a escrita de obras voltadas para temas em voga na sua terra natal, tendo publicado, *A Pecuária no Ceará*, *A Cultura do Algodão no Ceará*, *Jeca Tatu e Mané Xiquexique* e *O Secular Problema do Nordeste* (discurso político). Destas obras citadas, as que mais obtiveram reconhecimento foram as duas últimas, contribuindo para a formação de um estereótipo do sertanejo por meio do discurso literário e político.

*O Secular problema do Nordeste* foi publicado a partir de um discurso proferido por Ildefonso Albano, em 15 de outubro de 1917<sup>37</sup>, enquanto este ocupava o cargo de deputado federal. O discurso foi publicado sob o formato de folheto, subvencionado pelo governo do Ceará e posteriormente publicado também pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. “O secular problema do Nordeste” era apresentada ao restante do Brasil, em especial aos “homens de responsabilidade do país” a realidade do nordeste do país, pois o descaso para com essa região seria fruto do desconhecimento da calamidade enfrentada nos períodos de seca.

A justificativa apresentada para a elaboração de tal discurso decorreu das conversas realizadas dentro da Câmara Federal, uma vez que, segundo Albano, seus

---

<sup>37</sup> É interessante que, apesar dos prejuízos incontestes causados pela seca de 1915, em 1917, quando do pronunciamento de Ildefonso Albano na Câmara Federal, havia no Ceará urgência de socorro às populações sertanejas, mas não em virtude das secas e sim, das cheias: “O copioso inverno que, este ano, caiu sobre todo o nordeste brasileiro, causando danos avultados, determinou, em diversos pontos do Ceará, uma calamidade outra espécie, a das inundações, que mais intensamente se fizeram sentir na zona percorrida pelo Jaguaribe, cujas águas transbordantes se espalharam até grandes distâncias, submergindo casas, lavouras e criações”. (Relatório Presidencial de João Thomé de Saboya, 1917, p. 9.). Contudo, o discurso que classificava o Ceará como terra seca e escassa de chuvas era tão forte que era difícil de se propagar o contrário, especialmente porque era desse discurso de penúria que provinha a verba do Governo Federal. Para as secas e cheias eram apontadas nos relatórios presidenciais a mesma solução: a construção de reservatórios que pudessem acumular toda a água proveniente dos invernos, sobretudo os mais intensos, para uso nos períodos de estiagem.

colegas não possuíam a dimensão que o problema da estiagem causava para os Estados por ela atingidos. No entanto, mais do que um discurso de conscientização para os “desinformados”, a fala de Ildefonso Albano possuía outros interesses políticos. Como nos aponta RIOS (2014), *O Secular Problema da Seca* era uma estratégia para conseguir maiores verbas do governo Federal para o Estado do Ceará, o que o deputado fazia apresentando o quadro de miséria em que a multidão de famintos viviam.<sup>38</sup>

No discurso de Ildefonso Albano, publicado em modelo de relatório, constava itens relativos à geografia física do Ceará, à fome e à miséria, resultantes da seca. Há ainda, relatos de sertanejos que enfrentaram o período de estiagem, dados econômicos sobre o plantio de cereais, a listagem das obras de açudagem existentes e em construção até aquele momento, além de uma parte dedicada aos emigrantes tendo, inclusive, em destaque a opinião de Euclides da Cunha sobre a retirada dos cearenses para a Amazônia. Ildefonso Albano desejava denunciar a situação de abandono em que se encontrava o Nordeste do Brasil, ressaltando a problemática das secas não como percalço regional, mas nacional. Era preciso projetar medidas capazes de desenvolver o Nordeste pelo próprio nordestino e não que estimulasse a retirada de milhares de sertanejos do Nordeste para o Sul do Brasil, conforme sugeria um colunista do *Jornal do Comercio* em 17 de março de 1916, citado por Ildefonso Albano:

Suspendamos, pois, esta lucta inglória, inútil, louca com que nossos mirrados braços pretender armazenar nos sertões do Ceará agua suficiente para desalterar o sol tropical e deixar ainda sobras para a boca do homem. Não interremos mais um vintém nesse deserto americano quase tão branco, como as areias do Sahara, pelas alvas ossadas que já o cobrem. Si das priveiras vezes que o terrível flagelo da seca açoitou as nossas provincias do Norte tínhamos o direito de nos queixar da natureza, agora já não o temos (...) Persistir em conservar ali uma população é um crime idêntico ao que commetteria na Suissa reedificando uma aldeia em logar provavelmente escolhido pelas avalanches para suas correrias. Feliz o paiz em que os males que aflige os homens do norte oferece remédio a própria terra do sul. S. Paulo, Minas, Rio de Janeiro lutam com a falta de braços e com a carestia do trabalho rural para a exploração de suas riquezas. Para fornecer os braços

<sup>38</sup>É interessante que, apesar dos prejuízos incontestes causados pela seca de 1915, em 1917 quando do pronunciamento de Ildefonso Albano na Câmara Federal, havia no Ceará urgência de socorro as populações sertanejas, mas não em virtude das secas e sim, das cheias.: O copioso inverno que, este anno, caiu sobre todo o nordeste brasileiro, causando danos avultados, determinou, em diversos pontos do Ceará, uma calamidade outra espécie, a das inundações, que mais intensamente se fizeram sentir na zona percorrida pelo Jaguaribe, cujas águas transbordantes se espalharam até grandes distâncias, submergindo casas, lavouras e criações. (Relatório Presidencial de João Thomé de Saboya, 1917.p.9.). Contudo, o discurso que classificava o Ceará como terra seca, escassa de chuvas era tão forte que era difícil de se propagar o contrário, especialmente porque desse discurso de penúria provinha a verba do Governo Federal. Para as secas e cheia eram apontadas nos relatórios presidenciais a mesma solução: a construção de reservatórios que pudessem acumular toda a água proveniente dos invernos, sobretudo os mais intensos, para uso nos períodos de estiagem.

de que necessita o Sul, não é de certo suficiente a região assolada do norte, justificadas estão as despesas feitas e que se farão para instalar o colono europeus nas nossas terras. Mas esse contingente dos homens que nos pode vir do Ceará, aliviando aquelle Estado de uma população que ele não consegue nutrir, não deve ser desprezado como boa imigração que será para os Estados do Sul (...).

Há pois uma solução para os problemas das secas do norte que em um só golpe cura dous males e, entretanto, os políticos brasileiros passam ao lado dela para ir buscar em complicadas e custosas obras de engenharia o remédio que umas simples viagens paquetes Llod forneceriam.

Que venham os flagelados do Ceará para S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro, como vae de sua causa para a de um parente o enfermo que não tem recursos e necessita mudar de ares. (p. 73).

Ildefonso Albano reconhecia não ser única a opinião do colunista anônimo citado, mas uma dentre tantas outras que partiam de indivíduos que pensavam da mesma forma, passando a classifica-los como “brasileiros para os quaes o Brasil se resume na capital do paiz, S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro”, “patrícios” cujo “horizonte visual só chega até a Europa”. *O Secular Problema do Nordeste* foi pronunciado não apenas por Ildefonso enquanto cidadão brasileiro e nordestino, mas enquanto homem político que tentava atrair a atenção do governo federal para a solucionar os problemas de sua região. Seria o discurso da seca e de seus horrores que iria reforçar a imagem de uma região abandonada pelos poderes públicos, a exemplo do que relatou Ildefonso Albano: “Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Estados do Norte, compondo a imagem de uma área miserável e pedinte” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 72). Em meio a tantas mazelas, porém, permanecia para Albano o sertanejo como individuo incorruptível, generoso e valente.

Este modelo de sertanejo, descrito por Ildefonso Albano, foi personificado em *Mané Xiquexique*, exemplo de homem que não se curva a dificuldade e que não cede às pressões de brasileiros com a mente estreita. Ildefonso Albano queria caracterizar o sertanejo como homem não da teoria, mas da prática. Mané lavrador conhece a terra e tira dela o alimento, a riqueza e seu sustento. Conhece bem o seu ofício, sabe como escolher um terreno adequado e o que deve fazer para obter sucesso na colheita, “fala pouco mais age muito” (ALBANO, 1969, p. 51). Bem diferente da suposta vida inerte descrita por Lobato, Mané, vaqueiro montado em seu cavalo, leva a vida agitada do campo, possuindo na pecuária a sua principal alegria.

Mané Xiquexique foi retratado ainda como sujeito independente dos avanços tecnológicos do período, ou seja, a chegada tardia ou a não chegada dos

recursos tecnológicos para o sertanejo também não seria um problema<sup>39</sup>. Essa ausência de contato com a modernização ou um contato menos intenso, caracterizava o sertão como espaço primordial da nacionalidade por ainda não ter sido corrompido com outras culturas, e o sertanejo como sujeito genuinamente brasileiro (ALBUQUERQUE, 2011). Outra característica valorizada para Albano era a honestidade que em Mané não precisa ser aprendida e nem ensinada, pois era natural do sertanejo que, assim, leva uma vida livre. Ao mesmo tempo em que levaria uma vida tranquila, o vaqueiro Mané seria também uma figura exótica que com sua roupa de cor, acreditava que a melhor coisa que Deus deixou para ele foi cuidar do gado, o que faz dele também um homem religioso.

Longe de ser homem que desconhece o sentimento de Pátria, como afirmou Lobato em *Urupês* e “acima de qualquer coisa”, Mané Xiquexique, o sertanejo nordestino, era homem preocupado com as causas de sua Nação, tomando a frente das lutas mais importantes da história do Brasil:

Reza a História que, cinco anos do grito do Ipiranga, já se ouviu um grito de Liberdade, que percorrendo os sertões do Nordeste, ecoara nas quebradas do Araripe.

Quatro anos antes do 13 de Maio, já estavam partidos os grilhões e fechadas as senzalas em vastas zonas do Nordeste: não mais se davam as cenas de selvageria, nem mais se ouviram as lamentações e gemidos dos infelizes escravos.

Antes do 15 de Novembro, 65 anos já existira em territórios brasileiros a Confederação do Equador (...)

Quem deu o exemplo a Pedro I? Quem precedeu a Isabel, a Redentora?  
Quem se adiantou a Deodoro?

Foi Mané Xiquexique! (ALBANO, 1962, p.40-41)

Ildefonso Albano pretendia assim desmistificar a ideia de que, em virtude da miséria e do sofrimento causados pela seca, o homem do Nordeste seria inerte diante das transformações políticas, sociais e econômicas do país. Como percebemos no escrito acima, o sertanejo nordestino havia em diversos momentos da história nacional, atentando antes de qualquer outra região brasileira para os problemas nacionais, como a luta pela autonomia do Brasil e, posteriormente, por um governo republicano, a percepção dos prejuízos que a mão de obra escrava trazia para o país a nível econômico e o que isso significava do ponto de vista social. O próprio Mané Xiquexique era fruto desse mundo de exclusão. Explorado pelos grandes latifundiários e vítima da miséria,

---

<sup>39</sup> “No escuro da noite, toma por baliza as estrelas” (ALBANO, 1969, p. 53).

Mané Xiquexique era a figura à margem do sistema, a mão de obra barata utilizada como saída para o fim do regime escravocrata.

Rememorar os momentos históricos considerados decisivos para a nação brasileira era uma forma de legitimar o presente por meio do passado. Ao trazer de volta todos esses episódios, Ildefonso Albano trazia também a memória de um passado glorioso investido de sujeitos que, por meio de ações de bravura, modificaram o fluxo da história nacional. Nessa narrativa, Mané aparece quase como abolicionista e militante republicano, o fato de ser um descendente de negros e índios não se sobressaía como elemento importante para explicar a relação de Xiquexique com essas questões. Podemos afirmar que Ildefonso se vale da figura do caboclo para legitimar o poder das elites no Nordeste.

A luta, inclusive a política, aparece na escrita de Albano como produto do meio físico, visto como agente condicionante para o caráter do sertanejo. Aqui encontramos um ponto comum na escrita de Craveiro, Lourenço Filho e Ildefonso Albano: o engendramento do perfil do homem nordestino como sujeito construído a partir da luta contra o meio, em que uma rotina árdua converte o trabalho e o sofrimento em predicado moral. Ildefonso Albano, como a maioria dos intelectuais de seu tempo, não negava a existência da condição sofrida do nordestino, mas se utilizava desse estado como trunfo na defesa de que “apesar de tudo” esta era a grande qualidade do sertanejo do Nordeste: a sua habilidade de conviver com tal situação.

Em uma época em que literatura e jornalismo estavam muito ligados, as críticas não foram externadas somente por meio de livros, mas também por meio de jornais, ora de intelectuais que defendiam o posicionamento de Lobato, ora daqueles que discordavam do perfil criado pelo escritor para explicar a essência do sertanejo brasileiro. Quando em agosto de 1920, Francisco Coelho de Paula, na coluna *Carta Aberta*, do Jornal *A Lucta*, ao expor os problemas econômicos do Ceará em virtude da seca ocorrida no ano anterior, utilizou o livro *Urupês* para questionar o desenvolvimento do Estado Brasileiro, afirmando que o retrato do país estava “fielmente retratado” no livro de Monteiro Lobato, não tardou no mesmo jornal as críticas ao posicionamento do autor da coluna:

Outra coisa, meu amigo, que me causou espanto foi o dizeres que o retrato do Brazil estava fielmente impresso no livro *Urupês* de Monteiro Lobato. Antes de tudo, digo-te que é um absurdo e dos maiores que tenho visto em minha vida! (...) Repare que elle no seu tão conhecido livro não discreve sinão os typos

cachaceiros e preguiçosos, que vivem matando moscas, sentados indolentemente ao lado de um açougue ou na extremidade de um balcão, a beira de calçado jogando o “firo” ou debaixo de uma “empanada”, “divertindo-se com o luã pagando de 1 ou 2 vintens...Desses mesmos ainda escolheu aquelle grande escriptor nacional os piores specimens – o caboclo de olhos mais ranhentos para depois achar que são homens inacessíveis ao progresso.<sup>40</sup>

A citação acima é um pequeno trecho de um texto dirigido a Francisco Coelho de Paula publicado no mês seguinte, isto é, em novembro do mesmo ano. O título da provocação era *Cartas a Mané Xiquexique*, em alusão ao escrito do mês anterior intitulado *Carta Aberta* e também uma clara menção ao personagem de Ildefonso Albano. O autor do texto, embora não identificado, instituiu como argumento de destaque o fato de Lobato ter escolhido o pior “specimen” para representar o caboclo brasileiro. Percebemos, assim, que mais uma vez o Mané Xiquexique era utilizado para afirmar o que o sertanejo cearense não era: o sertanejo indolente e inadaptável ao progresso.

Mané Xiquexique de Ildefonso Albano, mais do que bom sertanejo, era a construção de um personagem cearense idealizado e de um cidadão perfeito para a República Brasileira. Possuía a dignidade dos bons homens, a ponto de considerar sagrado o seu lar, sendo, inclusive, sua máxima preocupação o comprometimento com a esposa e com os filhos. Mané Xiquexique, apesar do instinto justiceiro, respeitava as leis, apreciava os homens públicos do Estado ao ponto de decorar os discursos parlamentares, ao mesmo tempo em que conhecia os “vultos salientes” sabendo criticá-los com clareza de opinião.

Mané Xiquexique era assim um brasileiro lutador que, resistindo contra a seca, aniquilou a “raça de jeca-Tatus”, mantendo ao longo do tempo o trabalho e a honra do sertanejo nordestino. Este, todavia, sofria com a indiferença do governo, que lhe pagando com o descaso os sofridos anos de trabalho, apenas se lembrava dele para o recrutamento e para cobrar suas dívidas. Sua autenticidade tornou constante a sua coragem, conservando sempre a mesma bravura em qualquer circunstância, fatores que permitiam o progresso das cidades modernas, como era o caso de Fortaleza<sup>41</sup>, sustentadas pelo trabalho do sertanejo desconhecido:

---

<sup>40</sup> Trecho da notícia intitulada *Cartas a Mané Xique-xique*, publicada em 3 de novembro de 1920, em Sobral no jornal *A Lucta*.

<sup>41</sup> Ildefonso Albano ficou conhecido pelas reformas urbanas realizadas na cidade de Fortaleza, especialmente em sua parte central, como o traçado desenhado para as ruas e o alargamento das avenidas ao molde francês.

É esta a rocha viva da nacionalidade!

Esta capital moderna e saneada, cortada de belas avenidas, com vastos edifícios e luxuosos palácios, o nosso glorioso exército e a nossa poderosa marinha, esses magníficos portos, essas estradas de ferro, que percorrem os nossos sertões, esse intenso movimento comercial, os nossos produtos de exportação, tudo enfim, que está sob o auri-verde pendão da Pátria, tudo é produto do trabalho de Mané Xiquexique, formiga modesta e tenaz, motor anônimo da colossal máquina, sustentáculo obscuro da Nação, desconhecido, desprezado, vilipendiado. Sêria este o herói capaz de vencer a Natureza, se ela fora vencível. (ALBANO, 1969, p.90-91)

“Educado na áspera escola do sofrimento” como assinalou Ildelfonso Albano, o sertanejo do Nordeste brasileiro, apesar de suas qualidades naturais não possuía limites em seus horizontes, necessitava, porém, ser bem tratado e não mais esquecido pelo governo. O discurso construído por Albano durante toda a escrita de seu livro aqui em questão é aquele que defende a educação do sertanejo como forma de potencializar suas habilidades naturais, ressaltar o que lhe já é inato, tirando-lhe a barbaridade típica do sertão, resultante da convivência com a seca: “saiba tratá-lo e ele se deixará conduzir como um cordeiro; não o leve com jeito, êle se tornará espinhento. Forneça-lhe instrução, dê-lhe educação, desaparecerá a rudeza”. (ALBANO, 1969, p. 42)

Havia assim uma preocupação referente às estratégias para se moldar o sertanejo. Bastava dar-lhe a educação necessária para transformá-lo no cidadão ideal, não apenas para o Ceará ou o Nordeste, pois isso não se tratava de uma questão local, mas ideal para o Brasil. Nesse sentido, Albano atuou também como grande incentivador da Reforma da Instrução Pública iniciada em 1922 no Ceará, realizada por intelectuais do campo educacional cearense e dirigida por Lourenço Filho. Esse empreendimento educacional demonstrava uma preocupação com uma remodelação não somente da cidade em suas estruturas físicas, mas também uma reforma e disciplinarização dos sujeitos que fariam o uso desse novo espaço urbano que se formava. Tratava-se assim, de uma medida que visava a formação cidadã e política dos indivíduos necessária ao exercício dos deveres daqueles para com o regime republicano que se erigia.

A preocupação com a formação do cidadão ideal para a República, entendido na perspectiva de missão por parte dos intelectuais, se configurou também a partir de uma busca pelo que era ser brasileiro. Os autores abordados neste item são

exemplos de uma geração<sup>42</sup> herdeira do modo euclidiano de abordar a formação étnica e psíquica em virtude da dureza do meio, neste caso o sertão como lugar da barbárie. Ao mesmo tempo, estes autores apontaram como elemento civilizador a educação como forma de progredir socialmente.<sup>43</sup> A escrita desses autores tem em comum a formação de estereótipos, uma vez que os sujeitos não dizem de si, mas são ditos por outros. Ao passo em que Newton Craveiro, Lourenço Filho e Ildefonso Albano criaram discursos sobre o Nordeste e o nordestino, quando o descreveram e o caracterizaram, instituíram para eles uma realidade. Os estudos de Newton Craveiro sobre o sertanejo permitiram ao autor a escrita de uma obra que condensava a pedagogia moderna orientada por Lourenço Filho, mas que, por outro lado, mantinha preservada as concepções do nordestino como sujeito dotado de inclinações ao fanatismo, por exemplo. Newton Craveiro corroborava com as ideias de Lourenço Filho e Ildefonso Albano<sup>44</sup>, pela atuação daquele na luta pela solução da problemática da seca, na causa educacional ao lado de Justiniano de Serpa e mesmo em sua atuação como literato, como vimos em *Mané Xiquexique*.

Nesse sentido, as principais reivindicações da Reforma da Instrução Primária de 1922 estariam também ligadas a este entendimento de que a educação era o instrumento que o nordestino necessitava para alcançar esse progresso. Por sua vez, nas lições de *João Pergunta* se encontram sintetizadas as matrizes da Reforma liderada por Lourenço Filho, começando pelo fato do personagem principal da obra ser uma criança, fator que suscitou a comunicação livre, rompendo com o silêncio infantil na pedagogia

---

<sup>42</sup> É preciso lembrar que se entende aqui o termo geração, não como um conceito engessado concernente a uma periodização determinada, mas levando-se em conta também o fator cultural, isto é “o sentimento de pertencer – ou ter pertencido a uma faixa etária com uma forte identidade referencial” (SIRINELLI, 2006, p. 133).

<sup>43</sup> Faz-se necessário atentar para o fato de que foi escolhido neste primeiro momento uma breve análise sobre o pensamento social desses interlocutores, a fim de situar sua escrita dentro de um contexto maior. Isso porque, nesse momento, aqueles que se dedicavam aos movimentos reformistas e debates educacionais não eram necessariamente educadores de formação, mas intelectuais de cultura bacharelesca que compreendiam a educação como meio de organizar a sociedade. Assim, buscou-se observar a ação desses indivíduos na vida social enfatizando a relação da história intelectual com a história política, em que seria impossível pensar a cultura sem o poder que o político exerce sobre ela (SIRINELLI, 2002).

<sup>44</sup> O livro de Craveiro é dedicado a Ildefonso Albano como o “paladino do engrandecimento econômico do Nordeste”. É interessante que à época, Ildefonso Albano já havia assumido a presidência do Estado em virtude do falecimento de Justiniano de Serpa. Passados 82 anos, quando do relançamento de *João Pergunta* pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará em 2005, em projeto organizado pela professora e, à época, secretária da educação, Sophia Lerhce Vieira, a obra continuaria a ser dedicada ao governador do Estado, dessa vez na pessoa de Lúcio Alcântara. Percebemos assim, que *João Pergunta* é uma obra estreitamente vinculada ao poder público, uma vez que a iniciativa tanto de sua escrita quanto de seu relançamento tantos anos depois partiram de projetos do governo do Ceará.

tradicional com indícios de ensino ativo, promovendo, antes de tudo, uma reforma de ideias. *João Pergunta* unia assim três elementos de grande destaque nas discussões realizadas no processo de reforma do ensino cearense e, até então, tidos como separados pelo ensino tradicional: a sensibilidade, a ação e o pensamento<sup>45</sup>.

## **2.2 “Não se modificam apenas dispositivos regulamentares: reformam-se idéias”<sup>46</sup>: a escola primária cearense na década de 1920**

### ***2.2.1 A educação como pauta política: o que diziam os relatórios presidenciais sobre a escola cearense na década de 1920?***

É fácil de verificar que o progresso nacional está dependendo da transformação mental do povo, que virá abrir-lhe o caminho das descobertas científicas facilitando-lhe iniciativas para produzir mais e melhor, dando-lhes outros meios de pensar e de viver.<sup>47</sup>

Justiniano de Serpa, presidente do Ceará entre 1920 e 1923, pronunciou essas palavras em 1922. Naqueles anos, os discursos que giravam em torno da noção de progresso, fosse para louvá-lo e defendê-lo fosse para criticá-lo e rejeitá-lo, eram uma tônica do momento. Parte dessa atenção ao progresso deveu-se ao fato de que, de uma forma ou de outra, ele era visível no cotidiano das pessoas, particularmente daquelas que habitavam a cidade de Fortaleza. Afinal, aquele foi um período no qual o Estado passou por uma série de transformações econômicas, políticas e culturais<sup>48</sup>.

Justiniano de Serpa, não era conhecido somente pelo cargo que ocupava, sua notoriedade era resultado de uma vida política engajada, atuante em vários setores públicos. Serpa foi bacharel em Direito, professor do Liceu do Ceará, redator de jornais como *Diário do Ceará* e *A Constituição*, além de ser membro fundador da Academia Cearense de Letras. Pelo Partido Conservador, Justiniano de Serpa exerceu o cargo de

<sup>45</sup> LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. Introdução ao Estudo da Escola Nova: bases, diretrizes e sistemas da pedagogia contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

<sup>46</sup> CRAVEIRO, Newton. Prefácio. In: **João Pergunta ou O Brasil Seco**. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

<sup>47</sup> Trecho da mensagem presidencial lida por ocasião da instalação da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. **O Nordeste**, Fortaleza, 12 de julho de 1922. p.1.

<sup>48</sup> Com a chegada da década de 1920 o ritmo compassado e o bucolismo da Belle Époque fortalezense davam lugar a velocidade e a cadência frenética das multidões, tendo nesse período a população da capital cearense chegado na casa dos 100 mil habitantes. Ampliou-se o número de calçadas, de calçamentos e de novas ruas. A presença de bondes e automóveis demandavam uma nova configuração do espaço urbano pautado mais na racionalidade que no embelezamento do período anterior. (PONTE, 2007, p. 185-186).

deputado provincial entre 1882 e 1889. Sua fala, destacada acima, fora proferida no cenário de um dos episódios de maior reverberação dentro de seu governo: a Reforma Educacional de 1922. Em seu rápido mandato, Justiniano de Serpa deu início à reforma no sistema educacional do estado, considerado um dos mais ineficientes do país.

O discurso de Justiniano de Serpa é bastante característico dos intelectuais no Brasil naquele momento. Como resultado de uma descrença nas mudanças que a República não trouxe de imediato, muitos dos “homens de letras” se dedicavam a pensar o tema nacional (ainda que essa discussão já tenha sido iniciada no século XIX) aliado a um projeto que pretendia inserir o Brasil em uma ordem moderna. Havia um acirrado debate em torno do que era ser moderno e, as vésperas do centenário da Independência, o desejo de apresentar resultados mais significativos quanto a uma suposta “evolução” da sociedade ficava ainda mais forte, sendo que esse anseio por ser moderno era o primeiro sinal de que, de fato, ainda não o éramos. Nesse sentido, no início do século XX se intensificam os projetos de reformas para o país, e, neles, a área da educação se torna um espaço que congregava preocupações com a higiene, o patriotismo e a moral<sup>49</sup>.

Muitos desses projetos de reformas para o país tinham, no que concerne à educação, uma inspiração escolanovista<sup>50</sup>. Em se tratando de uma educação de base utilitarista, buscava-se a formação do indivíduo para a vida, levando em consideração a realidade de seu meio. Entendia-se que a educação estava intrinsecamente relacionada a alguma finalidade específica, buscando compreender o indivíduo enquanto sujeito concreto, percebendo a importância de se conhecer todos os estágios de seu desenvolvimento. As formas de organização de instituições nos moldes da Escola Nova eram muito dispendiosas em virtude de alguns critérios como o baixo número de alunos

---

<sup>49</sup> No início do século XX intensificam-se os projetos que visavam transformar o Brasil em uma nação. Nesse momento, a educação passou a ser um dos pontos mais visados pelos intelectuais do período na construção de seus projetos nacionais. Na busca pelo cidadão ideal, a higiene nos ambientes de ensino era fundamental, bem como os cuidados com o corpo: cidadão civilizado era aquele que possuía mente e corpo saudáveis. Desse modo, a higiene influenciava a boa educação e vice-versa, já que “o combate às moléstias não envolvia apenas as características físicas, mas, primeiramente, a competência mental dos indivíduos em desenvolver hábitos saudáveis.” A Reforma Educacional de 1922 no Ceará, fundamentada na lei 1.953 de 2 de agosto de 1922, tinha entre suas diretrizes a criação da Inspeção de Assistência Médico-Escolar realizadas pela Inspetoria de Saúde Pública. Esta última foi designada para atender aos estudantes, professores e funcionários das escolas, regularizando licenças de professores até então muito extensas e desorganizadas. Para uma discussão mais aprofundada ver: ALVES, Raquel da Silva. **Antropometria Pedagógica**: a ciência no ensino primário cearense na década de 20. In: MEDEIROS, Aline da Silva; RIOS, Kênia Sousa; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Imaginário e cultura**. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural- UFC: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011. p. 61-75.

<sup>50</sup> A Escola Nova começou a ser difundida na Europa e nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX tendo se tornado mais conhecida no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

por turma, os materiais didáticos inovadores e as atividades diferenciadas propostas. Essa onda de discussões se torna mais clara quando observamos a quantidade de movimentos reformistas desenvolvidos na década de 1920<sup>51</sup>.

No tocante ao Ceará, o desejo de uma reforma no sistema público primário de ensino vinha de momentos anteriores como foi mencionado anteriormente. Analisando os Relatórios de Presidentes do Ceará, ainda na década de 1910, é possível se constatar que nesse período já era mencionado por presidentes anteriores a Justiniano de Serpa (1920-1923) o anseio por mudanças na educação cearense. Entretanto, segundo o então presidente do Estado João Tomé de Sabóia e Silva (1916-1920), a sorte do Ceará era “dependente e irreductivelmente ligada a regularidade de suas estações”, sendo que quase sempre, estas não eram bem definidas ou por conta do excesso de precipitações ou pela ausência delas. Tendo em vista as privações no orçamento público estadual em virtude das secas que se sucediam no início do século XX, a prioridade do governo passou a ser a busca pela sobrevivência, sendo adiadas medidas mais concretas em relação ao ensino no Ceará:

De uma reforma se resente, por certo, a instrução primaria, da qual um dos pontos principaes é o que diz respeito a nomeação de professores primários, base sobre a qual assenta o ensino publico (...). É necessário ainda reformar o Regulamento da instrução primária no sentido de tornar mais efficaz a acção dos inspetores escolares, dando-lhes atribuições mais latas quanto a disciplina do pessoal docente, e estabelecendo novas sanções como sejam as de suspensão ou remoção por conveniência do ensino, de professores que se revelam inaptos ou desidiosos no cumprimento de seus deveres ou se tenham collocado em condições de não poderem se desempenhar de seus deveres mas localidades em que servirem.<sup>52</sup>

No trecho destacado acima, se percebe a preocupação primordial com a formação de professores, pois, segundo Tomé de Sabóia e Silva, a maioria dos professores que saíam da Escola Normal, abandonavam os estudos, rendendo-se a prática de uma pedagogia defasada e tendo, inclusive, “esquecido grande parte do aprendizado” adquirido no curso normal. A ausência de concursos para professores primários também é citada nesse mesmo relatório, fator que permitia o exercício da

---

<sup>51</sup> Por essa razão e por outras, como o conflito entre católicos e liberais, a organização do sistema escolar brasileiro não mudou em sua totalidade, mas alguns princípios da Escola Nova foram inseridos nas discussões do debate em torno da educação no Brasil. Nesse período, além da reforma educacional cearense, temos: Anísio Teixeira na Bahia (1925), Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro, a época Distrito Federal (1925), Francisco Campos em Minas Gerais (1927) e Carneiro Leão em Pernambuco (1928), só para citar alguns exemplos. Embora não tenha havido uma inovação profunda nos sistemas de ensino, tais reformas ajudaram na defesa de uma escola pública, laica e gratuita.

<sup>52</sup> SILVA, João Thomé de Saboya e. [Relatório presidencial]. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 1917. p. 17-18.

profissão docente por sujeitos sem o devido aparelhamento para desenvolver tal atividade. Ainda segundo Sabóia e Silva, já haviam sido criadas leis que autorizavam o gestor tanto a criação de uma Diretoria Geral da Instrução Pública quanto o Serviço de Inspeção Escolar Regional. Tais medidas viriam a melhorar acentuadamente a organização do ensino primário, uma vez que haveria um órgão central responsável por sua administração, ao passo que a qualidade desse serviço também seria ampliada em virtude da fiscalização das escolas primárias, a fim de amenizar as irregularidades desse serviço público.

Passados dois anos, em 1919, Sabóia e Silva ainda se lamentava por não ter podido realizar a tão desejada Reforma do Ensino devido as dificuldades dos anos de seca vividos desde a mensagem pronunciada em 1917. A Diretoria Geral da Instrução Pública e o Serviço Regional de Inspeção Escolar, inclusive, não foram efetivados em seu governo, mas, sim, alguns anos depois, nas gestões de Justiniano de Serpa e Ildefonso Albano:

Na primeira mensagem que, em 1917, tive a honra de vos apresentar, na instalação dos trabalhos de vossa reunião extraordinária, expuz a esta Assembléa meu pensamento sobre a reforma do que ainda julgo resentir-se a instrucção primária no Ceará. Nos annos subseqüentes, alludindo áquela necessidade, limitei-me a deplorar perante vós, qual igualmente agora o faço, que a nossa sempre angustiosa situação financeira, nos não tenha permitido ainda realizar os melhoramentos indispensáveis á difusão que deve ser prodiga, pelos poderes públicos, do ensino elementar.

A desesperação na lucta por salvar a própria vida nos annos calamitosos, que desgraçadamente se succedem; a incomphensão dos prejuízos decorrentes da ignorância; a difficuldade na aquisição de livros e vestuário conveniente á frequencia escolar; a descrença na proficuidade do ensino, não raro mal inspecionado- eis as causas do quase nullo interesse educacional nas baixas camadas populares.<sup>53</sup>

Nessa ocasião, mais uma vez o fator climatológico é apontado como causa fundamental para inércia do sistema de ensino cearense, o que teria provocado uma permanência no discurso de mudança, mas uma ausência de quaisquer programas concretos no governo de Sabóia e Silva. Vale ressaltar que, durante todo o período contemplado pelo recorte temporal dessa pesquisa, isto é, as décadas de 1920 e 1930, os Relatórios dos Presidentes do Estado, bem como outros veículos de comunicação como jornais e revistas, compartilharam o mesmo discurso. Falava-se, portanto, em promover uma educação que preparasse as crianças para a “luta pela vida” como a grande meta

---

<sup>53</sup> SILVA, João Thomé de Saboya e. [Relatório presidencial]. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 1917. p. 27.

educacional cearense, mas dizia-se que a educação cearense não apresentava avanços também em virtude da necessidade da “luta pela vida”. Ainda nessa mesma mensagem, Sabóia e Silva chegou a mencionar que, por meio da lei aprovada nesse mesmo ano, foi concedido aos professores que requisitassem junto ao governo a permissão para assumir escolas mais próximas à capital em tempos de seca, uma vez que o sertão cearense durante essas ocasiões ficava basicamente despovoado.

Esse argumento não aparecia somente no setor educacional, pois se analisarmos outras secções das mensagens presidenciais como a dedicada à saúde pública, por exemplo, também encontraremos um discurso muito forte sobre os efeitos da seca. No entanto, o setor educacional se abre de um modo diferente para tal discussão, uma vez que propõe a criação de uma escola que, adaptada as condições locais, propiciasse o aparelhamento necessário para tal realidade. Desse modo, ansiava-se por uma modernização pedagógica a fim de se desenvolver uma escola capaz de proporcionar o desenvolvimento local, havendo assim um interesse em desenvolver o nordestino dentro do próprio Nordeste.<sup>54</sup>

Somados aos fatores naturais da terra cearense, havia ainda a falta de consciência da importância do ensino primário para a população menos abastada, bem como dos entraves para a aquisição de materiais didáticos e mesmo de vestuário, ambos necessários para o cotidiano escolar. Apesar das inúmeras dificuldades arroladas por Sabóia e Silva, este seguia afirmando que não se poderia desanimar diante da situação calamitosa do ensino público primário cearense, mas que era necessário dobrar os esforços para, em um futuro distante, serem realizadas transformações profundas na educação cearense.

Esse futuro distante parece que se avizinhou no ano seguinte, quando Justiniano de Serpa assumiu o cargo de Presidente do Estado em 1920, pondo em prática, ainda que de modo deficiente, as mudanças referidas desde a década anterior. Segundo Raimundo Girão (1966), a escola primária cearense possuía nas primeiras décadas do século XX graves problemas, sendo um dos principais, a evasão escolar. Essa situação se agravava mais ainda no caso das famílias mais pobres do interior e das famílias operárias da capital, pois muitas crianças contribuíam para pagar as despesas da família. Em se tratando das escolas no sertão cearense, a situação era ainda pior, pois, se

---

<sup>54</sup> BARROS, Paulo Moraes de. **Impressões do Nordeste Brasileiro**. Gráfica Monteiro Lobato: São Paulo, 1924.

a taxa de evasão era altíssima, a quantidade de crianças matriculadas era ainda muito mais baixa do que nas escolas da capital, principalmente nos períodos de seca.

### ***2.2.2 1922: uma época de reformas***

No governo de Justiniano de Serpa, a educação cearense conheceu um período em que as atenções se voltavam para as questões do ensino e, se não houveram modificações profundas na prática, ao menos ocorreram uma intensificação nos debates em volta da problemática educacional. Naquele período houve um crescimento considerável no número de crianças matriculadas em idade escolar, além de ter havido também, na capital, um aumento no número de prédios escolares e na reorganização desses espaços. O governo de Justiniano de Serpa ficou latente na historiografia da educação cearense, principalmente, pela chegada de Lourenço Filho ao Ceará em 1922 para realizar a reforma educacional.<sup>55</sup>

Lourenço Filho ocupou a cátedra de Psicologia e Didática da Escola Normal Pedro II no Ceará, graças à indicação do diretor da instituição de ensino, professor Hippolyto de Azevedo, ao então governador do Estado, Justiniano de Serpa. O professor havia pedido a Serpa que solicitasse junto ao governo de São Paulo um profissional para atender a demanda da instituição cearense. Até então, as reformas ocorridas naquele Estado eram as referências mais próximas de que o governo do Ceará poderia se valer, visto que recentemente havia se instalado a reforma dirigida por Sampaio Dória, em 1920. Desse modo, o governador de São Paulo Washington Luís, atendendo à solicitação do Governo do Ceará, apontou Lourenço Filho para coordenar a reforma do ensino no Ceará. Na ocasião, Ildefonso Albano foi o representante cearense escolhido para realizar tais negociações<sup>56</sup> em São Paulo. O próprio Lourenço Filho conta como se deu sua vinda para o Ceará:

---

<sup>55</sup> “Dando início à remodelação do ensino primário, o sr. Presidente do Estado lavrou, hoje, a nomeação do dr. Lourenço Filho, lente da Escola Normal de Piracicaba, actualmente aqui, por contrato do governo, para exercer, interinamem, as funções de director geral da instrução pública. Era director, até o presente momento, o sr. Godofredo de Castro, deputado estadual.” (O Nordeste, 03/07/1922. p. 3).

<sup>56</sup> Em entrevista ao jornal *Correio Paulistano*, Lourenço Filho afirmava: “As idéis do actual presidente sobre o ensino eram aliás conhecidas desde largo tempo e ainda agora no seu relatório sobre o empréstimo externo. Acresce até que quem foi a São Paulo solicitar do governo paulista a vinda de um professor de pedagogia, foi o próprio dr. Ildefonso Albano, com o qual troquei antes de aceitar essa incumbencia algumas cartas a propósito do assumpto, cartas que guardo como um attestado do seu descortino de problema de educação popular e de entranhado e inteligente amor pelo Ceará”. (Correio Paulistano. 23.08.1923.p.02).

Nenhum convite me foi dirigido pessoalmente. Eu não tinha credenciais para isso. O governo cearense solicitou ao de São Paulo um professor capaz de reorganizar o ensino. O diretor do ensino paulista era, então, o prof Guilherme Kulhman, que apresentou uma lista de nomes, na qual o meu figurava em último lugar, por ser mais moço e de menor experiência ou tempo de serviço. Todos os colegas convidados recusaram, por diversas razões. Ao ser convocado - o meu nome era o último da lista, como disse -- não recebi um convite, mas uma intimação para partir... Tinha vinte e quatro anos de idade e havia me casado fazia três meses. (LOURENÇO FILHO, 1940 *apud* LOURENÇO FILHO, 1999, p.10)

Vale ressaltar que a princípio a vinda de Lourenço Filho ao Ceará havia sido programada especialmente para seu exercício na Escola Normal Pedro II e somente pouco tempo depois de sua chegada, o intelectual paulista receberia o convite para exercer o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública. A partir de sua chegada, o já mencionado projeto de Criação dessa Diretoria foi consolidado, tendo seu funcionamento regularizado pela Lei 1.953 e pelo Regulamento da Instrução Pública de 1922, instrumentos que norteariam a Reforma do Ensino como um todo.

Apesar de, após o término da Reforma, Lourenço Filho ter afirmado se tratar de uma iniciativa cearense por excelência, em correspondência dirigida à Monteiro Lobato, quando da aprovação dos livros deste escritor para serem adotados nas escolas primárias cearenses, Lourenço Filho se refere à Reforma como sendo de autoria sua. O educador chegou, inclusive, a afirmar estar começando quase que do ponto inicial as melhorias na educação cearense:

A minha reforma até vai triunfando rapidamente. O terreno estava quase virgem e V. sabe que na terra de cegos quem tem dois olhos vê muito... Mandar-lhe hei jornais com notícias, para que V. fale das minhas habilidades na Revista. Estou iniciando o recenseamento escolar e pondo em pratica a obrigatoriedade. Em dezembro a matricula estará triplicada. É preciso fazer leitores para a Revista e para os livros que V. edita. (ALBIERI, 2005, p.27)

Há, portanto, da parte de Lourenço Filho uma postura interessante, pois seu discurso variou de acordo com o lugar de fala. O intelectual mencionava a Reforma de 1922 ora para exaltar a iniciativa dos cearenses, ora para exaltar a si mesmo, mencionando, inclusive, suas habilidades expostas em notícias de jornais e revistas. Podemos assim, dizer que Lourenço Filho jogou com o poder e no poder. Nesse sentido, entende-se hoje que a chegada deste intelectual causou grande estardalhaço na imprensa local da época, principalmente nos jornais *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias* e *O Nordeste*, daí a difusão do termo *Reforma Lourenço Filho*. Afinal, apesar de não ter

apresentado os resultados almejados<sup>57</sup>, medidas como o cadastro escolar, por exemplo, serviram de modelo para nortear os governos seguintes quanto a administração da educação pública. É notório também que, após a passagem de Lourenço Filho no Ceará durante a administração Serpa-Albano, cresceu também nos relatórios de presidentes do Estado o espaço dedicado a educação, com uma avaliação mais minuciosa dos resultados de investimentos, gastos com materiais escolares, taxas de matrículas, etc.

### ***2.2.3 Entre leis e regulamentos***

Para além da boa recepção da imprensa, a Reforma de 1922 também se fez importante pela notoriedade de um discurso científico, sob o qual tratava-se as chamadas ideias da pedagogia moderna. A esse novo modo de se perceber a educação, pensando a fundo os métodos e técnicas do ensino, os padrões para construção de prédios escolares dentro dos moldes pedagógicos e a higiene enquanto elemento decisivo para o bom aprendizado, somava-se a inserção de disciplinas como a biologia e a psicologia que confeririam à educação um caráter científico.

Segundo Lourenço Filho, o homem seria a base da ação educativa e o conhecimento do homem de maneira total seria o caminho para o sucesso da aplicação das técnicas pedagógicas, enquanto a criança seria o ponto de partida para o conhecimento do educando em geral. A renovação do ensino no final do século XIX e início do século XX estaria intimamente ligada a descoberta da criança e aos estudos relacionados a ela. Esses estudos, por sua vez, inicialmente, foram predominantes no

---

<sup>57</sup> São inúmeros os ofícios dirigidos a Inspetores municipais e regionais do ensino durante a administração de Lourenço Filho enquanto Diretor Geral da Instrução Pública, no Arquivo Público do Estado do Ceará. Todavia, referente ao século XX, há, na verdade, pouquíssimos documentos inventariados, sendo que a grande maioria se encontra em caixas sem nenhum critério de diferenciação quanto ao conteúdo ou tipologia. Após longa procura encontramos uma caixa com a referência “1923” onde estavam armazenadas dezenas de ofícios escritos por professoras de diferentes municípios cearenses, dirigidos à Diretoria da Instrução Pública. Os ofícios versam sobre os mais variados assuntos, obtendo inclusive, reclamações de professoras e diretoras de escolas reunidas e grupos escolares. É recorrente nos escritos das professoras, a solicitação de materiais básicos para o funcionamento das escolas como podemos observar em ofício escrito pela docente Maria das Graças Padilha, das escolas reunidas de Messejana. Na listagem de objetos indispensáveis encontram-se dentre outros, 1 mesa, 1 banquinha para quartinhas, 3 cestos para papel e 2 escrivaninhas. Essa ausência de infraestrutura era acentuada nas escolas situadas fora da capital fortalezense. Segundo ALMEIDA (2009) os efeitos da Reforma se fizeram maiores na política educacional, tais como a Escola Normal e a Escola de Aplicação. Às demais escolas do Estado, restava absorver um pouco do que respingava dessas instituições, onde se realizavam as palestras, seminários e cursos ministrados por Lourenço Filho e outros intelectuais.

campo da biologia e psicologia, duas áreas de grande importância para a formação das bases da Escola Nova.

A biologia, por meio de seus dados, mostrava como era intensa a ligação entre o organismo e o meio, bem como ajudava no esclarecimento sobre as doenças e germes, de modo que foram muitos os pregadores da reforma que tiveram uma formação biológica. Não por acaso a preocupação com a higiene era questão de destaque nos debates pedagógicos.<sup>58</sup> Já a psicologia, permitia uma maior compreensão dos estágios de desenvolvimento da criança e a noção de que era preciso apoiar o ensino no comportamento e na experiência do educando. Afinal, a ideia de educar alguém estava intimamente ligada à de modificar o seu comportamento para alguma finalidade, sendo que, acreditava ser possível isso por meio do conhecimento do comportamento e da mente do educando, o que também proporcionava êxito aos procedimentos didáticos (LOURENÇO FILHO, 2002).

A interação entre essas disciplinas era parte do diferencial teórico que sustentava a empreitada de Lourenço Filho no Ceará. É preciso também se ter em vista que essa reforma não foi a primeira no Estado a pensar uma nova proposta pedagógica para a educação primária. A reforma do ensino de 1922 trazia em suas inovações um estímulo para a educação, ao mesmo tempo em que conservava uma série de ensinamentos e orientações de iniciativas de intelectuais precedentes<sup>59</sup> (OLINDA, 2005).

No engendramento da Reforma Educacional de 1922, Lourenço Filho não estava só, mas acompanhado de um grupo também fortalecido de intelectuais cearenses: além dos já citados Justiniano de Serpa, Ildefonso Albano e Newton Craveiro, podemos incluir outros como Hypólito de Azevedo<sup>60</sup>. Todos estes contribuíram, senão para a

---

<sup>58</sup>Guilherme Sousa Pinto no artigo intitulado *Instrução pública primária do Ceará*, publicado na *Revista do Instituto do Ceará* em 1939, apontava como uma das causas do “insucesso” da Instrução Primária do Ceará na primeira república, dentre a falta de preparo pedagógico dos professores e a má localização das casas de ensino, a falta de higiene escolar.

<sup>59</sup>Questões como obrigatoriedade do ensino, a participação da família no processo educacional, relação professor-aluno, disciplina dentro e fora da sala de aula já vinham sendo discutidas pelo menos em dois momentos com maior intensidade no Ceará durante a Primeira República. Em 1905 foi criado o Regulamento da Instrução Primária do Ceará e em 1915 o Regimento Interno das escolas Públicas possuindo ambos em seus conteúdos, muitas orientações que nos levam a entender que a Reforma de 1922 não iniciou do nada e tão pouco foi conduzida somente por Lourenço Filho, mas fazia parte de um debate que já vinha se desenrolando a algum tempo no cenário educacional cearense. Sobre isso, ver: (VIEIRA, 2002).

<sup>60</sup> João Hyppolito de Azevedo e Sá nasceu em Fortaleza em 1881, tendo estudado nesta mesma cidade no Colégio Pedro II. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1904, trabalhou na Santa Casa de Misericórdia em Fortaleza e como professor na Escola Normal Pedro II, ministrando as

implantação das matrizes da Reforma, para a difusão do pensamento segundo o qual a educação seria o instrumento redentor das adversidades do país. No tocante ao Nordeste e mais especificamente ao Ceará, o discurso sobre a educação e a modernização social ganhou um peso diferencial, principalmente no que se refere à finalidade educacional, sempre relacionada às condições climáticas do Estado, pois, para muitos intelectuais como Newton Craveiro e o próprio Justiniano de Serpa, a educação era instrumento de grande valia na superação do grave problema das secas. Podemos perceber tal discurso em uma mensagem publicada no jornal *O Nordeste* durante o mês de julho de 1922:

Mais que qualquer outra região, o Nordeste reclama a obra da escola. Aqui mais que alhures um papel de rara proeminência e de indiscutível necessidade cabe a educação popular realizada por um professorado capaz, pleno de energias novas e animado e prestigiado pelo patriotismo dos governos (...)

O dia sagrado que nos vir com a calamidade das secas afastadas por obras de engenharia moderna, não poderia ser ainda contada como o da completa emancipação econômica do Ceará. Estaremos redimidos da feição do horror do flagelo climatérico, mas faltarnos-á ainda a remissão da inteligência, que nos habilite a tirar o melhor proveito dessas próprias obras de defesa e das grandes riquezas da terra que elas vão nos proteger.

Em vista dessas condições particulares do Estado, estou convencido de que a melhor obra administrativa dos últimos vinte anos mais chegados, depois da reconstrução econômica indispensável e urgente, é a função de educar o povo, adaptando-o ao seu meio especial.

O discurso de Justiniano de Serpa se assemelha bastante ao de Newton Craveiro e sua escola criada para a vida, estando o primeiro intelectual muito próximo ao governante desde a data de sua posse em junho de 1920, quando Newton Craveiro foi um dos oradores da cerimônia de abertura do governo de Serpa<sup>61</sup>.

A gestão de Justiniano foi abordada com saudosismo por parte de alguns periódicos e mesmo por parte de alguns presidentes do Estado em um período posterior. Em artigo publicado em 12 de agosto de 1922, no *Jornal Gazeta de Notícias*, uma reportagem intitulada *A Instrução Primária* fazia uma reflexão acerca da educação cearense nos primeiros anos do século XX, momento em que surgia no Ceará uma nova era de progresso abrangendo a instrução primária e o curso normal. Segundo o

---

disciplinas de Física, Química e História Natural. Hypólito de Azevedo foi diretor da Escola Normal Pedro II sucessivas vezes e por longos períodos (1914-1939; 1950-1960; 1962) tendo sido sujeito importante para a vinda de Lourenço Filho ao Ceará em 1922. Para um estudo mais aprofundado sobre a vida de Hyppolito de Azevedo e sua atuação no campo educacional cearense, ver: CAVALCANTE, Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

<sup>61</sup> Dr. Justiniano de Serpa: o reconhecimento e a posse. In: *A Lucta*. Sobral, 30 de junho de 1920.

periódico, as modificações inseridas durante a passagem de Lourenço Filho no Ceará ainda não haviam se dado conforme o estabelecido:

É que a política que fora desalojada da repartição do ensino, pela energia do senhor Lourenço Filho, quebrando assim o estímulo do maior professorado, o qual perdera o merecimento, pois, acima deste pairava em plano muito superior, quasi inatingível, o merecimento dos chefes políticos, sempre promptos a favorecerem os menos dignos embora sacrificando o interesse do desenvolvimento cultural do estado (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1922, p.?)

Nota-se assim, que no decorrer da década de 1920, o impulso inicial da Reforma de 1922 foi enfraquecendo, sobretudo no governo que iria suceder o de Justiniano de Serpa e Ildefonso Albano, o do desembargador Moreira da Rocha, quando a educação primária apresentou uma sensível queda em seu rendimento. De fato, o crescimento no número de crianças que frequentavam a escola primária no Ceará foi ínfimo entre 1925 e 1927, apenas 1,9%.<sup>62</sup> Segundo Moreira da Rocha, 17% do orçamento do Estado era dedicado à Instrução Pública, sendo tarefa muito árdua organizar o sistema público de ensino. Para tanto, segundo o governador, era necessário, mais do que o empenho do governo estadual, uma intensa colaboração do poder municipal.

Uma nova melhoria só seria observada no governo de José Carlos de Matos Peixoto (1928-1930), quando este nomeou para diretor da Instrução Pública, Joaquim Moreira de Sousa, que criaria juntamente com outros intelectuais, como Filgueiras Lima e Edith Braga, a *Revista Educação Nova*, instrumento oficial da Diretoria Geral da Instrução Pública Cearense, publicada entre 1932 e 1933<sup>63</sup>.

Mesmo antes do retorno de Lourenço Filho a São Paulo, em 1924, foi intensa também a repercussão da Reforma Educacional na imprensa. Em reportagem publicada no jornal *Correio Paulistano*, em 30 de junho de 1923, a reforma do ensino no Ceará era comparada as bandeiras paulistas no desbravamento das terras cearenses. Segundo o periódico paulista, os melhores processos pedagógicos utilizados em São Paulo foram adotados também no Ceará onde teria ocorrido uma “verdadeira revolução”. Sabemos que isto não aconteceu, pois, em grande medida, as alterações

<sup>62</sup> Album Ilustrado de Fortaleza. Fortaleza, 1931.

<sup>63</sup> A *Revista Educação Nova* é de substancial importância nessa pesquisa, pois se trata de uma publicação organizada por professores e colaboradores que discutiam especificamente assuntos relativos à educação, sendo uma iniciativa dos membros da Diretoria da Instrução Pública. Nesse sentido, além de uma discussão das questões relativas ao ensino, possui também a proposta de educação entendida como adequada para o Ceará naquele momento. Analisaremos a revista *Educação Nova* de modo mais profícuo no terceiro capítulo dessa dissertação.

mais profundas só ocorreram nas escolas da capital, ao passo que nas escolas interioranas havia uma precariedade dos artefatos mais básicos de qualquer instituição escolar, como podemos observar em alguns ofícios trocados entre professoras, diretoras e a Diretoria Geral da Instrução Pública.<sup>64</sup> A matéria de *O Correio Paulistano* enfatizava ainda o caráter patriótico da Reforma Educacional, sendo o Ceará o segundo Estado a realizar tal obra de verdadeiro patriotismo, e ainda levantava a questão de o quanto seria bom se todas as regiões aderissem a nobre causa do combate ao analfabetismo a fim de tornar as crianças mais alegres e saudáveis.

De todo modo, as mudanças que se sucederam na década de 1930 também guardariam resquícios da Reforma de 1922 que, pela primeira vez, conferiu um caráter mais uniforme a educação pública no Estado. Tal uniformidade se dava especialmente pela criação do Regulamento da Instrução Pública, que era na verdade um detalhamento da Lei 1.953 de 1922, criado pela Diretoria Geral da Instrução Pública. O Regulamento servia de suporte para a Lei e abordava diversas diretrizes para um melhor funcionamento do sistema de educação cearense. O Regulamento organizava o ensino da seguinte forma: 1) Ensino preliminar de três anos; 2) Ensino Primário Integral de quatro anos; 3) Ensino Complementar de 2 anos; 4) Ensino secundário especial no Liceu e na Escola Normal. Neste documento ficava detalhado como deveria ser a organização, direção e fiscalização do ensino, expondo as atribuições dos Inspectores regionais, auxiliares do Diretor Geral, que tinham como incumbência, dentre outras, fazerem a propaganda do ensino nas regiões onde fossem estabelecidas escolas próximas (Art. 5, seção II) e promover junto às escolas o gosto pelo ensino agrícola (Art. 17, seção II).

O Regulamento priorizava também a formação cívica e moral através da Festa das Árvores em uma união entre professores e diretores de escolas e as autoridades municipais (Art. 155, Cap.V). A festa consistia em uma comemoração com bandas de música, discursos e na plantação de árvores úteis, realizada por um grupo de

---

<sup>64</sup> Esses documentos, produzidos por diretores de escolas, secretárias e inspetores versam sobre assuntos como a contratação e diplomação de professoras, a solicitação de mobílias e melhorias na estrutura física das escolas, levantamento dos custos empregados na organização do cadastro escolar, números de matrícula e frequência dos estudantes. Por meio de sua análise podemos perceber como se dava a implementação da Lei 1.953 e a fiscalização determinada pelo Regulamento da Instrução Pública, ao passo que eram solicitadas as aberturas de escolas e relatadas como se desenrolava o seu funcionamento. É comum nesses ofícios também a requisição por parte das professoras, de materiais como réguas, papel, mesas, cadeiras e livros, o que nos permite refletir sobre o discurso disseminado pela Reforma em um plano teórico e a sua aplicabilidade de forma concreta.

alunos “mais distintos” para despertar nos brasileiros a compreensão da riqueza das florestas e do benefício que as plantas trazem à alimentação, ao conforto e à regularidade do clima. A festa das árvores, segundo Newton Craveiro, estimulava a agricultura e despertava no cérebro sensível da infância o amor pelas árvores. Essa era uma questão sempre presente na fala de Newton Craveiro, tanto que o autor dedicou um capítulo de *João Pergunta* a esta data comemorativa. Segundo Lourenço Filho, as comemorações de caráter cívico e educativo possuíam grande relevância, uma vez que influenciavam a alma infantil e o meio social em que funcionavam as escolas<sup>65</sup>.

Ainda objetivando a formação de sujeitos comprometidos com a pátria e tendo sempre a formação da nacionalidade como referencial, o Escotismo foi adotado nas escolas públicas do Estado como instituição do ensino cívico e moral, sendo que os professores que se comprometessem com tal atividade teriam seus nomes registrados em um Livro de Merecimento da Diretoria Geral da Instrução Pública (Art. 147 e 148). A figura do soldado era vista como um exemplo de honestidade, coragem e patriotismo, especialmente na década de 1910, quando o serviço militar obrigatório foi motivo de campanhas para ser instituído. Nesse sentido, o escotismo era uma forma de despertar nas crianças esses sentimentos.

O Regulamento trazia também a defesa da coeducação, muito criticada pela Igreja nesse período, pois havia o medo de permitir a convivência de meninos e meninas em um mesmo espaço, bem como o de garantir um ensino laico nas escolas públicas. Havia ainda uma seção destinada aos deveres dos alunos e professores, onde os últimos, dentre outras atribuições, deveriam estar sempre atentos a comemoração das datas nacionais e explicar aos alunos em linguagem acessível sua importância, assim como organizar nas escolas festas cívicas para reforçar tais comemorações (Art. 110). No caso dos alunos, estes deveriam chegar sempre pontualmente, estar em estado regular de asseio, ser obedientes e delicados, não procurar distinguir-se dos colegas, levantar sempre em sinal de respeito quando da chegada de alguma autoridade, conservar a boa compostura, sair das dependências da escola sempre em ordem e portar-se decentemente na rua, além de ser terminantemente proibida a formação de grupos de alunos na porta, na frente ou nas proximidades da escola (Art. 116 e 117).

---

<sup>65</sup> Ver: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Escola e a república**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989. p. 77. (Coleção Tudo é História).

Percebe-se, através dos deveres dos alunos, que se buscava disciplinar ao máximo as crianças, especialmente no que se refere ao corpo, de modo que os estudantes concentrassem suas melhores energias em aprender bons hábitos e costumes saudáveis, tornando-se indivíduos fortes e produtivos, pequenos signos do progresso, em oposição aos sujeitos ignorantes, apáticos e indolentes. Caía sobre a infância toda uma expectativa de que, por meio da educação, os cidadãos do futuro alcançassem a sociedade ideal, e agissem em favor do bem para si e para os outros. Entretanto, para que isso fosse possível, era necessário que o máximo número de crianças frequentasse as escolas primárias, o que levou à regulamentação das chamadas Caixas Escolares. Estas associações já haviam sido instituídas no Regulamento da Instrução Pública de 1922 e passaram a obter mais espaço nos debates relativos ao direito à educação e também à assistência na infância.

A Caixa Escolar, organização beneficente criada para incentivar a frequência das crianças menos favorecidas, ficava responsável, com as contribuições pagas pelos seus sócios, de fornecer livros e materiais didáticos para os estudantes dependentes. Havia, portanto, uma preocupação relativa à baixa frequência escolar por parte dos alunos de menor poder aquisitivo, sendo necessária a criação de um instrumento que pudesse auxiliar a permanência das crianças pobres em idade escolar nas instituições escolares. Segundo Alves (2009), a Caixa Escolar era uma espécie de mobilização filantrópica na qual seus sócios organizavam eventos a fim de angariar fundos para assistir as crianças mais carentes nas escolas.

O dinheiro arrecadado com a organização da Caixa Escolar deveria ser revertido para a compra de livros, peças de vestuário ou qualquer material necessário para a frequência nos estabelecimentos de Ensino. A ata de criação da Caixa Escolar da cidade de Fortaleza datada de 28 de setembro de 1922 nos alerta para o fato de que, só deveriam ser beneficiadas com tal associação as crianças reconhecidamente necessitadas desse auxílio. O benefício da Caixa Escolar também não poderia ser doado em dinheiro para as crianças, mas somente por meio de materiais escolares ou essenciais para a vida escolar, sendo que, o aluno que não fosse assíduo estaria excluído de tal auxílio<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Ata de criação da Caixa Escolar de Fortaleza. 23.09.1923. Disponível para consulta no Arquivo Público do Estado do Ceará.

Uma última observação que deve ser feita em relação ao Regulamento de 1922 diz respeito à preocupação com a unidade dos materiais didáticos, a fim de se obter uma educação unificada em todo o Estado, bem como ao cuidado que deveria ser empregado no trato com esses materiais. Ao diretor das escolas cabia determinar entre os livros pré-estabelecidos pela Diretoria Geral da Instrução Pública os que deveriam ser utilizados nos estabelecimentos que dirigiam (Art.74). Era proibido também aos alunos portar qualquer outro livro estranho ao trabalho escolar nas instituições de ensino (Art. 117), e era dever do professor conservar em boa guarda os livros e outros utensílios escolares (Art. 110).

Comumente, as pesquisas relacionadas à História da Educação se apropriam de leis, decretos e teorias pedagógicas como principais instrumentos para se conhecer os modos como as práticas educativas eram pensadas ao longo do tempo, as modificações nos sistemas de ensino e as diferentes formas de se compreender a educação. Não se pode negar que tais artifícios de fato possuíam grande relevância nesses estudos, todavia, para além das leis, é necessário se buscar outros elementos que possam contribuir para esse campo de análise, sendo, um deles, o livro escolar.

Um dos “maiores melhoramentos que se poderia fazer nas nossas escolas”, assim foi definida a compra de novos livros pelo governo para o uso nas escolas primárias cearenses em 1923, no jornal *Correio da Semana* de Sobral: “trata-se do mesmo utilizado em São Paulo e chegará não só para o grupo de Sobral, mas para todo o Estado”<sup>67</sup>. Segundo Bittencourt (1990), nas primeiras décadas do século XX, os programas escolares brasileiros comportavam disciplinas como o ensino de História e Geografia do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Trabalhos Manuais, Música, Desenho, Ginástica, Ciências Naturais e Higiene. Por sua vez, essas disciplinas deveriam ser ministradas levando-se em consideração os temas brasileiros, isto é, que enfatizassem sempre temáticas nacionais. Desse modo, os materiais didáticos deveriam contemplar assuntos como a língua pátria e a educação moral e cívica como método para fortalecer as tradições nacionais juntamente com estudos sobre o folclore.

Por meio dos livros de História e Geografia Pátria buscava-se enfatizar as grandezas naturais do Brasil, elevando-o a categoria de país autossuficiente, bem como intensificava-se os estudos referentes à cultura brasileira por meio do folclore. As aulas de desenho e trabalhos manuais ajudariam na disciplinarização do corpo e da mente por

---

<sup>67</sup> CORREIO DA SEMANA, 03/03/1923.

intermédio de atividades práticas e os cantos nacionalistas incutiriam nas crianças o gosto pelas coisas da terra. No programa de ensino das escolas Normais Cearenses, por exemplo, todas essas disciplinas foram contempladas a partir da lei 1.953 de 1922<sup>68</sup>. Esse programa era composto também pelos livros escolhidos para as escolas primárias pelo Diretor Geral da Instrução Pública, conforme o Regulamento da Instrução desse mesmo ano, como podemos perceber na lista que se segue:

1º anno

– Para o aprendizado da leitura, pela palavrção, nas escolas isoladas: *Leitura Rapida*, de Martinianno de Oliveira, ou *Cartilha das Mães*, de A. Barreto.

– Para o aprendizado da leitura pela sentencição, nos grupos escolares: *Cartilha analytico-synthetica*, de M. de Oliveira, ou *Meu Livro*, de Thedoro de Moraes.

– Para leitura, depois da *Cartilha*: 1º livro, de João Jopke; *Leituras Preparatorias*, da serie “*Coração de Creança*”, de Rita Macedo, ou *Paginas Infantis*, de M. de Oliveira.

2º anno

*Leitura diária*: 1º livro, de Erasmo Braga; ou 2º livro de João Kopke. *Leitura Suplementar*: *Brasil Seco*, de Newton Craveiro e *Minha Patria* de Pinto e Silva.

3º anno

*Leitura Diaria*: 3º livro, de João Kopke; 2º livro, de Erasmo Braga; *Brasil Seco*, de Newton Craveiro ou *Saudade*, de Thales de Andrade.

*Leitura Suplementar*: *Brasil Seco*, de Newton Craveiro; *Fábulas*, de Monteiro Lobato; *Nossa Patria*, de Rocha Pombo; *Poesias Infantis*, de Presciliana de Almeida.

4º anno

*Leitura diaria*: *Leituras moraes*, de A. Barreto; 3º livro, de Erasmo Braga; ou *Atravez do Brasil*, de Bilac e Bonfim.

*Leitura suplementar*: *Anno Escolar*, do prof. Nogueira; *Sciencias naturaes*, em contos, de Rodolpho Theophilo; *Como se aprende a língua*, de Sampaio Doria; *Sombras que vivem*, de João Toledo.<sup>69</sup>

Os livros adotados pela Diretoria Geral da Instrução Pública cearense em geral faziam parte do grupo de materiais adotados no restante do Brasil, mas, principalmente em São Paulo. Isto se deve a presença de Sampaio Dória na elaboração do projeto da Reforma paulista e a grande influência na elaboração das modificações dirigidas por Lourenço Filho no Ceará, como mencionamos anteriormente.

Livros como *Através do Brasil*, de Manoel Bonfim e Olavo Bilac, *Como se Aprende a Língua* do próprio Sampaio Dória e *Minha Pátria* de Pinto e Silva eram

<sup>68</sup> O Programa de Ensino do Curso normal era formado pelas seguintes disciplinas: Língua Vernaculã; Francez; Algebra e Geometria; Geographia Geral e Chorographia do Brasil; Historia Pátria; Historia da Civilisação e Instrucção Civica; Physica e Chimica; Anatomia e Physiologia humana; Biologia animal e vegetal e Hygiene; Psychologia experimental; Pedagogia e Didactica (Pratica pedagógica).

<sup>69</sup> Programma de Ensino para os anos de 1922-1923, página 149-150.

alguns do que foram adotados na Reforma Paulista. Entretanto, é preciso lembrar que a indicação da compra desses materiais não significava que tal medida tivesse sido efetivada na prática. São muitos os casos de professoras, principalmente das escolas do interior do Estado, solicitando à Diretoria Geral o envio de materiais básicos para o exercício das atividades escolares como já foi dito anteriormente, de modo que os livros, material ainda de alto custo e de difícil acesso para os alunos, não eram uma garantia simplesmente por estarem discriminados em um documento.

A análise desses materiais nos permite ter uma compreensão mais profunda de como eram pensadas, ainda que em um plano teórico, as modificações para o ensino cearense. Esse ideal a qual nos referimos aqui estava ligado a um plano nacional de normalização do ensino que focava na formação do bom cidadão, íntegro, disciplinado e trabalhador. Esses ensinamentos permeavam todas as disciplinas ministradas nos ambientes escolares, embora encontrassem nas aulas de moral e civismo e nas de História e Geografia do Brasil seus principais veículos de expressão. Em *Como se aprende a língua*, de Sampaio Dória, destinado ao 4º ano das escolas primárias, encontramos no primeiro capítulo “sobre sentenças ou proposições”, frases para serem analisadas pelos alunos, geralmente retiradas de escritos de Eça de Queiroz ou frases de sentido doutrinário e disciplinador:

Repare nesta phrase:

*Deus mundo seis dias.* Que quer ella dizer? Nada que se entenda. “Deus mundo seis dias” são idéias soltas, sem nexo, que, reunidas como estão, não exprimem nada.

Supponde, porém, que se completam assim:

“Deus criou o mundo em seis dias”.

Então já se entende. Trata-se de um sentido completo. Affirma-se cousa, que, por si só, se comprehende.

O mesmo com esta outra phrase:

“O trabalho...homens”.

Nada significa. Completae-a, porém, desta forma: “o trabalho dignifica os homens” e já tendes uma affirmação comprehensível.<sup>70</sup>

O ensino dos bons costumes deveria assim perpassar todas as instâncias do aprendizado. A frase “O trabalho dignifica o homem”, além de ser utilizada para o ensino da gramática era também um modo de inculcar nas mentes das crianças a importância do trabalho, enquanto elemento formador da dignidade humana. Tal relevância tornava o trabalho uma atividade sagrada que deveria ser conservada para a formação de uma sociedade saudável. Não é interesse nosso esmiuçar cada livro

<sup>70</sup> DÓRIA, Sampaio. *Como se aprende a língua*. Monteiro Lobato & Cia: São Paulo, 1922. P.11-12.

adotado por ocasião da Reforma de 1992, todavia, faz-se necessário alguns apontamentos básicos para a compreensão do tipo de material didático utilizado naquele momento.

Foram escolhidas obras de autores já experimentadas em momentos anteriores, o próprio livro *Ciências Naturais em Contos* de Rodolfo Teófilo já estava presente nas listagens de livros aprovados para as escolas primárias cearenses desde 1888 pelo então extinto Conselho Superior de Instrução Pública do Ceará. *Fábulas*<sup>71</sup>, *Minha Pátria, Através do Brasil, Nossa Pátria, Saudades* assim como as cartilhas de Erasmo Braga e os livros de leitura de João Kopke figuraram como leituras indicadas a nível nacional pela predominância de textos cívicos pedagógicos. Ainda que esse fato tenha também se realizado em terras cearenses, era premente a preocupação com a elaboração de um material didático que, além de comportar lições de patriotismo, civismo e higiene, como apresentavam a maioria das obras literárias destinadas à educação, englobasse também aspectos de uma educação voltada para a realidade nordestina. Tanto que, para os professores segundo o Programa de Ensino dos anos 1922-1923, eram indicados livros como *O Problema das Seccas* de Pompeu Sobrinho e *O ABC do agricultor*, de Dias Martins, tendo esse último título produzido bastante influência na escrita de Newton Craveiro, como veremos mais adiante.

Esse modo de compreender a educação no Nordeste fez com que Lourenço Filho, enquanto Diretor Geral da Instrução, e sua equipe de apoio formada pelos Inspectores Regionais de Ensino programassem a elaboração de um livro que se apropriasse de temas que eram à época preocupações nacionais, interligando-os com as necessidades do Nordeste brasileiro. Daí a criação de *João Pergunta* como obra que corroborava com os valores difundidos acerca da educação a nível nacional, mas que contemplava, por sua vez, as necessidades do meio, pois, como vimos no início deste

---

<sup>71</sup> Sobre os livros de Lobato, consta a esse respeito que uma de suas obras, *Narizinho Arrebitado*, havia apresentado resistência para sua inclusão na lista de livros aprovados para a escola primária cearense. Segundo Raimundo Frota Nogueira, em seu livro *A Prática Pedagógica de Lourenço Filho no Ceará*, o livro de Lobato ainda a pouco mencionado teria entrado na lista de adotados para a educação primária. Todavia ao analisar o documento anexo ao Programa de Ensino dos anos 1922-1923, *Narizinho Arrebitado* não fazia parte da listagem. Sobre essa questão uma correspondência entre Lourenço Filho e Monteiro Lobato pode nos ajudar a esclarecer tal impasse: “Lobato, V. não tem razão. A esta hora já terá recebido o jornal com a nota oficial da aprovação e adoção dos seus livros, bem como do Dr. Daria. E veja como V. é ingrato: o único embaraço na minha ação, aqui, foi exatamente o resultado da aprovação de Narizinho arrebitado. O clero me moveu tremenda guerra, sob o pretexto de que a adoção do livro visava ridicularizar a sagrada religião católica. Foi preciso, para manter a aprovação, que eu inventasse haver uma segunda edição, sem os inconvenientes da primeira. Lembra-se V. de que lhe falei sobre aquele tópico dos frei [?] com os sacramentos, etc. Esse tópico, aí mesmo, ofendeu a muitos professores. V. só terá vantagens em suprimi-lo, quando reeditar o livro.” ALBIERI, 2005. p. 27.

item, a educação no Nordeste era vista também como instrumento de desenvolvimento da região, como necessidade primeira da população, a fim de se desenvolver um pensamento racional que levasse a uma solução para a problemática das secas.

A obra de Craveiro era, pois, tomada como uma síntese das principais ideias discutidas na Reforma Educacional. Nesse sentido, nenhuma das temáticas abordadas, seja nas semanas pedagógicas, nas palestras realizadas na Escola Normal Pedro II e mesmo no Regulamento e na Lei 1.953 de 1922 foi esquecida pelo autor de *João pergunta*. Como já dito, Newton Craveiro procurou desenvolver em sua obra estudos sobre História, Geografia, bons hábitos, higiene e profilaxia rural, ensino agrícola e costumes regionais, ao mesmo tempo em que fazia referência às medidas instituídas pela Reforma de 1922 como A Festa das Árvores, a criação da Inspetoria Médico-Escolar e das Caixas escolares. Esses fatores, somados ao aprimoramento do intelecto, seriam capazes de impulsionar a qualificação da mão de obra para o desenvolvimento do meio, aliados também à fortaleza apontada por Newton Craveiro e Ildefonso Albano como natural do sertanejo.

Essa ampliação das discussões em torno dos conteúdos e do método da educação nos sugere que havia implicações sócio culturais que influenciavam esse anseio por uma mudança no modo de se conduzir a organização da escola no Ceará e no Brasil. Por sua vez, essa modificação dos conteúdos e dos métodos com o surgimento de novas teorias educacionais sinalizam que a instituição escolar também exercia poder em outros espaços fora da escola. Tratava-se de uma via de mão dupla, pois não se podia pensar a escola como espaço à margem da sociedade e nem tampouco considerar que outros fatores como a economia e a política não exercessem pressão sobre a escolha de determinados métodos e conteúdos. Isto é importante para entendermos que a escola no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 poderia ter sido organizada de outro jeito e que, essa visibilidade que se confere a ela, é resultado advindo de outras mudanças que ocorriam simultaneamente. Pensar uma escola para o Nordeste, que assumia possuir necessidades diferenciadas de outras regiões do Brasil, era também aceitar que uma única forma de ensino não poderia contemplar a todos, era “tocar em um aspecto fundamental da cultura, insinuar um outro comportamento cultural”<sup>72</sup>.

Nesse sentido, buscaremos compreender no próximo item de que modo a formação de um pensamento estereotipado do Nordeste, aliado às discussões em torno

---

<sup>72</sup> CERTEAU, Michel de. A cultura e a escola. In: **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 2012. p. 125.

de questões como a compreensão da finalidade da educação e seu entendimento enquanto direito e/ou assistencialismo, impulsionaram Newton Craveiro na busca de uma escola voltada para o meio e de que forma esse entendimento estava articulado com a visão, desenvolvida por alguns intelectuais, como Frota Pessoa, de uma educação utilitarista voltada para o trabalho.

### **2.3 Entre a instrução e a educação: a escola primária cearense e a formação para o trabalho**

Se a educação é a preparação do homem para viver no meio a que se destina, qual o paiz a que a nossa escola primaria destinaria o nordestino? Ao Nordeste, é certo não seria. No Nordeste luta-se contra a secca, e a escola primaria nunca cogitará do calamitoso phenomeno climaterico, que omittia mesmo do programma; no Nordeste vive-se da lavoira e da pecuária, quase exclusivamente, e ella orientava para o literatismo. Precisávamos de lavradores; dava-nos rhetoricos. Precisávamos de homens rijos; dava-nos moluscos.<sup>73</sup>

As mudanças implementadas na escola brasileira na década de 1920 demarcaram a passagem do que Jorge Nagle denominou de “entusiasmo pela educação” para o chamado “otimismo pedagógico”. De acordo com Nagle, em seu estudo *Educação e Sociedade na Primeira República*, o primeiro conceito estaria ligado a uma expansão do acesso à educação pelos diversos estratos sociais; já o segundo se refere a um crescimento qualitativo da educação oferecida a população com o incremento de novas técnicas de ensino no campo da pedagogia moderna. O otimismo pedagógico teria propiciado um empenho mais intenso na melhoria do ensino primário, como já foi dito anteriormente foi necessário também um investimento na formação de professoras já que, sobre estas, recaía a responsabilidade de instruir os filhos da nação. (ALVES, 2009)

O acesso à escola pública, pensada para atender a um maior número de crianças possível, era a grande promessa da qual se falava no Brasil naquele momento. Somente por meio da escola seria possível tornar realidade o sonho de inserir o Brasil no grupo das grandes civilizações modernas. É nesse momento que a atenção para a escola e o discurso voltado para ela, enquanto instituição formadora da nação, ganha corpo, no que se refere à educação primária. Este setor do sistema educacional teve os olhares dos principais educadores do momento, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930.

---

<sup>73</sup> CRAVEIRO, Newton. *João Pergunta ou O Brasil Seco*. Fortaleza: Typ. Progresso, 1923. p. 7

É na educação popular, como se convencionou chamar a educação primária, que recaíram as atenções no início da república. No Brasil, o índice de analfabetismo, considerado a grande doença social do país nos primórdios do período republicano, chegava a quase 80%, daí a urgência de um investimento na educação popular, já que esta era a responsável pela alfabetização do povo.

A discussão acerca da clientela da escola primária brasileira suscitava também outras questões como a elaboração dos programas explorados por essas instituições. Um dos intelectuais que se dedicou a esse estudo foi o sobralense Frota Pessoa<sup>74</sup>, que na época em que a escola foi muito valorizada, cogitou questionar se o problema da educação brasileira eram as poucas escolas ou o mau uso que fazíamos delas, o que nos permite compreender que havia divergências acerca do modo de se conduzir e de se pensar a escola primária brasileira. Escolhemos trabalhar neste item as relações entre a escola primária e a formação para o trabalho, analisando o discurso de Newton Craveiro em diálogo com Frota Pessoa. No entanto, antes de discutirmos essa questão mais a fundo é preciso se fazer um breve esclarecimento a respeito de dois termos presentes nessas discussões, refiro-me à compreensão de *educação* e *instrução*.

São muitos os artigos publicados em jornais e mesmo em discursos e livros que buscavam explicar a diferença entre instruir e educar, sendo que essa questão passava pela elaboração dos programas para as escolas públicas:

Não confundamos a educação tomada na sua acepção mais lata com o simples preparo prático para determinada profissão. A aptidão profissional só se adquire no fim do tirocineo educacional systemático. Antes de alcançar esse objetivo, o individuo sofre muitos anos o martelo, a talhadeira, o buril e a lixa do escultor que trabalha na sua madeira bruta, a fim de fazer dela uma obra de arte.

Quem só foi educado no aprendizado de sua profissão é menos que uma machina, porque não possui desta nem a precisão mecânica, nem a fortaleza, nem a infatigabilidade (...) A educação que torna o individuo prolifero em concepções idealistas, é a que desde a infância actua sobre seu organismo, encaminhando-o para a tríplice finalidade – tríplice aspecto clássico de toda pedagogia- que é fazer dele um athleta, um sábio e um justo. Está claro que isto é um limite que poucos homens poderão atingir; mas o que é

---

<sup>74</sup> José Getúlio da Frota Pessoa nasceu em Sobral em 2 de novembro de 1875, mas mudou-se para o Rio de Janeiro em 1893 ao terminar o curso secundário. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e posteriormente graduou-se na Faculdade de Direito, tendo exercido a profissão por alguns anos. Em 1933, começou a escrever na coluna *Educação e Ensino* no *Jornal do Brasil* no Rio de Janeiro, onde permaneceu atuante até sua morte em 1948. Frota Pessoa foi diretor geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, tendo escrito obras como *A Educação e a Rotina* (1924) e *Divulgação do Ensino Primário* (1928).

incontestável é que quanto mais nos aproximarmos dele, tanto mais perto estaremos da felicidade, ou, pelo menos, da perfeição.<sup>75</sup>

A educação estava ligada ao ato de inculcar valores, isto é, de preparar as crianças moralmente, formando o seu caráter. Por outro lado, a instrução seria um subsídio da educação, em que os ensinamentos de matemática, língua portuguesa, desenho e demais disciplinas dos programas escolares seriam importantes, porque estimulariam as faculdades mentais, mas seriam apenas subsídios da educação. A instrução deveria estar voltada para a vida prática, para a formação do intelecto. Educar era, portanto, ir além da instrução, precisando-se para isso levar em consideração as particularidades do indivíduo. Por mais instrumentalizada que a criança fosse dentro do ambiente escolar, de nada valeria se não estivesse preparada para viver entre seus pares.

Essa dupla função que recaía sobre a escola popular era problemática. Se a clientela das escolas primárias era formada pelas crianças mais pobres e a educação deveria ser priorizada sobre a instrução, como realizar tal empreendimento com um ensino que, distante do chamado verbalismo, priorizasse a realidade do educando? Podemos constatar que, por mais que se fosse frisada a importância de uma educação moral, pelo menos a nível teórico, predominou na educação primária um ensino voltado para atividades mais práticas. Dava-se mais importância a uma preparação das crianças pobres para atuar especificamente no aperfeiçoamento de suas funções no mundo do trabalho, sem estimular os pequenos a uma mudança de posição social.

### ***2.3.1 A educação popular e o problema da gratuidade***

A educação popular era, para Frota Pessoa (1924), uma forma de beneficiar a população de menor poder aquisitivo, pois ser analfabeto seria “o mesmo que viver cego”, por outro lado, ser letrado era “ver pouco”. Desse modo, o intelectual, à época Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, defendia que a educação primária, ainda que não elevasse ao corpo das elites intelectuais as grandes massas, permitiria a esta o trato elementar da leitura, da escrita e das operações básicas. Para a população em geral era muito mais importante a inserção no mundo das letras, do que era um título de bacharel para a elite. Em sua fala, Frota Pessoa, continuou dizendo que, dos milhares de brasileiros que receberam os rudimentos básicos da educação, algumas

---

<sup>75</sup> Trecho do discurso de Frota Pessoa intitulado *A Educação e o Ideal* publicado no livro *A Educação e a Rotina em 1922*.

centenas teriam galgado o primeiro passo em direção ao conhecimento. Na escola pública se concentravam os futuros trabalhadores, construtores da Nação. O processo civilizador brasileiro, para obter um resultado eficaz, necessitava ser estendido em todos os segmentos, não estando excluído o povo sertanejo. Para atender a uma imensa população em idade escolar que se encontrava destituída de escolas se propagandeava ainda na década de 1920 o direito à educação gratuita.

Colocada como uma das principais soluções para os males nacionais, a educação passou a ser vista como meta a ser alcançada pelos intelectuais do período. Atribuiu-se a escola a importância de instituição formadora do físico e do caráter, do corpo e da mente, ao passo que a falta delas era considerada o maior fator de crescimento do analfabetismo. Porém, o simples fato de se questionar a ausência de escolas não se convertia em fator de mudança. Tendo isso em vista, retornemos a questão colocada por Frota Pessoa: o problema da educação brasileira era o pequeno número de escolas de visível carência estrutural ou não sabemos usufruir das poucas que temos? Para alguns, o problema não era a defasagem de escolas públicas para atender a todas as crianças em idade escolar, mas o modo como se organizava a educação pública no Brasil:

O problema do ensino primário é de natureza essencialmente concreta e no Brazil só espera realizações: no entanto, muitos dos nossos publicistas que o discutem se derramam constantemente em divagações abstractas, demonstrando com sisudez as taras do analfabetismo, os males irreparáveis que este produz a uma democracia, a necessidade de difusão de escolas e da instituição do ensino obrigatório.

E' dellas que precisamos? São ellas que nos encaminham para as soluções? Ou, pelo contrário, nos paralyam o senso crítico, a sutillieza do julgamento e a energia da acção? (FROTA PESSOA, 1920, p. 52)

As palavras de Frota Pessoa, se debruçaram sobre os problemas da educação pública brasileira, que ao ganhar tamanha ênfase, acabou, em certa medida, servindo também de freio para tomadas de medidas mais urgentes no entendimento do intelectual. Frota Pessoa reclamava para a escola pública uma solução concreta, uma vez que os discursos sobre o analfabetismo, suas más consequências para o regime democrático e para a formação cidadã, não se mostravam suficientes para a resolução de um impasse real: o excedente de crianças analfabetas no país muito mais elevado do que o governo teria condições de arcar.

O problema da instrução gratuita foi um dos que mais se fez presente nas décadas de 1920 e 1930, especialmente após o Manifesto de 1932<sup>76</sup> que tinha como ideia matricial a escola única, laica e gratuita. Entretanto, a defesa por um Estado que tratasse a escola não como favor, mas como direito entrava em choque com visões similares as do Diretor da Instrução do Rio de Janeiro. O princípio da escola gratuita deveria se estender para todos os setores da sociedade, especialmente porque se entendia que, por meio da escola e da convivência mútua entre crianças abastadas e carentes, acabaria por ocorrer um nivelamento social no Brasil. Entretanto, a limitação no capital nacional era constantemente tomada como empecilho para uma educação gratuita que fosse direito de todos. Nesse sentido, foi grande o impasse em torno da gratuidade do ensino. Havia os que defendiam a extensão dessa conquista a todos, mas havia também os que acreditavam ser mais coerente que esse direito de acesso fosse direcionado apenas aos estudantes pobres. Esta seria uma medida de urgência para amenizar os danos causados à população carente quanto ao acesso à educação primária:

Não só a escola pública foi tomada de assalto pelos que julgam imprescindível instruir os filhos e podem pagar essa instrução, como o que é mais grave, cada vez mais é feita e organizada para esses privilegiados. Dentro da escola, o aluno que vem rôto e descalço é filho do britador analfabeto, da lavadeira, do operário de fábrica, do lavrador humilde, e é quase sempre um abandonado pela família. Este é o que necessita da tutela do Estado, da proteção e do fervor da professora. (FROTA PESSOA, 1928, p.43)

O problema da gratuidade não era apenas de caráter financeiro, mas também de mérito, ou seja, estava ligado a um compromisso moral do Estado para com o povo, pois ceder a uma criança cujos pais detinham condições para custear os estudos dos filhos em instituições particulares era retirar de uma criança pobre o direito de ter minimamente acesso à educação. Frota Pessoa argumentava que a criança pobre pela condição social a qual pertencia era:

[...] certamente inferior, como constituição física, como inteligência, como descortino intelectual, ao seu colega burguês, bem alimentado, bem vestido, viendo em um ambiente espiritual sadio, e recebendo no lar uma educação sistemática [...]. Assim, praticamente a escola é para estes de vanguarda, que

---

<sup>76</sup> Dirigido ao povo e ao governo, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* defendia uma reconstrução nacional por intermédio da educação, discutindo temas chave como a finalidade da educação e sua função social, os princípios básicos da Escola Nova, o papel da escola na construção da democracia e a formação de professores. No entanto, a centralidade do documento concentrava-se na definição e na defesa da chamada escola única, isto é, uma escola para todos, que beneficiasse não apenas os grupos economicamente favorecidos, mas a todas as crianças entre 7 e 15 anos de idade. Trataremos mais profundamente do manifesto no capítulo 3 dessa dissertação.

os pais encaminham em casa e que só se preocupam com o estudo. São esses os que vão ao fim do curso, ao passo que os outros encaixam no curso elementar ou no limiar do médio. (FROTA PESSOA, 1928, p. 43)

A escola gratuita destinada a todos sem distinção estaria assim cumprindo um contra-papel, indo para o lado oposto para a qual foi instituída, uma vez que só permaneceriam nela aqueles que, além dos saberes escolares, já possuíam em casa a educação moral. A escola não seria para todos, mas para as crianças que podiam viver de fato os prazeres da infância e cuja única preocupação era o estudo. Nesse caso, as crianças pobres ficariam excluídas de receber qualquer orientação para todos os âmbitos da vida, sendo muitas vezes prejudicadas pela falta de recursos do Estado em atender a demanda de meninos e meninas em idade escolar. Além disso, faltavam recursos nas escolas para crianças e adultos em idade irregular de ensino.

Se o Estado não teria condições financeiras de arcar com a educação gratuita para todos, seria seu dever priorizar as crianças pobres, já que no decorrer da vida dificilmente teriam oportunidade de estudar novamente, pois cedo seriam lançadas ao mundo do trabalho e a escola primária poderia ao menos prepará-las melhor para essa realidade. O que se pode perceber é que para os pobres a educação era tomada como assistência estatal e não como direito, já que a criança pobre, filha de trabalhadores pobres, era quem realmente precisava da proteção do Estado. Era a inserção no mundo escolarizado que iria permitir a essas crianças o “aperfeiçoamento do trabalho em todos os ofícios e da vida, do bem estar sob todos os aspectos”<sup>77</sup>.

A busca por uma solução do problema das limitações no atendimento às crianças pobres, entendidas como as verdadeiras necessitadas da escola gratuita, levou, ao mesmo tempo, à discussão do que deveria ser ensinado nas salas de aula brasileiras. Isso porque até mesmo o programa de ensino era visto ou como motivo de permanência ou de afastamento das crianças menos favorecidas. O desnivelamento entre as crianças, resultado da educação “para todos”, acabava por produzir dentro das escolas primárias uma seleção natural, onde as crianças com melhores condições de vida, mais bem alimentadas e, portanto, com maior disposição para aprender sobressairiam em relação às crianças pobres que necessitavam, antes de tudo, aprender a ler, coisa que os filhos de famílias abastadas há muito já sabiam. Sobre essa questão Frota Pessoa ponderava:

As crianças pobres não podem, em regra, competir, em andamento rápido, com os abastados, por motivos óbvios e acabam constituindo o refúgio das

---

<sup>77</sup> O Nordeste, 17.07.1929.

classes. As professoras são levadas naturalmente a fazer selecção dos que progridem rapidamente, porque os exames a obsecam, e abandonam o seu destino, os que não podem acompanhar o ensino trepidante, feito segundo programmas colossaes (...) A actual escola primaria não é feita para elles, nem nos methodos nem nos programmas, nem no ambiente que oferece (...) Diga-me, em consciência, si é possível educar junntos o filho do Sr. Doutor ou o filho do Sr. Coronel e o filho de sua cozinheira ou de seu jardineiro (...) Não. Há que se refundir todo o mecanismo de ensino primário e adaptá-los a essa nova condição. Não se está fazendo em obra de educação e instrução uma obra humana e profícua. Tudo é fachada, tudo é fórmula, tudo é letra morta, tudo é burocracia.<sup>78</sup>

O problema da Instrução gratuita não era ao certo discussão de fundo meramente teórico, mas se refletia também na prática. De acordo com o Relatório de José Moreira da Rocha, presidente do Ceará no ano de 1926, a implantação da lei nº 2.322 de 26 de outubro de 1925 estabelecia a taxa anual de 24\$000 por aluno que frequentasse o terceiro anos das escolas reunidas e o quarto dos grupos escolares. A medida, inspirada na que havia sido tomada pela Diretoria da Instrução Pública de São Paulo, só foi posta em prática na capital fortalezense quando foi apresentado considerável decréscimo na matrícula das escolas ali existentes, não chegando a ser aplicada nas escolas do interior.

A educação ofertada pela escola primária estava no entendimento de Frota Pessoa desvinculado da realidade, pois conscientemente era sabido que o ensino popular, destinado a classe mais baixa da população, deveria possibilitar a preparação desta para o trabalho<sup>79</sup>, ainda que não se tratasse do ensino profissional. Não se tratava, porém, de promover a crença em uma diferença entre ricos e pobres, mas de se constatar que, independentemente dos filhos de uma elite estudarem na mesma escola que a de seus empregados, a princípio a própria escola seria um lugar de estranhamento que por si só conduziria os menos abastados à evasão escolar. Isso porque os programas escolares estavam deslocados da realidade, fazendo com que as crianças pobres, classificadas como física e mentalmente inferiores, findassem por ser prejudicadas.

---

<sup>78</sup> FROTA PESSOA, 1924, p. 47.

<sup>79</sup> Como já mencionado anteriormente, o ensino primário, não apenas no Ceará, mas a nível nacional, frisava a construção de uma educação para o trabalho. Em 1929, por exemplo, ocorreu em Fortaleza uma conferência organizada pela Associação Brasileira de Educação intitulada *O trabalho na collectividade e na formação do carácter*, reforçando o trabalho enquanto elemento racionalizador da vida. Dentre os membros participantes da Associação Brasileira de Educação estariam também envolvidos na elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, Cecília Meirelles, Manoel Bergstrom Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Roquette Pinto e Sampaio Dória. O Nordeste. 11/05/1920.

Logo, seriam quatro ou seis anos jogados fora, pois, a vida que brevemente iniciariam as crianças pobres não seria outra que não a mesma de seus pais<sup>80</sup>.

Esse pensamento poderia ser constatado quando se discutia o ideal de escola para as crianças nordestinas, observava-se o ambiente, a realidade do meio físico, mas não se falava em uma educação moral propriamente dita, mas em uma educação (lê-se instrução) para a luta pela vida. Isto é, a escola estaria muito mais ligada a um espaço onde as crianças aprenderiam a viver como adultos no futuro. Não se pensava muito nos cuidados com a infância, ainda que o termo aparecesse de vez em quando nos escritos sobre educação, mas sim na preparação das crianças para o mundo do trabalho<sup>81</sup>. A criança deveria ser preparada desde pequena para atuar no meio em que vive, variando o tipo de instrução com a realidade social e econômica da família e conseqüentemente da própria criança. Falava-se da educação como meio de transformação imediato e não na formação em longo prazo, ao passo que tal entendimento estava vinculado, como já dissemos, ao modo de se conduzir o ensino nas escolas públicas, como podemos perceber em matéria publicada pelo jornal *O Nordeste*:

É indispensável que nas escolas ministremos os conhecimentos, as matérias, as noções, os conceitos, os sentimentos, as tendências apropriadas, a fim de que o ensino tenha sempre uma finalidade útil e imediata. Esse lado da questão não é como o da quantidade, quase que resolvido exclusivamente pelo dinheiro. Não é só uma questão de maior dotação. (...) A falta de escolas deixa por ali analfabetos. As más escolas produzem semi-letrados, quase tão incompletos e falhos como analfabetos.<sup>82</sup>

No prefácio da primeira edição de *João Pergunta*, Newton Craveiro soube muito bem explorar tal entendimento acerca da educação popular, chegando a alertar os leitores de sua obra sobre as possíveis críticas que receberia, enquanto educador, por

---

<sup>80</sup> Sobre esse assunto Frota Pessoa escreveu: Ora, sucede ainda que para esta categoria de alumnos, esse ensino é inútil. A vida em que em breve entrarão, que é a mesma de seus pais, não requer esses conhecimentos especiaes e abundantes (...) Essa diversidade deveria logicamente determinar dois grãos de instrução, convinhaveis a cada espécie de educandos: a escola de rudimentos essenciaes, summarios, em que o alumno, com economia de tempo e trabalho mental, aprendesse o que precisa para sua existencia modesta, e a escola de conhecimentos integraes, para os que pretendem exercer as profissões em que o cérebro é o instrumento principal- aquella disseminada e multiplicada, esta rara e espaça. PESSOA, José Getúlio da Frota. **A educação e a rotina**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.

<sup>81</sup> Entende-se aqui criança e infância como termos de significados distintos. A criança é entendida como o sujeito que vivencia o estado da infância enquanto etapa da vida, assim como se vivencia, por exemplo, a vida adulta e a velhice. Da mesma maneira, há crianças que não vivenciam a infância, pois desde cedo são inseridas no mundo dos adultos por meio do trabalho, como era o caso, via de regra, das crianças pobres das escolas primárias nordestinas.

<sup>82</sup> Trecho da matéria Analfabetos e Semi- Letrados publicada no jornal O Nordeste em 17.07.1929.

tentar inserir a preocupação com o trabalho no âmbito da educação primária.<sup>83</sup> Assim como Frota Pessoa, Craveiro corroborava com a ideia de que a escola primária deveria preparar a criança para a vida e sendo, pois, a criança nordestina orientada para viver na lavoura. Mesmo antes da elaboração de um programa mais específico de ensino rural no Ceará,<sup>84</sup> o livro de Craveiro, inserido na vertente da pedagogia moderna e influenciado pelo ruralismo pedagógico dos anos 1920<sup>85</sup>, chamava atenção para o desenvolvimento de uma educação utilitarista, que tivesse como finalidade prática o aperfeiçoamento de conhecimentos do trabalho agrícola: o estudo do solo, das plantas, métodos de cultivo, profilaxia rural, costumes regionais, e etc.

A escola primária, na visão de Craveiro, deveria fornecer alguns recursos concedidos pelo ensino profissional, condicionando as crianças para a vida prática. Todavia, o modo como estava sendo conduzido o ensino popular desagradava o intelectual sobralense, visto que os programas de ensino tornavam quase nula qualquer aptidão que as crianças nordestinas tivessem para com o meio. Acreditava-se que o problema da escola primária do Nordeste, ainda que fossem limitadíssimos os investimentos sobre ela, não se tratava necessariamente de dinheiro, mas da falta de sensibilidade para construir objetivos úteis na educação da criança nordestina:

Conclue-se que a função de nossa escola primária é preparar para a vida e não para as escolas superiores, como faz o gymnasio, sem que a experiência atual o justifique; é dar uma educação posto que inferior, integral; é, em última análise, formar o soldado do pret da lavoira. Si funcionasse em um meio onde se vivesse das minas, engendraria o pequeno mineiro; se em um

---

<sup>83</sup> A escola que deveria se preocupar com a formação para o trabalho de maneira efetiva era a escola profissional, combatendo o bacharelismo que, segundo Frota Pessoa, era a “anemia da Nação”, sendo a educação profissional o antídoto para esse mal. Por meio do ensino profissional se prepararia diretamente o cidadão para a o exercício de um ofício, o que garantiria mão de obra ativa para o país e o conseqüente crescimento de sua economia. No Ceará o discurso de uma escola utilitarista se fortaleceu bastante nas décadas de 1920 e 1930 quando se intensificaram as experiências envolvendo a pedagogia moderna. Apesar de intelectuais e governantes reconhecerem que na educação profissional se concentrava a “segurança e o bem estar das classes proletárias”, admitia-se também que o ensino profissional no Ceará era pobríssimo, apesar de sua influência sobre as atividades agrícolas e industriais. (Ver: Mensagem Presidencial, José Moreira da Rocha. 1925. P.27-28).

<sup>84</sup> O primeiro estabelecimento direcionado especificamente para a educação rural seria a Escola Normal Rural de Juazeiro, fundada em 1934, que tinha como objetivo a formação docente para o campo, não somente no que se refere a práticas agrícolas, mas também a higiene e profilaxia rural. A Escola Rural de Juazeiro além de ser a pioneira neste estilo no Ceará, é considerada também a primeira no Brasil a objetivar a permanência do homem no campo por meio do ensino, tendo funcionado até 1946.

<sup>85</sup> As ideias em favor de uma educação para o campo já se figuravam desde a segunda metade do século XIX, embora ainda de maneira esparsa. Nas primeiras décadas do século XX a questão da educação para o campo volta a tomar fôlego. Segundo Jorge Nagle, o nacionalismo representava também um meio de exaltar a terra e a gente brasileira. No entanto, o entendimento dispensado a “terra” era quase correspondente a um “conteúdo de natureza fisiocrática”. Dessa forma, “terra” se traduziu por “produtos da terra” e, por meio disso, “terra” e “agricultura” tornaram-se termos sinônimos. (Nagle, 2001, p. 302)

meio onde se vivesse da pesca, arranjaria a estrutura de um pequeno pescador. Como, porém, funciona no Nordeste, onde a regra geral da vida é a lavoura, terá, de ser por força da lógica e das circunstâncias, uma escola agrícola. (CRAVEIRO, 1923.p.9-10)

De fato, a opinião de Craveiro não era descabida. Em 1924, segundo o relatório presidencial do Ceará, apenas 16 alunos se matricularam na Escola de Agronomia e, em 1925, 13 alunos, enquanto que na escola primária havia uma média de 3.121 matriculados nos Grupos Escolares e nas Escolas Reunidas, 3.367. Já em 1926, a matrícula geral nos cursos do ensino popular na capital contava com 5.657 alunos, sendo o índice de frequência média de, 3.022 estudantes. Por sua vez, nas escolas do interior, o índice geral de matrícula era de 23.573 alunos, sendo que apenas 13.681 frequentavam, de fato, as escolas. Somando um índice de frequência média de 16.713 alunos no total. A escola nordestina deveria assim, fazer das crianças pequenos agricultores, no caso dos meninos, e no caso das meninas prepara-las para atividades mais relacionadas ao lar, ainda que também voltadas para a vida rural. Esses ensinamentos dirigidos às crianças de ambos os sexos, eram, todavia, voltados aos mais pobres. Como disse o próprio Craveiro, “aos soldados do pret”. As crianças que precisavam estudar pela lei instituída, mas que não poderiam se abster da realidade em que viviam. Para estas, segundo Craveiro, a lavoura seria o fim.

### 3 UM LIVRO DE LEITURA PARA AS CRIANÇAS DO NORDESTE: JOÃO PERGUNTA DE NEWTON CRAVEIRO

#### 3.1 O sentido da obra ou “o espírito deste livro”

Era uma vez uma formiguinha branca que saiu do formigueiro, onde morava com muitas outras formigas brancas, e foi cortar pedacinhos de folha pelo mato. Andou, andou por aí afóra, até que quando já estava muito longe do formigueiro, veio uma ventania tão forte que ella foi obrigada a torcer caminho. Tomando assim outro rumo, chegou a um lugar muito bonito onde nunca havia pisado o pé de outra formiga. (CRAVEIRO, 1923, p.13-14)

Com um “Era uma vez...”, Newton Craveiro inicia a narrativa de seu *João Pergunta*, livro escrito entre 1922 e publicado em 1923, a pedido do governo do Estado do Ceará, no contexto das Reforma Educacional, já abordada nessa pesquisa. Porém, o *era uma vez*, expressão utilizada no começo dos contos de fadas e de histórias que geralmente se remetem a fantasia, não se aplica a obra aqui estudada. Apesar de Newton Craveiro se valer de uma linguagem acessível as crianças, *João Pergunta* foi criado com o objetivo de tratar de temas bem reais, os quais, na opinião do autor, as crianças teriam de cruzar cedo ou tarde. No prefácio de sua obra, Newton Craveiro fazia alguns esclarecimentos em relação aos objetivos a que se destinava seu trabalho:

Este trabalho é um ensaio de livro de leitura destinado as crianças do Nordeste, Filho da reação contra o verbalismo do ensino em nosso meio, orientando a criança para o exercício das industrias rurais de onde tem sahído a grandeza econômica dos povos. (*Ibidem*, p.18)

Tratava-se, portanto, de um livro que, embora procurasse seguir a linha de livro de leitura, ou seja, possuísse uma estrutura narrativa semelhante as dos livros de literatura, tratava-se de uma obra de cunho pedagógico elaborada para o uso nas escolas. Essa informação nos ajuda a compreender a ausência de personagens fantásticos como método para se alcançar o máximo de verdade nas histórias e uma consequente assimilação das lições. Sobre essa questão, em matéria intitulada *Coisa Séria*, pulicada na revista *Ceará Ilustrado*<sup>86</sup> em 14 de junho de 1925, o escritor Papi Júnior<sup>87</sup> argumentava:

<sup>86</sup> Periódico que circulou no Ceará tendo sido fundado em 27 de abril de 1924, versava sobre política, literatura e humor. Tinha como proprietária e gerente: Adagilsa Cordeiro do Carmo; como Diretor: Demócrito Rocha, futuro fundador do jornal O Povo, e Redator-Chefe: Tancredo Moraes. Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentosculturais/biblioteca-publica/ceara-ilustrado>

<sup>87</sup> Antonio Papi Junior nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1854, veio para o Ceará com vinte anos de idade, onde fez carreira como professor, romancista, teatrólogo, contista e poeta. Fez parte da

Pelo título não vão pensar que se trata de um contozinho frívolo, próprio para entreter crianças ; Não, não é isso, mas é coisa parecida, desde que se trata de um livro educativo que Newton Craveiro vem de publicar, destinado as crianças do nordeste brasileiro.

E, não sei porque, ao ler esse trabalho, experimentei um interesse inusitado dentro do meu pessimismo contra essas mentiras nebulosas que lourejam em todos os livrecos sobreritados a infância, a esses espíritos em plena formação.

Esse interesse preocupou-me,. Fechei os olhos para concentrar os sentidos e neles achar a origem dos motivos impressionantes que não ficaram a paciente leitura: e subsequentemente achei que o João Pergunta divociava-se da melódiosidade sensível de outros livros congêneres, que, apenas se dirigem ao coração da criança.<sup>88</sup>

Papi Júnior parecia desacreditado da literatura didática destinada às crianças por seu caráter fantástico ainda a pouco comentado, a que ele mesmo chama de “mentiras nebulosas” e que conferiam àquele gênero o status de “melosidade sensível” para crianças. Por outro lado, segundo o escritor, Newton Craveiro teria sabido ponderar a sua “alma pacífica de sertanejo com os princípios do pensamento racional em voga na pedagogia moderna”, motivo pelo qual Papi Júnior faz elogios nas críticas ao livro de Craveiro, que teria conseguido despertar a criança para os fenômenos exteriores da Natureza. Nessa publicação, Papi Júnior chama atenção para a circulação de teorias pedagógicas que constantemente adquirem e perdem importância no campo pedagógico e que acabam também por tornar ainda menos duráveis os livros didáticos provenientes de seus estudos: “o livro que hoje parece bom, amanhã torna-se detestável”.

Essa dinamicidade das teorias pedagógicas com a popularização do método havia feito com que a apreciação dispensada ao livro e a responsabilidade creditada ao aluno se modificasse. Já não dependia mais das crianças sozinhas decorarem os conteúdos apresentados, mas sim de mobilizarem seus sentidos, processo intermediado pelo professor que deveria “caminhar com a tática de um explorador em procura das minas auríferas da intuição para tirar delas todos os proveitos resultantes”. Nesse sentido, os livros didáticos foram recebendo um direcionamento não somente para as crianças, mas também para os adultos, uma vez que os prefácios, por exemplo, eram dirigidos aos mestres e não aos estudantes. Em geral, o preâmbulo do livro aparecia como espaço para que o autor explicasse seus objetivos e a teoria pedagógica a qual a

---

fundação de vários jornais e revistas como O Domingo, A Avenida e Ceará Ilustrado. Em 1922, ingressou na Academia Cearense de Letras ocupando a cadeira de número 34. Parece-nos ser de longa data a admiração de Newton Craveiro a Papi Junior, a quem dedicou seu livro *Quem é o Sertanejo* em 1916: “A Papi Junior, como prova de admiração e amizade oferece o autor”.

<sup>88</sup> PAPI JÚNIOR, Antonio. Coisas Sérias. In: **Ceará ilustrado**. 14/06/1925

obra estava vinculada, chamando atenção para o cumprimento de alguns pré-requisitos a fim de que fosse realizada uma leitura correta do livro.

Papi Júnior concluiu sua fala dizendo que *João Pergunta* se tratava de um livro “fortemente audacioso” pelo modo com que os saberes são organizados, elogiando a proposta de Newton Craveiro de sugerir determinadas novas temáticas para o uso em sala de aula a fim de tornar as lições mais concretas à inteligência da criança. *João Pergunta* seria instrumento capaz de estimular a capacidade intuitiva e apontar o surgimento de outras obras que, seguindo a linha de Craveiro, aproximassem a escola da realidade das crianças: “este livro pode desdobra-se em outros e muitos outros, sob os mesmos aspectos que conduzem o primeiro, que por ter primícias de novidade, tem valor irrevogável”. Esse seria o melhor meio para alcançar os pequenos, cujas mentes e gênios eram ainda consideradas misteriosas o bastante para pôr em cheque o planejamento e a finalidade de uma obra didática:

[...] para lidar com feras é preciso por em acção argúcias encantadoras, penso que o professor deve ligar, aos incentivos coloridos com as tintas fortes do interesse, o exercício constante da astúcia para detê-las facilmente na gaiola doirada dos sentidos.<sup>89</sup>

Sendo um dos participantes mais avidamente envolvidos na reforma, Newton Craveiro condensou em seu livro os principais ensinamentos que circulavam com maior intensidade nas conferências pedagógicas no Brasil para a defesa de uma escola contextualizada. Os ensinamentos presentes em *João Pergunta* eram desenvolvidos das chamadas “lições de coisas”, pelas quais era apresentado aos alunos um conjunto de objetos relacionados a uma temática específica para, a partir deles, se aprender a ler e a falar sobre esses mesmos objetos. As lições de coisas foram, sobretudo, nas duas primeiras décadas do século XX, a grande expressão do que se convencionou chamar “Ensino Intuitivo” método pelo qual o aprendizado se dava por intermédio da observação e da atuação concreta sobre determinadas situações.

O método das “lições de coisas” unia o contato direto com a natureza à exercícios de linguagem, em que as crianças aprendiam do concreto para o abstrato, do particular para o geral. Devemos lembrar que as “lições de coisas” não se tratava de uma disciplina específica dentro dos programas escolares, mas de um processo que deveria perpassar todas as ciências ministradas no ambiente escolar. Para isso, as

---

<sup>89</sup> PAPI JÚNIOR, Antonio. Coisas Sérias. In: **Ceará ilustrado**. 14/06/1925.

crianças eram estimuladas a relacionar as impressões percebidas a partir da observação de determinados objetos com a linguagem oral e escrita: aos professores lembrará que, pelo menos na escola primária, toda lição deve ser lição de coisas. *De coisas, com as coisas e pelas coisas – deve-se entender.* (CRAVEIRO, 1923, p.10)

Como no início do século XX o emprego das “lições de coisas” era comum dentre os estudiosos da educação, outros autores que exploraram esse mesmo método em suas obras foram utilizados na estruturação de *João Pergunta*. Na última página da primeira edição da obra de Newton Craveiro consta a seguinte informação: “As gravuras deste livro, em parte foram tomadas às “Lições de Coisas”<sup>90</sup> de V. Martel e Safray, e ao magnífico trabalho de Dias Martins (A.B.C. do Agricultor)”<sup>91</sup>.

O livro *Lições de Coisas* do médico francês Charles Safray foi traduzido no Brasil pelo professor B. Alves Carneiro, ex-aluno da escola politécnica do Rio de Janeiro e publicado pela Garnier livreiro-editor, em 1902. No prefácio dessa obra, o professor Alves Carneiro apontava como principal justificativa para a tradução da obra de Safray a melhoria da escola primária no Brasil, entendida, conforme já abordamos em momento anterior, como a mais acessível a todas as classes sociais. A escola primária deveria, desse modo, ser organizada conforme o destino dos indivíduos e da sociedade em que vivem:

Trabalhar neste sentido com todas as forças, talento, dedicação e desvelo: missão dos educadores. Auxiliar, esclarecer, animar esses operários do futuro: missão de um governo zeloso pelo bem do país. Concorrer de qualquer modo para essa obra civilizadora: dever do cidadão, do homem.<sup>92</sup>

Em *Lições de Coisas*, o professor B. Alves Carneiro apresenta o método como a forma mais simples de ensinar as crianças os conhecimentos e noções mais básicas para se viver, com linguagem que prenda a atenção dos pequenos estudantes e que lhes sejam úteis na vida prática. Nota-se que são lições relacionadas quase sempre ao exercício do trabalho, ainda que não direcionada para uma profissão específica, pois, a escolha equivocada de temas a serem ensinados na escola se tornariam a longo prazo

---

<sup>90</sup> Na edição a qual tivemos acesso, o título da obra está escrito como *Lições de Cousas*, pelo português corrente na época. Porém, escolhemos utilizar aqui o título *Lições de Coisas* de acordo com o português atual.

<sup>91</sup> Felizmente tivemos acesso as obras de Charles Safray e de Dias Martins. A primeira encontra-se digitalizada para consulta no site da Biblioteca Nacional e a segunda tivemos a oportunidade de consultá-la no setor de obras raras da Biblioteca Menezes Pimentel.

<sup>92</sup> PAPI JÚNIOR, Antonio. Coisas Sérias. In: **Ceará ilustrado**. 14/06/1925.

absurdos que as crianças seriam obrigadas a estudar. Por outro lado, a exploração dos temas apropriados renderia frutos valiosos, uma vez que as “lições de coisa” são:

noções elementares, expostas de um modo attrahente e singelo, sobre os phenomens mais vulgares, as industrias mais uteis, as artes mais necessárias, as cousas mais indispensáveis ao bem estar do homem; são conhecimentos geraes acerca do que a ninguém, seja qual for o seo lugar na sociedade, é licito professar ignorância.<sup>93</sup>

Os temas aos quais B. Alves Carneiro se refere são assuntos relacionados a elementos e fenômenos da natureza (água, ar, fogo, pedras, chuva, seca, vento, etc.) e seus impactos e usos dependendo da situação na vida cotidiana. Em *João Pergunta*, essas mesmas temáticas aparecem adaptadas à realidade do Nordeste, conforme pensava Newton Craveiro. Isto é, se fossem explicadas as causas da chuva, estas seriam relacionadas ao fenômeno da seca; caso se falasse da terra, dever-se-ia relacioná-la à agricultura e aos modos como desenvolvê-la em períodos de seca.

Em contrapartida, o livro *O ABC do Agricultor* foi produzido com a finalidade de ser utilizado não somente nas escolas primárias, mas também entre os agricultores para que as atividades agrícolas fossem mais melhor conhecidas e aplicadas, evitando assim um trabalho disperso. A obra apresenta lições como “Os instrumentos de Trabalho”, “Como é a terra por dentro”, “Como a planta é feita” e “Doenças e Remédios”, esta última indicada para as doenças mais comuns que atingiam o homem do campo. Os capítulos do livro são pautados em recomendações apresentadas aos professores ou mediadores das lições quanto aos materiais que deverão ser utilizados em cada momento e o modo como devem ser explicados determinados conhecimentos aos educandos. A obra é ilustrada, sendo cada capítulo acompanhado de esquemas e imagens que demonstram os ensinamentos desenvolvidos.

A edição de *O ABC do Agricultor* a qual tivemos acesso foi a segunda, datada de 1913, uma edição especial para o Estado do Ceará acrescida com novos capítulos se comparada com a primeira edição, lançada em 1908. Observando o conteúdo do livro de Dias Martins conseguimos encontrar maiores semelhanças com a obra de Craveiro por se tratar de um material particularmente destinado aos agricultores (não se tratava de um livro destinado necessariamente para a escola primária):

---

<sup>93</sup> PAPI JÚNIOR, Antonio. Coisas Sérias. In: **Ceará ilustrado**. 14/06/1925

Há muita gente no Brasil desejando aprender agricultura sem poder consegui-lo, ou por falta de recursos para frequentar escolas ou por não entender bem os livros que lê, cuja exposição apesar de clara e simples é feita entretanto, com palavras cuja significação ignora, livros escriptos para a elite dos nossos agricultores, mas não para ella, não para as suas terras, não para a agricultura que ella pratica pelos recantos agrestes do Brasil, agindo única e exclusivamente ainda, sob o influxo ancestral sobre o o trabalho secular da rotina agrícola [...] E eis porque – para essa gente possuindo tão distinctas qualidades de espirito e coração, especialmente - para os agricultores humildes e seus filhos, foi este livrinho escripto [...] E para evitar o trabalho disperso e despertar a força vivificadora e milagrosa do esforço em conjunto, que tudo transforma em conforto e progresso, d'aqui fazemos um appello patriótico – Às Camaras Municipaes para acolherem este ABC mandando ensinál-o nas suas escolas primárias ou distribuíl-o aos seus municipes os agricultores, para protegerem-no sempre, com o seu grande prestigio local, divulgando-o, mandando-o ler, á noite, principalmente, aos seus filhos, aos seus trabalhadores, analphabetos ou não, porque só assim, as necessidades fundamentaes da nossa agricultura, que são as mesmas da população rural, de todo o Brasil que produz, serão melhor conhecidas, praticadas e defendidas, em beneficio de todos. (MARTINS, 1913, p.I-II)

Dias Martins foi professor de Botânica, Higiene Rural e Zoologia Agrícola, além de ter ocupado o cargo de diretor do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola do Ministério da Agricultura. Seu apelo, era fruto da consciência de um intelectual cujo pensamento se voltava para a modernização da indústria agrária no Brasil. Por isso, Dias Martins chamava a atenção para o papel do Estado em divulgar materiais tais como o seu *ABC* à população pobre das zonas rurais espalhadas pelo Brasil. O fato de se tratar de um livro dirigido não somente às crianças mais também aos agricultores humildes, denunciava a incapacidade do Estado em atender a população total de crianças em idade escolar, já que o livro abrangia um público muito maior que o infantil. Dias Martins recomendava ainda que a leitura fosse realizada à noite pois não atrapalhar a jornada de trabalho, evidenciando que, embora fosse notório o modo rudimentar em que era desenvolvida a agricultura no Brasil e a alta taxa de analfabetismo no país, não era de interesse do Estado priorizar a formação escolar ao invés do trabalho.

Tanto *Lições de Coisas* quanto o *ABC do agricultor* exerceram influência na estrutura de *João Pergunta* seja no aspecto das temáticas das lições, seja no objetivo de sua escrita. Entretanto, nenhuma das duas obras citadas possuíam a mesma estrutura narrativa desenvolvida por Newton Craveiro. Apesar de as três obras apresentarem lições sobre a chuva, apenas a de Newton Craveiro se utiliza de histórias ficcionais para introduzir esses conhecimentos. Charles Saffray e Dias Martins não adotaram o modelo dos livros de leitura, mas optaram por um método explicativo em estilo de manual, ao

contrário de Newton Craveiro, que utiliza a narrativa em terceira pessoa em formato de histórias curtas.

Sobre o método intuitivo utilizado por Craveiro, Lourenço Filho explicou, em correspondência ao desembargador Moreira da Rocha, a relação estabelecida entre aquele e o chamado ensino ativo. O primeiro, definido a pouco, tratava-se de uma educação pautada na sensibilidade como elemento motivacional da capacidade de intervir em diferentes situações. Já o segundo, se sobressaía a ação, a motricidade, a capacidade de agir a partir de atividades como por exemplo, trabalhos manuais, aspecto bastante característico da pedagogia nova. Lourenço Filho afirmava que o ensino intuitivo não se opunha ao ativo, mas o complementava, pois, se no ensino ativo as crianças precisavam agir sobre determinadas situações, era preciso antes aprender a observá-la e interpretá-la. Para Lourenço Filho, *João Pergunta* encontra-se dentro dessa condição de transição entre o ensino intuitivo e o ensino ativo:

Mas, há mais, V. conhece o livrinho de Craveiro. Foi inscripto sob minha inspiração, de acordo com as novas ideas sociaes da reforma e a technica que Ella pregava. Que é esse livro?

Um livro de globalização; o primeiro que apareceu no Brasil. Na primeira edição até, cada lição era precedida de uma indicação de material e exercícios activos para os alumnos...as excursões escolares, a jardinagem, a experimentação aggricola estão ahi, não em doutrina, mas em factos. O livro não é só para creanças, mas é um compendio para professores (LOURENÇO FILHO, 1930, *apud* CAVALCANTE, 2000, p. 150).

Em cada lição as crianças eram convidadas a participar de uma atividade específica, tendo que, ao final, estabelecer relações com esses exercícios. Em algumas lições também há uma espécie de resumo em forma de pequenos lembretes com apontamentos em que *João Pergunta* registra palavras chaves para uma melhor fixação das leituras. Embora não houvesse atividades tradicionais com questões para as crianças responderem em casa ou na classe, os experimentos descritos em cada lição eram de fundamental importância na obra de Craveiro, pois possibilitavam o contato com a prática, já que se tratava de uma instrução para o trabalho.

A proposta de Craveiro era clara e objetiva: criar um material que funcionasse tanto como um de livro para crianças quanto um manual para professores, com os principais assuntos que deveriam ser ensinados na escola primária nordestina. Seu livro era fortemente influenciado por autores como Herbat e Pestalozzi. Do primeiro, herdou a Pedagogia Intuitiva; de Pestalozzi herdou a preocupação em fazer da educação não apenas arte, mas ciência capaz de agir na formação da moral, do caráter e

da vontade. Daí a preocupação em oferecer às crianças instrumentos que lhes propiciasse o aprendizado com coisas novas a partir da orientação de seus mestres, ao mesmo tempo em que havia uma preocupação com a linguagem pela qual esses conhecimentos seriam compartilhados: “algumas lições estão ao nível intelectual das crianças; outras, porém, acima dele se elevam. É que o professor deve baixar até a criança, algumas vezes, e, em outras ocasiões fazer com que a criança suba até ele (...).” (CRAVEIRO, 1923, p. II)

Isto exposto, voltemos nossa atenção para a materialidade de *João pergunta* e para os diferentes elementos e atores que participaram do processo de produção e que conferem sentido aos textos. São esses componentes que dão inteligibilidade aos escritos que lemos e é de alguma forma, o que lhes permite a existência. Os suportes nos permitem construir uma dada forma de leitura, pois são o que CHARTIER (2002)<sup>94</sup> chamou de “elementos não-verbais” que intervêm em qualquer relação que estabelecemos com o texto escrito.

No caso de *João Pergunta*, a primeira edição teve circulação apenas no Ceará com publicação subvencionada pelo governo desse Estado, em formato modesto. Tratava-se de um livro pequeno, em papel jornal, muito aquém do esperado para uma obra destinada às crianças. As imagens eram poucas, apenas 30 em relação às 218 páginas do livro, e quase sempre não se tratavam de ilustrações, mas de fotografias que acompanhavam principalmente as lições relacionadas à azeitagem e às técnicas agrícolas. Composto por 37 lições em sua primeira edição, o livro apresentava uma narrativa que buscava apreender a atenção das crianças que com ele estudavam. Em artigo publicado em 1932, Filgueiras Lima fazia uma rápida análise sobre a primeira edição de *João Pergunta*:

Surgiu primeiramente, numa edição acanhada, cuja confecção estava muito longe de preencher a finalidade educativa do livro. Nem o papel nem os tipos, nem o próprio arranjo exterior, satisfaziam às exigências da pedagogia e, sobretudo, da higiene escolar. Contudo, a alguém, cuja opinião valeria mais do que a de qualquer outro, a obra não só impressionou bem, quase artudiu: Lourenço Filho.<sup>95</sup>

Essa “edição acanhada” não era característica exclusiva de *João Pergunta*, um pouco antes da publicação do livro de Newton Craveiro, a *Revista da Instrução*

<sup>94</sup> “Os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados” (CHARTIER, 2002, p.62).

<sup>95</sup> LIMA, Filgueiras. *João Pergunta e o Ceará. Revisa Educação Nova, ano I, n.1, p.17, jan. 1932.*

*Pública* de São Paulo chamava atenção para o baixo índice de literatura didática disponível no mercado editorial brasileiro, o que muito limitava a escolha do material didático pelos professores<sup>96</sup>. No Ceará isso não era diferente. Podemos constatar isso ao observar a quantidade de livros de autores e escritores paulistas na lista das obras aprovadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Ceará em 1922, apresentada no capítulo anterior. Desse modo, muito do que era considerado como falha nas produções didáticas, se repetia nas obras em circulação no Brasil como um todo. Na mesma matéria publicada pela *Revista da Instrução Pública* de São Paulo encontramos também os princípios gerais indicados para a escrita de “um padrão de livro didático”:

Linguagem progressivamente enriquecida, correcta, clara, sóbria e elegante. Assumpto acessível ao entendimento das crianças e não menos capaz de lhes concorrer. Condições typographicas de saúde visual e de agrado. Methodo na movimentação dos assumptos, segundo as leis que disciplinam o fenómeno do conhecimento. As obras, que não se subordinarem a estas orientações sobre não valerem o papel em que se imprimem, são prejudiciais ao ensino. Porque, não só deixam de ensinar e educar com eficácia, como são ensinados no espirito infantil, ao aborrecimento nocivo e fatal pelas boas leituras.<sup>97</sup>

Havia, portanto, uma linha geral a se seguir que determinava a boa ou má qualidade da maioria das obras didáticas adotadas nas escolas primárias brasileiras. *João Pergunta* se destacava em meio aos demais livros adotados nas escolas não por apresentar qualidade material acima do normal, pois como vimos, tratava-se de uma edição de baixos custos, mas pela singularidade de seus conteúdos, era isso o que Craveiro havia trazido de diferente para a literatura didática no Ceará.

Embora o livro de Newton Craveiro fosse inovador no sentido de tratar a problemática da seca para crianças, Filgueiras Lima, com um olhar quase penalizado, afirmou também que o livro teria surgido em um “ambiente hostil de indiferentismo” tendo-se feito “guerra do silencio” a *João Pergunta*, principalmente por se tratar Craveiro de um “moço humilde, pobre, sem posição de destaque e prestígio político”<sup>98</sup>. Essa afirmativa de Filgueiras Lima é, contudo, discutível. Como vimos, Newton

<sup>96</sup> Na Revista do Ensino de São Paulo, em 1918, aponta-se, inclusive, como forma de incentivo à escrita de livros didáticos a promoção de concursos e premiações para esse tipo de publicação por parte do governo. Ver: Um padrão de livro didactico. **Revista do Ensino de São Paulo**, ano XVIII 1, p. 94, jun. 1918.

<sup>97</sup> É interessante ressaltar que dentre as obras adotadas pela Diretoria da Instrução de Pública de São Paulo, Sampaio Doria afirmava que pouquíssimos dessas obras encontravam-se realmente dentro do padrão ideal definido para o livro didático, sendo necessário escolher as que mais se aproximavam do desejado a fim de não deixar em estado de carência o material didático utilizado pelos professores.

<sup>98</sup>Um Padrão de livro Didáctico. **Revista de Ensino de São Paulo**. n. 1-4. ano XVIII .p. 91, jun. 1918.

Craveiro era redator do jornal *O Nortista* e escrevia frequentemente em jornais de Sobral, tendo sido, no início da década de 1920, figura frequente em eventos relativos a educação em sua terra natal. Apesar de não ter se tornado uma personalidade de destaque no campo intelectual cearense, creditar o silêncio em torno de sua obra ao simples fato de Craveiro ser supostamente pobre e humilde é reducionismo.

Sob outra perspectiva, Newton Craveiro e o seu *João Pergunta* foram apresentados por Antônio Sadoc Araújo<sup>99</sup> nas atas de janeiro de 1983 da Academia Cearense de Letras. Nessa ocasião, Craveiro foi apresentado como “grande educador”, tendo conseguido “revolucionar a literatura nas décadas de 1920 e 1930 e despertar na criança o gosto pelo estudo e a pesquisa”. Essa afirmativa de Sadoc Araújo é confusa, senão engraçada, pois, na década de 1930, Craveiro já havia falecido, sendo responsável pela publicação de *João Pergunta* nesse período, Lourenço Filho. Sadoc Araújo afirmou ainda que Newton Craveiro produziu uma literatura para “reunir os estudiosos em torno homem e dos problemas da seca”.

“Pobre” ou “revolucionário da literatura”, o fato é que Newton Craveiro criou uma obra singular, sensível e inovadora, especialmente no sentido funcional, em virtude do seu entendimento da finalidade da educação. *João Pergunta* possuía uma narrativa leve, onde as explicações se davam por pequenas histórias que se passavam em cenários como as fazendas, a rua, as casas dos personagens e, principalmente, a escola. Quando a história se desenrola no espaço domiciliar, geralmente aparecem a fazenda onde morava o protagonista, o menino João, e as casas dos agregados de seu pai. Quando a narrativa tem como cenário outros espaços, geralmente são em locais mais específicos de trabalho como as oficinas, a lavoura e a horta da escola. Nota-se, a partir desses elementos, que as situações narradas ocorrem na zona rural, fato que também aponta reflexões sobre o modo de vida e as classes sociais a que pertencem seus personagens.

---

<sup>99</sup> Antonio Sadoc de Araújo nasceu em Sobral, em 17 de dezembro de 1931. Estudou no Externato São José e no Seminário Diocesano de Sobral; estudou ainda Filosofia, no Seminário de Fortaleza e concluiu-os na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (Itália), onde fez o curso de Teologia. Pós graduado em Psicologia pela Faculdade de Cristo Rei (São Leopoldo . RS). Sadoc Araújo foi também Cônego Honorário da Basílica de São Pedro, do Vaticano. Pertenceu ao Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras (cadeira nº 15, patrono: Capistrano de Abreu) e Academia Sobralense de Letras, e membro correspondente do Colégio Brasileiro de Genealogia (Rio de Janeiro) e Instituto Genealógico Brasileiro (São Paulo). Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/acl/Cadeiras/SadocAraujo.html>. 19/03/2015.

As lições eram desenvolvidas mediante perguntas e respostas. A curiosidade e o desejo de sempre aprender coisas novas deveriam servir de estímulo para os leitores do livro, uma vez que o menino João Pergunta geralmente recebia da professora congratulações pelo empenho e a vontade de aprender. Na primeira edição do livro de Newton Craveiro, João Pergunta está sempre acompanhado de Chico Pão, com quem forma uma dupla nas aventuras narradas em cada lição. Apesar de aparecerem outras crianças na narrativa, Chico Pão ganhou destaque por ser o melhor amigo de João Pergunta, fórmula existente em outros livros de leitura, seguindo o modelo do clássico *Le tour de France par deux enfant*<sup>100</sup>, que tem como característica marcante as aventuras vividas por duas crianças que viajam pela França, servindo de inspiração, na virada do século XIX para o XX, à outras obras infantis no Brasil.

Como podemos observar no capítulo anterior, *João Pergunta* foi aprovado para o uso nas escolas públicas conforme lista datada de 02 de janeiro de 1923. Entretanto, não se tratava da única alternativa de livro de leitura disponível. Para o segundo ano, *João Pergunta* foi escolhido como leitura suplementar ao lado de *Minha Pátria*, de Pinto e Silva. Este, se tratava de um livro de leitura que tinha como principal objetivo o estudo da história pátria, realizado através de historietas singelas “sem a menor preocupação de detalhes, datas ou nomes” (SILVA, 1916, p.7). Já para o terceiro ano, *João Pergunta* se encontrava tanto entre a leitura suplementar quanto entre a leitura diária, ao lado de livros como *Saudade* de Thales de Andrade e *Fábulas* de Monteiro Lobato. Este último trazia fábulas com ensinamentos sobre moral, ética e política, tendo, inclusive, adaptações de fábulas já conhecidas como *A cigarra e a formiga* de La Fontaine, concedendo a elas novos significados. As fábulas eram como o “açúcar em remédio amargo” já que tiravam o peso das lições sem empobrecer seu conteúdo ou torna-los enfadonhos para as crianças (LOBATO, 1922, p.171). Já *Saudades* de Thales de Andrade, retrata a história de Mário, um rapaz que com suas memórias apresentava ao leitor os conflitos de sua infância no campo e a saída forçada para a cidade, bem como o retorno a sua terra de origem.

Lições de moral e civismo, ética, história, geografia, enaltecimento da vida rural, eram os temas tratados nas obras citadas a pouco, e que se repetem em *João*

---

<sup>100</sup>Escrito em 1877 por Augustine Tuillerie, *Le tour de France par deux enfants* conta a história de dois meninos, André e Julien, em uma viagem em busca de um tio perdido. Durante suas aventuras, as crianças cruzam a França, conhecendo diversos lugares e culturas diferentes, ao mesmo tempo em que tomam conhecimento de grandes nomes da história da França para proporcionar aos leitores um forte sentimento patriótico.

*Pergunta* com as devidas adaptações, pois são temas notadamente marcantes na literatura didática desde a segunda metade do século XIX. Em *João Pergunta*, a história pátria é abordada de maneira diferente, do particular para o geral, uma vez que a obra apresenta lições de história do Ceará, buscando inserir o Estado dentro de uma narrativa da história que se dizia nacional. A moral, a solidariedade e a ética também são latentes em *João Pergunta* com lições que retratam as boas relações sociais e a formação do bom caráter. Já a vida no campo é destacada a cada historieta, cujo cenário principal é o sertão e as atividades desenvolvidas são relativas a agricultura e, em alguns casos, a pecuária.

Para compreendermos melhor o sentido da obra aqui estudada, voltemos nosso olhar para seu título: *João Pergunta ou O Brasil Seco*. O título do livro de Craveiro nos permite fazer algumas observações importantes. Como a obra havia sido subvencionada pelo governo do Ceará, compreendemos que nela estava presente a proposta educacional aprovada pelo governo do Estado para ser aplicada nas escolas cearenses. Da mesma forma, pudemos perceber, pelos relatórios dos presidentes do Ceará, que a seca era assunto sempre presente, conforme tratamos no capítulo anterior. Desse modo, as crianças deveriam ser educadas tendo em vista esse referencial. Para aqueles mais abastados havia a escola de agronomia, para os mais pobres, a escola primária deveria preparar os trabalhadores da lavoura.

Esse pensamento fez com que Craveiro elaborasse sua definição sobre o Nordeste, e, embora ela não apareça logo no início da obra, é a partir dela que se estruturam seus objetivos. Desse modo, compreendemos que a maneira como o intelectual entendia o Nordeste embasava um projeto de escola e de educação conveniente ao que considerava primordial para a região. Vejamos, portanto, como o Nordeste brasileiro apareceu definido por Craveiro no livro *João Pergunta* em 1923:

O Nordeste do Brasil é uma região que difere das outras pelos seguintes característicos:

1° *o povo tem mais sangue de índio*; por isso, é mais brasileiro do que o das outras paragens do Brasil. A população dos campos é quasi composta de caboclos, que não são sinão, índios mudados.

2° *Os rios permanentes são raros*. Não existem no Ceará.

3° *O mato tem o nome de caatinga e é baixo, ralo e dura pouco tempo verde*. Só nas serras e á margem dos rios maiores, a floresta é alta e conserva a verdura por mais tempo.

4° *O clima é Seco*. De tempo a tempo falta o inverno: é a seca. Desfolham-se os matos, sêccam as lagoas e os rios, morrem os gados, e a população, faminta, abandona as casas e sáe em bandos para procurar os recursos que

lhe faltam. Os estados mais flagellados pela seca são o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Parahyba.

Eis aí, meus filhos, o Nordeste Brasileiro. O Brasil Seco, a região dos caboblos, das sêccas e das caatingas.

É uma região deserdada pela natureza, segundo o dizem; mas si Deus deu aos outros estados os grandes rios e as grandes florestas, deu-nos também um povo trabalhador e valente, uma terra fecunda para a lavoura, grandes várzeas para a criação de gado, um solo cheio de riquezas naturais. (p.66-67)

A definição de Newton Craveiro sobre a região Nordeste foi retirada da lição de número 12 intitulada *Brasil Seco*, quando na sala de aula uma criança que, seguindo o exemplo de João Pergunta, questiona a professora, Dona Luiza, sobre o significado do termo *Nordeste Brasileiro*, encontrado durante uma leitura. Para responder à pergunta da criança, Dona Luiza recorre inicialmente aos conceitos geográficos, ou seja, o “Nordeste Brasileiro significa as terras que estão situadas entre o Norte e o Este”, compreendendo os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. (CRAVEIRO, 1923, p.67)

A dúvida levantada pela criança nesta lição é interessante não apenas porque por intermédio dela Newton Craveiro expressa sua definição sobre a região, mas porque desnaturaliza a nossa compreensão de que a região Nordeste sempre existiu e foi entendida como tal. A criança ainda não havia internalizado a ideia de que o Brasil possuía regiões distintas, de modo que essa fragmentação abstrata lhe causava estranhamento: “um menino da escola encontrou na sua lição estas palavras que não entendia: *Nordeste Brasileiro*. Que queria dizer Nordeste?”. (CRAVEIRO, 1922, p.62)

É interessante atentarmos também para o fato de que Newton Craveiro partia do princípio de que as crianças de um modo geral não sabiam o que significava o *Nordeste Brasileiro*, ainda que a sua obra fosse em grande medida dedicada a elas. Isso é possível de se constatar porque o termo se encontrava em itálico e no prefácio de *João Pergunta*, onde Newton Craveiro relatava o modo mais eficaz de utilização do livro, o autor sugeria em nota que “as palavras em itálico, no correr das lições, devem ser explicadas aos alunos com cuidado especial”. (CRAVEIRO, 1922, p.8)

Isto é, o conteúdo relativo ao *Nordeste brasileiro* deveria ser explicado com uma atenção maior, pois não se tratava de um conhecimento prévio das crianças que precisavam primeiramente entender o significado dos conceitos: “a professora dizia que não era bastante ler a lição: era preciso ler e entender o que estava escripto.”. Nesse sentido, entendemos que Newton Craveiro pretendia tornar claro o que significava o Nordeste Brasileiro muito mais para as crianças que eram dessa região, do que para

aquelas que não faziam parte dela. A proposta de educar o homem para que pudesse desenvolver o seu próprio meio estava em grande medida relacionada com a ligação que o homem estabelecia com a sua terra. Essa proposta estava fortemente vinculada a uma formação de identidade, pois para que o homem se sentisse pertencente à terra era preciso primeiro conhecer sua origem, para enfim poder construir laços afetivos com ela.

A priori, parecia se tratar de uma divisão meramente oficial, aos poucos, contudo, Newton Craveiro vai nos apresentando o Nordeste Brasileiro de outras formas. Isso se dá porque na década de 1920 a concepção de espaço foi se tornando cada vez menos natural para se tornar mais histórica e subjetiva (ALBUQUERQUE, 2011). A dicotomia litoral/sertão, antigo/moderno se misturou de tal modo que diferentes temporalidades coexistiram no mesmo espaço. Outros critérios, além das condições naturais do meio foram levados em consideração, e as fronteiras passaram a ser instituídas através de discursos que se materializavam por intermédio do cinema, da literatura, do teatro e dos discursos políticos. A Região Nordeste passou assim a ser instituída conforme a entendemos hoje pelos discursos, pois é por intermédio da linguagem que se dá essa fabricação, uma vez que precisamos, ainda que cientes de sua subjetividade, nomeá-la de alguma forma para fazê-la inteligível.<sup>101</sup>

Pode-se dizer que essa definição de Newton Craveiro também foi influenciada pelas ideias que Lourenço Filho possuía a respeito do Nordeste. Viu-se no capítulo anterior, que o educador paulista comunicou em carta enviada a Monteiro Lobato que havia iniciado os trabalhos na área educacional no Ceará praticamente do zero, deixando de lado qualquer iniciativa tomada antes de sua chegada nesse Estado. Havia, portanto, ainda que Newton Craveiro estivesse falando enquanto nordestino, muito da impressão do educador paulista na narrativa de *João Pergunta*, sempre construída a partir de uma descrição feita por terceiros, e dificilmente adquirida pela experiência própria de seus relatores. O Brasil seco, descrito por Newton Craveiro e, que, direcionava os seus objetivos, foi definido no livro de leitura com o objetivo de que fossem construídos projetos de cunho preventivo para as consequências da escassez de

---

<sup>101</sup> Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011. Para uma outra abordagem sobre a constituição histórica das fronteiras e da região, ver também: SALES, Rodrigues Jean, FREITAG, Liliane, STANCZYK FILHO, Milton (org.). *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo, Alameda: 2010.

chuva ou, pelo menos, para atenuá-las. Essas medidas acordavam com as estratégias traçadas pelo governo federal em relação a problemática das secas:

- a) desde que a vultuosa população do Nordeste é, quase em absoluto, refractária ao êxodo definitivo, é imperativa **a necessidade de estabilizá-la ao próprio território**, proporcionando-lhe meios de trabalho e subsistência;
- b) desde que a terra do **sertão nordestino é fértil** e, para produzir, reclama apenas humidade, é consequente que se promova a obtenção d'esse elemento indispensável ao trabalho rural;
- c) desde que a água existe em quantidade necessária, somente mal distribuída, é preciso **acumulá-la e reparti-la melhor**. (grifos meus). (Impressões do Nordeste, 1924, p. 13)

Essas indicações foram conclusões elaboradas pelo médico Paulo de Moraes Barros após ter passado 32 dias em contínuo deslocamento pelos estados da região Nordeste. O médico foi incumbido, pelo governo federal, a pedido do IFOCS<sup>102</sup>, a averiguar as obras contra as secas, objetivando relatar o que já havia de progresso e o que ainda deveria ser feito por esta causa. Paulo de Moraes Barros e sua equipe concluíram que o grande problema era a má distribuição da água, bem como o seu desperdício devido à ausência de reservatórios para armazená-la. Esse problema só seria solucionado se houvessem medidas que estabilizassem o homem do Nordeste em sua terra natal, oferecendo-lhes condições para o trabalho, cuja água era condição primordial. A multiplicação das reservas de água era a maior preocupação do governo, sendo que as obras, como a implantação de poços e a construção de açudes, só poderiam ser levadas a cabo com a existência de três fatores: iniciativa, capital de exploração e braço operário. Os dois primeiros eram vistos como fatores menos problemáticos, uma vez que poderiam ser supridos com ajuda estrangeira. No entanto, o “braço operário” era a questão eminentemente mais problemática.

Essa preocupação com a mão de obra era resultante do entendimento de que no Nordeste havia braços operários em quantidade, mas inaptos para as práticas da agricultura. Essa falta de preparo dos nordestinos seria resultado de praticamente 50% do trabalho interrompido anualmente em virtude do período de estiagem, tornando o povo nordestino resistente às novas tecnologias. Constituía-se assim uma imagem do homem do Nordeste como “inconstante, volúvel e ainda mais sem ambição do que

---

<sup>102</sup> Instituição federal criada para estudar e atuar a problemática da seca no semiárido. Criado em 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha, possuía o nome de Inspeção de Obras contra as Secas (I.O.C.S.). Em 1919, o órgão passou a se chamar Inspeção Federal de Obras contra as Secas (I.F.O.C.S), e somente, em 1945 adquiriu o nome utilizado até os dias atuais: Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

qualquer outro caboclo brasileiro, contentando-se em ganhar somente o suficiente para não morrer de fome” (BARROS, 1924, p.137) e, portanto, desqualificado para o empreendimento das obras contra as secas.

Paulo de Moraes Barros, assim como Newton Craveiro também entendia o Nordeste como uma terra oposta a qualquer outra do território nacional. Porém, percebe-se que essa comparação é feita, tomando São Paulo como centro de referência de suas comparações. Enquanto o Nordeste era desprovido de preparação para se tornar um grande centro econômico e “onde tudo estava por se fazer”, São Paulo possuía iniciativa, capital, terras produtivas, colonização consolidada, mercados organizados e corrente imigratória permanente<sup>103</sup>. Por isso, era imprescindível se investir na qualificação do trabalhador nordestino, pois dele dependia o sucesso da campanha para tornar as terras do Nordeste produtivas. Era o trabalhador nordestino que iria possibilitar a consumação do projeto de expandir os reservatórios de água pelo Nordeste.<sup>104</sup>

Isso ocorria porque via-se a seca apenas como um fenômeno natural e inevitável, fruto da escassez de chuvas no semiárido, e não como um fenômeno social. Não se considerava os prejuízos causados a sociedade pelo período de estiagem, pois a fome, a miséria, a queda da produção e o desemprego eram também entendidos como resultados de um fenômeno natural. Por isso, as medidas de combate aos efeitos da seca se davam apenas enquanto durava a ausência de chuvas, criando-se anualmente um ciclo interminável de sofrimento. O fenômeno da seca, reduzido a uma dimensão climática, consolidou a existência de uma chamada “solução hidráulica”, em que as ações dos poderes públicos se concentravam na construção de reservatórios de água para uso nos períodos de estiagem. A “solução hidráulica”, por sua vez fazia surgir

---

<sup>103</sup> Ibidem, p.151-152.

<sup>104</sup> O estudo era visto enquanto trabalho intelectual por meio do qual os homens adquiriam conhecimentos úteis ao desenvolvimento da humanidade. Entretanto, dependendo da condição social o estudo poderia possuir a função de enaltecer o homem individualmente, isto é, se estudaria para adquirir um proveito para si próprio ou para contribuir com o meio que se vive: “estudam uns para fruir sosinhos os frutos de seus labores intellectuais; estudam outros para aplicar seus conhecimentos á humanidade, desenvolvendo-lhe o patrimônio científico do passado, trazendo-lhe allivio para os males, facilitando-lhe o gozo da paz e tranquilidade. Os primeiros podem ter certo valor científico, mas, não deixa de manifestar o seu objetivo um detestável egoísmo, e o egoísmo é a causa da desordem, de falta de patriotismo e, portanto, do regresso de um povo. Nobre, sublime é o objetivo dos outros, que estudam com o fim único de se tornarem uteis á collectividade. Nelles reside admirável generosidade, germem de todos os bons predicados, fundamento de patriotismo sincero, que dedica uma vida inteira de contínuos suores em prol do progresso da Pátria. Revista Verdes Mares (07/09/1928.p. 19).

outra ideia entendida como solução para o fenômeno das secas: a fixação do homem no campo (NEVES, 2007).

A construção de obras de engenharia e a permanência do homem no campo, foram as medidas defendidas pelo poder público a partir da Seca de 1877, acontecimento que modificou a importância dispensada ao fenômeno da seca e suas consequências sociais. É nessas duas vertentes que se pauta todas as lições<sup>105</sup> do livrinho *João Pergunta*, desde a narrativa da “descoberta do Ceará” e sua problemática colonização em virtude da seca – que passou a ser instituída como condição para a existência do próprio Ceará e, podemos dizer, do Nordeste – até as atividades voltadas para a construção de barragens e açudes. O intuito de Newton Craveiro era preparar desde a infância o nordestino para a convivência com o semiárido e com o trabalho, adaptando-o às condições do meio.

Os discursos presentes em *João Pergunta* nos apontam diversas possibilidades de questões a serem desenvolvidas, tais como: a formação étnica do povo nordestino como elemento puro da identidade brasileira; as características da natureza como meio de se definir as fronteiras internas do Brasil; a determinação do meio sobre a formação do caráter do homem que o habita, e que, por consequência, pré-determina suas crenças, seus costumes e sua cultura. Porém, é preciso lembrar que o livro de Newton Craveiro não teve apenas uma edição, pois além do primeiro livro publicado em 1923 no Ceará, a Companhia Melhoramentos de São Paulo publicou em 1928 uma nova edição de *João Pergunta* com reparos feitos por Newton Craveiro ainda em 1926 e que passou a circular além das fronteiras do Ceará.

Por se tratarem de mudanças significativas entre a primeira edição e as posteriores, lançadas pela editora Melhoramentos, veremos estas modificações realizadas no livro de Craveiro com mais detalhes no terceiro tópico deste capítulo<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> As lições do livro são expostas na seguinte ordem: 1) História do descobrimento da boniteza; 2) O almirante João Pergunta e suas grandes descobertas; 3) As léguas de Góes; 4) As expedições; 5) El Dourado; 6) O Ceará; 7) Os primeiros retirantes do Ceará; 8) As missões; 9) As bandeiras; 10) O caboclo; 11) O negro; 12) O Brasil Seco; 13) Os retirantes; 14) As nuvens; 15) Chuva. Causas da seca; 16) Da lagoa seca ao pau queimado; 17) As três portas; 18) Açudes de homem; 19) As barragens de Furabolos; 20) Lavoura seca; 21) Plantazinhas e crianças; 22) Porque o milho de todos cresceu e só o de Chico Pão não nasce? 23) Porque não crescem, plantazinhas?; 24) As vazantes de Mané Xiquexique; 25) As plantas lutam pela vida!; 26) Festa do milho; 27) Judith; 28) Isto é que é!; 29) As conversas de Furabolos; 30) A farinha; 31) Tapiocas e Beijus; 32) O meu roçado; 33) Guerra à lagarta; 34) Em como a tropa dos mata-formigas foi derrotada e em como desforrou; 35) As árvores; 36) O doutor Vianna; 37) Zé Cansado.

<sup>106</sup> Travar contato com obras de outra época e perceber suas diferenças nas páginas, no formato, na escrita é também problemático, pois, tomando emprestadas as palavras de Darnton, “a leitura, ao contrário da

Antes de mais nada, e para uma melhor compreensão dessas alterações, veremos no próximo tópico, as principais temáticas abordadas por Newton Craveiro na primeira edição de *João Pergunta*, a partir das lições presentes na obra. Veremos, ainda, que muitas delas partem das teorias de outros autores, apresentadas no primeiro tópico do capítulo anterior, uma vez que faziam parte do pensamento social do tempo de sua escrita.

### **3.2 A cultura ensinada: sobre o que perguntava o João pergunta**

*João Pergunta*, assim como outros livros de sua época, possuía elementos considerados primordiais para formar uma infância saudável, devido aos ensinamentos que visavam tornar a criança mais próxima de sua realidade. Por ser dirigido às crianças do Nordeste brasileiro, Newton Craveiro entendia que precisava apresentar-lhes o que significava pertencer a esse espaço, em que as fronteiras culturais exerciam maior influência sobre o modo de se identificar como nordestino do que as fronteiras geográficas.

Essa aproximação entre as crianças e o Nordeste tornou-se possível recorrendo a lições que objetivavam uma apresentação geográfica e uma identificação com as paisagens locais mediante conhecimento do solo, do relevo e do clima. Esses critérios eram importantes, pois havia no período o pensamento marcante de que o meio exercia forte interferência na formação dos sujeitos. É claro que não se pode garantir que o modo como os leitores consumiam a obra estava exatamente de acordo com o desejo inicial do autor. Por isso é primordial levar em consideração aspectos que influenciam a compreensão dos textos, tais como: os mecanismos produzidos pelas editoras e a liberdade e autonomia do leitor. Nesse sentido, para se compreender o “espírito do livro” analisaremos simultaneamente ao texto as indicações do autor e do editor contidas nos prefácios e notas, em busca de uma intencionalidade mais implicitamente perceptível.<sup>107</sup>

---

carpintaria ou do bordado, não é meramente uma habilidade; é uma ativa elaboração de significados dentro de um sistema de comunicação”. (DARNTON, 1986.p. 278-279).

<sup>107</sup> Roger Chartier afirma que é necessário concomitantemente a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la”. Nesse sentido, “por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutivas às intenções dos autores de textos ou fazedores de livros: ela é uma “caça furtiva”, no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar

Da aproximação com a terra a uma aproximação com a gente, outro elemento significativo inserido nas lições de *João Pergunta* foi o retorno às “origens” do povo nordestino. Esse tema foi planejado pelo estudo das “raças formadoras”, neste caso, o índio e o negro, que, com a união do elemento português, projetava através da história local uma história cheia de vultos heroicos. Essa identificação dos heróis com o espaço e o povo do Nordeste despertaria nos pequenos cidadãos o amor por sua terra e o desejo de nela viver, trabalhando por ela. Por isso, neste tópico dividimos as lições de *João Pergunta* em grupos temáticos, buscando fazer uma abordagem de suas principais questões e ligando-as sempre com a temática da preparação para o trabalho e do patriotismo, fundamentos que nortearam toda a narrativa de Newton Craveiro.

Entre a primeira e a segunda edição de *João Pergunta* percebemos uma mudança radical na estruturação da obra, influência da ampliação do espaço de circulação do livro, das novas tendências pedagógicas e dos aspectos sociais e econômicos do final dos anos de 1920 e início da década de 1930. A análise dessas modificações nos permite fazer a seguinte constatação: “façam o que fizerem os autores não escrevem livros. Os livros não são de modo nenhum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos e outros engenheiros, e por impressoras e outras máquinas” (CHARTIER, 1985, p.126). Da perspectiva de criação de uma obra do Ceará para o Nordeste e de outra que situava o Nordeste como parte do Brasil, há uma distância e uma transformação de objetivos que se fazem presentes em um novo *João pergunta*, já nas mãos de uma grande editora. Por isso, esse novo *Brasil Seco* também será abordado no terceiro tópico desse segundo momento.

### **3.2.1 O trabalho como lição escolar: a lavoura e a açudagem em João Pergunta**

E os caboclos como sabem disso, si nunca estiveram na escola? - tornou o menino descrente.

-Como sabem disso?!... – continuou a professora. Aprenderam no trabalho... o trabalho é a verdadeira escola. Quem trabalha aprende... o ignorante é aquele que não faz nada. (CRAVEIRO, 1924, p.134)

A temática geral que perpassa toda a narrativa de João Pergunta é centrada no trabalho como elemento impulsionador de desenvolvimento do país e como motor do progresso, tal como pudemos perceber no pensamento de intelectuais como Frota

---

sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada. (CHARTIER, 1985, p. 123).

Pessoa. Por essa razão, os livros escolhidos para a escola primária cearense, a maioria encomendados por Lourenço Filho e em uso nas escolas de São Paulo, não satisfaziam a Newton Craveiro na posição de Inspetor Regional do Ensino. A escola primária cearense se encontrava em descompasso com a vida da maioria da população do Nordeste, preocupadas em formar literatos e não homens fortes e probos para o trabalho. Sem o mínimo de preocupação aparente com as críticas que poderiam aparecer após o lançamento de seu livro, Newton Craveiro disparou suas ideias e justificou a escrita de seu livro de leitura:

Ensina-se a criança aquilo que teria de fazer o adulto. Que faz a criança nordestana quando se torna homem? Luta contra a seca. Todos os que nascem nessa região semi-árida, terão de justar contas com mais de uma sêcca. Em 100 anos, temos 9: 3 grandes e 6 pequenas, além de invernos escassos sem conta- demonstram as estatísticas. Se sabemos, pois, que a aridez periódica é uma coisa fatal; se sabemos, ainda, que mais de dois terços da população geral do Nordeste, vive da lavoura e da pecuária, não é preciso se dizer o que se deve ensinar em nossa escola primária. (*Ibidem*, p.II)

De acordo com Craveiro, a escola nordestina deveria preparar as crianças para desde cedo conviverem com a seca, uma vez que era um fenômeno irreversível neste território. Não podendo a escola primária nordestina afastar o Nordeste de suas crianças, era preciso instruí-las e educá-las para desenvolvê-lo. Daí a temática geral das lições de *João Pergunta* como a intitulada *Açudes de homem*, na qual o menino João Pergunta em parceria com outros amigos constrói pequenas barragens para guardar a chuva por ocasião da seca. Para as crianças, a água era vista como elemento raro que não podia ser desperdiçado, pois por meio dela os problemas que assolavam o Nordeste estariam solucionados. Como dito anteriormente, a chamada “solução hidráulica” supervalorizava a água como elemento salvador do Nordeste:

O maior desejo de João Pergunta era que chovesse. Como seria bom ver a chuva cair, alagarem-se as ruas e os campos, encherem-se os rios e os açudes!

Como seria bom ouvir o sapo cantar na lagoa, ver o capim crescer nas várzeas, ver as moitas de mofumbo verdes, cheias de flores e de ninhos! As vacas ficariam gordas e dariam muito leite; nos roçados, o milho desfraldaria o seu louro pendão e criaria espigas, o chão ficaria carocado de melancias! Num instante desapareceria a fome, e os primeiros retirantes voltariam, alegres, para as suas moradias.

Mas tudo isso era um sonho...Não chovia, os matos estavam Secos e levantava poeira:- tudo era sol e vento! (*Ibidem*, p.72)

Os conflitos na narrativa de Craveiro sempre são expostos de modo que em um primeiro momento os leitores, juntamente com os personagens, possam desenvolver

uma reflexão capaz de superar tais impasses. As crianças da história sempre ficam pensativas e curiosas indo em busca de soluções por intermédio de ações concretas. Todavia, é interessante observarmos que Newton Craveiro desenvolveu uma narrativa que tratava de temas relativos ao trabalho e a seca sem perder o tom poético e sem endurecer a linguagem pensada para as crianças da escola primária:

A água é ingrata. Nós gostamos tanto della e ella vive sempre nos fugindo... Espera ahi, agua! Não te vás embora! A terra ficaria sêcca, o milho não botaria espiga, não vingariam as melancias... Não ouves, água? Pensas então que eu não sei um meio de te fazer parar? Tu foges porque a porta está aberta. Pois bem! Vou arranjar-te uma tranca. (*Ibidem*, p.87)

A tranca a qual se refere João Pergunta são os açudes. Nas lições de *João Pergunta*, a temática da açudagem é recorrente em várias histórias. Nos trechos acima, vemos como a chuva é descrita como um fenômeno fantástico que resolveria todos os problemas do povo nordestino em um passe de mágica. O recurso das chuvas tornariam mais felizes a tudo e a todos, os animais, as plantas, as crianças. A narrativa de Newton Craveiro transformava a chuva em sonho quase impossível de ser concretizado, pois representava a abundância e, por outro lado, a ausência dela significava automaticamente a fome e a miséria. A escola nordestina deveria preparar as crianças para vencer a seca, portanto D. Luiza explicava com muita dedicação as causas do fenômeno e os meios para transformar a pouca chuva caída no Nordeste em recuso para o ano inteiro. Era preciso fechar as três portas por onde a água “fugia”:

*A primeira porta são os rios que carregam a água para o mar;*  
*A segunda é o subsolo que deixa escoarem as águas que se infiltram na terra;*  
*A terceira são os terrenos de lavoira que, sem preparo, deixam a agua evaporar-se ao sol e ao vento.*  
 Precisamos botar trancas nessas três portas, por onde foge a nossa riqueza pluvial:  
*A primeira porta fecha-se com açudes;*  
*A segunda, fecha-se com barragens subterrâneas;*  
*A terceira, com a lavoira sêcca.* (*Ibidem*, p.85-86)

O desperdício de água era abordado como a causa humana do agravamento da seca. Em *João Pergunta* ensinava-se a colocar trancas nas três portas que deixavam escapar a água do Nordeste, mas, como afirmou Paulo de Moraes Barros, a modernização do sertão com a construção de obras de engenharia contra as secas necessitava de braços para a mão de obra. Entretanto, o sertanejo não era visto exatamente como o sujeito ideal para realizar tal empreendimento, sendo preciso

prepara-lo. A escola seria o primeiro estágio dessa preparação, onde as crianças deveriam aprender o que era a seca e como atenuá-la. Para isso, era fundamental torná-las conscientes de seu papel na modernização do Nordeste.

Como veremos mais adiante, a construção de açudes, de barragens e o preparo da lavoura seca tornar-se-iam assuntos constantemente presentes se não nas salas de aula, pelo menos nos planos de aula e nos debates educacionais sobre o sertão do Ceará. Essa seria o meio ideal para se vencer a seca e mobilizar grande parte do capital destinado as obras públicas para o Ceará<sup>108</sup>, com o intuito de fixar o homem no próprio sertão em período de estiagens e de afastar a população de flagelados das capitais de cidades nordestinas.

Havia assim uma relação muito bem pensada por Newton Craveiro entre a escola e seu papel na sociedade. Mediante as experiências vivenciadas pelos personagens de seu livro, Craveiro transfere uma responsabilidade especial para as crianças do Nordeste. Percebemos pela análise de *João Pergunta* que desde a infância deveria existir uma preocupação com os problemas discutidos pelos adultos, o que fazia com que os leitores entendessem que o compromisso com o desenvolvimento do Nordeste não recaía apenas sobre os ombros dos mais velhos, mas também deveria ser assunto de interesse dos pequenos. Geralmente quem faz esses esclarecimentos são os personagens mais velhos, como Dona Luiza que ensina as crianças a importância das obras contra a seca no Nordeste brasileiro:

Se não se fizerem barragens para prender as águas da chuva, estas cêdo irão ter ao mar, deixando a terra flagellada. Será a fome e a miséria. Vocês agora constroem barragens de meninos, para o futuro construirão barragens de homens. Os meninos tapam vallas, os homens barram rios. (CRAVEIRO, 1923, p.89)

Nessa lição, D. Luiza, professora da escola de João Pergunta, explica as crianças que em terras secas como as do sertão nordestino os açudes são uma alternativa para a população que sofre com estiagens periódicas. Na ocasião, D. Luiza apresenta também, como grande responsável pela construção de açudes do Nordeste, o presidente Epitácio Pessoa, “um filho do Nordeste” que por amor à Pátria e por conhecimento do sofrimento dos nordestinos, teria que se dedicar a promover a construção de açudes

---

<sup>108</sup> “As estradas do Ceará, entregues à Inspeção de Obras contra a Seccas, absorveram sommas consideráveis nas despesas de sua reconstituição e aparelhamento; construção intensa das barragens, principal trabalho da solução do magno problema, a cujo combate o governo empresta o melhor da sua atenção.” **Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.p.8.

durante o seu governo.<sup>109</sup> É interessante lembrar que a construção de obras como os açudes citados nesta lição é tomada como símbolo de amor ao Brasil, já que seria possível se desenvolver economicamente o país, multiplicando suas riquezas.

Nesse sentido, a luta por uma educação voltada para o meio tornava-se também dever patriótico, pois era compromisso dos intelectuais da causa educacional tornarem as escolas o lugar do progresso por excelência. Desse modo, Epiácio Pessoa é retratado como herói e primeiro representante do Brasil a assumir efetivamente a responsabilidade de “vencer a seca” no Brasil seco. Na lição *Açudes de Homens* uma ilustração que ocupa o lugar de duas páginas inteiras foi inserida como forma de homenagear esse “filho do Nordeste”:

---

<sup>109</sup>Quando *João Pergunta ou O Brasil Seco* foi lançado em 1923, Epiácio Pessoa ainda ocupava o cargo de presidente da República. Sobre as obras públicas na região Nordeste do Brasil, Epiácio Pessoa em sua mensagem de 192\* afirmava: “Auxiliar o homem que se retira, tangido pela necessidade, depois que perdeu as suas plantações e viu morrer o seu gado, é o primeiro passo da luta contra os efeitos das seccas: as vias de comunicação, estradas de ferro e de rodagem, são as obras indicadas. Fortalecer o homem na terra em que se estabeleceu nos tempos de regularidade climatérica, dar-lhe, com a acumulação das águas excessivas dos anos chuvosos meios de fazer agricultura, ainda que não chova, é o segundo passo: açudes profundos que se conservem nas maiores seccas e barragens de irrigação passam a ser então as obras apropriadas. Quanto melhor for o systema de comunicação nas regiões semi-áridas do nordeste, mais numerosos os grandes açudes e mais vasta a extensão das terras irrigadas, tanto mais completamente se terá resolvido o temeroso problema que há tantos annos preocupa os responsáveis pelos destinos do paiz.” (Trecho da mensagem presidencial de Epiácio pessoa.1922.p.515)



Antes da açudagem, havia fome e miséria.



Nas imagens acima vemos retratada a dicotomia miséria/abundância, tendo como referencial a construção de açudes. Na primeira imagem, temos o flagelo dos períodos de seca evidenciado por um homem nordestino a olhar para o céu, como se esperasse uma solução divina, com a criança e a mulher resignados aos seus pés, enquanto, ao fundo, urubus sobrevoam a terra seca à espera da morte dos sertanejos. Por outro lado, na segunda imagem, o brasão de Epitácio Pessoa aparece anunciando as modernas obras de engenharia que distribuindo as águas pelo Brasil seco trariam a riqueza e a fartura. A água permitiria o reestabelecimento da prática da agricultura e da pecuária com os animais saudáveis e as árvores vastas a cobrir o campo, fornecendo alimento para o homem. A segunda imagem também retrata um verdadeiro paraíso no sertão e serve como inspiração para que as crianças se motivem a fazer parte desse projeto de modernização do campo. As legendas escolhidas apresentam o que a açudagem ou a ausência dela poderia causar ao Nordeste: “Antes da açudagem havia fome e miséria”; “depois da açudagem há a alegria e a fartura”.

O sertão figura como o lugar que faz nascer bons sentimentos por oferecer aos homens vasta riqueza; espaço onde a pureza e o desejo de trabalhar são superiores aos de qualquer grande centro urbano. No entanto, há também no discurso de Newton Craveiro elementos que apontam para uma inovação do mundo rural, que alcançaria êxito com a superação de uma prática desatualizada e de uma rotina ultrapassada. As novas técnicas de cultivo aparecem como uma forma de otimizar o trabalho, como meio de produzir mais em menos tempo, de modo que os antigos instrumentos movidos por tração animal são apresentados como obsoletos:

Ao outro dia D. Luiza levou os meninos a fazenda do senhor Manoel Carvalho, um lavrador inteligente que, para poupar tempo e dinheiro, havia comprado diversas machinas agrícolas para trabalhar em seus terrenos (...) O senhor Carvalho mostrando as machinas aos meninos, contou que quando só possuía a enxada e a picareta, trabalhava muito mais do que hoje e nunca conseguira sahir da pobreza (...) De facto, se notava que o senhor Carvalho ia vivendo bem. A sua casa estava pintada de novo e por todos os cantos havia um grande asseio. Os seus filhos eram rosadinhos e gordos e andavam bem calçados e vestidos. (CRAVEIRO, 1923, p.103)

Nota-se a partir do trecho em destaque a ênfase dada por Craveiro sobre a inovação das técnicas agrícolas, entendidas como símbolo da evolução do povo sertanejo. Mais do que isso, o progresso alcançado através das máquinas não traria apenas o desenvolvimento econômico, pois a modernização estava ligada também à

noção de civilização do povo, uma vez que a modificação nas práticas do trabalho refletiria também na mudança de comportamento dos indivíduos. O senhor Carvalho e sua família não viviam bem somente porque havia boas condições econômicas, mas porque a abertura para o novo havia proporcionado também um progresso comportamental. As crianças eram saudáveis porque houve uma mudança na mentalidade do fazendeiro, que por isso saiu da pobreza. Entretanto, é importante salientar que essa modernização aparece como algo natural, fruto simplesmente do desejo do homem de melhorar a sua condição de vida, ao passo que a permanência dos antigos modos de cultivo é descrita como falta de vontade dos trabalhadores de se abrirem ao desenvolvimento, fator visto não apenas como barreira para o desenvolvimento dos pequenos agricultores, mas como obstáculo ao desenvolvimento do Brasil.

Podemos constatar essa questão nas lições de número 24, 29 e 30, em que o personagem Mané Chique Chique aparece como uma clara referência ao livro de Ildefonso Abano, apresentado no capítulo anterior. Durante um passeio, João Pergunta e Chico Pão chegam as vazantes de seu Mané que os ensina o modo correto de preparar a terra para o plantio. Como vimos, Mané Xiquexique representava o sertanejo que, apesar da ignorância era trabalhador e perseverante, virtudes resultantes das condições ásperas do sertão. Em *João Pergunta*, Mané Xiquexique aparece como símbolo do passado que, apesar de ser retratado com respeito e admiração, precisa ser superado. O conhecimento que Mané Xiquexique possui é o adquirido no trabalho diário na roça, mesmo assim, Newton Craveiro ressalta a importância da escola na formação das crianças que futuramente ocupariam o lugar de lavradores como Mané Xiquexique.

Na escola, além da prática, as crianças do Nordeste aprenderiam também os *porquês* dela, tarefa as vezes dificultada pelo fato dos trabalhadores conseguirem sobreviver sem dominar os princípios da química ou da biologia para o exercício das atividades agrícolas, o que fazia também com que as crianças não se interessassem para aprendê-los. Newton Craveiro desejava, por meio do contato de João Pergunta com Mané Xiquexique, chamar atenção para as diferentes formações dos personagens e a importância do estudo para a melhoria das condições econômicas do Nordeste:

-Para que serve isso? -dizia elle. Para que se saiba melhorar as terras?!... Qual melhorar! Os caboclos todos os annos plantam e nunca precisara quebrar a cabeça em suas coisas!

-Não é verdade, disse D. Luiza, aproximando-se. A necessidade de corrigir a terra é tão grande que até a gente ignorante a reconhece... Vocês já viram como Mané Xiquexique, apesar de ser analfabeto, tanto se esforça para corrigir os terrenos de suas vazantes...(...) Porque faz isso? Por que a terra lhe paga o trabalho, dando-lhe as mais belas melancias... Quem tem observado o trabalho dos pequenos lavradores do sertão, sabe ainda que todos, apesar de ignorantes como se diz, fazem questão de que o roçado fique bem queimado (...) Que é o que fazemos aqui nesta escola? Trabalhamos para aprender. Os meus alumnos manejam a enxada, selecionam sementes, plantam, serram, capinam, constroem, fazem a experiência, vivem um trabalho continuo... Se te recusa a trabalhar, acabaria perdendo o hábito do trabalho, ficando ignorante por toda a vida. Em vez de cabeça teria cabaça. (*Ibidem*, p.133-135)

Mané Xiquexique representava o bom agricultor do sertão que desejava a instrução, mas não possuía condições para isso, era a representação do trabalhador pobre mencionado por Dias Martins em seu *ABC do Agricultor*. Em algumas lições pode-se compreender de modo mais amplo a posição social que lavradores como Mané ocupavam na narrativa de Newton Craveiro, ora como entrave ao progresso do sertão nordestino, ora como dependentes de grandes agricultores como Seu Leocádio, o pai de João Pergunta. De um modo ou de outro, o pequeno lavrador aparece sempre como despreparado para exercer suas funções ou gerir sua produção. Ao analisarmos as lições protagonizadas por Mané Xiquexique há sempre uma sensação de que o pequeno agricultor permanece praticando uma agricultura antiquada mais por falta de vontade do que de instrumentos para aperfeiçoá-la:

(...) Quando os caboclos tangiam o rodete, o ralo, acionado, pela correia começava a rodar, trabalhando activamente. João Pergunta quiz saber quanto de mandioca o caetetú ralava por dia.

-Somente oito cargas, informou Mané Xiquexique .

-É pouco, observou o sr. Leocádio.

Xiquexique suspirou. Também achava que era pouco. Gastava muito dinheiro com trabalhadores e o serviço ia mororso. Receiava prejuízo.

A causa disso, tornou o sr. Leocadio, é esse processo rotineiro que o sr. adopta na ralagem da mandioca. Nesse ponto de vista o sr está mais atrazado que a sua mulher. A sua mulher, para coser usa uma machina de costura, aperfeiçoada; O sr. para ralar mandioca, usa um miserável rodete feito por carpinteiro remendão!... Olhe, sr Xiquexique, que o rodete é uma coisa muito velha! Há duzentos e tantos anos já o usavam os nossos tataravós, do mesmo modo que o Sr. o usa hoje. O Sr. é um homem trabalhador, mas enquanto não abandonar a rotina, não sahirá da pobreza. E dizendo isso, o Sr. leocadio mandou que o chouffer trouxesse o automóvel para a casa de farinha para mostrar ao roceiro a utilidade dos motores (...)

-Veja, Sr. Xiquexique! – disse por fim o pae de João Pergunta. Veja as facilidades dos processos mechanicos!

-Mas para arranjar um motor é preciso muito dinheiro, Sr. Leocadio.

- O dinheiro não é tanto e não seja essa a dificuldade A um homem honesto e trabalhador como o Sr. não faltará crédito (...) Meu caro isso depende apenas da força de vontade. (*Ibidem*, 177-179)

O dinheiro para mecanizar a produção de Mané Xiquexique viria do Sr. Leocadio, com quem o pequeno lavrador passaria a possuir uma dívida de gratidão. Isso demonstra que a condição social de João Pergunta e sua família era superior à de outros personagens como Mané Xiquexique e Chico Pão. A partir de uma leitura mais atenciosa das historietas do livro de Newton Craveiro, verificou-se que, apesar da maioria objetivar a iniciação das crianças no mundo do trabalho, João Pergunta dificilmente aparece como o executor das atividades propostas, cabendo ao menino apenas o exercício intelectual, efetivado por seus questionamentos e reflexões. A parte prática é realizada por Chico Pão, seu amiguinho, filho da lavadeira.

O trabalho é para João Pergunta quase uma diversão porque ele não precisa realiza-lo de fato, por ser filho de fazendeiro e quase sempre ter como curiosidade e não necessidade o desejo de aprender as temáticas abordadas. A pobreza é perceptível apenas nos personagens como Chico Pão e Judith, e nos filhos de Mané Xiquexique, Pedrinho e Florinda. Esses personagens aparecem realizando atividades que para eles era parte de sua rotina, ao passo que para João Pergunta se tratava de uma novidade: “Como se faz tapioca? - inqueriu João Pergunta. Florinda que era prática nesse serviço, se dispoz a ensinal-o a seus visitantes.” (*Ibidem*, p.130)

Chico Pão é a típica retratação da criança sertaneja pobre, que em troca de alguma coisa para comer aceita qualquer tarefa que lhe pedem, quase sempre não tem vontade de descobrir coisas novas, pois não é curioso como João Pergunta, suas prioridades parecem ser outras. Chico Pão não vê graça em estar sempre disposto a se alegrar com todo o trabalho que lhe solicitam ou em aprender aonde quer que fosse. Ao contrário dele, João Pergunta é sempre o mais entusiasmado das crianças, está sempre disposto e ansioso para viver novas aventuras. Os dois meninos formam uma dupla em que João Pergunta era sempre o comandante das brincadeiras:

Chico Pão! Disse elle a um seu amiguinho, filho da lavadeira- vamos descobrir terra? Eu sou o Almirante; tu és o meu rapaz.

- Descobrir terra?

- Sim, menino. Muitos tem achado terra... Se Cabral descobriu o Brasil, porque não podemos nós ao menos descobrir uma terrinha?

- Não, posso – respondeu Chico Pão, que não gostava de novidades e só se mexia quando lhe prometiam alguma coisa de comer. Os seus colegas de escola puzeram-lhe o appellido de Chico Pão, porque o guloso menino só de uma vez comêra cinco pães de tostão.

- Vamos, menino! Continuou a insistir João Pergunta- Si descobirmos alguma terra ficamos ricos.

- Não posso, João, estou com o pé doente- respondeu o outro, sentando-se no chão e abrindo a boca de preguiça.

-Olha! Eu levo pão para comermos no caminho- tornou João, mostrando os bolsos.

- Pois vamos... Por onde é o caminho? (*Ibidem*, p.17-18)

Chico Pão apresenta também traços do sertanejo supersticioso que acreditava no poder de rezas e procissões para acabar com a seca, pensamento que causava estranhamento em João Pergunta e era condenado por Seu Leocadio. Para este, a seca não poderia ser prevenida com superstições e crendices, mas com o emprego de técnicas corretas na atividade agrária e com as construções de obras de engenharia. Newton Craveiro retrata as procissões para pedir chuva a Santo Izidio, o santo protetor dos lavradores, como um costume grosseiro herdado dos antigos indígenas, sendo condenado inclusive pela igreja que pregava um cristianismo de “belas práticas”, diferente dos fetichismos dos povos nativos. Como vivia no meio do povo, Chico Pão conhecia a prática popular e acreditava que de fato ela pudesse trazer a chuva para o sertão:

- Viva Santo Isidio! Bradou Chico Pão, gesticulando com uma das mãos e com a outra segurando um pedaço de tapioca.

João Pergunta, entretanto, ficou calado. Estava pensativo, olhando cheio de curiosidade a multidão que passava. (*Ibidem*, p.80)

Newton Craveiro fazia essa abordagem sobre a prática religiosa a fim de esclarecer aos seus leitores que a seca era na verdade um fenômeno inevitável da natureza, fruto de um “defeito geográfico” da região Nordeste (*Ibidem*, p.92). Embora a seca não pudesse ser evitada, os seus efeitos sobre a lavoura e a pecuária que causavam o flagelo do sertanejo poderiam ser contornados. Nota-se que mesmo João Pergunta não compreendendo com clareza as causas da seca, a procissão de Santo Isídio gera para ele uma reflexão, diferentemente do que ocorre com Chico Pão, e mesmo se tratando de uma criança curiosa, João Pergunta não sente o desejo de participar do momento. Isso sinaliza o fato de que o conhecimento pelo qual João Pergunta se interessava e pelo qual deveriam se interessar todas as crianças nordestinas, era o conhecimento científico que impulsionaria o Nordeste ao progresso.

Essa preocupação com o desenvolvimento do Nordeste é sinalizada também pela personagem do mesmo grupo escolar de João Pergunta, Judith, que para ajudar as crianças pobres da escola exercita seu talento de boa “agricultorazinha” para plantar um pé de roupas. O objetivo era distribuir, com a ajuda das professoras organizadoras da Caixa Escolar, roupas para que as crianças pobres frequentassem decentemente a escola.

A lição serve tanto para destacar o bom coração e a caridade de Judith, apontando como devem se comportar as boas crianças, como para introduzir uma lição prática mais voltada para as meninas: a tecelagem.

Por meio de uma conversa com a personagem Tia Ignacia, mãe adotiva de Chico Pão, Judith tem uma aula passo a passo sobre como plantar e descaroçar o algodão, bater, tecer e fiar até conseguir costurar roupinhas para seus colegas de escola. Judith passa a frequentar diariamente a casa de Tia Ignacia e a nova atividade torna-se para a menina um divertimento:

Judith também gosta muito de ver a velhinha ocupada nesse serviço. Enquanto os pés e as mãos trabalham, os fios se entrecruzam e o tecido, pouco a pouco, se vai formando. A menina se lembrava de uma aranha que tinha visto trabalhando em sua teia. Mas entre a tia Inácia e a aranha há muita diferença. A aranha é má, faz a teia para pegar as moscas; a Tia Ignacia é boa, faz o tecido para vestir os pobrezinhos. (...)  
Até agora a menina não fez uma só roupazinha... Mas é porque ainda está muito pequena. Quando crescer há de ser tecelã e, então, não faltarão roupas aos seus pobrezinhos. (*Ibidem*, p.174)

A lição não incentivava o trabalho infantil, mas buscava transmitir um gosto pelo trabalho que futuramente traria novas perspectivas de vida para as crianças. O trabalho exercido seja por meninos, seja por meninas era o caminho condutor à felicidade. No caso de Judith, Newton Craveiro enfatizou também o fato de que uma mudança de postura no ato de educar as crianças interferia diretamente na vida dos mais necessitados. Tratava-se de desenvolver as aptidões da criança por este ou aquele mester.<sup>110</sup>

Nesse sentido, João Pergunta não deveria ser retratado como a criança que trabalha para sobreviver sendo obrigada a deixar os estudos em último lugar, pois representava o novo agricultor que o Nordeste precisava. Por outro lado, Mané Xiquexique representava os inúmeros trabalhadores que, sem instrução, praticavam uma agricultura atrasada em vias de superação, já que havia aprendido os conhecimentos que tinha com as urgências da vida. Por outro lado, João Pergunta descobria na escola o que Xiquexique só havia aprendido na prática. O personagem de Newton Craveiro era, portanto, o novo Xiquexique, forte, resistente, corajoso e escolarizado. Newton Craveiro buscava, com a inserção de uma escola adaptada ao sertão, criar indivíduos com corpo e

---

<sup>110</sup> Nos Domínios da Nova Pedagogia III. In: **A Lucta, Sobral**. 9 de junho de 1920.

mente preparados para que pudessem eles próprios desenvolverem o Nordeste brasileiro.

### 3.2.2 *Plantazinhas e crianças: a natureza como metáfora para a infância*

Como o Nordeste era visto como espaço eminentemente agrícola, as crianças eram retratadas em *João Pergunta* como pequenos “agricultorizinhos”, no sentido mais romântico da palavra. Embora denunciasse a situação de pobreza, a seca e o que o Newton Craveiro chamava de “realidade das crianças nordestinas”, quando se tratava de descrever a passagem sertaneja, o autor utilizava uma linguagem quase pueril:

A hora do recreio, os agricultorezinhos corriam ao quintal pressurosos. Uns preparavam o terreno ou escolhiam sementes; outros plantavam ou cuidavam das plantazinhas já nascidas. Havia um roçadinho mimoso. Os pés de milho já tinham mais de palmo, todos do mesmo tamanho, certinhos, verdes e alegres. Quando ventava se inclinavam para aqui e para ali, já pareciam milho grande! (CRAVEIRO, 1923, p.108)

Apesar de *João Pergunta* datar do início da década de 1920 e já anunciasse um Brasil em vias de industrialização, a narrativa sobre o sertão ainda possuía um tom idílico, paradisíaco. Ainda que a natureza fosse vista enquanto elemento a ser dominado e transformado pelos homens, as raízes ruralistas permaneciam fortes, de modo que os termos utilizados por Newton Craveiro dessem a entender sempre que o espaço rural era o lugar melhor para se viver do que o urbano.

Sobre essa questão, LAJOLO (1987) afirma que a literatura de fins pedagógicos dirigida às crianças era marcada por um aspecto constantemente evidente na literatura não infantil: a presença da natureza e da paisagem. Nesse sentido, a evocação da natureza se daria sempre em comunhão com apelos ao heroísmo, ao patriotismo e ao sentimento filial devotado a uma “mãe natureza” que se fazia notadamente marcante por sua beleza, riqueza e opulência.

A leveza com que Newton Craveiro descrevia o sertão nordestino aparecia também em relação ao trabalho do agricultor, tido sempre como uma atividade prazerosa e que, se realizada com o preparo adequado, poderia se tornar mais do que uma atividade rentável, uma indiscutível fonte de alegria. Por esse motivo, em *João Pergunta* algumas lições destinam-se especificamente à prática da agricultura. As lições, as quais me refiro aqui, são as que abordam temas como a terra, as plantas, as

sementes, os instrumentos de trabalho, ou como evitar as pragas que destruíam por vezes o trabalho de um logo tempo. Nelas, a linguagem para crianças é reforçada, pois tratam de ensinamentos mais complexos, sem, contudo, torná-los vazios.

No prefácio de *João Pergunta*, Newton Craveiro reforça a necessidade de que em alguns casos os professores tenham de baixar o nível de suas explicações até o das crianças para em outros momentos ter de fazê-las subir ao mesmo nível das lições do livro. As lições que aqui abordaremos correspondem ao segundo caso, pois dotadas de termos mais técnicos, exigiriam um esforço maior das crianças para compreendê-las. São as lições 20, 21, 25, 33 e 34, intituladas respectivamente *Lavoura Seca*, *Plantazinhas e Crianças*, *As plantas lutam pela vida*, *Guerra a lagarta* e *Em como a tropa dos mata-formigas foi derrotada e em como se desforrou*.

Nas lições mencionadas percebemos que o autor adotou, como modo de tornar os ensinamentos mais inteligíveis, a técnica de humanizar a natureza, método presente até mesmo no nome dos personagens como Mané Xiquexique, em que se recorre a natureza para dizer as virtudes do homem. Tendo sempre como baliza de comparação os seres humanos, as lições se tornavam mais concretas para a apropriação dos leitores. Na lição, *As plantas lutam pela vida*, Chico Pão e João Pergunta desenvolvem um debate a fim de descobrir se as plantas tem sentimentos ou não:

Segundo a opinião de Chico pão, não havia razão para se dizer que as plantas são como nós. Nós temos duas pernas e vamos para onde queremos; a planta não anda: só tem um pé e esse mesmo é fincado no chão.

- Mas a planta se move, objetou João Pergunta. Quando venta, ela se inclina assim, para lá e para cá.

- Inclina-se sim, mas por causa do vento. Eu quero vê-la mover-se assim como nós.

- Não pode mover-se quando quer, mas tem voz como gente. Quando se entra no mato, se ouve aquela zoada: flu! Flu! Flu!...É a voz das árvores.

- Isso é uma tolice. O que se ouve a zoada do vento na folhagem.

Ora, Chico, você é teimoso! Quererá você dizer que planta não é gente?... Não sabe que planta sente dor como nós?... Pois eu estou cansado de ver árvores chorando. Já viu você aquela resina que lhes escorre pelo tronco? Pois a resina é o choro delas. As vezes a gente vê um cajueiro tão grande e chorando como uma criança! (Ibidem, p.136)

Por intermédio desse diálogo entre Chico Pão e João Pergunta, Newton Craveiro iniciou uma discussão para explicar que os animais pertencem a uma categoria de seres vivos diferente da dos vegetais. Para as crianças do sertão retratadas no livro de Craveiro, a proximidade com os elementos da natureza como a terra e as plantas era tão grande que se confundiam. Essa constatação resultou em muitas comparações entre a

natureza estudada e as reações dos sentimentos humanos, como podemos perceber no trecho acima. No entanto, para superar essa concepção fantástica da natureza, Newton Craveiro recorreu a explicação científica utilizando a imagem da professora:

- Meus filhos, interveio D. Luíza, que de sua mesa ouvira todo o diálogo, não convém levar a tão longe a comparação entre plantas e animais. O vegetal não se confunde com o reino animal. Entre animais e vegetais há certas semelhanças, mas isso não quer dizer que sejam idênticos. Há *analogia* e não *identidade*.

O vegetal não sente. O fogo da queimada se aproxima da árvore e ela não recua, o lenhador lhe levanta o machado e ela não treme. (Ibidem, p.138)

Apesar da explicação apresentada por Newton Craveiro, o autor permaneceu utilizando ao longo do texto a aproximação entre homens e natureza. Em *João Pergunta*, essa concepção é bastante presente pelo caráter intrínseco da obra em retratar, na sua quase totalidade, a natureza como objeto que deveria ser manipulado e controlado pelos seres humanos ao mesmo tempo em que é sujeito da própria narrativa. Podemos perceber essa antropomorfização no uso de termos como “senhor barro” e “dona areia” e mesmo nas explanações a respeito de fenômenos naturais:

Os canais capilares tem o nome de poros da terra, porque se assemelham aos nossos poros, buraquinhos que temos na pele de todo o corpo, e pelos quais nos sai o suor.

Por essa comparação se vê que a terra sua como nós. Suamos pelos poros: a terra sua pelos capilares. Ao calor do Sol, a água, por meio da capilaridade, pode evaporar-se toda nesse suor, deixando a terra completamente seca.

-Bem disse o Furabolos que a água tem manchas...- comentou João Pergunta.

-Sim, é astuciosa; encontra sempre meio de fugir. Foge pelos rios, foge pelo subsolo, foge pelos capilares [...]. (Ibidem, p.99)

No trecho acima, a natureza aparece como sujeito, sendo utilizada como artifício para uma melhor compreensão dos processos naturais de evaporação da umidade do solo. No entanto, há outras formas sob as quais a natureza também é retratada. Vista como benigna, imaculada e dotada de pureza, a natureza é retratada também como semelhante às próprias crianças, que precisavam ser cuidadas para produzirem bons resultados. Assim, embora Newton Craveiro estabelecesse um método sem a utilização de artifícios fantásticos, a natureza aparece como modelo do que é aprazível e belo não somente para as crianças, mas também para os adultos:

As plantazinhas são como crianças: precisam de cuidados daqueles que as cercam.

A mamãe vive sempre a cuidar de seus filhinhos, dá-lhes o comer, lhes veste a roupa, lhes dá banho, lhes penteia o cabelo. Assim o lavrador. O lavrador é

como a mamãe das plantazinhas; prepara-lhes o terreno, as águas, arranca os matos que as poderiam afogar, as cerca de carinhos. (*Ibidem*, p.111)

A natureza, submetida aos cuidados do homem, tenderia sempre a render algo produtivo assim como as crianças. Estas, aparecem como componente primordial para a formação de uma boa sociedade, como sujeitos que, assim como as plantas, deveriam ser cuidados pelos adultos para que futuramente pudessem compensar-lhes, promovendo o progresso e o desenvolvimento. Nesse sentido, esses cuidados dirigidos às crianças se fariam também por mediação das escolas, a quem caberia não somente reforçar os valores transmitidos pela família, mas também difundir o gosto pelo trabalho. Assim como a natureza, as crianças também poderiam gerar bons frutos:

As professoras também cuidam dos meninos e muito ajudam as mães; são elas que lhes ensinam a ler e escrever, que lhes ensinam a plantar e a fazer muitas outras coisas.

E para que as mães têm tanto cuidado com os meninos? Para que as professoras tanto se esforçam para instruir os seus alunos?

É para que os meninos quando ficarem homens, sejam bons e produzam alguma coisa.

Assim os lavradores. Cuidam das plantazinhas para que elas, quando cresçam, sejam boas e produzam.

As crianças bem ensinadas, produzem boas ações; as plantas bem tratadas produzem bons frutos. (*Ibidem*, p.111)

O trabalho seria o único meio de gerar esses bons frutos, e no caso das crianças nordestinas, seria o trabalho agrícola. Essa concepção de trabalho proporcionava uma abordagem da natureza como fonte inesgotável de recursos para a vida humana, como espaço de onde se podia extrair tudo o que os seres humanos realmente necessitavam. Há assim uma super valorização da natureza e em especial das plantas que poderiam atender as necessidades mais urgentes dos homens. Daí o incentivo às práticas agrícolas por parte da escola, pois o cuidado e o amor devotados à natureza seriam a fonte de sobrevivência dos nordestinos:

O sapateiro produz sapatos; a laranjeira produz laranjas; o ferreiro produz enxada e machado para o agricultor; o algodoeiro produz algodão para a roupa e caroço para o gado; o carpinteiro produz mesas, cadeiras, armários, portas, cabides; a carnaubeira produz cera, palha, madeira para ripas, raízes para remédios.

Meus filhos, amem as plantas. Nasceu um pezinho de milho? Apontou um pezinho de algodão? Tenham com eles todo o cuidado. Procurem saber o de que precisam e lhe dêem.

Sendo tratadas, as plantas nos dão frutas e flores. (*Ibidem*, p.112)

Esse amor pelas crianças era entendido como uma extensão do amor pela natureza. Desse modo, Newton Craveiro expressava por meio de *João Pergunta* uma

educação ecológica, como podemos observar na lição intitulada *As árvores*. Nela, um funcionário da casa de João Pergunta recebe a incumbência de cortar uma oiticica do quintal do pequeno agricultorzinho. A tarefa era, contudo, um teste criado pelo pai do menino a fim de medir o amor que seu filho devotava às árvores. No livro, a oiticica era considerada importante não apenas por produzir alimentos, mas também por proporcionar conforto e diversão para as crianças, uma vez que oferecia sua sombra, ao passo em que também servia como objeto de lazer e centro das brincadeiras de João Pergunta e Chico Pão.

Ao saber da notícia do corte de sua árvore, João Pergunta fica abraçado a ela como protesto, ato entendido por seu pai como um sinal de gratidão àqueles que fornecem benefícios para os seres humanos. Afinal, a presença de árvores aumentaria a umidade, permitindo um maior volume de chuvas e de água no solo, o que consequentemente tornaria o clima do Nordeste menos seco. O ato de derrubar uma árvore seria assim apresentado como um mau comportamento a ser combatido, pois empobrecia o solo, podendo transformar o sertão nordestino em um “deserto de areia e pedra onde não se ouvirá a voz de uma criança nem o canto de um passarinho”.

A luta contra a devastação da natureza era tomada como compromisso também da escola que deveria ensinar as crianças a amar e a cuidar das árvores, a fim de não tornar deserta “uma grande região do país”. Isso se tornava possível através de ações como *A Festa das Árvores*, já mencionada no capítulo anterior. Essas festas seriam como o grito de todas as crianças pelo fim do desmatamento, contra os agricultores ultrapassados que ainda utilizavam métodos rudimentares no trato com a terra como, por exemplo, as queimadas que tornavam o solo improdutivo, fato considerado inaceitável. Como no poema<sup>111</sup> apresentado nessa lição, Newton Craveiro buscava apresentar as árvores como amigas das crianças que, se cuidadas, renderiam “flores, bons frutos e sombras”.

### ***3.2.3 Sobre farinhadas, tapiocas e beijus***

Se o trabalho e a modernização da produção agrícola eram questões sempre latentes nas lições em *João Pergunta*, havia também outros elementos que compunham

---

<sup>111</sup> Refiro-me ao poema *Meu Roçado*, de Juvenal Galeno, em que o escritor ressalta a importância do pequeno lavrador possuir um roçado em casa a fim de fugir das dificuldades de se trabalhar em terras alugadas e mesmo para subsistência, sobretudo, em períodos de seca.

o conjunto de temáticas abordadas por Newton Craveiro, buscando apresentar à criança o que o autor considerava a essência do Nordeste brasileiro. Nas lições de *João Pergunta*, Newton Craveiro não abordava apenas o benefício que as máquinas poderiam trazer ao Nordeste, apresentava também a matéria-prima dessa produção, promovendo uma aproximação das crianças com a natureza. Isto é, dominar as modernas técnicas e o manejo de máquinas não eram o suficiente para formar o bom trabalhador, era preciso conhecer as plantas, as sementes e a terra.

Nesse caminho percorrido por João Pergunta e seus amiguinhos, mais do que o domínio de motores, os meninos entram em contato com os principais produtos cultivados no Nordeste como o milho, algodão e mandioca, estabelecendo relações com a culinária e os costumes locais. Nesse item analisaremos as lições 26, 28, 29 e 30 intituladas respectivamente *A festa do milho*, *Conversas de Furabolos*, *A farinhada e Tapiocas e Beijus* que tratam mais especificamente dos costumes do Nordeste brasileiro por intermédio da culinária.

Nas lições intituladas *A festa do milho* e *Conversas de Furabolos*, João Pergunta, Chico Pão e as outras crianças participam da festa do milho e da festa do algodão, promovidas pelas professoras do grupo escolar. As festas consistiam em um dia dedicado a exposição de cada produto, havendo nestas ocasiões premiações para as crianças que apresentassem a colheita mais produtiva. Os ensinamentos para as crianças se davam justamente durante a preparação para esses eventos, nos quais as professoras e o Furabolos, o funcionário da escola de João Pergunta, ensinavam como se preparar pequenos roçados.

Em *A festa do milho*, João Pergunta ganha o prêmio de melhor colheita da escola com a premiação sendo realizada em uma cerimônia com “muita solenidade”. Já que se tratava da festa do milho, todos os quitutes servidos na comemoração eram feitos deste cereal:

Canjiquinha, pamonha, bolo de milho, cuscús, mocunsa e, em cima de tudo, gostoso aluá de milho! Ai! ... Que deliciosa merenda! Foi o maior prêmio de todos. Não havia melhor recompensa para aquela laboriosa família de agricultorezinhos! Que o diga Chico Pão que, nesse dia, comeu a valer! (CRAVEIRO, 1923, p.143)

As deliciosas receitas eram oferecidas as crianças como gratificação pelo esforço empregado no trabalho que tiveram durante a preparação de suas plantações, mas mais do que isso, era uma pequena amostra do quão valoroso era receber o fruto do

trabalho árduo e de como o sertanejo, que investe em melhorar sua produção, pode viver com abundância. Além do mais, o entusiasmo com que são apresentados os pratos típicos que podem ser preparados a partir do milho evidenciam uma profunda relação entre o cereal e a tradição culinária do povo brasileiro.

Mais do que uma necessidade biológica, a alimentação é na verdade um complexo sistema simbólico ligado às identidades étnicas, nacionais e regionais, sendo um dos mais ricos processos dentre todas as práticas da cultura material humana. Além de pensar os alimentos em si, podemos a partir de uma história da alimentação questionar outros aspectos como suas técnicas de produção, suas formas de consumo ou o ambiente sociocultural em que estão inseridos. Nesse sentido, “o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come”. (CARNEIRO, 2003, p. 2)

A relação de João Pergunta e seus amigos com o milho externava uma relação maior entre este alimento e a sociedade de uma maneira geral. A atenção que se dava a produção do cereal estava voltada não somente para o ato de saciar a fome, mas para atender as diversas demandas da realidade a que João Pergunta pertencia. O milho é apresentado primeiramente como uma planta “afeiçoada” ao semiárido, motivo pelo qual as professoras lhe devotavam tanta atenção, caracterizando-o como “planta seca”. Uma vez que se buscava promover o gosto pelas coisas da terra, Newton Craveiro propôs, a partir da lição aqui apresentada, conhecer o milho por outros pontos de vista.

Sob a perspectiva das técnicas de produção dos alimentos, Newton Craveiro elaborou um roteiro por todo o processo da cultura do milho, desde a escolha das sementes até o momento da distribuição do produto final. Craveiro expôs os mais variados tipos de milho e quais os mais indicados para alimentação do homem e para a alimentação dos animais de trabalho, como o boi, o burro e o cavalo. Há também uma relação dos alimentos e seus valores nutritivos, bem como as suas consequências para a saúde, uma vez que “o milho branco dá gordura; o amarelo da força”. (CRAVEIRO, 1923, p. 51)

O milho juntamente com a mandioca formam a base das farinhas, um dos tripés da culinária brasileira<sup>112</sup>, não por acaso os dois alimentos são explorados por

---

<sup>112</sup> Paula Pinto e Silva em seu livro *Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil Colonial*, por meio de uma abordagem antropológica, explora a relação dos povos indígenas com o milho e a mandioca, apontando, inclusive, a relação desses alimentos com o universo mítico dos povos autóctones e sua importância para a formação cultural do povo.

Newton Craveiro. Afinal, a literatura escolar buscava a aproximação do povo com sua própria cultura, ou pelo que se entendia dela. Sendo assim, para além de uma explicação meramente teórica do processo de produção dos alimentos, mais uma vez Newton Craveiro dava ênfase nas receitas oriundas desses alimentos: do milho e da mandioca tem-se a farinha e, desta, as tapiocas e os beijos. Estes, por sua vez, são comidas típicas que mostram apenas alguns dos inúmeros pratos deixados pela cultura indígena, elemento que ajudava as crianças a compreender melhor a sua origem.

### ***3.2.4 “Com todas essas qualidades, de que não será capaz o brasileiro?” o nordeste através de sua gente***

O elemento indígena juntamente com o português é retratado por Newton Craveiro como a essência da formação racial do nordestino, em que o caboclo fruto dessa mistura, seria o verdadeiro brasileiro. Entretanto, apesar de ter ressaltado a presença indígena no povo nordestino, Craveiro retratou a cultura dos povos autóctones sempre como algo peculiar, como um resquício que ora deve ser lembrado, ora esquecido. Por exemplo, embora as raízes indígenas devam ser preservadas na culinária, devem ser abolidas em outras instâncias, como a religiosidade, tida como superstição, tal como vimos nas comemorações de Santo Isídio, comentadas no item anterior. O indígena era visto ainda como selvagem sem “costumes de gente”, fato que seria mudado pela presença dos padres Jesuítas que, lhes convertendo ao cristianismo, teriam ensinado os índios a se fixarem na terra, de modo que perdessem o “gosto pela vagabundagem” e se dedicassem à lavoura e à criação.

Nesse sentido, na narrativa de Craveiro, o elemento indígena aparece profundamente ligado a presença dos jesuítas e das missões realizadas por estes religiosos. Segundo LOPES (2012), essa temática se tornaria vigente em todas as sínteses de história do Ceará, a partir da escrita de Alencar Araripe e José de Alencar, o primeiro pela escrita da história do Ceará, o segundo por seus romances históricos. A importância da narrativa das ações jesuíticas decorria do fato de que, ainda que nem sempre os colonizadores tenham sido considerados civilizados, os Jesuítas nunca deixaram de ser representantes da civilização. A lição número 8, intitulada *Missões* é a encarregada de dar conta dessa temática em *João Pergunta*, sendo os padres jesuítas descritos como as mais puras criaturas e, portanto, merecedores da amizade dos nativos:

- E os índios não os receberam a flecha, como fizeram com Pero Coelho?  
 - Não. Os bondosos padres sabiam-lhes conquistar a amizade, usando de brandura. Antes de chegarem a uma taba, mandavam pequenos presentes aos índios que, com isso, se mostravam muito satisfeitos e se tornavam obedientes. (CRAVEIRO, 1923, p.45)

A partir desse abrandamento do indígena em contato com os jesuítas é que teria nascido o caboclo. Os caboclos eram descritos por Craveiro como indivíduos que ainda conservavam muitos traços da cultura indígena como as palavras que dão nome às comidas e às cidades do Nordeste. Foi também pelo caboclo que se conservou o hábito de cultivar o algodão, o milho, a mandioca e o feijão, alimentos importantes tanto para a economia quanto para a cultura do Nordeste. Apesar de retratar os traços indígenas como algo que deveria ser superado, Newton Craveiro tentava ao mesmo tempo, mostrar as suas qualidades como forma de ensinar as crianças a valorizarem suas raízes e a terem orgulho de ser caboclos: “na lavoura e na criação de gado são trabalhadores infatigáveis; na guerra são heróis. Habitados à secca que os flagella, de período a período, zombam das dificuldades e perigos. A seca lhes deu coragem e inteligência.” (CRAVEIRO, 1923, p. 57)

Por outro lado, Newton Craveiro expôs o caboclo como sujeito necessitado de “conversão”, da mesma maneira que, em seu entendimento, o índio precisou no período colonial. Para o autor, as missões, catequeses e aldeamentos organizados pelo Jesuítas foram a solução, tornando os índios cada vez mais sujeitos civilizados. Já para o caboclo, o “índio mudado”, a escola ocuparia o lugar dos Jesuítas nessa missão de civilizar o sertão, seria recorrendo ao estudo que os caboclos se tornariam sujeitos mais evoluídos:

Para que se tornem dignos do Brasil, basta que sejam recatequisados. Faltam-nos aqueles santos jesuítas de outrora, mas em lugar deles há a escola. E a escola já começa a entrar sertão a dentro para realizar essa grande conquista. João Pergunta gostou tanto dessa história que, desse dia em diante, fazia questão que lhe chamassem caboclo. (*Ibidem*, p.57)

Havia, portanto, a preocupação com a formação das crianças para que estas conhecessem e admirassem suas origens, o que estaria ligado à consciência das diferenças do Brasil como país singular de sujeitos únicos, pois, “em Portugal havia portugueses, aqui havia índios. Em parte alguma, porém, existia caboclos”. Essa originalidade presente no Brasil e no brasileiro deveriam ser amadas sem projetar nas

crianças um sentimento de nostalgia, pois a escola deveria sempre impulsionar os pequenos para o futuro.

É interessante notarmos que nas lições referentes a formação do povo brasileiro, o negro quase não é lembrado como elemento de relevância. Há uma lição que retrata o papel do negro na história do Brasil, mas pouco se fala sobre sua bravura ou o seu bom caráter à semelhança de como era retratado o indígena. Pelo contrário, os negros são lembrados como sujeitos dotados de um espírito de submissão, aspecto visto como positivo por Newton Craveiro. A liberdade dos negros é retratada em *João Pergunta* como resultado único e exclusivo da ação dos Abolicionistas, “homens de sentimentos elevados e brasileiros patriotas” e em nenhum momento atribuída ao protagonismo dos negros escravizados.

Newton Craveiro extraiu assim do português, do índio e do negro, os elementos que achava mais conveniente para a formação do brasileiro ideal. A junção das três etnias é que faria do Brasil uma grande potência, pois cada uma delas havia deixado alguma virtude ou qualidade que deveria ser seguida pelo povo, formando uma sociedade única:

Do negro, herdamos o espírito de disciplina e a resistência ao trabalho; do índio, herdamos o sentimento de liberdade; do branco, o espírito inventivo, as aspirações de progresso, os idéias. Com todas essas qualidades, de que não será capaz o povo brasileiro? (*Ibidem*, p.71)

Apesar de qualidades dos três povos serem ressaltadas, percebemos que para o objetivo de Newton Craveiro, vencer a seca mediante o desenvolvimento do Nordeste, as virtudes que mais se enquadravam em seu pensamento são as portuguesas. Ainda que disciplina e resistência fossem tomadas como predicativos especiais, não significariam nada sem a visão de futuro dos europeus, sem o desejo dos portugueses de evoluir. Havia, portanto, um reconhecimento quanto ao elemento mestiço da população brasileira que se fazia notar, no caso de nossa análise, na população sertaneja.

O entendimento do brasileiro como mestiço não significava, porém, a legitimação da diversidade, mas a instituição da assertiva de que o Brasil possuía uma população que por ser igualmente heterogênea se fazia uma. Essa concepção identificava a ideia de fusão racial com a de democracia racial, absorvendo e misturando índios, negros e brancos dentro de um conjunto que se queria total e sem conflitos. Daí, mesmo que houvesse o prevailecimento do elemento branco como fundamental para a ideia de progresso, conforme vimos em *João Pergunta*, a diminuição, ainda na década

de 1920, da crença de que o fator étnico determinava os pontos positivos e negativos da nação, instituiu o pensamento que:

[...] a sociedade brasileira era fruto do “caldeamento” de três raças/culturas, cujo resultado possível e desejável era uma fusão “quase perfeita”, expressa no tipo do mestiço. O Brasil, portanto, por mais múltiplos e complexos que fossem seus elementos formadores, tinha uma face: a cara do país era mestiça, e era uma. (GOMES, 1996, p.193)

A escola precisava inculcar nas crianças desde cedo a aspiração ao progresso, pois só pela modernização do sertão brasileiro se desenvolveria sua terra e sua gente. O que impedia o indígena de alcançar o progresso era a ausência de uma preocupação com o trabalho. Por outro lado, o elemento classificado como positivo nos negros era a disciplina e a resistência ao trabalho pesado. Há, portanto, uma supervalorização do trabalho em *João Pergunta*, e, apesar das mudanças presentes nas edições posteriores, esse espírito do livro ainda prevalecia.

### 3.3 Um novo Brasil seco

Em 1928, Lourenço Filho escrevia o prefácio da segunda edição de *João Pergunta*, então publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. A nova edição trazia consigo diversas modificações, algumas lições foram suprimidas e outras acrescentadas em virtude dos debates educacionais então em voga no final da década de 1920 e início de 1930. Nesse momento, teorias pedagógicas consideradas até então avançadas no meio intelectual brasileiro são postas em dúvida, como o método intuitivo, que cedeu cada vez mais lugar aos adeptos do método ativo de ensino.<sup>113</sup>

Sob a batuta de Lourenço Filho, se sucederam ainda 13 edições, somando o total de 75.000 exemplares<sup>114</sup> do livro de Newton Craveiro, que passou a circular não apenas no Ceará, mas em outros estados brasileiros até 1950, como podemos encontrar

<sup>113</sup> “Em vez de começar pela ideia geral, que é incompreensível e vasia para os que lhe não conhecem o conteúdo, o ensino activo começa pela experiência concreta, pelo facto particular, porque um exercício é sempre particular. O alumno só sabe o que passa pelos órgãos dos sentidos, pelo cérebro e pelos músculos: só sabe o que fez. Por isso pôde-se dizer que o ensino activo reproduz a lei fundamental da evolução: por elle o espirito da criança é levado a passar pelos mesmos caminhos que seguiu o espirito da humanidade”. Correio Paulistano 05/01/1920. p.2.

<sup>114</sup> O número de exemplares é muito inferior se comparado a outros autores de livros didáticos do período. Contudo, o próprio Lourenço Filho esclarece no prefácio da segunda edição do livro que a Companhia Melhoramentos “compreendendo o pequeno alcance comercial da obra, reconheceu, no entanto o patente alcance social, e não hesitou em editar um livro especialmente destinado às escolas do Nordeste do país.” LOURENÇO FILHO, 1928.p. v.

na lista de livros aprovados da Cia Melhoramentos para o uso em escolas primárias paulistas.<sup>115</sup> À época da publicação do novo *João Pergunta*, Newton Craveiro já havia falecido, tendo Lourenço Filho recebido os originais da segunda edição ainda em 1926 para ser adaptado aos moldes da Companhia Melhoramentos.<sup>116</sup>

Quando da publicação de *João Pergunta*, a Cia Melhoramentos de São Paulo era uma das maiores editoras do país, tendo se tornado referência principalmente pela produção de livros e materiais didáticos. A sessão escolar dessa editora deu seus primeiros passos em 1916 com o objetivo de abordar principalmente as temáticas da criança e da escola. As produções escolares surgiram posteriormente à criação da Biblioteca Infantil pela editora em 1915 com o livro *O Patinho Feio* de Hans Christian Andersen adaptado por Arnaldo de Oliveira Barreto<sup>117</sup>, ampliando assim as opções de produtos voltados para o público infantil.<sup>118</sup>

Nesse mote, eram produzidas gramáticas, mapas, quadros para o ensino de linguagem e aritmética, cadernos para a prática de leitura e escrita, em sintonia com as campanhas pela massificação da leitura e escrita no Brasil. Em 1918, a sessão escolar contava com uma presença maior de títulos sobre História do Brasil, lacuna que foi preenchida com a presença de autores como Rocha Pombo, Affonso d'E. Taunay e Oliveira Lima (DONATO, 1990).

---

<sup>115</sup> O jornal *Correio Paulistano* costumava publicar anualmente a lista de livros da Cia Melhoramentos de São Paulo aprovados pela Diretoria da Instrução Pública para o uso nas escolas primárias. Já em 1929, *João Pergunta* se encontra indicado como livro de leitura complementar para o 4º ano, tendo permanecido nessa listagem até o ano de 1950.

<sup>116</sup> Há uma distância que deve ser considerada entre a produção de textos com suas estratégias de escrita e intenções do autor, e os livros ou impressos, resultantes de um trabalho editorial que busca adaptar os livros a “leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor” (CHARTIER, 1985.p.127). Desse modo, o trabalho de adaptação realizado por editoras e oficinas: “encurtam os textos, suprimem os capítulos, episódios, ou divagações consideradas supérfluas, simplificam, os enunciados, aliviando as frases das orações relativas e intercalares. Dividem os textos criando novos capítulos, multiplicando os parágrafos, acrescentando títulos e resumos. (CHARTIER, 1985.p.129-130).

<sup>117</sup> Arnaldo de Oliveira Barreto nasceu em Campinas, em 1869, e faleceu em São Paulo, em 1919. Formado pela Escola Normal de São Paulo em 1891, Arnaldo foi convidado para ocupar o cargo de inspetor das escolas anexas desse mesmo Estado. Arnaldo Barreto foi também redator da Revista de Ensino de São Paulo, órgão da Associação Beneficente do Professorado Público paulista, entre os anos de 1902 e 1904. O intelectual ingressou na Cia Melhoramentos de São Paulo, onde organizou a Biblioteca Infantil da Editora entre 1915 e 1925.

<sup>118</sup> Os livros pertencentes a Biblioteca Infantil, da Companhia Melhoramentos, chamariam atenção, sobretudo, por seu aspecto gráfico, uma vez que eram bem menores do que as habituais versões escolares em circulação no mercado, muito mais leves, ilustrados com gravuras coloridas e com excelente qualidade do papel para a época. Ver: ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

A grande quantidade de livros destinados ao âmbito escolar fez da Companhia Melhoramentos referência não somente na publicação desse tipo de material, mas nos debates educacionais por meio de seus colaboradores ditavam tendências a partir dos textos que escolhiam editar. Nessa época, em virtude da Primeira Guerra Mundial e da influência que esta exerceu, cresceram nas produções pedagógicas e na literatura destinada ao público infantil a presença do nacionalismo.

Nos livros, quadros e murais produzidos pela Melhoramentos nota-se cada vez mais a retratação científica da fauna e da flora brasileira. Embora as temáticas nacionais fossem presença certa nos materiais e livros dessa editora, apareciam de forma muito geral e uniforme. Sendo assim, a Cia Melhoramentos concentrou seus esforços em editar e publicar livros em que a realidade brasileira fosse melhor especificada, tarefa repassada ao educador Thales de Andrade<sup>119</sup> que organizou uma nova Biblioteca Infantil que abrangia temas como a terra, os bichos, as lendas e a gente do Brasil.

Depois de Thales de Andrade, em 1925 a Cia Melhoramentos agregou ao seu corpo de colaboradores o educador Manuel Bergstrom Lourenço Filho, que se tornaria uma das figuras mais importantes na história da editora. Grande entusiasta dos princípios da Escola Nova como abordamos no primeiro capítulo, Lourenço Filho foi chamado para atualizar a Biblioteca Infantil, adaptando-a aos moldes das novas ideias pedagógicas. Com a chegada de Lourenço Filho, que passou a ocupar o lugar de Arnaldo de Oliveira Barreto, a Cia Melhoramentos passou a estar cada vez mais presente na difusão dos novos debates educacionais, apoiando as ideias do educador com a publicação de obras em sintonia com as correntes filosóficas e pedagógicas apregoadas por Lourenço Filho<sup>120</sup>.

A abertura cada vez maior para o mercado editorial de livro escolares impulsionou também mudanças sob a perspectiva industrial. A produção de materiais

---

<sup>119</sup> Thales Castanho de Andrade nasceu em 1890 em Piracicaba e faleceu em 1977 em São Paulo, foi professor de História do Brasil e História Geral, tendo ministrado aulas pelo interior de São Paulo, onde ocupou também o cargo de Inspetor Técnico do Ensino Rural. Sua experiência com essas escolas o impulsionou a escrever livros para crianças que tinham como elemento central a Natureza, tais como *A Filha da Floresta* (1918) e *Saudade* (1919).

<sup>120</sup> Na segunda metade da década de 1920, mais do que editar e comercializar, a Companhia Melhoramentos buscou tornar-se também o centro irradiador das novas ideias pedagógicas no Brasil. Para tanto, em 1927 é lançada a Biblioteca de Educação sob a organização de Lourenço Filho. O objetivo principal desse projeto era trazer para o país, através dos 35 volumes da coleção, os principais autores da área educacional. A essa altura, o nome de Lourenço Filho já equivalia a um selo de qualidade para a Companhia Melhoramentos. Ver: DONATO, Hernâni. **100 anos da Melhoramentos**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

didáticos, bem criteriosa quanto às condições de higienização do livro como já foi dito aqui, exigia papel de boa qualidade, sendo este ainda caro e escasso sob essas condições. A dependência da celulose importada para a fabricação do papel sujeita a ameaça constante em virtude de acontecimentos externos, motivou aos irmãos Wiszflóg, proprietários da Melhoramentos, a lutarem pela abertura da indústria nacional à fabricação do produto. Nesse sentido, o lema “Do pinheiro ao livro – uma realidade Melhoramentos”, criado no início da década de 1920, passou a adquirir cada vez mais sentido e a ser marca registrada nas produções da editora:

Avôzinho, quando o senhor era menino ia a escola?

-Sim, meu filho. Está vendo acolá aquela casa de paredes escuras? Disse o velhinho apontando uma casa na praça da igreja. Pois alí era a *escola* do meu tempo.

João pôs-e a pensar.

-Avozinho, e nesse tempo havia livros?

- Havia, meu filho. Havia *livros* não tão interessantes como os de hoje (...)

- E havia também pena, tinta, papel, como hoje?

- Antigamente, meu filho, a pena era... pena mesmo. Tomava-se uma pena de pato ou de peru, aparava-se o bico e com isto era que se escrevia. Por esta ação, ainda hoje o instrumento com que se escreve tem o nome de pena.

O *papel*- continuou o vovô- o papel só era usado pelos alunos mais adiantados. Os que estavam principiando a escrever e, a tirar conta, escreviam em areia (...)

- Ah! Se o tempo voltasse! Exclamou João Pergunta. Como seria bom escrever na areia!

-Mas, meu filho, as escolas antigas não eram tão boas como as de hoje. As de hoje são alegres, os professores gostam dos meninos e brincam com eles. As do outro tempo, não. Por qualquer coisa, o professor tomava da *palmatória* e batia a valer nas mãos dos meninos (...)

E você ainda quer que esse tempo volte? (CRAVEIRO, 1929, p.8-9)

O trecho evidenciado acima, uma das histórias acrescentadas à segunda edição de *João Pergunta*, pertence a lição intitulada *Histórias do Vovô* e nos permite fazer algumas considerações importantes. Primeiramente, a introdução do avô de João Pergunta na história como personagem adulto que domina as discussões referentes aos temas históricos. Há o acréscimo de outros personagens como Zé Pretinho, que irá ocupar um lugar nas aventuras antes compartilhadas somente entre João Pergunta e Chico Pão. Entretanto, nenhum personagem novo se fez tão marcante quanto a figura do vovô.

A presença de personagens idosos na literatura para crianças simbolizava a troca de conhecimentos e valores entre as gerações. Os mais velhos, é claro, apareciam como os detentores do conhecimento, a quem as crianças sempre estavam dispostas a respeitar e ouvir com atenção. A figura da vovó ou do vovô era a que muitas vezes

equivalia a do professor ou professora na escola, que por sua vez, era substituída por diferentes ambientes que se transformavam ocasionalmente em espaços escolares. A escola tradicional era assim metamorfoseada, tendo como referência o modelo de escola grega: “um sistema de ensino que evoluiu através do diálogo, sem soluções pré-fabricadas ou conclusões previstas por antecipação. Além disso, não supõe um espaço predeterminado, fixo de antemão e classificado como sala de aula”<sup>121</sup> (LAJOLO, 1987, p. 76).

A fala do avô de João Pergunta se remete à inovação pedagógica vigente e às mudanças incorporadas no modo de se produzir livros para crianças, pois os livros anteriores “não eram tão interessantes” como os produzidos na época do lançamento do livro de Newton Craveiro pela Companhia Melhoramentos. De fato, a nova edição de *João Pergunta* ganhou novo formato, ganhando mudanças significativas na estrutura do texto, principalmente na qualidade material do livro, com ilustrações coloridas impressas em um novo tipo papel mais resistente, ao contrário do que compunha a primeira edição publicada em 1923.

O papel produzido pela própria editora desde 1920, quando a gráfica Weiszflog Irmãos foi incorporada à Cia. Melhoramentos<sup>122</sup>, seguido posteriormente da fabricação da celulose em solo brasileiro, não significava apenas o aumento da produção e o crescimento de livros em circulação, mas possuía também uma conotação nacionalista. As edições Melhoramentos carregavam em seus exemplares o carimbo de uma produção essencialmente brasileira:

Nosso paiz, o Brasil, de tudo pode produzir!  
Este livro, escripto por autor brasileiro, ilustrado e impresso no Brasil é feito também de papel brasileiro, fabricado pela Cia. Melhoramentos de S. Paulo  
O Brasil tanto mais produzirá, enriquecendo o seu povo, trazendo-lhe a abastança e a sua prosperidade, quanto mais cultos e preparados forem os seus homens de amanhã,- hoje meninos de escola. A criança que estuda trabalha pela riqueza futura da Pátria.

A nota acima foi retirada da segunda edição de *João Pergunta* de 1928, sendo a referência à produção brasileira sinal da potencialidade do Brasil e de seu povo.

---

<sup>121</sup> Esse novo recurso didático que convertia o espaço escolar tradicional em um ambiente alternativo seria conhecido com Monteiro Lobato através das histórias do Sítio do Pica-Pau Amarelo, onde Dona Benta exerceria o papel de professora ideal.

<sup>122</sup> Em 04 de dezembro de 1920 a Companhia Melhoramentos de São Paulo incorporou a Weiszflog Irmãos que era comercial, editorial e industrial. A fusão das empresas significava uma produção muito mais segura, com produtos vendidos a preços mais baixos. A Melhoramentos começaria na década de 1920 completamente renovada passando a se chamar Companhia Melhoramentos de São Paulo – Weiszflog Irmãos incorporada.

A ênfase no fato do autor e do papel serem brasileiros mostrava o que a Cia Melhoramentos tinha a oferecer para o país. A renovação dos livros apontava para uma renovação na escola brasileira, no modo de se conceber a formação do povo, de forma que os livros eram vistos como os meninos, pois ambos ficavam defasados com o tempo precisando serem modificados: “os meninos são livros novos: com o tempo se vão gastando e ficando velhos.” (CRAVEIRO, 1929, p.6). Os antigos métodos deveriam ser superados, a inocência de João Pergunta ao insinuar o desejo de que os tempos passados retornassem era para seu avô algo inconcebível: o que o Brasil possuía agora era muito mais valioso.

A modernização da escola fez nascer professores que “gostam dos meninos e brincam com eles”, substituindo mestres “carrancudos e de poucas palavras” que faziam uso da palmatória para disciplinar os alunos. Em outras palavras, o que interessava era o novo em relação a um passado que deveria ser superado. A nova edição de *João Pergunta* possui as marcas dessas novidades, algumas vezes sutis e em outras latentes. Passemos, pois, a essas mudanças. O que trazia de novidade esse novo *João Pergunta*?<sup>123</sup>

Entre a edição cearense de 1923 e a de 1929 lançada pela Companhia Melhoramentos, percebemos que houve um considerável refinamento na escrita de Newton Craveiro, que passou a dar maior importância aos detalhes relevantes que antes pareciam passar despercebidos. Um desses diz respeito a própria apresentação do protagonista da história, pois na edição cearense, a narrativa já iniciava com João Pergunta e seu amiguinho Chico Pão explorando as terras do Rio Acaraú em Sobral. Não havia qualquer explicação sobre quem era João Pergunta, sendo qualquer apresentação reduzida simplesmente ao nome do personagem, em que deveriam ser subentendidas todas as suas características psicológicas. Na edição da Cia

---

<sup>123</sup> Em contato com a Companhia Melhoramentos recebemos a informação de que haviam sido publicadas 14 edições, sem, contudo, termos conseguido ter acesso a todas elas. A primeira edição publicada pela Cia Melhoramentos, que corresponde a segunda se considerarmos a primeira subvencionada pelo Governo do Ceará possui um texto bastante diferente da lançada em 1929 em São Paulo. Já a diferença da primeira edição da Melhoramentos para a décima terceira praticamente não possui alterações e quando estas ocorrem geralmente são nomes de presidentes acrescentados ou datas. Por esse motivo, acreditamos ser possível fazer uma análise comparativa entre a edição de circulação apenas no Ceará e a produzida pela Melhoramentos sem que haja grandes perdas na análise dos exemplares produzidos em São Paulo a partir do final da década de 1920. Embora não apareça enquanto objeto de análise, utilizamos em alguns momentos para consulta, uma edição atualizada de *João Pergunta* publicada em 2005 pelo Governo do Estado do Ceará. Nessa última edição não há modificações relativas ao conteúdo da primeira edição cearense, mas apenas uma atualização da linguagem para o português corrente, bem como o acréscimo de ilustrações do artista Descarte Gadelha.

Melhoramentos há o acréscimo de um capítulo, no qual Newton Craveiro expressa mais detalhadamente quem é João Pergunta:

Joãozinho andava sempre com o narizinho para cima, com ares de quem quer saber alguma coisa.

Quando via alguma coisa nova, começava logo: “Papai, que é isto? De quem é? Para que serve? Porque é assim? Porque não é assim?... E não acabava mais.

Desde pequeno, era assim. Mas seu pai nunca se aborreceu com isso. Quem pergunta quer saber, dizia êle. E respondia sempre com paciência às perguntas de Joãozinho.

Quando o menino foi para a escola, ficou logo conhecido pelo costume que tinha de indagar de tudo, sempre curioso, sempre desejoso de aprender. Os colegas puseram-lhe o nome de “João pergunta”, com que ele não se zangou. E a própria professora às vezes o chamava carinhosamente de *meu Perguntazinha...* (CRAVEIRO, 1929, p.2)

Na expressão “Quem pergunta quer saber”, há a compreensão de que a iniciativa da criança de perguntar aos mais velhos, em casa ou em sala de aula, deveria ser respeitada pelos adultos que, por sua vez, deveriam se esforçar para ensinar às crianças os conhecimentos necessários. O ato de indagar era concebido como um caminho que levava ao aprendizado, deixando de ser entendido como incômodo. *João Pergunta*, portanto, era o modelo dessa nova concepção pedagógica que valorizava a participação das crianças no processo de ensino-aprendizagem que marcava o ensino ativo.

Em relação as lições, há como já foi dito, uma mudança considerável em virtude tanto da supressão de algumas histórias ou do acréscimo de outras, quanto pelo fato de ocorrerem diversas alterações nas lições que permaneceram na obra. De uma maneira geral, as lições diretamente relacionadas às crianças do Ceará como *O Ceará* e *Os primeiros retirantes do Ceará* foram retiradas, pois falavam muito especificamente de acontecimentos próprios desse Estado.

Por outro lado, as lições de cunho histórico que abordavam a temática do descobrimento do Brasil foram modificadas. *História do descobrimento da “boniteza”*, *O almirante João Pergunta e suas grandes descobertas*, *As léguas de Góes*, *As expedições* e *El Dourado* foram condensadas em novas lições como *Os pequeninos descobridores*, *Brasil de Bonecas* e *História do Caramuru* na edição publicada pela Melhoramentos. As últimas historietas pertencentes a segunda edição, apontam para uma característica que vai se fazer presente em toda a obra: a mudança de cenário.

Após o lançamento da edição de *João Pergunta* pela Cia Melhoramentos, a obra passou a ser adotada nas escolas primárias de São Paulo, o que fez necessária a

modificação dos espaços onde se passavam as aventuras do pequeno João Pergunta e seus amigos. O Ceará e a temática da seca perderam espaço para dar lugar a uma narrativa que, embora enfatizasse mais ainda a Região Nordeste, como veremos adiante, possuía ensinamentos que poderiam servir para crianças de qualquer zona agrícola do Brasil. A influência nacionalista que permeou as obras didáticas em decorrência da Primeira Grande Guerra, como abordamos anteriormente, é facilmente constatada nas novas lições que agora trazem ao final imagens dos grandes vultos da história do Brasil, característica comum nos livros de história do período.

A atenção mais voltada para o Brasil pode ser percebida de maneira mais geral não somente nas lições, mas também no título do livro, pois na edição da Cia Melhoramentos não aparecia mais o subtítulo *Brasil Seco*, apesar de continuar presente na capa o mapa da região Nordeste e a indicação “Livro de leitura, especialmente destinado às crianças do Nordeste Brasileiro”. O que isso queria dizer?

Na lição de número 6, intitulada *O Brasil Verdadeiro*, João Pergunta e Chico Pão resolvem ir brincar de descobrir novas terras para o Brasil em uma lagoazinha onde, utilizando a imaginação, se tornavam bandeirantes, índios e colonizadores portugueses que montavam fazendas de gado, canaviais e fundavam pequenas cidades. A brincadeira era fruto de uma história contada pelo avô de João Pergunta sobre a colonização do Brasil, por isso as crianças se inspiraram para, a exemplo dos primeiros colonizadores, descobrir e ocupar novas terras para o Brasil de verdade ou o “Brasil grande”, como chamavam os meninos.

Esse Brasil grande não era por certo uma referência somente a extensão territorial do país, mas estava relacionada também a todo o potencial que possuía as terras brasileiras à espera de alguém que as desenvolvessem. Se na primeira edição de *João Pergunta* a principal mensagem destinada as crianças era a de que estudassem para vencer a seca, na segunda edição do livro pode-se acrescentar a missão de ocupar as terras ainda improdutivas existentes pelo Brasil:

- E o Brasil já está todo acabado? Indagou João pergunta.
- Não, meu filho. Ainda há muita coisa por fazer. Há terras já povoadas, com culturas, criação, fábricas... mas há outras que precisam de ser tratadas...
- E quem são os trabalhadores que não cuidam disso?
- Os trabalhadores somos todos nós, os brasileiros. Cada qual se esforça como pode. Até mesmo vocês para o futuro terão de trabalhar para o engrandecimento da Pátria. Agora, vocês fazem o Brasil de Bonecas. Quando crescerem, terão de ajudar a fazer o Brasil dos homens.
- E que é preciso fazer?
- Plantar-se cana, disse um menino.

- Criar-se gado, ajuntou um outro.
- Abrir estradas, disse um terceiro.
- Sim, tornou o vovô. É preciso desenvolver a lavoura e a criação. É preciso fundar novas fábricas, construir novas estradas, levantas novas cidades...
- Tomara eu já crescer para ajudar a trabalhar no Brasil grande! Disse um menino.
- E eu também! E eu também! Acrescentaram os outros. (CRAVEIRO, 1929, p.30)

Às crianças é destinada a missão de cuidar das terras do Brasil e de dar continuidade ao serviço iniciado por tantos outros que vieram antes delas. Nota-se que há uma forte carga nacionalista quando o vovô declara que todos os brasileiros são responsáveis pelo engrandecimento da pátria. A preocupação com o desenvolvimento do país é transmitida aos pequenos sob a justificativa de que muito ainda há por fazer pelo Brasil. É interessante, que a maneira de advertir as crianças quanto a necessidade de se preparem para o trabalho desde a infância, ocorre de modo semelhante nas diferentes edições de *João Pergunta*. As palavras utilizadas por D. Luiza na primeira edição são muito semelhantes às de seu Leocádio na segunda, quando este adverte aos pequenos quanto a necessidade de se tornarem construtores de açudes para ajudar o Nordeste: “vocês agora fazem barragens de menino, mas para o futuro terão de construir barragens de homem”. Desse modo, as crianças eram incentivadas a se comportarem como pequenos homenzinhos, sendo que as brincadeiras desenvolvidas por elas estavam sempre relacionadas à alguma atividade ou função a ser desenvolvida no futuro.

Outro ponto importante diz respeito ao que se entendia por desenvolvimento naquele momento. Na segunda edição de *João Pergunta*, Newton Craveiro falou da construção de fábricas e estradas de um modo que não parecessem mais estar estreitamente ligadas à produção rural. Além disso, a construção de cidades aparece também como missão para os pequenos leitores. Havia, portanto, um discurso que deslocava a fala do autor especificamente do sertão para um espaço urbano. Entretanto, para se desenvolver esse “Brasil grande”, Newton Craveiro ainda deixou claro que é primeiramente necessário conhecê-lo. Para tanto, o autor recorreu a um recurso utilizado por tantos outros autores do período: as viagens.

### ***3.3.1 Do sertão ao litoral: uma viagem***

Até hoje quando se fala em viajar pensamos em conhecer coisas novas, pessoas diferentes, lugares nunca vistos. A busca pelo novo é que estimula a viagem,

pois, ao mesmo tempo em que é possível divertir-se, é igualmente possível se aprender. Na primeira metade do século XX, muitos autores de livros infantis didáticos ou não, recorreram às viagens para abordar os conteúdos e as temáticas exigidas para alcançar o que se acreditava necessário para uma boa formação das crianças. Através das viagens os conteúdos didáticos se tornavam menos pesados, visto que esse artifício permitia sua inserção nas aventuras vividas pelos personagens, ao passo que possibilitava a identificação dos leitores com essas situações (LAJOLO, 1987).

O deslocamento do espaço com as viagens utilizadas como estratégia pedagógica é mais conhecido no Brasil pelas aventuras dos irmãos Carlos e Alfredo em *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manoel Bonfim, em que os personagens cruzam o país à procura do pai, que posteriormente se une as crianças com quem vivencia diversas experiências Brasil afora, conhecendo lugares com economias, culturas e geografias diferentes. A medida em que a viagem vai se desenvolvendo através do olhar observador de seus protagonistas, lições de geografia, higiene, história e civismo vão sendo introduzidas de modo a inculcar nos leitores valores específicos como o amor à pátria, a importância da família, a solidariedade, o respeito, ao mesmo tempo em que é proporcionado às crianças a possibilidade de viajar sem sair do lugar por intermédio da imaginação.

O caráter imaginativo assume papel importante nas obras em que as viagens são recorrentes, pois faz com que o leitor abandone sua rotina cotidiana e os modos corriqueiros de aprendizado. Geralmente as viagens se dão por meio de transportes como trem, avião ou navio, que trazem à tona também a modernidade e que remetem à velocidade dos novos tempos. São esses meios que permitem o cruzamento de diversas terras em um curto espaço de tempo e que promovia a dinamicidade da apresentação das lições.

A narrativa das viagens, às vezes em primeira pessoa e às vezes em terceira, como é o caso de *João Pergunta*, surge como subterfúgio para que os leitores conheçam e aprendam amar o lugar onde vivem, por esse motivo os caminhos a serem percorridos são aqueles que marcam a identidade de um povo e de um lugar. Em *João Pergunta*, Newton Craveiro dividiu a viagem em duas partes: uma pelo sertão e outra pelo litoral. É preciso prestar bastante atenção nessa divisão, pois, na primeira edição do livro, não há qualquer menção ao litoral nordestino, era como se o Nordeste fosse composto

apenas pelo sertão. Já na segunda edição publicada pela Cia Melhoramentos, há a inserção de uma nova perspectiva de compreensão dessa região.

Na primeira parte da viagem instituída na lição intitulada *Uma viagem de trem*, chegado o período de retorno as aulas, João Pergunta volta para a cidade com sua família e amigos que se encontravam a passeio na casa do vovô. Através das janelas do trem “na correria doida em que vae” os meninos admiravam a natureza brasileira passando pela zona agrícola com seus milharais, extensas roças de algodão e os lavradores que paravam o trabalho para ver o trem passar: se a beleza e a bucolidade do campo impressionava os meninos, a velocidade e a modernidade trazidas pelo trem também deslumbrava os sertanejos<sup>124</sup>. Ao atravessar a zona pastoril, João Pergunta e seus amigos apreciavam as várzeas com seus bois, cavalos e rebanhos de ovelhas a pastar. Viam também os vaqueiros vestidos de couro, as fazendas e os currais.

Em tudo para os meninos o sertão era mais viçoso, mais alegre. A viagem ganha tom de saudade, porque na roça tudo era belo e até a pobreza parecia mais bonita, porque, no final das contas, a verdadeira abundância estava lá, era do campo que partia a riqueza que sustentaria o Brasil: “do mato é que vae tudo para a cidade. Vae o boi, vae o algodão, vae o assucar, vae o feijão, vae a farinha... Se não fosse o mato o que seria das cidades?... Desapareceriam. Não sabe que as cidade vivem é do trabalho dos roceiros?” (CRAVEIRO, 1928, p.35). No entanto, era preciso voltar para a cidade, voltar para a escola para aprender a amar e cuidar do Brasil grande, pois se por um lado os meninos ficavam felizes ao ver tantas plantações e criações pelo sertão, por outro, também lhes causava tristeza ver terras onde:

Não há uma roça, não há uma casa, não há um signal de vida (...)  
 - Bem diz o vovô que no Brasil ainda há muito por fazer- diz João Pergunta.  
 - É mesmo- acrescenta Zé Pretinho- Para encher tudo isso de roçados e fazenda de gados a gente tem é serviço! (*Ibidem*, p.34)

O olhar sob as terras desocupadas deixava as crianças tristes e ao mesmo tempo cheias de expectativas, ansiosas para crescer e trabalhar pelo Brasil grande. Os meninos tomavam para si a missão de cuidar e fazer produtivas aquelas léguas de terras órfãs. Olhando para o Brasil pela janela do trem, conversavam com ele que parecia

---

<sup>124</sup> Em pesquisa desenvolvida sobre as memórias da instalação da linha férrea no município do Crato em 1926, ponto final da linha férrea de Baturité, Ana Isabel Ribeiro aponta que a novidade do trem no final do século XIX e início do XX estava estreitamente relacionada à ideia de modernidade. Noção que também implicava na compreensão de que aonde chegassem os trilhos se iniciava uma nova época de progresso, em detrimento da que era finalizada. (CORTEZ, 2008, p.28).

encará-los de volta e dizer: “você estão vendo como sou grande e rico? Estão vendo como ainda tenho tantas terras virgens, onde nunca entrou uma enxada? Pois estas terras são de vocês. Tomem conta delas, plantem, encham tudo de vida e fartura. (*Ibidem*, p.36)

A viagem não terminava ali na janela do trem, mas ganhava continuidade sob outro formato. O amor pelo Brasil se deslocava do real para o mundo da fantasia que conferia ao país o privilégio de ser elemento presente no imaginário das crianças. Depois de tudo que haviam vivenciado, nos sonhos dos meninos o Brasil grande ganhava estatuto de desejo e os pequenos “movendo os lábios com um ar de riso” sonhavam com ele. Desse modo, trabalhar e desenvolver o Brasil deixava de ser tarefa ou missão imposta para se transformar em sonho, com toda a beleza que os sonhos têm.

A lição que se segue a *Viagem de Trem* é a intitulada *O Nordeste Brasileiro*, cujo título substituiu o da lição *O Brasil Seco* da primeira edição. Essa alteração, além de pequenas modificações e alguns termos, é a única transformação significativa, pois amenizava a visão do Nordeste como terra seca, imagem forte na primeira edição do livro. Apesar de Craveiro ter continuado conceituar o Nordeste como a “terra dos caboclos e das secas”, sua definição passou a apresentar maior amplitude com a introdução da lição de nº 9 nomeada *Uma viagem por mar*.

Essa segunda viagem não ocorre literalmente em um navio ou em algum barco à semelhança do que acontece na viagem realizada por trem. Sua importância consiste menos pelas informações trazidas na lição e mais pelo caminho traçado pelo autor para desenvolvê-la. No início dessa lição, João Pergunta afirma que após a aula sobre o Nordeste Brasileiro<sup>125</sup> já não conseguia mais enxergar o Brasil como uma grande extensão de terra imensa e uniforme, mas que o via recortado por regiões diferentes, cada uma com suas particularidades. O Nordeste se afigurava como espaço desafiador ao mesmo tempo que sofredor<sup>126</sup>, o que fazia João Pergunta desejar cada vez mais conhecer melhor a sua terra.

---

<sup>125</sup> Não é necessário explicar novamente o entendimento de Newton Craveiro sobre o Nordeste. Isso já foi realizado anteriormente ao explorarmos as quatro características que diferenciam o Nordeste das outras regiões brasileiras, apresentada no primeiro tópico desse capítulo.

<sup>126</sup> É interessante que a ambiguidade pela qual se entendia ao Nordeste, se estendia também ao próprio nordestino. Sobre essa questão Nívia Trindade Lima afirma que há uma certa dificuldade em se caracterizar o sertanejo, devido a obras que cristalizaram uma visão desses sujeitos como indivíduos que mudam de personalidade dependendo do contexto: daí a imagem ambígua de Hércules-Quasímodo, pois de acordo com as circunstâncias ele oscilava da fragilidade à força, da monstruosidade ao caráter

Em meio as perguntas constantes do aluno, a professora não viu outro meio de falar mais sobre o Nordeste senão por uma segunda viagem, dessa vez feita pelo mar. Para isso, D. Luiza leva para classe diversos cartões postais com imagens das capitais nordestinas. Salvador, Maceió, Natal, Fortaleza, Aracaju, Recife, São Luiz<sup>127</sup>, todas foram percorridas através das imagens e do imaginário das crianças que, acompanhando a fala da professora, imaginavam como eram bonitas e como poderiam ser as cidades até então desconhecidas, ao mesmo tempo em que apontavam os sujeitos ilustres saídos de cada uma delas.

A cada parada D. Luiza falava do progresso, do povo laborioso, das belas edificações, dos portos. O Nordeste deixava de ser apenas sertão, com roças e criação de animais, para ser também cidade com equipamentos urbanos, se desenvolvendo rapidamente, como o trem da viagem anterior. Os meninos maravilhados com o que aprendiam se surpreendiam com a diversidade que o Nordeste possuía:

- Como é grande o nosso Nordeste! Disse João Pergunta.
- Sim, disse a mestra, grande e belo! Devemos amal-o e trabalhar pelo seu engrandecimento. (CRAVEIRO, 1928, p.44)

O discurso elaborado sobre o Nordeste segue o mesmo princípio do presente nas lições sobre o Brasil, mas com uma diferença. Na primeira edição, as lições que abordam temáticas históricas iniciam do menor para o maior, isto é, apesar de apresentarem rapidamente o descobrimento do Brasil, eram mais focadas na história do Ceará. Porém, na segunda edição a atenção maior recai sobre o “Brasil grande” e em segundo lugar sobre o Nordeste, pois antes de se reconhecerem nordestinos, os meninos deveriam se reconhecerem como brasileiros. A lição *Brasil Verdadeiro* é a responsável por essa tarefa de apresentar às crianças sua pátria, pois apresentava os vinte estados pertencentes ao Brasil na época, chamando atenção para toda a extensão de terras que ainda precisavam ser colonizadas. Temos aí, mais uma vez, a emergência do trabalho como objetivo principal para o progresso, arregimentado pela educação por meio da construção de cidadãos saudáveis em todos os sentidos.

---

heroico. TRINDADE, Nívia Lima. Euclides da Cunha: O Brasil como Sertão. In. BOTELHO & SHWARTZ. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 109.

<sup>127</sup> Teresina é a única capital que os meninos não visitam, tendo D. Luiza explicado que ao contrário das outras cidades que são portos marítimos, a capital do Piauí é na verdade porto fluvial.

### ***3.3.2 Como Zé Cansado virou Zé Pronto: o discurso higienista em João Pergunta***

A discussão acerca do que deveria ser considerado uma boa formação não estava relacionada apenas a uma educação intelectual, mas abrangia também outras extensões da vida das crianças. Havia uma preocupação que se manifestava principalmente sobre três campos: saúde, moral e trabalho. Estes, eram considerados as bases sob as quais deveria ser organizada a educação do povo, levada a cabo pelas elites. Dentro desse conjunto, se sobressaiu de maneira significativa os debates relativos a saúde, orientados por um discurso higienista no começo do século XX. Fundada nesse mesmo período, a Associação Brasileira de Educação atuou de forma decisiva na construção de um projeto educacional que aspirava muito mais do que se ensinar a ler, escrever e contar:

Condensando os males do país na metáfora de um brasileiro indolente e doente e as esperanças de erradicação desses males na ação de uma “elite”, dotada de poderes demiurgos, o discurso cívico da ABE é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento. (CARVALHO, 1998, p. 17)

Se a obra educacional era obra de saneamento, cada vez mais a doença era tomada como referência para tratar de assuntos ligados ao mal desenvolvimento da educação no Brasil. Falava-se em sanar a sociedade, curar os males sociais, pôr fim ao analfabetismo, o “câncer social” que mais parecia incomodar naquele momento. Nesse sentido, havia uma linha muito tênue entre saúde e educação já que as duas se faziam necessárias no tratamento contra a enfermidade em que o Brasil se encontrava, materializada na imagem de uma nação amorfa, doente moral e fisicamente e, portanto, incapaz de contribuir com o progresso. Não era suficiente desenvolver o ensino aprimorando suas teorias e técnicas, sem que, ao mesmo tempo, não fossem combatidas as moléstias que impediam o pleno exercício das novas ideias. Crianças doentes não compreenderiam bem as recomendações recebidas na escola e tão pouco, ainda que se fizesse larga propaganda sobre a importância do trabalho, se tornariam saudáveis o bastante para levar adiante a obra de engrandecimento da Pátria. Em outras palavras, crianças doentes mental e fisicamente se constituíam mão de obra “defeituosa”.<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup> “A eficácia do trabalho não depende unicamente da instrução. Não basta, pois, para a solução do problema disseminar-se o ensino em todos os seus graus e especialidades. Urge também que o

A escola exercia papel importante na campanha de regeneração do povo na medida em que difundia bons costumes no âmbito higiênico-comportamental. Assim, a questão sanitária no Brasil, inegavelmente grave, passou de problema social a uma mera questão de bons hábitos. Embasado em um discurso científico, o discurso higienista se infiltrou na escola por intermédio do discurso médico, que se tornou presença certa com a contratação de profissionais para desempenhar funções como a inspeção médica-escolar, uma vez que, sendo a escola um espaço em que havia, por força da lógica, uma aglomeração constante de pessoas, estava mais sujeita à ocorrência de doenças.

A higiene e os cuidados gerais com a saúde eram temáticas que não poderiam faltar em *João Pergunta*, tendo Newton Craveiro instituído três lições que abordavam questões relativas a esse debate. Na primeira edição, as lições *O doutor Vianna* e *Zé Cansado* exploravam os males da falta de higiene e a importância da ação dos médicos nas escolas, tendo sido somadas a essas duas lições mais uma intitulada *Chico Pão indigestou* na segunda edição do livro, explorando os maus hábitos de saúde como decorrentes da falta de educação. No total são três lições que tratam especificamente da higiene e da saúde na escola, na tentativa de promover a aderência de crianças e professores ao discurso higienista em voga no período.

Para desempenhar tal função, o médico deveria perder sua imagem sisuda e receber em troca a fama de bom amigo das crianças, sujeito que traria a saúde e conseqüentemente a felicidade para os oprimidos pela doença, em virtude da ignorância e da falta de conhecimento:

O doutor Vianna, um médico ainda jovem, era bondoso e inteligente. Gostava de brincar com as crianças, pelo que em pouco tempo se tornou muito querido dos alunos do Grupo.

Um dia, porém, quando o médico veio fazer a sua costumeira visita à escola, os meninos se mostraram reídos. Houve até uma pequena de 7 anos que quando o viu começou a choramingar.

O doutor Vianna compreendeu logo, que tudo aquilo era por causa da vacinação que tinha marcado para esse dia.

- meus amiguinhos, disse êlle: vou contar uma história:

“Era uma vez um fantasma de cara horrível que, cansado de matar gente por toda a parte, entrou nesta cidade, com uma longa foice na mão, e matou os papás, as mães e os irmãozinhos de muitos meninos, e houve muito choro.

---

cerquemos de garantias utras para que se possa desenvolver amplamente. Preciso é que o Estado assegure, quando possível, a saúde publica, com uma organização higienica capaz de evitar a propagação das molestias infecciosas e de reprimi-las com segurança, caso não tenha podido embarcar a sua irrupção. As questões concernentes á hygiene publica devem ser objeto de serias cogitações dos governos conscientes da sua missão.” Relatório 1925.p. 12-13.

Não morreu mais gente porque apareceram uns homens e mataram o tal fantasma.

Agora digam-me: se vissem um desses homens, o que fariam vocês?

- Eu dava-lhe um abraço, disse a Margaridinha, que era a menina que ao começo estava choramingando.

- Então venha cá e me dê um abraço.

- E foi o senhor que matou o fantasma?

- Sim, fomos nós, os médicos. (CRAVEIRO, 1929, p.181)

A chegada do médico ao ambiente escolar apresentava-se como medida para amenizar a ineficiência do estado que não zelava rigorosamente pelas melhorias das condições da saúde pública e para atenuar os males causados pelo próprio desprezo que o povo sentia em relação aos mais “rudimentares preceitos de hygiene”, como afirmou um colunista em artigo publicado em 1927<sup>129</sup>. Era preciso educar o povo e inculcar-lhe a necessidade do emprego de bons hábitos, objetivo reforçado pela Assistência Médica Escolar, entendida como medida das mais importantes no contexto das reformas da educação que se espalhavam pelo país.

Paula Rodrigues<sup>130</sup>, em passagem pelo Ceará em 1927, chamava atenção para o assunto da mais alta importância social que é a inspeção médico-escolar, a “cruzada do bem” desenvolvida pela Associação Brasileira de Educação. O deputado ressaltava ainda as dificuldades para empreender ações mais significativas do Estado e o agravante número de crianças doentes nos Grupos Escolares, pois das 800 crianças visitadas pelo médico, mais de 70% encontrava-se com tracoma, doença de fácil contágio e pouco combatida. Ao realizar uma visita no Grupo Escolar de João Pergunta, o doutor Vianna também constatava o mesmo percentual de crianças doentes ainda a pouco mencionado, numa tentativa de orientar a professora do Grupo Escolar, Dona Luiza, a dispensar maior atenção ao grave problema de saúde. A narrativa de Newton Craveiro consistia em três pontos principais: apresentar a doença, evidenciar seus principais sintomas e riscos e, por último, esclarecer o modo mais eficaz de combatê-la. Há, nesse sentido, uma clara articulação entre as propostas para a saúde pública apresentadas pelo governo e as lições de Newton Craveiro.

<sup>129</sup> Correio do Ceará. 07/08/1927.

<sup>130</sup> Francisco de Paula Rodrigues nasceu em Sobral em 1863, formou-se em 1888 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará entre 1924 e 1925. Paula Rodrigues foi ainda Diretor da Sociedade Mantenedora da Escola de Agronomia do Ceará e presidente da Associação Rural desse mesmo Estado, além de ser sócio benemérito do Instituto do Ceará. Paula Rodrigues faleceu em Fortaleza em 1953, aos 89 anos de idade.

Notemos que, embora alguns conteúdos tenham sido suprimidos entre a primeira e a segunda edição de *João Pergunta*, Newton Craveiro aumentou o número de lições destinadas a disseminação do discurso higienista, visto que a questão ganhava cada vez mais ênfase.<sup>131</sup> Observando outros livros também publicados pela Companhia Melhoramentos de São Paulo como a série *Na Roça*, de Renato Sêneca Fleury, percebemos a importância dessa temática. No prefácio do terceiro livro de leitura *Na Roça*, o autor explica que, embora o livro para crianças precisasse perder a sisudez tradicional reforçada pelas lições de geografia, história, ciências naturais e físicas, as noções de higiene deveriam ser conservadas em virtude de se tratar de um conhecimento indispensável. Renato Sêneca Fleury propôs um estudo dos princípios higiênicos inseridos dentro da temática geral da saúde no campo, como também promoveu Newton Craveiro.

O que fica claro, é a tentativa de inculcar nas crianças uma noção de responsabilidade em relação a saúde da coletividade. Na lição *Chico Pão Indigestou*, Newton Craveiro enfatizou que os maus hábitos das crianças como comer rapidamente e sem mastigar de maneira adequada os alimentos, pode causar males prejudiciais ao desenvolvimento da criança. A doença era consequência do desconhecimento do próprio corpo, pois Chico Pão não sabia que possuía um “órgão que a gente chama estômago, encarregado de um delicado trabalho que é a digestão dos alimentos” (CRAVEIRO, 1929, p.175). A partir da experiência de Chico Pão, a professora apresenta às crianças todo o processo de digestão, a fim de que os pequenos compreendessem que também o corpo dos seres humanos possui uma forma correta de “trabalhar”. O discurso científico reforça as explicações presentes em cada lição, conferindo aos textos um caráter de verdade para os leitores, sendo a abordagem da doença e a sua prevenção salientadas por Craveiro:

Chico Pão agora come cientificamente. E por isso, sente-se cheio de vida! Até parece outro menino. Desapareceu aquele peso que sentia na cabeça, depois das refeições. Desapareceu aquela indolência que, às vezes, lhe tirava a vontade até de brincar. Tornou-se tão ativo e inteligente que em pouco tempo se fez os mais brilhantes progressos no estudo. Querem ter uma vida longa e feliz? Pois façam como o Chico pão: aprendem a comer cientificamente. (CRAVEIRO, 1928, p.179)

---

<sup>131</sup> Em 14 de novembro de 1930 era criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública que tinha como função cuidar dos assuntos relativos à educação, saúde pública e assistência hospitalar.

A mudança de postura de Chico Pão, que passou a ter mais cuidado com a saúde do corpo, possibilitou também uma transformação na personalidade do menino, reforçando a ideia de que sem higiene não há saúde e sem saúde, tão pouco há vitalidade. Newton Craveiro utilizou o mesmo artifício na lição posterior para reforçar a importância da conservação de boas maneiras na escola ao abordar o exemplo de Zé Cansado, personagem cujo apelido é fruto das características físicas e psicológicas da criança. As crianças do grupo escolar nem mesmo o chamavam pelo nome verdadeiro, pois Zé Cansado tinha fama de preguiçoso, já que não possuía ânimo para nada que lhe propunham fazer, não conversava e não brincava, estava sempre cansado.

A chegada do doutor Vianna à escola e o diagnóstico de Zé Cansado modificam não somente a criança, mas o olhar de seus amiguinhos sobre ele: o menino estava abarrotado de vermes, o que desmistificava a ideia de que era preguiçoso para classificá-lo como doente. O motivo da doença era a falta de higiene da gente do interior que tinha, segundo o médico, pouquíssimas noções de higiene e péssimos hábitos. Era necessário combater o descuido com que viviam muitas crianças pelo Brasil, sem assistência médica, saneamento e sem conhecimentos para poderem atuar sobre as doenças em caráter preventivo. Nas palavras de CARVALHO (2006, p.306-307):

[...] hábitos saudáveis moralizam; uma vida virtuosa é saudável; moralidade e saúde são condições e decorrência de hábitos de trabalho; e uma vida laboriosa é uma vida essencialmente moral e saudável. Dessa forma, caberia ao professor 'guiar a liberdade' do aluno, de modo a garantir o 'máximo de frutos', obtido com um mínimo de tempo e esforços. Regrar a liberdade e coibir a paixão eram práticas sutis para ajustar "os homens a novas condições e valores de vida-eficácia e disciplina.

Desse modo, o saber médico atuando por intermédio do discurso higienista estava intrinsecamente relacionado a um julgamento do que era moral e saudável ou do que era imoral e degenerado. Esse discurso, reforçado pelo caráter científico, endossava a concepção de que havia um perfil estabelecido para classificar os indivíduos como normais ou anormais na medida em que se enquadravam ou não no modelo estabelecido. Na lição *O Doutor Viana*, umas das que abordam a temática higienista, há a apresentação de um quadro que deveria ser fixado nas paredes das salas de aula a fim de que as crianças nunca esquecessem os bons hábitos:

**NÃO FAÇAM ISTO**

- Não entrem na escola sem limpar os pés.
- Não escrevam em má posição.
- Não levem o lapis à boca.
- Não ponham o dedo no nariz, na boca, ou nos olhos.
- Não molhem a ponta do dedo com saliva para virar as folhas do livro.
- Não espirrem nem tussam no rosto dos colegas.
- Não tragam a merenda desembrulhada ou envolvida em papel impresso.
- Não deixem de lavar as mãos quando vierem da privada.
- Não bebam água em copo dos outros.
- Não cusпам no chão.

**PRATIQUEM OS BONS HÁBITOS**

- Lavem as mãos antes das refeições.
- Escovem os dentes antes de deitar-se.
- Tomem banho diariamente.
- Andem sempre limpos.
- Tenham um lenço no bolso.
- Mastiguem demoradamente.
- Comam menos carne e mais vegetais.
- Variem a alimentação.
- Não comam gulodices nos intervalos das refeições.
- Não durmam em quarto fechado e com muita gente.
- Respirem profundamente.
- Passem algumas horas do dia ao ar livre.
- Coloquem o lenço ou a mão diante da boca quando tossirem ou espirrarem.

É interessante que os quadro trazem recomendações que, embora foquem em ações praticadas individualmente, estão mais vinculadas a um impacto social, ou seja, tratam de práticas positivas que deveriam ser estimuladas ou de práticas negativas que deveriam ser abandonadas em favor da coletividade.<sup>132</sup> Estas regras englobavam desde gestos relacionados a uma educação do corpo como comer mais vegetais e menos carne, quanto à atitudes ligadas a uma educação comportamental como tapar o nariz com um lenço diante do desejo de espirrar. Isto ocorria porque o cuidado com o corpo e com a saúde estava relacionado à ideia de patriotismo, pois, como já dissemos anteriormente, apenas as crianças em bom estado de saúde poderiam se converter em mão de obra produtiva. Cuidar do corpo era o mesmo que cuidar de uma parte do corpo da nação. A criança saudável tornar-se-ia também uma criança feliz, obediente e disposta, pronta para dar uma resposta positiva ao investimento que o país lançava sobre ela, como no caso do menino chamado Zé Cansado que, após a inspeção médica, se transforma em Zé Pronto:

Zé Cansado e mais outros meninos opilados que havia na escola foram submetidos a tratamento e em menos de dois mezes estavam curados. O remédio foi o óleo de mastruço.

Zé cansado ficou outro menino. Diminuiu-lhe o ventre, apareceu-lhe sangue na face, veio-lhe o gosto pelos brinquedos e o amor pela escola. Agora a tudo que se lhe diz a resposta é: Estou pronto! Póde chamar-se Zé Prompto! (CRAVEIRO, 1929, p.218)

Zé Cansado sofria de opilação, uma doença infecciosa que se espalhava rapidamente entre as crianças, especialmente as pobres que andavam descalças e que, geralmente, não possuíam instalações sanitárias adequadas em suas casas. Todavia, a opilação não era a única doença que afetava as crianças pobres. Considerada uma das causas da degeneração dos nordestinos, as moléstias endêmicas com seu tríptico nosológico, a opilação, o tracoma e a sífilis, completavam o que Paulo de Moraes Barros chamou em 1924 de “o quadro negro em seu movimento regressivo” da população nordestina (BARROS, 1924, p.51). Juntamente com a miséria, o clima árido, e o cruzamento entre indivíduos considerados pertencentes à sub-raças, as doenças

---

<sup>132</sup> As indicações presentes no quadro de bons hábitos são bastante parecidas com as encontradas na lição *A bem da saúde* do livro *Terceiras Leituras na Roça* de Renato Senêca Fleury publicado pela Companhia Melhoramentos. Nota-se que ao abordar algumas lições da obra, de um modo geral, há semelhança com o modelo de apresentação de alguns conteúdos do *João Pergunta* editado por Lourenço Filho. É possível perceber o peso de sua atuação na composição final dos dois livros de leitura citados.

agravadas pela ausência de medidas profiláticas de caráter combativo reforçavam a visão negativa construída acerca da população do Nordeste. A escola conquistava importância dentro desse debate por atuar no âmbito preventivo com campanhas higienistas, pois o investimento em educação e saúde simultaneamente seria a grande arma do Estado rumo ao progresso e o desenvolvimento.<sup>133</sup>

Pode-se assim dizer que o novo *João Pergunta* possuía todos os elementos considerados primordiais para um bom livro didático, pois, se antes havia qualidade do texto, sua materialidade, porém, encontrava-se muito aquém do esperado para a primeira obra de leitura destinada às crianças do Nordeste brasileiro. A nova edição que mais uma vez contou com a supervisão de Lourenço Filho tornou o livro menos pesado com a inserção de historietas mais leves em contraposição a alguns conhecimentos excessivamente técnicos que apareciam na primeira edição do livrinho. Segundo Filgueiras Lima, em artigo publicado na Revista Educação Nova, em 1932, sobre o *João Pergunta*, “nada mais lhe faltava” e:

Não havia criança que não se exaltasse ante esses episódios genialmente urdidos num estiloclaro e límpido em que surgem em relevo impressionante, todos estes fatos que dia a dia vai o menino descobrindo e deparando na sua vida, dentro do meio físico e social em que se encontra, nesta região singularíssima do Brasil.

O diferencial de *João Pergunta* continuava sendo a sua atenção especial às particularidades do Nordeste e o empenho de seu autor em formar sujeitos fortes e dispostos, capazes de vencer a seca, conforme apontava em 1923, quando foi lançado originalmente o livro de Newton Craveiro. A ausência da problemática da seca era um elemento presente no cotidiano da maioria dos sertanejos e indiscutivelmente uma realidade, embora não fosse o único critério formador de identidade. Se a nós é permitido fazer uma crítica a Newton Craveiro, esta, com certeza lhe será atribuída em virtude de ter considerado a seca o único elemento que de fato agia com impacto considerável sobre a vida desses sujeitos. Entretanto, não podemos deixar também de inserir esta obra dentro de sua temporalidade, recurso por vezes confortante para

---

<sup>133</sup> “A eficiência do trabalho não depende unicamente da instrução. Não basta, pois, a solução do problema disseminar-se o ensino em todos os seus graus e especialidades. Urge também que nos cerquemos de garantias outras para que possa desenvolver-se amplamente. Preciso é que o Estado assegure, quanto possível, a saúde pública, com uma organização higienista capaz de evitar a propagação dos moléstias infecciosas e de reprimil-as com segurança, caso não tenha podido embarcar a sua irrupção. As questões concernentes á hygiene publica devem ser objeto de sérias cogitações dos governos conscientes da sua missão”. Relatório do presidente José Moreira da Rocha. 19/05/1928.p. 35-36.

aqueles que tentam julgar objetos do passado com os olhos do presente. Em prefácio da segunda edição de 1928, Lourenço Filho revelou o motivo pelo qual acreditava ser especial o *João Pergunta* de Newton Craveiro, com quem teve a oportunidade de trabalhar e conhecer as potencialidades:

Até então no plano de ensino das escolas públicas cearenses, não se falava na seca e nos meios de minorar os desastrosos efeitos. Um vago temor supersticioso, como afasta por lá da maioria das conversações, assim também havia banido das classes qualquer preocupação a respeito. Entendemos o contrário. Cremos que o maior dever da escola do Nordeste deve ser, justamente, o de dar desde muito cedo, ao menino que a frequênta, a compreensão do “meio” físico em que vive, armando-o para melhor adaptar-se a ele e nele defender sua vida e prosperar (LOURENÇO FILHO, 1928, p. III)

Quase dez anos após serem lidas pela primeira vez as páginas de *João Pergunta*, os críticos ainda se queixavam da inexistência de obras produzidas para a realidade nordestina, recordando sempre com nostalgia o surgimento de *João Pergunta* e seus amigos. Ainda considerados pesados, com letrinhas muito pequenas e com linguagem inadequada: a literatura didática ainda deixava a desejar. Para muitos educadores, o Brasil ainda estava à espera de uma obra que atendesse a todas as realidades econômicas, culturais e sociais.

Em 1932, o jornal *O Correio do Ceará* publicou a relação de livros aprovados para as escolas públicas do Estado e mais uma vez *João Pergunta* foi indicado para a categoria de leitura diária ao lado de autores como Erasmo Braga e Cruz Filho. A listagem de livros escolhidos não mudava em quase nada, pois permaneciam os exemplares encomendados em sua maioria de São Paulo, o que rechaça a afirmação de Filgueiras Lima sobre livros que se propunham a abordar a realidade nordestina. Uma observação geral sobre a listagem nos permite dizer que Lourenço Filho continuava com grande prestígio, sendo muitos dos livros aprovados pertencentes as edições Melhoramentos da qual fazia parte. Para os professores, por exemplo, havia a indicação de toda a Biblioteca de Educação organizada pelo educador paulista. Ao final da listagem de livros publicada no jornal, uma nota era dirigida aos professores:

Muito embora tenha o professorado inteira liberdade com relação á escolha dos livros escolares, acima discriminados, determina esta Directoria que se faça a leitura da História do Ceará, de Cruz Filho e do João Pergunta, de Newton Craveiro, todos os dias, obrigatoriamente, nos 3º e 4º anos dos

Grupos Escolares e Escolas Reunidas, em virtude de tratar se de obras que falam mais de perto á alma da criança do nordeste.<sup>134</sup>

Na década de 1920, a preocupação com uma educação adequada à realidade do Nordeste dava os primeiros passos para o desenvolvimento do ensino rural que foi se estruturando até se fortalecer na década de 1930 e adquiriu mais força com a formulação de teorias mais complexas à exemplo da pedagogia de Joaquim Alves,<sup>135</sup> condensada no livro *Estudos de Pedagogia Regional*, lançado em 1939 pela editora Fortaleza. Neste livro, o educador chama atenção para o fato de que estados como Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará deveriam apresentar uma escola caracteristicamente regional, em virtude das condições climáticas próprias da região semiárida, a qual fazem parte. Todavia, nesse mesmo escrito, o autor afirma que nos programas escolares cearenses não existe sequer uma menção na disciplina de trabalhos manuais à atividade agrícola.

Apesar de Joaquim Alves amenizar sua crítica, afirmando que os Delegados Regionais do Ensino e o professorado cearense permaneciam se esforçando para a construção da escola ideal, o autor sinaliza para a continuidade da busca por uma educação adaptada à realidade do Nordeste, ideal que não havia sido cumprido no final da década de 1930. *João Pergunta* foi o primeiro passo para a formação de uma teoria pedagógica diferente que iria movimentar outros veículos de informação além do livro, como a Revista Educação Nova, criada em 1932. Apesar da problemática da seca ser tema recorrente em praticamente tudo o que se referia ao Ceará<sup>136</sup>, na década de 1920 a maior atenção dirigida à educação possibilitou um debate mais profícuo sobre a necessidade de uma educação para o meio. A discussão à respeito das estratégias necessárias para a efetivação de uma educação pensada conforme os imperativos mesológicos nordestinos, ainda seria bastante debatida como veremos mais adiante.

---

<sup>134</sup> Correio do Ceará, 15 de janeiro de 1932. p. 4.

<sup>135</sup> Escritor cearense dedicado a discutir temas relativos aos problemas sociais, econômicos e educacionais, Joaquim Alves foi também membro efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto Histórico do Ceará. Dentre suas principais obras se encontram: *Nas Fronteiras do Nordeste* (1929); *Estudos de Pedagogia Regional* (1939); *O Vale do Cariri* (1948); *Juazeiro, Cidade Mística* (1949) e *Autores Cearenses* (1949).

<sup>136</sup> Basta analisar os outros campos dos relatórios presidenciais do Ceará. A seca não aparece como elemento de influência na organização governamental somente no âmbito da educação. Na área da saúde, o número de pessoas em estado de inanição; nas obras públicas, praticamente sempre voltadas para a construção de barragens, diques e outros instrumentos para a armazenagem de água. Por outro lado, se não se trata somente da seca, existe a questão das cheias, que aparecem em menor volume. De todo o modo, o Ceará figura como lugar cuja sorte está irredutivelmente ligada à irregularidade das estações.

#### 4 “UM ÓRGÃO DE PUBLICIDADE, ESPECIALIZADO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS”: A REVISTA EDUCAÇÃO NOVA E A LUTA PELA RENOVAÇÃO DO ENSINO NO CEARÁ DOS ANOS 1930.

##### 4.1 Novos rumos para a educação brasileira: o que há de novo na Educação Nova?

Na manhã de 15 de novembro de 1930, o jornal *O Correio da Manhã* anunciava a criação de um novo ministério no governo provisório de Getúlio Vargas, intitulado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP). A nova secretaria seria comandada por Francisco Luiz da Silva Campos<sup>137</sup>, que permaneceria nesse ministério até 1932. Nesse ínterim, Francisco Campos organizou o estatuto das Universidades brasileiras, decretou a reforma do ensino secundário e apoiou o retorno, ainda que facultativo, do ensino religioso nas escolas.

A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, possuía uma importância central na disposição das diretrizes educacionais brasileiras, uma vez que buscava organizar de maneira mais sistemática as políticas voltadas para a educação e saúde públicas. O novo ministério, segundo *O Correio da Manhã*, tinha como finalidade geral “o estudo e o despacho de todos os assumptos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar”<sup>138</sup>.

Mais à frente, à 3 de dezembro de 1930, o mesmo jornal noticiou também como ficaria organizado o novo ministério. Em decreto assinado por Getúlio Vargas, formalizou-se que a Secretaria estaria dividida em um Gabinete, uma Diretoria e três Departamentos, “todos independentes entre si” e subordinados diretos ao ministro, classificados das seguintes formas: Gabinete do Ministro, Diretoria de Contabilidade, Departamento de Ensino, Departamento de Saúde Pública, Departamento de Medicina Experimental.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> Francisco Luís da Silva Campos nasceu em 1891 no município de Dores do Indaiá, Minas Gerais. Foi deputado estadual entre 1921 e 1925, professor catedrático de Filosofia do Direito enquanto lecionava na Faculdade nacional de Direito entre 1933 e 1937. Francisco Campos foi ainda Ministro da Justiça período em que ajudou a arquitetar a constituição brasileira de 1937. Mais tarde, em 1964, foi um dos redatores do Ato institucional número 1, o AI1. Francisco Campos faleceu em novembro de 1968, deixando um legado de várias obras publicadas, dentre elas: *O Estado Nacional*, *A doutrina da População e Ciclo de Helena* (poesias).

<sup>138</sup> *Correio da manhã*. 15/11/1930, p.?

<sup>139</sup> *Correio da manhã*. 03/12/1930, p. ?

A junção dos campos da educação e da saúde não causa estranhamento, pois se levarmos em conta o entendimento que se tinha acerca da educação, observada durante toda a década de 1920, tanto como suporte de uma política higienizadora quanto como política higienizadora em si. As diretrizes para a formação desse sistema educacional presentes no MESP, não se deu sem conflitos intelectuais e políticos. No início dos anos 1930 intensificou-se um processo sobre o qual já iniciamos nossos estudos nos capítulos anteriores, trata-se da confluência entre a elaboração de projetos políticos e sociais para o Brasil que buscavam inculcar um ideal de progresso e desenvolvimento.

No Ceará essas discussões sobre as diretrizes da educação influenciaram a atuação de intelectuais que buscavam debater a escola ideal para o Nordeste e especialmente para o Ceará. Esse debate que teve em terras cearenses sua expressão de destaque através da Reforma do Ensino de 1922, deu lugar a uma proposta educacional mais incisiva na década de 1930. Tal proposta incluía, dentre outros pontos, a criação de uma escola normal rural, que pudesse preparar docentes especializados para lecionar em escolas no campo e que pudessem criar estratégias de desenvolvimento para ele. A partir daí a influência do pensamento escolanovista passou a agregar um maior número de admiradores entre intelectuais que se dedicavam à causa educacional, especialmente após a circulação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Dirigido ao povo e ao governo, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova defendia uma reconstrução nacional por intermédio da educação, discutindo temas chave como a finalidade da educação e sua função social, os princípios básicos da Escola Nova, o papel da escola na construção da democracia e a formação de professores. No entanto, a temática central do documento girava em torno da definição e da defesa da chamada escola única, isto é, uma escola para todos, que beneficiasse não apenas os grupos economicamente favorecidos, mas à todas as crianças entre 7 e 15 anos de idade. Por sua vez, para se alcançar o ideal da escola única, alguns elementos se faziam essenciais na organização da educação brasileira: a gratuidade, a obrigatoriedade, a coeducação, bem como a laicização do ensino.

O documento foi estruturado principalmente por Fernando de Azevedo e assinado por 26 intelectuais, dentre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Sampaio Dória e Cecília Meireles, após a IV Conferência Nacional da Educação, realizada em 1931 no Rio de Janeiro. Na época, o então ministro da educação e saúde Francisco

Campos marcou presença no evento acompanhando o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas. Durante a conferência o presidente solicitou ao conjunto de educadores ali presentes a elaboração de diretrizes sobre as quais seria pautada a educação pública nacional. A proposta era “muito mais próxima da demagogia do que da realidade” (FREITAS, 2009, p.72), uma vez que o Ministério da Educação já dava indícios de que um outro plano de ações para a educação estava sendo executado. O ministro Francisco Campos já havia, por exemplo, encaminhado o pedido de obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, ainda que o Manifesto propusesse uma educação laica.<sup>140</sup>

De todo modo, o Manifesto dos Pioneiros proporcionou indiscutivelmente uma injeção de ânimo dos debates educacionais, ainda que muitos conflitos tenham permanecido existindo no interior da proposta do documento. O Manifesto serviu ainda para lembrar que a educação permanecia uma pauta importante e que a escola no Brasil continuava longe de ser considerada ideal pelos padrões da pedagogia moderna. Seguiriam, assim, na década de 1930, as reformas educacionais iniciadas no decênio anterior, cultivando novas questões e discutindo velhas respostas que ainda não haviam efetivamente encontrado espaço mais amplo nos debates. Crescia a o imaginároi de que na educação encontrava-se a tábua de salvação do país e que, para não vermos perecer esse bem tão importante da nação, era preciso discuti-la incansavelmente para, desse modo, encontrar um caminho de desenvolvimento para o Brasil.

#### ***4.1.1 As ideias em circulação: as revistas de ensino e educação nas primeiras décadas do século XX no Brasil***

Ao passo que os discursos sobre a educação no país ganhavam corpo, crescia também a necessidade de veículos especializados que pudessem ampliar tal debate. Assim, a publicação de revistas que discutiam questões referentes ao ensino e a educação existentes desde o século XIX, foi ficando cada vez mais comum. Publicadas

---

<sup>140</sup> Sobre essa questão, Marcos Cesar de Freitas comenta ainda a respeito da costumeira dicotomia entre interesses de “pioneiros da educação nova” e os católicos como sendo os dois únicos grupos que disputavam a condução dos caminhos da educação pública no Brasil. Segundo o mesmo historiador, nem pioneiros e nem católicos formavam grupos coesos entre si, com adeptos renovadores e tradicionais, respectivamente. De todo o modo, em um momento que se discutia a igualdade jurídica entre a população chamou atenção a garantia da educação pública como direito, o que tornou inegavelmente o Manifesto da Educação “parte de uma versão da história da educação brasileira que silenciou muitas outras versões e, no momento em que apareceu, gerou resultados expressivos”. (FREITAS, BICCAS. 2009.p. 75).

tanto nas capitais como no interior do Brasil, as revistas geralmente estavam associadas as Diretorias da Instrução Pública de cada estado, como a *Revista Escolar* (São Paulo, 1925-1927), ou a alguma entidade ou associação particular de professores e intelectuais, como a *Revista da Sociedade de Educação* (SP, 1923-1924).

A publicação dessas revistas especializadas em assuntos educacionais já ocorria desde o século XIX, tendo ganhado mais força a partir dos primeiros anos da República, como a *Revista do Ensino Primário da Bahia* publicada entre 1º de novembro de 1892 e outubro de 1893, somando o total de 12 volumes. Nas décadas de 1920 e 1930 temos ainda a *Revista do Ensino de Alagoas*, que era publicada quinzenalmente como um “órgão oficial da Diretoria da Instrução Pública” de Alagoas, sob a direção de Craveiro Costa.<sup>141</sup> Já nos anos 1930 e 1940 temos a *Revista do Ensino da Paraíba*, periódico que circulou naquele estado durante dez anos (1932-1942), totalizando 18 exemplares, e a *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul*, editada entre 1939 e 1942 que direcionava seus conteúdos para a formação contínua dos professores primários. Segundo Maria Helena Câmara Bastos, o periódico gaúcho foi criado por iniciativa de um grupo de professores da Universidade de Porto Alegre, ligados à Secretaria de Educação e Saúde Pública/RS –Divisão Geral de Instrução Pública.

Em outros estados, alguns impressos desse mesmo gênero tiveram seus primeiros exemplares publicados na década de 1920 com a explosão das reformas educacionais no Brasil, tendo nas décadas posteriores (anos 30, 40 e 50) sido editados periódicos com a mesma intencionalidade. Como exemplos dessa última situação temos as já citadas revistas paulistas e gaúchas e ainda a *Revista do Ensino do Amazonas* que teve alguns poucos exemplares veiculados em 1920 e posteriormente nos anos 30, sendo editada nova revista sob os auspícios da Sociedade Amazonense de Professores com o título de *Revista de Educação*. Nesses casos, não se tratavam exatamente das mesmas revistas, mas de periódicos com a mesma finalidade publicados em momentos distintos da história dessas localidades. Todavia, algumas publicações sofreram diversas

---

<sup>141</sup> João Craveiro Costa nasceu em 1871 em Maceió, Alagoas. Foi jornalista, escritor, estatístico, economista, geógrafo e historiador, tendo se dedicado profundamente às discussões sobre os problemas educacionais alagoanos. Nesse campo, devemos destacar a obra produzida por Craveiro Costa intitulada *Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas*, estudo sobre a educação alagoana do período colonial até 1930, realizado em 1931 a pedido do então ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Craveiro Costa faleceu em 31 de agosto de 1934 em Maceió.

interrupções ao longo de sua história, tendo, entretanto, continuado a cada retorno sob o mesmo título. É o caso da *Revista do Ensino de Minas Gerais*.

Criada em 1892, durante a primeira reforma do ensino do período republicano, a *Revista do Ensino de Minas Gerais* teve sua publicação interrompida pouco tempo depois, tendo retornado somente em 1925, em outro momento de reforma na instrução pública do estado sob o comando de Sandoval Soares de Azevedo<sup>142</sup>. A revista sofreria ainda mais um período de estaque em 1940 tendo retornado seis anos depois, em 1946, com publicações menos periódicas, mantendo-se em circulação até 1971 quando definitivamente a *Revista do Ensino de Minas Gerais* tem sua publicação encerrada no número 239.

Dentro desse breve conjunto de revistas apresentadas vale a pena destacarmos a *Revista do Ensino do Estado do Amazonas*, que trazia além de seu conteúdo pedagógico, poemas e versos que tratavam de especificidades daquele estado, como no primeiro volume onde encontramos o poema intitulado *A Seringueira*<sup>143</sup> e no segundo volume que traz um extenso texto sobre o regime das águas do rio Amazonas, fruto de uma conferência pedagógica realizada em um grupo escolar de Manaus.

Apesar das particularidades de cada revista apresentada, o que se justifica especialmente pelas diferentes localidades das quais são oriundas (São Paulo, Alagoas, Minas Gerais, Amazonas, Paraíba, etc.), todas têm também pontos em comum. São em sua grande maioria destinadas aos professores e abordam questões relativas às técnicas pedagógicas e à carreira do professorado no Brasil. Em muitos casos, os artigos são tão parecidos que é possível confundir os periódicos, sobretudo, nos textos referentes a temas como higiene e profilaxia, disciplina escolar, Círculos de Pais e Professores e a missão do professor. Em certo sentido, essa coincidência de temas e abordagens explicita uma atmosfera, um espírito dos dias, capaz de exibir, ainda que forma

---

<sup>142</sup> Intelectual e educador mineiro, foi presidente da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais tendo, inclusive, recebido como homenagem uma Escola Normal Rural com seu nome em 1949 pelo grande apoio que dava a promoção do ensino rural e a formação de professores para esse ramo da educação em Minas Gerais.

<sup>143</sup> A Seringueira: Vêde-a esbelta e graciosa, emergindo/ de entre as selvas do nosso Amazonas: /N'outros climas não vinga, outras zonas/ Não a teem deste aspecto almo e lindo./ Filha amada de nossa floresta./ Todo o latez que as veias lhe agita/- qual uma onda impoluta e bem dita./ Ella o dá, a fluir, como em festa./ Esse leite que lhe cae do flanco/ Que transborda e lhe rompe do seio./ Num constante e suavismo veio./ E' a nossa borracha- o ouro branco!.../ Adoremos, pois, a arvore do ouro./ Que, na matta, se vê sobranceira;/ E, de joelhos, saudemos, em côro./ Nossa altiva e vivaz seringueira. In: **Revista do Ensino do Estado do Amazonas**. Ano 1. Numero 1. Pg. 5.

embaçada, a face do tempo. Em outras palavras, aquele conjunto de dizeres nos permite vislumbrar o que era considerado importante tratar quando nos referíamos à educação.

#### **4.2 Os novos ventos da educação impressos no Ceará: A Revista Educação Nova**

É nesse clima que intelectuais cearenses colocaram como prioridade a criação de um veículo de informações que servisse como instrumento de divulgação de seus debates e como espaço para construir a sociedade que ansiavam, por intermédio da educação.<sup>144</sup> Desse modo, surge em 1932 a *Revista Educação Nova*, descrita por Filgueiras Lima como “um órgão de publicidade especializado em assuntos educacionais”, cuja razão de existência era, como expôs o próprio Filgueiras Lima, um aparelho de promoção dos ideais sobre a educação e sua circulação no meio cearense.

No entanto, dizer apenas isso a respeito do propósito da *Revista Educação Nova* seria minimizar todo o ambiente que se agitava em torno de sua criação. É preciso lembrar que, assim como *João Pergunta*, a Revista era também um veículo do próprio Estado. Embora seu surgimento deva muito à iniciativa de professores e à colaboração de intelectuais independentes, não se deve esquecer que o veículo era publicado como “Revista Pedagógica sob os auspícios da Diretoria Geral da Instrução pública do Ceará”. Tal denominação rendia uma série de notícias sobre as medidas educacionais e projetos da Diretoria de Ensino, o que não deixava de funcionar como uma propaganda do próprio governo.

Do ponto de vista metodológico, *Educação Nova* nos permite adentrar de maneira mais prática no universo educacional que se buscava construir no Ceará naquele momento. Para além dos relatos presidenciais, podemos perceber, a partir das problemáticas selecionadas e levantadas pelo periódico, as diferentes nuances do campo educacional. A imprensa educacional possibilita a percepção da análise das iniciativas locais, dos debates regionais e das necessidades mais cotidianas de professores e instituições de ensino. Além do que:

(...) acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na

organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam instaurar as práticas exemplares. (CATANI, 1996, p.117)

No que se refere à sua estrutura administrativa, *Educação Nova* circulou nos anos de 1932 e 1933, inicialmente com publicação bimestral em um total de sete volumes. Editada pela tipografia progresso, a mesma da primeira edição de *João Pergunta*, *Educação Nova* tinha um preço razoável: valor da assinatura anual, 20\$000; mensal 10\$000; número avulso, 2\$000; e número atrasado, 3\$000. Publicada sob os auspícios da Diretoria Geral da Instrução Pública, a revista tinha como diretor Joaquim Moreira da Rocha, que ocupava então o cargo de diretor da Instrução Pública, e como redator chefe, Antônio Filgueiras Lima.

Do ponto de vista organizacional, *Educação Nova* possuía uma estrutura bastante semelhante à de outras revistas pedagógicas publicadas pelo país, o que insinua que os idealizadores do periódico cearense eram também assíduos leitores de outros impressos. Em notícia publicada em 17 de julho de 1925 pelo jornal *O Nordeste* é anunciado, o lançamento da *Revista de Ensino de Minas Gerais*, iniciativa da Diretoria da Instrução Pública daquele Estado. Segundo o jornal *O Nordeste*, São Paulo e Rio de Janeiro já possuíam diversas publicações de cunho pedagógico, seja de iniciativa particular ou pública, tendo a prática se estendido a Minas Gerais. A revista de ensino mineira era, segundo o autor da notícia, uma publicação de mais de 30 páginas contendo o que “há de mais interessante em matéria de pedagogia, educação, questões de ensino em geral”.<sup>145</sup>

A nota sobre o periódico mineiro vinha carregada de lamentações do autor anônimo a respeito da criação de um periódico semelhante no Ceará, que pudesse, além de fomentar o debate entre os educadores locais, reascender-lhes o ânimo, provavelmente fazendo menção à agitação do início da década de 1920, período em que os cearenses contaram com a presença de Lourenço Filho:

Muito se faz mister, em nosso meio, uma revista dessa ordem, para renovar, ao problema da educação da infância, o alento que, infelizmente, já lhe vae faltando.

E essa iniciativa, só o governo a poderia tomar (...).<sup>146</sup>

<sup>145</sup> É importante salientar que os Estados aqui citados como portadores de importantes revistas pedagógicas estavam entre os primeiros também na inserção dos princípios da pedagogia moderna. Em entrevista concedida em janeiro de 1932 ao jornal *Correio do Ceará*, Joaquim Moreira de Sousa, afirma que na região sul do Brasil, a escola nova achava-se bastante difundida, especialmente por meio de intelectuais como Fernando de Azevedo, Frota Pessoa e Lourenço Filho. Moreira de Sousa ressaltava ainda que Minas Gerais era incontestavelmente o líder da Escola Nova no Brasil.

<sup>146</sup> *O Nordeste*, 17/07/1925, p.?

O autor da notícia deixa claro a responsabilidade que o governo teria em relação a criação de um periódico direcionado a área da educação, já que a revista mineira era resultado do estatuto de criação da própria Diretoria da Instrução Pública, o que não aparecia na lei nº 1.953, de 2 de agosto de 1922 que dispunha sobre a criação da Diretoria da Instrução Pública no Ceará. É digno de nota, no entanto, que outros impressos escolares como a Revista Escolar do Instituto de Humanidades do professor Joaquim Nogueira já circulavam no Ceará desde a primeira década do século XX<sup>147</sup>, porém de iniciativa particular.

Ainda no que se refere à nota publicada sobre a criação da revista mineira e da necessidade de criação de um periódico para o Ceará, podemos ressaltar o notório interesse que o jornalista atribuiu aos professores locais quanto a sua publicação. O autor chega a afirmar a urgência do material pedagógico “ainda que parte do custeio da publicação viesse a pesar sobre os próprios professores, por certo interessados em aprimorar a sua formação para a árdua tarefa a seu cargo”. A ideia era alimentar o conhecimento do magistério cearense para que a pedagogia moderna não enfraquecesse entre eles. Alguns anos depois, quando da publicação do primeiro volume da *Educação Nova*, Filgueiras Lima reafirma a carência das professoras cearenses de um veículo para orientá-las em suas pesquisas e aplicações didáticas e pedagógicas.

A preocupação em “reascender” o ânimo do professorado é justificada pelo que Filgueiras Lima chamou de estado de “estagnação e apatia” decorrentes do período de reconstrução política brasileira, pós-revolução de 1930<sup>148</sup>. Para Filgueiras Lima,

---

<sup>147</sup> Em sua tese intitulada *Joaquim Nogueira: práticas de leitura no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do século XX*, Ana Glória Lopes da Silva chama atenção para os diversos jornais escolares em circulação no Ceará. Segundo a autora, os jornais escolares eram mais comuns no início do século e geralmente estavam ligados a grêmios de escolas particulares que divulgavam para além dos muros escolares os feitos de seus alunos e notícias relativas a cultura escolar e didatizada. Outra forma de divulgação dos temas escolares era o espaço em jornais de maior circulação para a criação de colunas educativas, com a publicação de conteúdos didatizados a fim de motivar a alfabetização da população.

<sup>148</sup> Refiro-me aqui ao período de interventorias pós-1930 que objetivava uma centralização política para conter quaisquer movimentos revolucionários pelo país. Os interventores eram nomeados pelo governo federal e possuíam autoridade para reorganizar a máquina político-administrativa dos Estados. Quando a revista *Educação Nova* foi criada o interventor do Ceará era o capitão Roberto Carneiro de Mendonça a quem, inclusive, há uma homenagem no primeiro volume do periódico. Além disso, há também uma espécie de síntese ao final do volume, ressaltando todos os feitos do “chefe revolucionário do governo cearense” na área da educação, com destaque para a nomeação de inspetores regionais da educação. Selecionados por meio de concurso público realizado para intensificar a fiscalização da instrução “fora de favores pessoais e políticos”, a seleção dos inspetores rendeu, inclusive, uma matéria a parte na revista, em que era ressaltada a iniciativa do governo cearense em promover a educação, mesmo diante

estava se formando no meio cearense uma forte cultura pedagógica quando o país foi abalado pela onda revolucionária, fato que fazia até aquele momento se debater na mais profunda inércia a educação cearense. Daí se fazer editar com urgência a *Revista Educação Nova*, pela qual há tanto tempo esperava o professorado cearense, pela gravidade das condições em que se encontrava o cenário educacional no Estado e para levantar da “penumbra em que modorram” as professoras cearenses.

Percebe-se assim a importância central dos idealizadores da revista *Educação Nova* para que o projeto em questão desde a Reforma de 1922 fosse colocado em prática. Desse modo, a fim de uma maior compreensão sobre o espírito da *Educação Nova*, cabe aqui analisarmos algumas informações pertinentes acerca desses dois intelectuais, pensando de que modo suas influências agiram como fator importante na construção de uma identidade para a revista *Educação Nova*.

Joaquim Moreira de Sousa foi diretor da Instrução Pública entre 1933 e 1936, intelectual renomado no meio educacional cearense, envolveu-se em algumas contendas com figuras de destaque como João Hypolyto de Azevedo e Edith Braga.<sup>149</sup> Considerado por autores como Joaquim Alves o continuador da Reforma de 1922, Moreira de Sousa se tornou o historiador oficial do movimento reformista de Lourenço Filho no Ceará, e um dos grandes responsáveis por legitimar e engrandecer a figura do educador paulista. Joaquim Moreira de Sousa foi também defensor entusiasmado do ensino rural no Ceará como caminho mais palpável para modernizar e adequar a escola primária à realidade do estado (ARAÚJO, 2007).

Quanto a Filgueiras Lima que ocupava o posto de editor chefe do periódico estudado, é notável a sua experiência no campo educacional. O intelectual cursou parte de seus estudos no Colégio Cearense dos Irmãos Maristas, onde participou da publicação de um jornal intitulado *Os Novos*, período em que também escreveu para a revista *Verdes Mares* também ligada aos Irmãos Maristas. Filgueiras Lima ingressou

---

da seca que o Estado enfrentava em 1932. Ver: SOUSA, Simone de. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. In: **Uma nova história do Ceará**. Edições Demócrito Rocha: Fortaleza, 2007.

<sup>149</sup> (CAVALCANTE, 2000, p. 79) nos fala principalmente da “concorrência declarada” existente entre Joaquim Moreira de Sousa e João Hypolyto de Azevedo, diretor da Escola Normal, fato expresso principalmente pelo quase desaparecimento da figura de Hypolyto de Azevedo do processo de reforma educacional iniciado em 1922. Moreira de Sousa descreve o período anterior a chegada de Lourenço Filho como se não houvesse nenhum grande feito ou iniciativa para uma melhoria do ensino no Ceará, desconsiderando o trabalho de Hipolyto de Azevedo a frente da Escola Normal. Maria Juraci destaca ainda a ferrenha disputa entre Moreira Sousa e a professora Edith Braga pela cadeira de Psicologia na Escola Normal em 1933. O concurso teria se tornado um verdadeiro espetáculo para os que acompanhavam o processo, tendo vencido o processo seletivo, Edith Braga da Costa no que o jornal O Nordeste chamou “O maior concurso do Ceará”. Ver: **O Nordeste**, 1933.p. 1.

ainda na Faculdade de Direito do Ceará, onde tornou-se bacharel em 1933, apesar de nunca ter exercido a função, já que durante toda a sua vida esteve envolvido em atividades ligadas à educação. Foi inspetor regional do ensino, diretor da Instrução Pública, Inspetor do Ensino Normal, professor e diretor do Instituto de Educação do Ceará, vice-presidente do Centro Brasileiro de Ensino Normal e Secretário de Educação e Saúde do Ceará. Além dessa vasta experiência, Filgueiras Lima também fundou em parceria com Paulo Sarasate o Colégio Lourenço Filho, em 1938. Filgueiras Lima teve uma vida inteira dedicada à educação, assumiu o cargo de inspetor de ensino aos 18 anos e permaneceu atuando nesse campo até os 65 anos de idade, quando faleceu.

Tanto Moreira de Sousa quanto Filgueiras Lima possuíam, além dos cargos de diretoria, espaço para escrever artigos na revista em questão. Em cada um dos sete volumes analisados, o editor chefe escreveu uma média de três artigos por revista, enquanto seu diretor contribuiu com pelo menos um. Havia, portanto, uma quantidade razoável de textos dos dois intelectuais compondo o periódico cearense. Os artigos de Moreira de Sousa e Filgueiras Lima geralmente estavam mais associados à temática da estrutura educacional do Ceará e da adaptação das modernas técnicas pedagógicas à realidade cearense, como veremos mais adiante em momento oportuno.

*Educação Nova* era constituída basicamente por pequenos artigos de intelectuais brasileiros e estrangeiros, bem como por transcrição de discursos de personalidades importantes da educação ou sínteses de ações da política educacional cearense. A revista apresentava forte influência das discussões realizadas por intelectuais que atuavam no eixo Rio-São Paulo, contudo, também é notória a busca de seus colaboradores em ressaltar que, embora fosse de grande valia os estudos de teóricos não oriundos da região Nordeste ou do Ceará, fazia-se necessário a adaptação dessas ideias.

Se comparada a outras revistas como, por exemplo, o periódico *Escola Nova* produzido pela Diretoria da Instrução Pública de São Paulo, há uma considerável redução no número de páginas. Enquanto *Educação Nova* possuía uma média de 100 páginas, circulando bimestralmente, *Escola Nova*, que também era publicada no interstício de dois meses, contava com cerca de 250, podendo chegar em alguns volumes a marca de 400 páginas.

O modelo seguido pela revista cearense também era um pouco distinto, pois assemelhava-se mais à *Revista Escolar*, periódico publicado pela Diretoria da Instrução

Pública de São Paulo entre 1925 e 1927, período anterior ao da revista *Educação Nova*. Refiro-me aqui à disposição dos artigos e a seleção de diferentes conteúdos por revista, isto é, em um mesmo volume havia vários temas sendo abordados. Já na revista *Escola Nova*, ocorria a publicação de volumes temáticos, a cada exemplar produzido bimestralmente um tema específico como saúde e higiene nas escolas ou o cinema educativo, por exemplo, eram escolhidos.

Já comparando com outras revistas, como a *Revista do Ensino do Amazonas* e a *Revista da Sociedade Amazonense*, *Educação Nova* tinha uma larga superioridade no número de páginas, já que os periódicos amazonenses contam com algo em torno de 30 a 40 páginas. Conseqüentemente, a revista cearense apresenta também uma maior variedade de autores e de temas discutidos do que a revista do Amazonas, que traz um número bem mais restrito de artigos e de temáticas, bem como de escritores e professores colaboradores.

Nesse momento do trabalho, iremos buscar compreender quais as relações estabelecidas entre as ideias que circulavam em termos de Brasil naquele cenário e as movimentações que resultaram na criação do periódico cearense. Nossa ideia se justifica no entendimento de que não há particularmente uma história do Ceará, mas sim uma história do Brasil vista e pensada a partir do Ceará. Iremos ainda estabelecer uma discussão sobre a revista como periódico do Estado e meio de promoção do poder público, pensando em que medida o veículo informativo promovia as políticas estatais voltadas para a educação e como, concomitantemente, servia de espaço de reivindicação do professorado cearense.

O primeiro número de *Educação Nova*, publicado em julho de 1932 anunciava em sua nota de abertura intitulada “Renovar” a necessidade da criação de um veículo que pudesse servir de suporte para o aperfeiçoamento técnico do professorado cearense. O periódico surgia como suporte que motivaria a constante busca de aperfeiçoamento do professorado, já que eram veiculadas tanto notícias e decretos da instrução pública cearense, quanto artigos de teóricos consagrados da educação, a fim de manter atualizado os leitores do periódico, daí por isso sua publicação a cada dois meses.

Isso porque, na opinião de Filgueiras Lima, ainda com todo o esforço dos professores e, por melhor organizadas que estivessem as escolas normais, a não

formação contínua dos mestres estancaria todos os progressos conquistados na área educacional até então. Sendo assim, o maior foco da revista *Educação Nova* incidia sobre os professores. Para Filgueiras Lima, o periódico, em virtude dos incontáveis benefícios que traria para a sociedade cearense, contaria com o auxílio dos poderes públicos, que deveriam ser os principais interessados na melhoria das estatísticas educacionais cearenses.

A revista *Educação Nova* atuaria pelo menos em dois momentos distintos a fim de alcançar os objetivos de seus idealizadores: primeiro seria o que Filgueiras chamou de “propaganda e movimento”. Nessa fase seria realizado um levantamento das movimentações educacionais no Ceará por intermédio do acompanhamento da criação de escolas, da realização de eventos e da criação de projetos no meio escolar. Já no segundo intervalo, os esforços dos idealizadores da revista *Educação Nova* se direcionariam para a “instalação de sociedades colaboradoras da obra e aperfeiçoamento educacional”. Em outras palavras, era necessário em um primeiro momento movimentar o meio educacional cearense com as ideais inovadoras da pedagogia moderna, suscitando entre os educadores e interessados nos debates educacionais o desejo pelo conhecimento para posteriormente se criar entidades capazes de solidificar o processo de desenvolvimento da escola cearense.

Somente através da conscientização e da divulgação de uma nova maneira de se pensar a realidade da educação brasileira, o que inclui a mudança de uma mentalidade bastante calcada na pedagogia tradicional, poderia ser alcançado o segundo passo, isto é, criar aparelhos, associações, a exemplo dos círculos de pais e mestres citados em outros momentos desse trabalho, que pudessem, na prática, demonstrar os princípios da pedagogia moderna. Primeiro, deveria se preparar um ambiente propício, para somente depois colher os frutos do trabalho e do esforço. Esse era, na visão de Filgueiras Lima e seus companheiros de jornada, o melhor meio de, ainda que caminhando a passos lentos, não parar a marcha pela educação no Ceará.

O desejo de criar uma revista voltada para as questões do ensino, eram na verdade muito mais antigos do que a iniciativa em si. No editorial do primeiro volume de *Educação Nova*, é informado ao leitor que desde 1929 os membros da Sociedade de Estudos pedagógicos, organização criada em junho de 1930 por Joaquim Moreira de

Sousa, sob a presidência de Francisco de Menezes Pimentel<sup>150</sup>, já ansiavam pela criação de uma revista pedagógica, a fim de “propagar os preceitos da educação nova e estimular a cultura do professorado cearense”.<sup>151</sup>

É importante salientar que apesar de assegurar a liberdade de pensamento de seus colaboradores, *Educação Nova* era colocada antes de tudo como veículo que deveria proporcionar aos seus leitores o conhecimento necessário de “acordo com as necessidades e possibilidades regionais”<sup>152</sup>. Essa questão deveria ser enfatizada, uma vez que havia dentro dos debates diversos teóricos que ora convergiam para um mesmo modo de pensar e ora se afastavam em relação ao que era considerado “pedagogia moderna”. Um bom exemplo é a discussão na revista a respeito da coeducação, princípio defendido, inclusive no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, visto como questão importante a ser discutida em virtude das “controvérsias suscitadas”.<sup>153</sup>

#### **4.2.1 A questão da coeducação**

No terceiro volume da revista *Educação Nova*, Joaquim Alves escreve um artigo intitulado *Co-educação: da infância à adolescência*, no qual o intelectual discorre sobre a possibilidade de implementação da educação de meninos e meninas nos mesmos espaços escolares. Para tanto, Joaquim Alves enumera diversas justificativas baseadas tanto na vida prática das crianças, quanto em questões da psicologia escolar, explicando cada etapa do desenvolvimento psicológico dos meninos e das meninas antes e durante o período da idade escolar.

Para Joaquim Alves, a co-educação deveria ser encarada como uma necessidade natural do convívio social, pois os primeiros anos das crianças no Nordeste se desenrolavam dentro dos lares, em um convívio familiar. Nesse período, a criança receberia as primeiras impressões do mundo exterior formando um conjunto de conhecimentos necessários para que os pequenos pudessem enfrentar a vida em sociedade. Desse modo, a coeducação escolar seria uma continuidade da coeducação

---

<sup>150</sup> Professor da Faculdade de Direito do Ceará, na qual também atuou como diretor, Menezes Pimentel foi deputado estadual, tendo sido o primeiro governador do Ceará após a instalação do Governo provisório em 1930. Nasceu em 12 de setembro de 1887 em Santa Quitéria, interior do Ceará e faleceu em 19 de maio de 1973, no Rio de Janeiro.

<sup>151</sup> **Educação Nova**, v.1, p.2.

<sup>152</sup> *Ibidem*.p.4

<sup>153</sup> **Educação Nova**, v.3, p.49.

doméstica, conduzida não por discursos e conselhos, mas pelos bons hábitos de convivência adquiridos desde cedo. Assim, a coeducação poderia e deveria ser incentivada “visto não se constatar prejuízo para as crianças”.<sup>154</sup>

Para Joaquim Alves, a resistência por instituições mistas de ensino estava ligada a questões como a diferenciação física dos sexos, bem como a finalidade social dos meninos e meninas. Havia ainda as questões de âmbito religioso que prezavam pela separação das crianças de sexos opostos para o desenvolvimento de uma educação entendida como mais sadia. Joaquim Alves cita, inclusive, o papa Pio XI que na época havia declarado ser pernicioso à educação cristã o exercício da coeducação, posto que esta estava fundada na negação do pecado original e na promoção de uma sociedade baseada na promiscuidade de seus indivíduos, uma vez que propunha uma educação niveladora entre homens e mulheres. Diferindo desta opinião estava a psicopedagogia, que fazia da coeducação um postulado, pois para esta corrente a vida em comum contribuiria para a formação de seres melhor desenvolvidos no que tange a interação social.

Em resposta às questões contrárias à coeducação, Joaquim Alves salientava que a própria vida moderna não permitia mais a existência de instituições que se dedicassem somente a formação de meninos ou de meninas, mas que havia uma necessidade de se preparar homens e mulheres para conviverem juntamente desde a infância, posto que a convivência no mercado de trabalho seria uma extensão da coeducação:

A vida intensa dos dias presentes não deixa espaço as classes menos favorecidas, para refletirem sobre as vantagens ou desvantagens do trabalho em comum(...). As fábricas e as oficinas vivem cheias de operários de ambos os sexos. A legislação social tem se preocupado com a situação da mulher proletária. São, portanto, razões de ordem econômica e social que justificam a co-educação, da infância á adolescência, período em que as crianças filhas de operários e camponeses, procurem o aprendizado das letras e com estes o dos trabalhos manuais.<sup>155</sup>

Entretanto, havia a ressalva de que existisse em cada sala de aula, para classes de meninos e meninas entre 7 e 14 anos, um professor e uma professora. Ainda assim, valeria a pena a instituição da coeducação no meio cearense, desde que fosse observada os aspectos físicos do meio e as condições econômicas da sociedade. Joaquim Alves relatava ainda que a vida escolar no Nordeste tinha características próprias que a diferem do conjunto de outras regiões brasileiras. Seria, portanto, dever

---

<sup>154</sup> **Educação Nova**, v.3, p. 51.

<sup>155</sup> *Ibidem*. p.52.

do Estado, tendo como finalidade principal o progresso social do povo, proporcionar condições de desenvolvimento cultural para ambos os sexos, pois “a capacidade produtora, nas oficinas e escritórios, não distingue sexo”. E, mais ainda, o indivíduo somente teria um bom aproveitamento no campo profissional se tivesse desde pequeno recebido educação condizente com o mundo do trabalho e:

Sendo o trabalho em comum, torna-se necessário que o indivíduo de ambos os sexos, ao entrar para a vida adulta, em que há de encontrar asperezas e dificuldade, tenha recebido uma educação em que o respeito mútuo às condições especiais de cada um, seja a garantia no entrechoque de interesses contrários e o respeito á personalidade física nos atritos da luta pelo pão.<sup>156</sup>

Entendemos assim que a defesa da coeducação por Joaquim Alves estava pautada não somente em uma questão pedagógica, mas também em uma realidade social e econômica, de sua época no que se refere as demandas diárias pela sobrevivência. Desse modo, não haveria consequências negativas para o meio social ao se educar meninos e meninas dentro de uma mesma instituição de ensino, desde que fossem tomados os devidos cuidados na condução desse processo educativo.

Contudo, nesse mesmo volume da revista *Educação Nova*, ao pensar a questão da coeducação, Filgueiras Lima teve uma visão bastante diferente do princípio defendido por muitos intelectuais adeptos da pedagogia nova. O artigo de Filgueiras Lima intitulado *A co-educação e o meio nordestino* inicia explicando que as palavras que se seguirão são mais que uma resposta, são um esclarecimento às considerações feitas por Joaquim Alves nas páginas anteriores. Nas primeiras linhas de seu texto, o redator chefe da *Educação Nova* chama atenção para o fato de que, nessa mesma edição, Joaquim Alves, então Inspetor Regional do Ensino no Ceará, tivera um artigo publicado a respeito da co-educação. De modo bastante claro Filgueiras Lima argumentou que o único motivo pelo qual o artigo de Joaquim Alves foi submetido à análise e posteriormente à publicação no periódico, foi a grande admiração que o corpo editorial da revista possuía pelo inspetor do ensino, por seu brilhantismo e trajetória intelectual.

Filgueiras Lima afirma que o artigo de Joaquim Alves, muito bem redigido, traz uma série de argumentos favoráveis à implantação da co-educação e que reconhece a boa vontade em lista-los. Contudo, Filgueiras Lima considera que mesmo com toda a boa vontade de seu autor, Joaquim Alves teria pecado pela falta de observação das

---

<sup>156</sup> **Educação Nova**, v. 3, p.54.

necessidades do meio geográfico e econômico da região Nordeste. Filgueiras Lima chama atenção para o fato de que Joaquim Alves teria construído todos os seus argumentos baseados em autores estrangeiros e que, portanto, desconheciam a formação social, política, étnica e psicológica do Nordeste, de modo que o que propunham não se aplicava ao povo dessa região. Para Filgueiras Lima, “tudo aqui difere do meio europeu: clima, raça, crença, língua, tradições”.<sup>157</sup>

Filgueiras Lima então expõe em seu texto que a revista se posiciona contra as ideias traçadas por Joaquim Alves, estando o redator chefe convencido das notórias desvantagens da co-educação para as escolas do Ceará. Como argumento central para a impraticabilidade da co-educação no Ceará estão mais uma vez as diferenças e peculiaridades desse estado em relação a outras regiões do Brasil, já que o Nordeste teria características muito próprias resultantes de suas condições climáticas: “até parece que o sol que inunda esta região imensa e árida molda a alma do nosso povo com uma sensibilidade particular”.<sup>158</sup>

Para Filgueiras Lima, a co-educação entre os 7 e 14 anos de idade citada por Joaquim Alves não se aplicaria as crianças do Nordeste nessa mesma faixa etária, pois aos 12 anos o menino cearense já é quase homem e a menina praticamente uma mulher. Desse modo, dispor em um mesmo espaço diariamente meninos e meninas era extremamente perigoso, uma vez que nessa fase da vida aflorava para ambos as “preocupações do sexo”, pondo em risco a formação moral das crianças e adolescentes. Por outro lado, mesmo que se propusessem a coeducação em momento anterior da infância, entre os 7 e 9 anos de idade, ainda assim não seria possível empregá-la, pois também nessa fase as crianças do Nordeste possuíam o seu diferencial. Nessa fase da infância, os meninos gostariam de viver livres “lutando contra a natureza para vencê-la” e as meninas, em uma atitude de imitação da mãe, apreciariam mais o recolhimento ao lar e o aprendizado dos afazeres domésticos.

O redator do periódico lança ainda uma pergunta que ele mesmo responde: “será possível educar-se pelos mesmos processos e em conjunto, elementos humanos tão díspares? Certamente que não”<sup>159</sup>. Filgueiras Lima justifica sua resposta com base na própria fala de Joaquim Alves, ao lembrar que este autor afirmava ser os seis primeiros anos da vida da criança de extrema necessidade para se adquirir condições

---

<sup>157</sup> *Educação Nova*, v.3, p.65.

<sup>158</sup> *Ibidem*.

<sup>159</sup> *Ibidem*.

para enfrentar o mundo externo. Nesse sentido, Filgueiras Lima faz um segundo questionamento: se a criança vive até os seis anos de idade praticamente convivendo com sua família no espaço doméstico, e esta vida é tão distinta entre meninos e meninas no Nordeste, como garantir que coloca-los na escola conjuntamente não causará perigos a sua formação moral e até corporal e fisiológica?”<sup>160</sup>

A partir desses contra-argumentos apresentados por Filgueiras Lima, o intelectual reforça a sua opinião de que a co-educação não se aplica à realidade cearense e nordestina, afirmando que esse era também o posicionamento da Revista. Filgueiras se antecipa ainda em dizer que seu posicionamento pode parecer retrógrado, já que tanto ele como os colabores da *Educação Nova* defendiam o emprego da pedagogia moderna. Contudo, o intelectual afirma que sua posição e a de seus colegas fundamentava-se em observações pessoais da *terra e do homem do Nordeste*, de modo que as teorias estrangeiras deveriam servir apenas como orientação, não devendo ser empregadas ao pé da letra, desrespeitando as necessidades do meio.

Ao mesmo tempo em que os intelectuais representantes do movimento escola novista se autoproclamavam os anunciadores e difusores das mais modernas teorias e métodos educacionais, não conseguiam esconder também o conservadorismo que se apresentava na defesa de práticas de ensino que desenhava muito bem os papéis sociais que cada sujeito deveria ocupar. Às crianças nordestinas cabia o esforço e o trabalho duro para aprender o ofício que lhes acompanhariam desde a infância e se estenderia até idade avançada, ofício este muitas vezes colocado como única opção diante de um quadro social entendido e reforçado como previsível e imutável. Por sua vez, dentro deste grupo maior, as crianças nordestinas, havia um futuro ainda mais limitado para as mulheres. As meninas estariam condenadas a imitação do papel de suas mães, donas de casas e cuidadoras de seus pais e irmãos e posteriormente, maridos e filhos.

O desprezo pela coeducação dos sexos muito bem representado por Filgueiras Limas também expressava a desafinação entre discurso e prática entre os defensores da escola nova. Se o Manifesto de 1932 propagandeava uma educação laica, a rejeição à implementação de escolas públicas mistas como regra e não como exceção, apontavam para a forte ligação e influência que a religiosidade exercia sobre o espaço escolar que deveria ser comandado por homens e mulheres de moral inatacável, sendo a

---

<sup>160</sup> *Revista Educação Nova*, v.3, p.66.

coeducação uma ameaça à esse ideal. A exposição de meninos e meninas no mesmo espaço para aprender as mesmas coisas seria para a Igreja a negação do pecado original, da submissão das mulheres aos homens e a quebra natural de uma união entre homens e mulheres que só deveria acontecer após o matrimônio, sendo reservada para a convivência social somente momentos fortuitos e moderados.<sup>161</sup>

Por outro lado, havia aqueles que compreendendo a necessidade de socialização entre meninos e meninas defendiam a expansão das escolas mistas, sendo no entanto para o melhor desempenho da “função social da mulher”, pois o trato com os colegas de escola a prepararia para o trato com o homem com quem com quem constituiria uma família. De um jeito ou de outro, a escola nova e a sociedade em geral ainda colocavam como ponto de partida da discussão sobre a coeducação e a educação para meninas e meninos separadamente, o método onde melhor a moça aprenderia a ser uma boa esposa e mãe e, conseqüentemente, a servir os homens, especialmente no Nordeste, território marcado pela figura do macho.

Havia assim o reforço de um discurso marcado por questões de gênero que simultaneamente, empregado desde o primeiro número da revista, buscava forjar uma identidade para o Ceará e para o Nordeste, como espaço da diversidade. Por sua vez, esse pensamento perpassava a finalidade educacional e os métodos utilizados para alcançar tal objetivo, isto é, o reconhecimento e a valorização das diferenças dessa região. No primeiro volume da revista *Educação Nova* em artigo intitulado *A Escola Renovada*, Edith Braga, então professora da Escola Normal Pedro II, expunha os seguintes objetivos para a criação do veículo pedagógico:

A escola renovada vem para nós cheia de promessas. Ministrando aos filhos de nossas plagas uma educação utilitária e prática, ensinando-lhes a prover as suas necessidades e a lutar eficazmente contra a hostilidade do meio em que vivem, ela preparará certamente, a futura geração nordestina para enfrentar com vantagem as crises climáticas que, de quando em vez, nos assoberbam.<sup>162</sup>

Nesse sentido, a revista deveria também por intermédio de seus artigos “sugerir ao poder público as medidas que se lhe afigurem uteis ao desenvolvimento cultural do Ceará.” Os objetivos listados aqui eram parte de um grande objetivo geral: criar escolas adaptadas à realidade cearense. Nas palavras de Filgueiras Lima:

---

<sup>161</sup> **A Razão**, 04 de janeiro de 1938, p.4.

<sup>162</sup> **Revista Educação Nova**, Ano I, n.1, 1923, p.11.

No Ceará, evidentemente, temos tido escolas para literatos, em vez de escolas para trabalhadores. Numa terra pobre como a nossa, a escola só tem servido para aumentar o número de desempregados que se avolumam, á porta das repartições públicas.

Precisamos modificar muito isso: temos necessidade de bradar contra esse sistema- e “EDUCAÇÃO NOVA” vai ser o torreão, donde partirá esse brado, esse urgente: RENOVAR!<sup>163</sup>

Há, portanto, a continuidade de um discurso que ressaltava a singularidade do Nordeste e, em especial, do Ceará. Essa continuidade pode ser percebida quando observamos as pertinências entre o *João Pergunta*, de Newton Craveiro, e a revista *Educação Nova* em relação às preocupações com a geografia local, com os costumes e com as particularidades na condução da escola cearense.

*João Pergunta* seria a primeira tentativa de se fazer sistematicamente essa educação através de uma cronologia de temas da história local e lições diretamente pensadas para as crianças nordestinas. A importância da obra de Newton Craveiro para os intelectuais que buscavam a construção desse pensamento educacional era tão perceptível que, logo no primeiro volume da *Educação Nova*, Filgueiras Lima escreve um artigo já citado anteriormente nesse trabalho, intitulado *João Pergunta e o Ceará*<sup>164</sup>. Na revista *Educação Nova*, contudo, há um aprofundamento dessa discussão, já que o objetivo era proporcionar uma expansão do debate entre professores com textos de teóricos estrangeiros e nacionais, muito mais de cunho acadêmico do que as instruções presentes em *João Pergunta*.

#### ***4.2.2 Educação Nova: instrumento de apoio à pedagogia moderna***

Analisando outras revistas pedagógicas, percebemos que há um objetivo em comum entre elas: fomentar o conhecimento e aprofundar a cultura dos professores, conforme já dito anteriormente. Era recorrente a preocupação dos colaboradores desses periódicos em ressaltar o papel do professor na transformação da educação, o que deixa bastante claro a quem se direciona a leitura desses materiais: o magistério. A *Revista de Ensino* da Diretoria da Instrução Pública de Alagoas, por exemplo, publicou em 1927 um artigo sobre a chamada Educação Popular, na qual seu autor, a fim de legitimar o discurso de reformulação da organização do ensino naquele estado, citava as palavras de

<sup>163</sup> **Revista Educação Nova**, Ano I, n.1, 1932, p. 6.

<sup>164</sup> Sobre este artigo, ver item 2.1 do Capítulo 2.

Fernando de Azevedo sobre o grau de relevância da participação do professorado nesse processo:

Mas, não nos iludamos. Todo sistema de educação, em qualquer de seus aspectos, depende, mais do que de sua organização e de suas instalações, dos professores capazes de aplicá-lo. O problema de educação é, adjectivamente, um problema de organização e substantivamente, um problema de formação no professorado, em cada uma das funções especializadas ou não, que lhe estejam reservadas, na variedade solidária das instituições escolares.<sup>165</sup>

Apesar de se tratar também de um veículo do Estado, a revista cearense *Educação Nova*, assim como outras revistas pedagógicas, nos permite pensar e questionar de modo menos centralizado as diretrizes educacionais oficiais, as reais necessidades e expectativas do magistério. Isto porque, apesar da presença constante de teóricos nacional ou internacionalmente conhecidos, os editores e colaboradores são intelectuais e professores cearenses que colocavam em discussão as particularidades do território e da cultura local, bem como as estratégias necessárias para se alcançar o sucesso educacional.

Pode-se dizer também que os periódicos escolares se tornavam também um espaço comum em que, por um lado, os professores encontravam, por meio da escrita e da leitura de artigos, de entrevistas e de matérias, um modo de compartilhar suas experiências em sala de aula. Por outro lado, era espaço formativo, uma vez que nem sempre era possível o oferecimento de uma formação continuada por parte da Diretoria da Instrução Pública. Como já foi dito anteriormente, a reconstrução política do período pós-revolucionário colocou em xeque os investimentos realizados em áreas específicas como saúde e educação dando lugar a uma maior preocupação com a manutenção da ordem.

No que concerne à *Educação Nova* é possível fazer um levantamento, ainda que breve, acerca da composição da revista, de seus principais colaboradores e das temáticas discutidas. Durante o curto período em que esteve em circulação, pode-se afirmar que os temas discutidos no periódico estavam relacionados principalmente à esclarecimentos e proposições sobre a Escola Nova e a pedagogia moderna; a participação da família na educação; a educação sanitária e higiênica; bases científicas da escola primária; e as condições especiais do Ceará e do Nordeste dentro desse processo educacional. Podemos acrescentar ainda uma sessão especial, na qual era

---

<sup>165</sup> Educação Popular. In: **Revista de Ensino**, Alagoas, nov./dez., 1927, p.8.

apresentado aos leitores uma série de planos de aula elaborados por professoras cearenses.

No segundo volume, o editorial de Educação Nova vem sob o título de *Como renovar*, em que o autor não identificado salienta que o primeiro número da revista teria apontado um “rumo certo e largo a seguir-se no movimento reformador do ensino público no Ceará”<sup>166</sup>. O rumo citado era para os idealizadores do periódico, o abandono das teorias prontas e deslocadas da realidade para a busca de teorias fortes e empolgantes das novas gerações:

Por felicidade nossa, só temos a vencer uma falange de fracos de espírito, inadaptáveis ao ambiente sussurrante e alegre da corrente vigorosa dos que estudam e se renovam, espiritualmente, na boas leituras, nas boas lições, nos exemplos e nos conselhos da experiência científica, bem feita e completa.<sup>167</sup>

Essa nova geração, renovada espiritual e intelectualmente é que iria dirigir o movimento reformador no Ceará, uma reforma que longe de ser monumental e rápida, levaria tempo e paciência de seus defensores. É interessante lembrarmos que a melhora nos aparelhos educacionais cearenses também estava ligada à manutenção de um status intelectual defendido pelos membros participantes da *Educação Nova*, que colocavam o Ceará em posição privilegiada. Assim, como poderia um Estado com tantos nomes famosos nacionalmente no meio intelectual ficar à margem no desenvolvimento educacional e na implementação das novas técnicas pedagógicas? Portanto, além de ser uma meta que visava melhorias para o povo e para o Estado, como apresentada pela Revista, tratava-se também de uma “pontinha de vaidade” de seus idealizadores:

Em todos os tempos, no domínio da intelectualidade, o Ceará brilhou sempre, não permitindo nunca que outros, mais audazes, lhe tomassem os passos na marcha, em que iam vitoriosamente, na vanguarda, os mais dotados e felizes.<sup>168</sup>

Apesar do empenho de seus idealizadores em repetir incansavelmente palavras de ordem, como “pra frente, sempre!”, era notório ainda nos primeiros momentos da Revista a preocupação de seus colaboradores com os rumos do periódico. Isso porque a *Educação Nova* começou a circular no Ceará em 1932, ano em que uma grande seca assolava o sertão cearense. Uma vez que a Revista dependia diretamente da Diretoria da Instrução Pública, ainda que houvesse notório esforço particular de seus

---

<sup>166</sup> *Educação Nova*, v.2, p.1.

<sup>167</sup> *Educação Nova*, v.2, p.2.

<sup>168</sup> *Ibidem*

idealizadores, a seca tornava apreensiva a permanência da revista. É perceptível que *Educação Nova* já nasceu lutando para permanecer viva, restando aos seus membros lembrar ao Estado que, mais do nunca, em meio ao problema real da seca, a escola tinha antes de tudo um papel social no Ceará. Criada para estimular o desenvolvimento de uma escola que estivesse adaptada à seca, *Educação Nova* via-se ameaçada por umas das grandes questões responsáveis por sua existência:

Nesse instante difícil de nossa vida financeira, não queremos senão a promessa formal do alívio desta situação premente, em que se encontra o professorado cearense, logo que a bonança chegue aos lares atormentados dessa gente heroica, a quem o Ceará deve o melhor de sua civilização e progresso (p.3-4). Começar por aí, para renovar, de verdade (...) Não se descuidem os responsáveis pela educação dos nossos futuros professores. Hoje, mais do que nunca a sua responsabilidade subiu de ponto, não sendo mais lícito que preparemos professores para uma escola literária e livresca, sem finalidade prática, alheia às necessidades reais do nosso meio.<sup>169</sup>

Percebe-se que há uma valorização do papel da escola como instituição social por parte da Revista, não apenas no que se refere à situação do Ceará e seus problemas climáticos, mas como espaço de construção do conhecimento. É interessante que, apesar de não se perder de vista a preparação para o trabalho, a escola era apresentada também como caminho para se alcançar o domínio intelectual. Tratava-se de atribuir à escola também a responsabilidade em perpetuar o lugar ocupado pelo Ceará como espaço produtor de intelectuais. Pois “os povos que querem vencer e deixar um traço da sua cultura, nas letras e nas artes, nas ciências e nas indústrias, têm de fazer da escola o laboratório em que preparam e experimentam a inteligência infantil.”<sup>170</sup>

#### **4.2.3 O papel social da escola na Educação Nova**

É importante ressaltar ainda, que essa ampliação do poder de influência da escola não era entendida como necessária para todos. No artigo intitulado *O caráter social da educação nova*, Juarez Brasil afirma ser necessário criar uma elite “sabiamente cuidada para formar o bem estar comum, a felicidade e a cultura nacionais”<sup>171</sup>. Tratava-se de um desenvolvimento conduzido por uma pequena parcela da população, já que a escola como espaço civilizador e de desenvolvimento da cultura nacional era destinado a poucos, restando à grande maioria ler, escrever e calcular:

<sup>169</sup> *Ibidem*. p.4-5.

<sup>170</sup> *Ibidem*. p.54.

<sup>171</sup> **Educação Nova**, v.1, p.73.

É ideal que se forme uma esfera homogênea de influencia social em torno da nacional para o encaminhamento mais rápido e feliz dos nossos destinos (...) Da reunião de mentalidades dotadas de requisitos hauridos dos princípios recomendados pela escola nova, retira a nação primorosos elementos para se colocar em situação sobranceira e impor-se em lugar de destaque na hegemonia dos povos no que concerne não só ao progresso educacional, mas também ao moral, econômico e político. <sup>172</sup>

A partir do reconhecimento da realidade do Ceará era que se poderia buscar esse progresso, e, segundo a revista *Educação Nova*, era de grande relevância o esforço do próprio povo cearense. A concepção de que havia no Ceará uma vida sofrida e castigada era posta no periódico como uma condição que, ao mesmo tempo em que maltratava, também gerava resistência e força. Essas duas dimensões fariam crescer os valores necessários para se alcançar o progresso, pois: “as virtudes varonis da raça devem ser cultivadas com carinho, dando-se saúde ao homem e, sobretudo, conciencia sanitária, para saber viver forte, robusto, alegre e intemorato.” <sup>173</sup>

Enquanto instituição de amplo impacto social, à escola cabia a formação de indivíduos sadios, como já citado em momentos anteriores desse trabalho, e no caso do Ceará, essa questão se fazia ainda mais indispensável, porque era o braço humano que levantaria as condições necessárias para “endireitar” a natureza<sup>174</sup>. Entenda-se aqui que “endireitar” não estava no sentido de resistir às forças naturais e, portanto, transformá-las como se houvesse um entendimento nato da supremacia humana sobre o meio natural, mas como uma forma de criar condições para que, diante da força da natureza, fosse possível criar alternativas humanas para se conviver com a hostilidade do meio. Como exemplo dessa questão temos as inúmeras referências à construção de açudes em livros, revistas e jornais do período estudado.

Portanto, a causa era nobre, criar indivíduos fortes, capazes de, além de serem bons cidadãos para a pátria, consertar os defeitos naturais do Ceará. Não sem razão, o editorial do quarto volume da *Educação Nova* aparecia com frases como: “no sistema geral da educação nacional, esta unidade da Federação precisa de uma escola nova brasileira para o Ceará”. Essa escola nova, a quem tanto os educadores brasileiros depositavam a sua fé, deveria, mais do que nunca na visão dos cearenses, ser uma escola, de fato, brasileira. Isto é, capaz de compreender e sanar os problemas brasileiros. A partir da compreensão da realidade brasileira como ampla e diversa, se admitia

---

<sup>172</sup> *Ibidem.* p.73-74.

<sup>173</sup> **Educação Nova**, vol. 4, p.3.

<sup>174</sup> *Ibidem.* p.1.

também a singularidade do Ceará e do papel da escola nesse processo de transformação da natureza.

#### **4.2.4 Progresso educacional: papel do professor ou do Estado?**

Vale ressaltar que, diferentemente do que aparecia nos discursos da década de 1920, não se atribuía mais com tanto peso essa mudança na forma de se pensar e praticar a educação como responsabilidade quase que extremamente do professor, mas atribuía-se em grande medida essa responsabilidade ao Estado. Afinal, o Brasil encontrava-se em um momento em que a bandeira da educação pública era levantada, colocando o direito à educação como uma responsabilidade prioritária do Estado:

(...) reclamamos dos responsáveis na distribuição dos tributos do povo o maior quinhão para o desenvolvimento de nosso aparelho educacional(...) As nossas escolas normais devem ser por si eloquentes lições de sabedoria, de higiene, de conforto e de nacionalismo, onde tudo respire um ideal de aformoseamento do corpo, do espírito e do coração.

Para esses mestres, afirmamos que guardem e desenvolvam na mente o sentido da nobreza de sua alta missão, reclamamos um estipêndio que corresponda a grandeza de seu trabalho, cheio de renúncias, de amor e de civismo; um salário que dignifique o labor exercitado todo para bem da humanidade.

Nessa ordem de realizações, pomos depois a construção de prédios escolares, amplos, claros, arejados(...).

Ao Conselho de Educação do Estado, composto de elementos cultos do nosso meio pedagógico, cabe a tarefa desse delineamento inicial.<sup>175</sup>

Mais do que a boa vontade dos mestres era necessário que o Estado assumisse a responsabilidade pelo progresso que reclamava. Em diversos momentos, é possível encontrar nos artigos publicados em *Educação Nova* essa preocupação em relação ao cumprimento das obrigações do poder público, sobretudo em relação aos professores, principais leitores da Revista. Reconhecia-se assim, que, além de mestres bem formados e afinados com os princípios da pedagogia moderna como se escutava falar desde os primórdios do século XX, era preciso também que lhes fossem dadas as devidas condições para isso.<sup>176</sup> As revistas que se dedicavam à causa educacional como a *Educação Nova* apareciam como um espaço de reivindicações da categoria do magistério.

<sup>175</sup> *Educação Nova*, v. 4, p.4-5.

<sup>176</sup> O próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova também em 1932 ressaltava o papel do Estado como promotor do direito a educação: “Mas, do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais.”

Em artigo publicado no sexto volume da revista *Educação Nova*, intitulado *As condições econômicas do professorado cearense*, Filgueiras Lima discute a situação urgente dos salários do professorado no Ceará. Para o educador, a baixa remuneração do magistério colocava-se como grande entrave a proposta renovadora defendida pelo periódico e pelos apreciadores do movimento educacional. De acordo com Filgueiras Lima, a remuneração dos professores do Norte do Brasil de um modo geral era avara e no Ceará, mais especificamente, a situação era deprimente.

O objetivo era chamar a atenção para o seguinte fato: por mais desejosos que fosse o magistério cearense por melhorias na educação, de nada adiantaria se não houvesse condições materiais para promover tal desenvolvimento. Havia uma série de recursos necessários para a montagem de um bom aparelhamento escolar, adaptado, inclusive, às reais demandas cearenses, que sem o capital empregado pelo poder público jamais seriam alcançados. Nas palavras do próprio Filgueiras Lima:

Idealismo só, sem base material capaz de assegurar-lhe continuidade e vida, é palavra ôca e de sentido perdido.

Uma professora mal remunerada é sempre uma má professora. Não há ensinamento e orientação moderna que dêem jeito.<sup>177</sup>

A prosperidade da educação cearense dependia também em grande medida da formação continuada do magistério, para a qual seria necessária a aquisição de materiais específicos como livros e revistas especializadas em assuntos pedagógicos, ou a participação em cursos diversos. Contudo, como exigir tais recursos com tão baixo salário? Para Filgueiras Lima, a precariedade do sistema educacional cearense era a derrubada de qualquer espírito de entusiasmo:

O que recebe uma professora basta-lhe para conservar a vida. Apenas o suficiente para a satisfação modesta e tacaña de necessidades materiais. Para ir morrendo mais devagar. Nada mais. Daí se criar esse espírito de pessimismo e desalento, existente no magistério que obscuramente labuta e sua pelos sertões secos do Ceará, em escolas paupérrimas, carecidas de material didático. Por maior que seja sua bôa vontade, termina fracassada, desesperançada de qualquer esforço, afundando-se, atropelando-se desesperadamente na mazorrice da rotina.<sup>178</sup>

O trecho destacado acima enfatiza uma questão importante a ser colocada: por mais que se trate de um veículo da Diretoria Geral da Instrução Pública Cearense e, portanto, um veículo oficial, seus colaboradores o utilizavam, como já dito

---

<sup>177</sup> *Educação Nova*, v. 6, p.15.

<sup>178</sup> *Educação Nova*, v. 6, p.7.

anteriormente, como um espaço de reivindicações. É preciso salientar, porém, que a fala de Filgueiras Lima coloca por terra toda uma série de escritos presentes em outros artigos, em que se elogiam as modernas estruturas da educação cearense e os esforços das resignadas professoras. O texto de Filgueiras Lima soa mais como um desabafo mediante os esforços dos idealizadores da *Educação Nova* frente o descaso do poder público em relação ao sistema educacional.

A situação ainda era mais grave em decorrência da seca, pois se as condições de trabalho das professoras eram escassas na capital, no interior do estado eram ainda mais precárias. Vale lembrar que desde o primeiro volume da revista, Filgueiras Lima mencionava, ainda que sob aparente otimismo, as condições financeiras do Estado e os esforços para a publicação do referido periódico. Não por acaso o sexto volume da revista seria o penúltimo a circular no Ceará e, embora não se possa afirmar com exatidão o motivo para o fim da revista, é bem possível que ele possa estar atribuído em grande parte à questões financeiras. Havia, portanto, no artigo de Filgueiras Lima muito da indignação do professorado cearense e dos próprios colaboradores da revista.

Afinal de contas, além de leitores os colaboradores da revista eram também professores atuantes na capital cearense. Dentre os mais renomados podemos citar a paraibana Edith Braga, professora de Pedagogia, Psicologia e Didática na Escola Normal entre 1923 e 1933, ano em que concorreu, inclusive, com o Diretor da Instrução Pública, Joaquim Moreira de Sousa, para a cadeira efetiva de Pedagogia, tendo obtido vitória. O concurso de 1933 foi sem dúvida um dos mais concorridos naquele período, rendendo manchetes diárias no Jornal *O Nordeste*, em virtude da acirrada disputa entre Edith Braga e Moreira de Sousa.

Isso demonstra que, durante a década de 1930, a educação ganhava, de fato, cada vez mais espaço no meio cearense, assim como a figura do professor enquanto intelectual, difundida principalmente pela imagem de educadores consagrados como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Loureço Filho. Daí as várias Conferências Nacionais da Educação realizadas pelo Brasil, as diversas revistas do ensino que pipocavam pelos estados a fora, além das medidas de caráter oficial como a criação do Ministério da Saúde e Educação em 1930.

No caso do Ceará, porém, esse debate perpassava sempre uma questão crucial: as secas. Parecia inevitável para os intelectuais da época discursarem sobre

qualquer assunto referente à realidade cearense sem mencionar, ainda que rapidamente, o grave problema da estiagem. A revista *Educação Nova* é notadamente marcada por esse discurso. Editada entre 1932 e 1933, período em que o Ceará enfrentava uma grande seca, o tema era recorrente nos artigos publicados. Partindo da temática da ruralização do ensino, proposta assumida pelo governo federal para as populações do interior do Brasil<sup>179</sup>, *Educação Nova* contava com artigos que iam desde a instalação do ensino rural no Ceará e de suas problemáticas até a publicação de planos de aulas específicos para esse tipo de formação. Nesse enredo, dentre os colaboradores da revista, Joaquim Alves ocupou papel central.

#### **4.3 “É necessário ligar o livro à vida”: a importância da escola rural nas páginas da Educação Nova.**

Em artigo intitulado *O Problema da Escola Rural*, publicado no primeiro volume da revista *Educação Nova*, Joaquim Alves chama atenção para o seguinte fato: a civilização brasileira estava dividida em duas grandes partes, sendo elas, as populações do litoral, beneficiadas pelas inovações nos sistemas de transporte e comunicações e as do sertão, prejudicadas pelas distancias e pela escassez de recursos destinados ao seu desenvolvimento. Para Joaquim Alves, somente a escola poderia unificar as duas correntes civilizatórias e garantir o perfeito equilíbrio de desenvolvimento entre litoral e sertão. De que modo isso ocorreria? Era preciso tornar a escola o centro irradiador de toda a energia humana que modificaria a realidade das populações interioranas, conferindo-lhes a adaptação necessária à transformação do meio em que viviam. Era preciso quebrar as barreiras que separavam a educação moderna dos centros urbanos, motivadas pelo uso das máquinas e pautadas em princípios científicos da educação do povo sertanejo e dificultada pelo isolamento de seu meio e pela consequente baixa circulação econômica:

---

<sup>179</sup> Em relatório presidencial de 1933, referente aos anos de 1931 e 1932, Getúlio Vargas expôs sua preocupação com o direcionamento da educação em nosso país, propondo mais do que a criação de novos prédios, a criação de escolas que atendessem a demanda da vida real de sua região: “É obvio que para instruir é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido, aplicável ao país inteiro. De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho de seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais- o técnico profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior- rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos.” (p. 141) Getúlio Vargas, 1933.

O problema do ensino nordestino deve interessar a quantos vivem na região semi-árida do Brasil. Todos os processos de adaptação social, podem ser tentados por intermédio da escola, que precisa não se limitar ao currículo primário e sim desenvolver-se de modo a se tornar o centro formador da nova mentalidade sertaneja, de que necessita o Brasil, para que tenha garantido o ritmo do progresso da sua civilização.<sup>180</sup>

Joaquim Alves falava que a mudança da mentalidade sertaneja deveria partir da escola, afirmava isso tanto em nome do Estado, enquanto inspetor de ensino, quanto em nome do professorado cearense, uma vez que possuía vasta experiência na área da educação. Em ambos os papéis era necessária vasta carreira na área do ensino<sup>181</sup> na qual Joaquim Alves destacava-se também pela escrita de livros e colaboração em periódicos. Grande parte dos artigos destinados a discussão mais específica dos rumos da escola no Nordeste e em particular do Ceará são assinados por esse intelectual.

A ruralização do ensino no Ceará era bandeira levantada pela revista *Educação Nova* desde a circulação de sua primeira edição, bem como pela própria diretoria da Instrução Pública Cearense. No terceiro volume da *Educação Nova*, foi publicado uma série de correspondências entre a Inspeção Agrícola Federal e os grupos escolares estaduais, nos quais a primeira se comprometia em fornecer material essencial para se fazer funcionar estabelecimentos de ensino com essa finalidade. A Inspeção Agrícola acordava em fornecer às instituições de ensino:

- a)- A assistência e a direção técnica dos trabalhos, por intermédio do Inspetor ou de seus Ajudantes, com o auxílio direto do Arador da Inspeção;
  - b)- O ensino de agricultura, por meio de preleções esclarecedoras dos trabalhos práticos;
  - c)- O fornecimento, no período das demonstrações, das máquinas agrícolas necessárias aos trabalhos culturais;
  - d)- O fornecimento das sementes, mudas, adubos, inseticidas e fungicidas, conforme suas possibilidades.
- O Grupo escolar..., por intermédio de sua Diretoria fornecerá o seguinte:
- a)- Um terreno no perímetro da área escolar ou em suas proximidades, a juízo do Inspetor e seus ajudantes;
  - b)- Os trabalhadores e os animais necessários ou alimentação dos animais e sua segurança, quando estes pertencem à inspeção;
  - c)- Um abrigo seguro para o material da inspeção em serviço no Grupo;
  - d)- O estrume de curral ou a matéria orgânica que o substitua quando julgados indispensáveis.<sup>182</sup>

<sup>180</sup> *Educação Nova*, v. 1, p.65.

<sup>181</sup> Joaquim Alves assinala que para se tornar um inspetor de ensino sob os três aspectos que oferecem os trabalhos de inspeção escolar (ensino primário, normal e secundário) são necessárias dentre outras formações, possuir conhecimentos gerais de todas as disciplinas que se prendem à Ciência do Ensino, principalmente da Psicologia que orienta a Pedagogia na parte experimental, nas aplicações da prática escolar. P.9 - Estudos de pedagogia Regional, 1939.

<sup>182</sup> *Educação Nova*, v. 3, p.89-90.

A preocupação com a disseminação do ensino rural da parte do governo federal baseava-se na grande extensão de terras não cultivadas no Brasil e no êxodo rural como consequência da sedução das populações do campo pelas atividades fabris nos núcleos urbanos<sup>183</sup>. A escola poderia despertar a vocação agrícola do povo brasileiro, fazendo-o compreender sua função social, o que só poderia ser viabilizada pela educação do camponês. O ensino rural permitiria a disseminação dos conhecimentos necessários ao cultivo da terra por intermédio da cooperação entre o governo federal, os Estados e até mesmo os municípios, desde que fosse evitada a “contaminação urbanista”<sup>184</sup>.

Nesse ínterim, somava-se à ruralização do ensino no Ceará o elemento chave de compreensão da realidade do Estado na visão dos intelectuais da educação: a seca. Em artigo publicado no sexto volume da revista *Educação Nova*, Joaquim Alves relata as graves consequências da seca como fator de impacto na ação educativa. Isto por que, diante da estiagem, as atenções da população voltavam-se quase que completamente para a sobrevivência, o que incluía a peregrinação. A frequência escolar caía demasiadamente tanto por desânimo dos pais, quanto por fraqueza dos filhos diante da fome causada pela seca:

Nas nossas inspeções escolares assistimos, mais de uma vês, com tristeza, crianças que para não perderem a aula, andavam três quilômetros apenas com uma chicara de café e uma mão cheia de farinha, resistindo até onze horas, quando voltam, depois dos trabalhos escolares, para casa onde era incerta a refeição frugal. Esse martírio era quasi sempre ignorado pela própria professora que so tinha conhecimento quando havia sinopes durante as aulas.<sup>185</sup>

Joaquim Alves relata os problemas físicos causados no desenvolvimento infantil dos futuros chefes de família do Nordeste frente à estiagem e chama atenção para o fato de que a educação das crianças nordestinas depende diretamente da natureza. Se há uma normalidade dos invernos, há regularidade na frequência das crianças; se há

---

<sup>183</sup> Sobre essa questão um breve artigo no jornal *O Correio do Ceará* de 1935 dizia o seguinte: O desprestígio do campo toma lugar no subconsciente das massas, ao mesmo passo e em proporções avultadas que se desenvolve a atração pelas cidades. Estas nascem e crescem desmensuradamente, em evidente detrimento da prosperidade dos campos, sempre esquecidos na partilha dos serviços públicos, em particular da instrução e do saneamento(...) Aos filhos dos produtores negam se as luzes das primeiras letas. As escolas primárias multiplicam-se nas cidades e aldeias e o numero de novas intalações serve de galardão aos administradores. O camponez, quando cioso de seus deveres, tem que mandar os filhos a vila mais próxima, para a alfabetização. Ali recebem, também, inevitavelmente, as primeiras fascinações pela vida dos centros urbanos. (12/06/1935, p.3).

<sup>184</sup> *Educação Nova*, v. 5, p.11.

<sup>185</sup> *Educação Nova*, v. 6, p.60.

falta de chuva, as escolas desfalecem. A justificativa da má alimentação e da consequente degeneração do homem são reforçadas por Joaquim Alves que salienta os prejuízos permanentes na aprendizagem das crianças e na capacidade de alcançar o êxito econômico, o que se reflete no desenvolvimento do Estado. Em artigo intitulado *Esperança*, publicado no primeiro volume do periódico cearense, José Deusdedit Mendes<sup>186</sup> relata as dificuldades da Diretoria da Instrução Pública em se organizar frente a seca de 1932 e da expectativa da rotina escolar quando chegar ao fim o período de sofrimento:

Então, hão de voltar às escolas os alunos e os mestres. Estes, satisfeitos, bem dispostos, melhor compreenderão seu elevado afan. Aqueles, alegres, sorridentes, cantarolantes, beberão, mais ávidos e solertes, a primeira luz mental(...) Eis as nossas esperanças, os sonhos que nos moram nalma. Esperança nos mestres. Esperança na escolas. Esperança no futuro da nacionalidade.<sup>187</sup>

Na tentativa incessante de se cumprir o ideário nacional de ruralizar o ensino no Brasil, uniram-se novos elementos a outros já conhecidos. Buscava-se promover palestras, criar hinos, festas e mobilizar a escrita de livros didáticos que reforçassem esse objetivo. Nesse contexto, vemos mais uma vez o emprego de *João Pergunta*, de Newton Craveiro. No bojo das campanhas ruralistas, o novo *João Pergunta* da Companhia Melhoramentos, já com as devidas atualizações necessárias para aquele contexto, é retomado e colocado como componente importante nessa empreitada assumida pelo governo e o professorado cearense.

Havia um nítido esforço por parte da revista *Educação Nova* em empreender a ruralização do ensino no Ceará não apenas nos artigos que tratavam diretamente das questões da terra ou da vida do sertanejo, mas em todo o corpo de textos do periódico podemos perceber uma articulação entre temáticas como os benefícios do ensino ativo ou as condições sanitárias do povo campesino. Sobre este último assunto, avolumavam-se artigos que reivindicavam maior atenção aos princípios da higiene no sertão para a formação de um homem forte e saudável.

---

<sup>186</sup> José Deusdedit Mendes nasceu em Sobral em 1906. Foi bacharel em Ciências Jurídicas, professor, jornalista, inspetor Regional do Ensino, poeta, cronista, ensaísta. Publicou obras como *Manhãs de Minha Terra* (1925) e *Policromia* (1934). Deusdedit Mendes faleceu em 29 de maio de 1952 no Rio de Janeiro.

<sup>187</sup> *Educação Nova*, v. 1, p.24.

### ***4.3.1 O ensino rural em plano: os planos de aula das professoras normalistas na Revista Educação Nova***

Não havia na Educação Nova praticamente nenhuma sessão fixa, exceto o espaço dedicado à divulgação de planos de aula de professoras do ensino normal cearense presente nas cinco primeiras edições. Em nota de abertura da sessão reservada à exposição dos planos, afirma-se não ser possível lutar pela reforma da educação primária, sem pensar concomitantemente uma renovação dos métodos do ensino normal. A transformação da educação brasileira se daria, portanto, por duas vias complementares: o estudante e o professor. Os planos de aulas divulgados pelo periódico, serviam assim, para orientar como essas modificações deveriam ser empregadas na prática.

Os planos de aula expostos nessa sessão são em geral baseados no método decrolyano, bastante comentado na revista *Educação Nova*. Para que seja possível uma compreensão mais profunda das razões pelas quais se estruturam tais planos, faremos uma breve explanação das principais fases ou etapas da pedagogia de Decroly<sup>188</sup>, para em seguida analisarmos cuidadosamente as propostas contidas em cada um dos modelos de orientação pedagógica propostos para professoras do Ensino Normal.

A pedagogia decrolyana preocupa-se exclusivamente com os fatos e ideias que tenham relação com a vida das crianças. O método de Decroly busca criar uma conexão entre as diferentes disciplinas do currículo escolar que se encontram dispersas, desse modo a divisão tradicional dos programas escolares dá lugar a uma repartição das atividades escolares referentes a três grandes funções psicológicas: observação, associação e expressão. Na primeira etapa, as crianças são colocadas em contato direto com os materiais concretos; na segunda, são trabalhados elementos mais abstratos como recordações pessoais; já na terceira etapa, as ideias são expressas sob forma concreta ou abstrata por meio de linguagem oral ou escrita.

A proposta de Decroly era, portanto, que as crianças pudessem observar e internalizar o meio no qual viviam para em seguida aprender a trabalhar de maneira concreta sobre ele. Encaixava-se perfeitamente no ideal defendido pela revista, isto é, o

---

<sup>188</sup>Jean-Olvide Decroly (1871-1932) foi um renomado médico e educador belga. Decroly dedicou-se principalmente ao estudo da linguagem em suas diversas apresentações, seja oral, corporal ou escrita. A ampliação do conceito de linguagem na educação proposto por Decroly promoveu a valorização de atividades concretas como a educação física, os trabalhos manuais e o desenho no processo educativo.

abandono definitivo do ensino intuitivo para o emprego do método ativo, transição considerada difícil para o professorado, segundo a própria revista, uma vez que no primeiro método “o mestre é o orientador, o guia mecânico do ensino”. Na segunda, ao contrário, “êle é, sobretudo, um colaborador do educando”.<sup>189</sup>

É interessante salientar como as diferentes revistas pedagógicas que circulavam pelo país estavam afinadas com as propostas do sistema decrolyano. Grande parte desses periódicos chama atenção para elementos que, como veremos adiante, são característicos da pedagogia de Decroly, como as excursões a museus e demais atividades que estivessem ligadas a associação, observação e expressão. Na *Revista de Educação da Sociedade Amazonense de Professores*, Decroly é citado como pertencente a “primeira linha dos pioneiros da chamada *educação nova*”<sup>190</sup> e como “digno de admiração porque não fez crítica negativa; denunciou o mal e apontou o remédio: o seu programa de idéias associadas”.<sup>191</sup>

Feita uma breve apresentação da metodologia empregada nos planos de aula, passemos nesse segundo momento aos temas selecionados pelos docentes para a aplicação no espaço escolar. Em cada volume da revista *Educação Nova* eram apresentados uma média de dois planos de aula com temáticas direcionadas para o ensino rural. O primeiro plano de aula, parece-nos destinado ao assunto considerado mais urgente pelos colaboradores da revista. Intitulado *Os açudes*, a plano propunha uma aula destinada ao terceiro ano primário com a seguinte observação: “aula adaptável à zona sertaneja”. Isso quer dizer que se consideravam tais temáticas para algumas escolas do interior e não para o Ceará de um modo geral, de forma que a preocupação dos colaboradores da revista em salientar a importância do ensino rural estava mais concentrada na tentativa de alertar os seus leitores para o fato de que havia diferenças consideráveis entre as crianças das cidades e as do sertão e que, portanto, os meios para educa-las deveriam se dar por vias diferentes.

Dividido nas três fases do sistema decrolyano, observação, associação e expressão, o primeiro passo apontado pelo programa era observar no meio natural um açude ou um terreno que apresentasse condições favoráveis para a existência de um. O segundo passo indicava a comparação entre os açudes e outras fontes de fornecimento de água, como as cacimbas, lagoas e rios. Ainda nesse segundo momento, deveria ser

---

<sup>189</sup> *Educação Nova*, 1932, v. 1, p.67.

<sup>190</sup> *Revista de Educação da Sociedade Amazonense de Professores*, ano III, n.12, fev./mar., 1934, p.16.

<sup>191</sup> *Ibidem*. p.17.

feita a associação do tema com o espaço e com o tempo. No primeiro caso, situando os principais açudes existentes no território cearense e identificando quais das zonas do Estado mais necessitavam desse recurso. No segundo caso, seria preciso situar temporalmente a cultura da açudagem, contextualizando por exemplo, a história das grandes secas no passado e assinalando como expectativa futura a construção de grandes açudes como a principal saída para os impasses da região nordeste.

A terceira fase do plano de aula, correspondente a expressão, propunha duas formas de linguagem, a gráfica e a oral. Na primeira sugeriu-se a confecção de um desenho que representasse um açude e na segunda a leitura de *João Pergunta*, de Newton Craveiro, mais precisamente da lição *O açudinho*, já apresentada no segundo capítulo<sup>192</sup> desta pesquisa. É proposta ainda a leitura de dois artigos de jornais, *O dizimador de secas* (Correio do Ceará de 12 de maio de 1932) e *Açudes! Açudes!* (O POVO de 4 de maio de 1932).

É interessante observar o capricho e o cuidado da proposição dos temas na revista *Educação Nova*. Há uma conexão bastante clara entre os artigos de cada volume, de modo a fornecer condições de fato para que os professores pudessem se informar a respeito dos temas propostos, ou há, pelo menos, uma justificativa para a proposição de determinados métodos. Por exemplo, a sugestão do uso dos jornais como recurso em sala de aula propõe uma ampliação da percepção de mundo das crianças, uma vez que possibilitaria ao estudante compreender que as temáticas propostas para elas, para além do espaço escolar, estão sendo discutidas pela sociedade em diferentes grupos e em níveis diversos. Ainda neste primeiro volume, é publicado após a sessão de planos de aula, uma breve nota intitulada *Novos Processos de Aprendizagem* com sugestões variadas de diferentes fontes de leitura:

“Aprender, lendo

- a) Etiquetas, ordens, avisos, anúncios.
- b) Livros de classe: leitura silenciosa, compreensiva; leitura oral, interpretativa; leitura expressiva; leitura suplementar, instrutiva; leitura para visualizar; para dramatizar; para declamar; para desenhar; para modelar; para analisar; para fazer sinopse; para decorar; leitura livre.
- c) Textos que acompanham os discos, as projeções luminosas, os estereoscópios,

---

<sup>192</sup> No tópico 2.2.1 do Capítulo 2 dessa pesquisa foi analisada a lição *Açudes de homem* da primeira edição de *João Pergunta*, publicada em 1923. A lição indicada pela revista *Educação Nova* intitulada *Açudinhos de João Pergunta* corresponde ao texto da primeira edição com algumas alterações e acréscimos de informações. Por esse motivo, julgamos desnecessário retomar a mesma discussão, uma vez que há um tópico destinado interinamente para a questão.

- d) Livros de consulta: na biblioteca da classe; na biblioteca de casa; na biblioteca publica.
- e) Jornais e revistas; recortes de jornais e revistas.
- f) Anúncios, boletins, cartazes de higiene e de moral.
- g) Os jornais de classe, as efemérides do quadro negro.
- h) Lições mimeografadas; dactilografadas; manuscritas.
- i) Lições por correspondências; cartas comerciais; cartas da correspondência escolar.
- j) Estatísticas, tabelas, horários.
- k) Registros de gaz e eletricidade; termômetros.
- l) Mapas; as legendas de estatuas; nomes de ruas e praças; nomes de veículos e casas comerciais.”<sup>193</sup>

Esse modo de pensar a função da escola e da educação perpassava também uma outra reflexão, que era a funcionalidade das disciplinas escolares. Em artigo publicado no primeiro volume da revista *Educação Nova*, chamava-se atenção para a importância de se compreender o significado da disciplina de Geografia, o que só seria possível a partir do entendimento da disciplina de História. Geografia e História, juntas, colocariam em destaque os aspectos naturais e sociais, isto é, a vida associada do homem, pois:

Esta vida associada, com suas experiências, seus modos e seus meios não se realiza nos ceos nem sequer no vácuo. Tem lugar na terra. Entre a natureza e as atividades sociais não existem relações semelhantes às que há entre o cenário de um teatro e as representações dramáticas. A natureza entra na verdadeira elaboração da felicidade social que forma a história. A natureza é o meio em que sucedem as ocorrências humanas. Proporciona estímulos originais; produz obstáculos e recursos. A Civilização é o domínio progressivo de suas variadas energias.<sup>194</sup>

Se a civilização é fruto do domínio da natureza, era preciso conhecer e compreender a natureza do Ceará e do Nordeste para que fosse possível transformá-la. Ignorar tal princípio ocasionava, por um lado, a redução do papel da escola na vida das crianças, uma vez que não haveria nenhum impacto sobre a realidade daquelas, e por outro, o esvaziamento da razão de existir das disciplinas. Isto é, passar por cima do real sentido do estudo da História e da Geografia causaria uma mutação no modo de apresentação destas e conseqüentemente na utilidade que elas teriam em relação ao seu meio de produção:

Quando se ignora esta interdependência do estudo da historia- que representa a arrogância humana- com o estudo da geografia,- que representa o natural, a historia degenera numa serie de datas com apêndice que é um inventario de acontecimentos rotulados como “importantes”; ou então se converte numa

---

<sup>193</sup> *Educação Nova*, 1932, v.1, p.83

<sup>194</sup> *Ibidem*. p.69.

fantazia literária. E na historia puramente literária o meio natural é unicamente a ficção.<sup>195</sup>

Uma história idealizada, assim como uma escola ideal, de nada serviria para se alcançar o sonho da escola rural. Todas as disciplinas escolares deveriam estar voltadas para um único ideal: preparar a criança para o meio ao qual estavam inseridas. Com a História isso não era diferente. Em artigo intitulado *Nova concepção do ensino de História*<sup>196</sup> publicado no quarto volume da *Educação Nova*, Juarez Brasil<sup>197</sup> afirmava não ser adequado o estudo da História das Civilizações e dos Povos no ensino primário, pois nessa fase do processo de ensino, a História deveria estar voltada para a formação moral e cívica. Por outro lado, deveria se praticar o ensino da História onde os “dados entretidos com a mente infantil devem cingir-se ao pequeno meio em que vive a criança: a família, a casa paterna, o lugar em que a escola funciona”.<sup>198</sup>

Somente depois deveriam ser introduzidos aspectos básicos da História Pátria, sob a forma de contos e anedotas que retratassem a vida de vultos importantes da história nacional, de modo a não sobrecarregar as mentes infantis. Somente após serem fornecidas minimamente condições para que as crianças se afastassem um pouco do tempo presente, isto é, do que para elas era mais objetivo, é que deveria ser introduzido o estudo de uma história mais cronológica. Desse modo, Juarez Brasil ressaltava que somente por meio dessa metodologia, os professores garantiriam o entendimento da história da pátria pelos estudantes, bem como poderiam agir para o crescimento de sua grandeza:

A finalidade do estudo de Historia é fazer a criança conhecer, experimentando-se na lição dos fatos, a sua posição na sociedade, o que deve esperar do futuro, as suas relações com o “habitat”, os seus deveres para com a pátria, a família e a sociedade. O estudo de história visa, outro-sim, fazer a criança conhecer a vida do país, a sua evolução política e social.<sup>199</sup>

Era esse o intuito dos colaboradores da revista *Educação Nova*. Ao analisar outros planos de aula, percebemos o emprego da História com a finalidade de formar a criança para atuar e transformar o meio em que vive. Partindo do método decrolyano,

---

<sup>195</sup> *Ibidem*.p.69.

<sup>196</sup>Esse artigo também foi publicado no 12º número da *Revista de Educação da Sociedade Amazonense de Professores* em março de 1934, o que evidencia a circulação de ideias entre os intelectuais brasileiros naquele momento, assim como mostra que grande maioria dos membros pertencentes a esses grupos liam uns aos outros.

<sup>197</sup> Juarez Brasil?

<sup>198</sup> *Educação Nova*, 1932, v.4, p.33.

<sup>199</sup> *Educação Nova*, 1932, v.4, p. 34.

em que se faz mister o uso da linguagem como expressão concreta, os planos de aula estudados apresentavam a feitura de desenhos como atividade relevante no processo de internalização do conhecimento. Do mesmo modo, a história aparece como instrumento para se contextualizar o uso de determinados recursos ou para aproximar as crianças dos seus objetos de estudo, na medida em que se faz uma espécie de apanhado da história de determinadas práticas e objetos ao longo da trajetória das crianças e do meio em que vivem.

Como exemplo, podemos destacar o plano de aula mencionado referente aos açudes. A história aproxima as crianças das secas já ocorridas anteriormente no território cearense, de modo a fazê-la entender que este é um fenômeno presente na geografia e na história desse estado, já que, mais do que castigar a natureza, a seca castigava a sociedade. Essa aproximação pretendia ainda o aprendizado de uma mensagem. Ao final do plano de aula aqui citado, uma nota com o título “Moral” dizia o seguinte: “A perseverança vence todas as dificuldades.”<sup>200</sup>. A moral da história visava, assim, tornar as crianças cientes das limitações de seu território, mas ao mesmo tempo, incentivá-las para mudar tal realidade.

Outro interessante plano de aula, apresentado na revista *Educação Nova*, como destinado ao segundo ano primário, abordava uma temática estreitamente ligada a vida pastoril do Ceará e, conseqüentemente, a um complexo impasse econômico cearense. Intitulado *A Vaca*, o plano de aula de Hildergada Barreto, da Escola Pedro II propunha a criança conhecer os animais úteis do território cearense, de modo a compreender informações como, as melhores zonas do Ceará para desenvolver a pecuária, levando-se em consideração, especialmente, a presença mais intensa das secas em algumas delas.

Do mesmo modo é publicado na segunda edição um outro plano de aula para ser empregado nas aulas do primeiro ano do ensino primário, pela professora Elisabete de Castro. A proposta consistia, em um primeiro momento, na observação de frutas, analisando aspectos como suas cores, cheiros e sementes. Em seguida é sugerida na etapa de associação explicar que frutas são mais comuns em determinadas épocas no Brasil, de modo que as crianças já fossem ensinadas a colher as frutas no tempo certo. A moral apresentada pela autora da proposta era a de que, apesar de vastos recursos naturais, a população brasileira ainda é pobre e com baixos índices de desenvolvimento

---

<sup>200</sup> *Educação Nova*, 1932, v.1, p. 79.

na educação. Já no que se refere ao respeito, deve-se ensinar desde a mais tenra idade a buscar nas fontes naturais o “entusiasmo pelas cousas brasileiras e amôr pela cultura.”

O meio natural era em si um importante foco da pedagogia escola novista, uma vez que se pretendia transformar os processos de ensino e aprendizagem, sendo um dos meios para alcançar esse objetivo, a mudança dos espaços escolares. A observação e a experimentação eram vistas como aspectos importantes dos novos métodos educacionais, mas para isso era necessário retirar a criança dos espaços tradicionais como as salas de aula e inseri-la em diferentes cenários, ou encontrar em espaços já conhecidos por elas novas fontes de aprendizado. O expoente máximo desse processo alternativo de ensino era o método de excursões, estratégia pedagógica defendida pela revista *Educação Nova* e definida da seguinte maneira: para explicar como se deve fazer uma boa excursão, é preciso explicar o que é uma excursão. É uma coisa muito simples: é uma aula como as outras. Com uma única diferença: é uma aula melhor.<sup>201</sup>

A definição era na verdade da *Revista do Ensino de Minas*, mas foi publicada também no sexto volume da *Educação Nova*, que vez por outra trazia contribuições de outros veículos. Intitulado *Excursões*, o artigo continha nove páginas e explicava passo a passo cada etapa do que era considerado pela revista uma boa excursão escolar. Segundo o texto publicado, “ao invés de paredes abafadoras”, nas excursões as aulas se dariam em “espaços livres com condições muito melhores de se ouvir e de se compreender o que se diz”<sup>202</sup>. O contato das crianças com o meio natural possibilitaria um aproveitamento maior da aprendizagem do que o ensino teórico desenvolvido nos espaços escolares, afinal: “Se se quer explicar o que é um rio e como corre irregularmente sobre a terra, não se traça no quadro negro um risco sinuoso ou não se mostra no mapa: mostra-se na natureza tal qual ele é”.<sup>203</sup>

Esse desejo de mostrar a natureza “tal qual ela é” era também reflexo de outra preocupação. Já que ainda se empregava o método das lições de coisas, era obrigatório que houvesse também o contato das crianças com o que se era estudado, entretanto, as lições de coisas eram empregadas nas escolas brasileiras como “lições de figuras de coisas, quando não lições de palavras.”<sup>204</sup> Tal questão levantada pela revista insinuava ainda uma certa acomodação por parte das escolas, já que muitos desses

---

<sup>201</sup> *Educação Nova*, 1933, v.6, p.4.

<sup>202</sup> *Ibidem*.

<sup>203</sup> *Ibidem*.

<sup>204</sup> *Educação Nova*, 1933, v.6, p.4.

cenários e elementos naturais poderiam ser facilmente encontrados, inclusive, nos terrenos dos prédios escolares. Era preciso ir além dos livros para, mais do que mostrar as crianças a lerem palavras, ensiná-las a ler a vida. Nas palavras do autor anônimo: “mostrar no quadro um gato para lhe descrever a figura, numa terra em que ha gatos ás dúzias, é outro cumulo. É necessário ligar o livro á vida, fazer com que a criança observe a idéa e leia o livro, procurando compará-los e combiná-los.”<sup>205</sup>

Se era preciso ligar o livro à vida, a seca era um elemento central que não se ausentava em nenhuma discussão referente a educação, inclusive na revista *Educação Nova*. No quinto volume do periódico, temos um plano de aula enviado pelo inspetor de ensino J. Militão de Albuquerque para ser trabalhado durante uma semana nas escolas primárias, cujo tema era “lavoura sêca e açudes subterrâneos”. Este plano merece ser analisado mais detalhadamente, pois se trata, de fato, de uma aula prática sobre como se montar uma lavoura na seca. Por se tratar de uma aplicação concreta dos conteúdos, a proposta apresenta grande destaque ao *manualismo*, geralmente inserido nas demais propostas pedagógicas como fase final. O manualismo consiste justamente na etapa prática da aula, onde as crianças podem aplicar o que aprenderam em sala de aula. Há, portanto, a existência de uma proposta de discutir o Ceará em todas as complexidades e a fauna e a flora brasileiras.

Desse modo, há uma inversão na ordem de ministração dos conteúdos, pois a atividade se inicia da prática para a teoria. No que se refere a contextualização espacial, Militão de Albuquerque sugere que sejam abordadas as zonas pluviosas e as zonas áridas do Brasil, de modo que as crianças possam compreender a causa da existência de chuvas regulares em algumas localidades do país e a permanência de longos períodos de estiagem em outras regiões. Em relação à conjuntura temporal, a recomendação é trabalhar com as crianças a colonização do Ceará, seguindo o curso dos rios, além de discutir também a desvalorização das terras cearenses em virtude da seca. Militão Albuquerque sinaliza como principal problema do Nordeste a ausência de métodos para se armazenar a água das chuvas e não necessariamente a falta delas.

Como um dos ensinamentos práticos objetivados no plano de aula supracitado temos ainda o reflorestamento através do plantio de árvores frutíferas e forrageiras, tema abordado também no quarto volume da revista editada por Filgueiras Lima. Nesta ocasião são apresentados orgulhosamente os inúmeros esforços da

---

<sup>205</sup> *Ibidem*.

Diretoria da Instrução Pública Cearense em cumprir as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação. O pequeno texto era apenas um preâmbulo para a publicação neste mesmo volume, de um comunicado oficial da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério de Educação e Saúde Pública acerca da realização de um Congresso de Proteção à Natureza. Neste comunicado era exposto a falta de gratidão dos brasileiros em relação a uma natureza em que se desconhecia a presença de tragédias ocasionadas por terremotos, vulcões ou ciclones. A ingratidão dos seres humanos estava mais expressivamente perceptível na devastação das matas sem a preocupação do replantio, de modo que:

Marginalizando o leito das vias férreas, e as estradas de rodagem, os antigos bosques luxuriantes cedem lugar á monotonia das pastagens e, substituída á economia agrícola a pastoral, invertem-se as leis da evolução, restaura-se o deserto(...).<sup>206</sup>

A expansão dos centros urbanos e as modificações no cenário econômico do país retiravam do campo cada vez mais o centro irradiador das energias do Brasil, fazendo-se necessária a convocação dos brasileiros, especialmente da culta imprensa do país, para a mobilização e participação no Congresso de Produção a Natureza. O objetivo principal era relembrar ao homem da sua profunda necessidade do meio natural, fator visto como determinante na qualidade vida da população brasileira. Era o mínimo que o povo poderia fazer em retribuição a “Terra graciosa de Pero Vaz de Caminha” que concedia gratuitamente dádivas ambulantes concorrentes para o “bem estar físico e o enlevo espiritual das populações brasileiras”. Sobre este assunto, em forma de poema, Filgueiras Lima fazia o seguinte apelo:

Homens, velhos e crianças,  
Eu vos dou sombras e abrigos.  
Tratai-me com mãos bem mansas,  
Sêde sempre meus amigos!  
Não permitais que o machado  
Me deite morta, no chão.  
Por Deus, ouvi o meu brado:  
- Também tenho um coração!<sup>207</sup>

A criança deveria, como já foi discutido, amar a natureza. Essa lição deveria ser aprendida nas escolas, especialmente nas situadas no Sertão, pois eram portadoras naturalmente de um material formidável para se pôr em prática os métodos ensinados na

<sup>206</sup> **Educação Nova**, 1932, vol.1, p.38.

<sup>207</sup> *Ibidem*. p.66.

educação nova, tais como campos, árvores, serras e rios, todos disponíveis e ao alcance dos professores. A escolha do sistema decrolyano em virtude de sua simplicidade de recursos, permitia, segundo Filgueiras Lima, a aplicação de suas metodologias em qualquer meio, por mais humilde que este fosse e por mais pobres que fossem as crianças. Isso porque a postura dos professores também era considerada de extrema importância para o sucesso desse método:

É mister que o mestre sertanejo saiba impor-se no meio em que se acha integralizado, como uma grande força social. Cabe-lhe igualmente explorar todos os recursos e elementos ao seu alcance, por meio de uma propaganda intensiva, e extensiva em favor da escola que dirige e da sociedade a que serve (...) Que a escola reflita a vida que lhe gira em torno, fazendo de cada aluno uma célula ativa do organismo social- eis um dos postulados da educação nova (...) Demos outros rumos ás escolas sertanejas- e estaremos trabalhando para tornar o Ceará mais prospero e o Brasil mais feliz.<sup>208</sup>

Criava-se, assim, cada vez mais uma dicotomia entre campo e cidade, em uma batalha onde os centros industrializados adquiriam a fama de espaço do desequilíbrio, já que seus habitantes eram conhecidos pela dissidência e a rebeldia. Essa visão negativa dos centros urbanos, estimulava cada vez mais o crescimento das escolas ditas rurais no Ceará na década de 1930. A escola enquanto instituição deveria ser uma fonte de bem-estar, fato que era visto como preponderante nas escolas do interior, pois:

Não tardará muito a hora, em que os pais hão de exigir do Estado que eduque a mocidade em contacto com a natureza, ao sol e á luz, vendo, observando e aprendendo, sem torturar o organismo, crescendo, no trabalho alegre e se desenvolvendo, na luta a venturosa de uma existência.<sup>209</sup>

#### ***4.3.2 Novas ideias, velhos problemas***

Ainda que a obra educacional proposta desde os primeiros momentos da revista *Educação Nova* não estivesse vigorando na velocidade e na proficuidade desejada pelos intelectuais do periódico, conforme é perceptível em alguns artigos analisados, podemos dizer que, até onde perdurou a circulação da revista, seus colaboradores fizeram grande esforço para animar e movimentar o cenário educacional cearense. O vigor em divulgar as principais ações da Diretoria da Instrução Pública, assim como os projetos realizados pelas escolas cearenses, os planos de aula desenvolvidos pelas professoras e os artigos reivindicando melhores condições de

<sup>208</sup> *Educação Nova*, 1932, vol., p.44.

<sup>209</sup> *Educação Nova*, 1933, v.7, p.33.

trabalho dos docentes, bem como um maior investimento dos poderes públicos no campo educacional, fizeram da *Educação Nova* uma revista a altura de suas promessas. Não se sabe ao certo os motivos pelos quais a revista *Educação Nova* deixou de circular, ainda que acreditemos ser em grande parte em virtude das dificuldades financeiras apresentadas pela Diretoria da Instrução para mantê-la mesmo com todos os percalços sentidos pelo Ceará no início da década de 1930. Tudo isso repercutia ainda no público a quem se destinava a revista, neste caso, especialmente o professorado, de quem Filgueiras Lima denunciava a má remuneração.

Pode-se dizer que *Educação Nova* foi, ao lado de outros suportes, um instrumento importante na divulgação da escola que se desejava para o Ceará e que pudesse contemplar suas particularidades a fim de promover o seu progresso, notadamente no que se refere às obras no campo. É claro que se pensava em um investimento em todas as escolas do referido estado, contudo, a atenção maior incidia, sem dúvida, sobre as escolas do interior. A preocupação maior dos intelectuais ligados às questões do ensino e mesmo ao Poder Público, era a de como manter em funcionamento a escola mesmo nos longos e desastrosos períodos de seca, que interrompiam quase que anualmente quaisquer projetos que viessem a ser aplicados. Como proporcionar uma mudança na mentalidade do povo sertanejo e fazê-lo compreender que era necessário que suas crianças recebessem o mínimo de formação para fazer crescer o Nordeste brasileiro?

Em momento algum, dentro dos sete volumes analisados da *Educação Nova*, se encontra a proposição de grandes e vultuosos projetos para a educação no Ceará, pelo contrário, é sempre mencionada a redução de custos e estimulado o esforço máximo dos mestres, ainda que haja também a reivindicação de um maior investimento do Estado. Trabalhava-se sempre com a ideia de redução de gastos, reforçando a ideia de que era preciso primeiramente se modificar a postura do professor e o modo de inserção da criança no processo de ensino-aprendizagem:

Não temos o direito de ser ambiciosos, nem de cultivar aspirações que excedam exorbitantemente nossas possibilidades actuaes.

Se adoptarmos um programa geral mínimo que contenha estes três objetivos precisos:

- hygiene e assistência;
- fixação da personalidade;
- preparação profissional, embora elementar;

Já teremos traçado as diretrizes para uma acção de resultados proveitosos.<sup>210</sup>

A escola era entendida como elemento relevante no programa de penetração no interior do Brasil, em que seria realizada a obra de integração das terras mais segregadas dos aparatos mínimos para o desenvolvimento da civilização moderna, quase como uma “cirurgia de urgência”<sup>211</sup>. Não sem muito trabalho, a concretização de um espaço formador de docentes especializados para tal prerrogativa se faria em 1934, com a criação da primeira escola normal rural, localizada em Juazeiro do Norte, no Ceará. É possível afirmar que, a Escola Normal Rural era o resultado não apenas de uma política dos anos 1930, mas de toda uma discussão iniciada ainda nos primeiros anos da década de 1920 que carregavam com mais concretude a proposta de uma educação diferenciada para o Ceará.

Em 1932, Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde Pública, solicitou a cada estado da federação a reunião de uma comissão que pudesse, a partir do estudo das demandas de cada Estado, contribuir com informações para a elaboração de um Plano Nacional da Educação<sup>212</sup>. A partir daí se concretizou a ideia de criação de uma escola voltada para a educação no campo, expressão maior do ruralismo educacional naquele momento. Joaquim Moreira de Sousa foi, segundo ARAÚJO (2007) o grande idealizador do projeto. Havia em Moreira de Sousa, como podemos ver por meio de sua atuação enquanto diretor da Instrução Pública e importante colaborador da revista *Educação Nova* ao lado de Filgueiras Lima, grande desejo de inovar a escola cearense, projeto muitas vezes retardado pela falta de desinteresse e por vezes de confiança do setor educacional no Ceará:

Ah! A estrada aberta da rotina, pisada, é uma estrada real, onde só há talvez a incomodar a poeira dos anos, a sagrada poeira dos tempos, que tão bem assenta nas peças dos museus, a contar histórias... Nem todo mundo tem coragem de abrir caminhos novos.<sup>213</sup>

As palavras desanimadoras de Moreira de Sousa ainda dariam lugar a um discurso motivador frente à concretização do sonho da escola rural no Ceará. Fruto de um longo processo, como já foi dito anteriormente, a Escola Normal Rural e as

---

<sup>210</sup> *Educação Nova*, 1932, v.4, p.50

<sup>211</sup> *Ibidem.* p.51

<sup>212</sup> Segundo nota publicada em março de 1935 no jornal *O Correio do Ceará*, para manter uma unidade nos relatórios feitos pelas comissões dos diversos Estados brasileiros, foi elaborado um formulário unificado que desse conta tanto das questões nacionais como das realidades regionais de cada um dos estados.

<sup>213</sup> *Correio do Ceará*. 11/01/1932.p.1.

modificações que se sucederiam na escola cearense dos anos 1930, eram uma resposta às questões colocadas anteriormente por intelectuais como Ildfonso Albano e seu *Mané Chique-Chique* e, especialmente, por Newton Craveiro e seu *João Pergunta*, que marcaria as questões educacionais nas primeiras décadas do século XX, no Ceará. Em todo caso, fossem nos jornais, nas revistas, ou nos livros didáticos, a busca por uma escola real, pensada para o Nordeste, estava ligada a uma indagação maior feita até hoje por aqueles que se debruçam sobre as questões da educação e que pode ser bem traduzida nas palavras de Moreira de Souza na mesma entrevista cedida ao *Correio do Ceará*, em 1932: “temos que andar decididamente para a frente(...) Do passado, o que nos serve é a experiência. Se tudo mudou na sociedade, como há de ficar a escola?

Excelente pergunta. Difícil resposta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?” (Paulo Freire)*

Temos ouvido ultimamente muitas discussões a respeito das funções e do papel da escola na educação, com destaque para o debate em torno da dicotomia parcialidade/imparcialidade da escola no Brasil. O *Escola Sem Partido* e a Base Nacional Comum Curricular são os projetos mais comentados nesse sentido. O primeiro, trata de um movimento que reivindica uma neutralidade no ensino, alegando caber à escola apenas informar (ensinar seria um termo demasiado profundo) os conteúdos curriculares. Superando todos os limites do bom senso, no *Escola Sem Partido*, o professor não seria um educador e sim um mediador do conhecimento, sendo dispensáveis seus posicionamentos em relação às temáticas estudadas. Segundo a página oficial do movimento na internet, a “liberdade de ensinar” do professor não pode ser confundida com “liberdade de expressão”, de modo que caberia ao professor o direito de expressar suas opiniões sobre temas apenas no campo da sua disciplina e do programa de ensino vigente.<sup>214</sup>

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) visa elaborar e aplicar um currículo nacional especificando os conteúdos e saberes a serem aprendidos em cada ano e segmento da Educação Básica. O Documento ainda em fase de produção pelo Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo segundo seus idealizadores, aumentar as expectativas de aprendizado dos estudantes, bem como democratizar o acesso aos conteúdos independentemente da origem dos estudantes brasileiros, já que a base valeria tanto para escolas públicas quanto para as particulares, em todas as regiões do país. O Ministério da Educação afirma que, embora haja a formação de um consenso a respeito do que os estudantes brasileiros devem aprender na escola, não haverá a exclusão das particularidades culturais de cada local, mas apenas indicações do que não deve faltar no currículo escolar. Tal objetivo tem sido alvo de uma série de críticas por parte daqueles que acreditam estar sendo formada uma proposta inaplicável para um país de dimensões continentais como o Brasil.

Além disso, de forma mais pontual e evidente, há principalmente o descontentamento dos grupos que defendem o *Escola Sem Partido*, alegando que há

---

<sup>214</sup> <http://www.escolasempartido.org/faq> (acessado em 08 ago., 2016)

uma nítida doutrinação ideológica de esquerda na BNCC, encabeçada pelo Ministério da Educação, por professores, educadores e especialistas que participaram do processo de elaboração das duas versões do documento em análise. Para os simpatizantes do *Escola Sem Partido*, o meio acadêmico, de onde vem os principais entusiastas da BNCC, está dominado pela ideologia de esquerda, o que poderia colocar em risco a existência de um currículo que priorizasse a pluralidade cultural e de pensamento.

Embora com visões e interesses contrários, de um lado e de outro, o objetivo é o mesmo: discutir a quem servirá a educação de nosso país. Mais do que conteúdos e do currículo em si, há nesse momento uma disputa clara sobre o tipo de sociedade que se deseja formar no Brasil, e que papel caberá à educação nesse processo. A educação, vista muitas vezes como a solução para todos os impasses da sociedade, foi ao longo da história instrumentalizada pelas classes intelectuais e pela elite dirigente de nosso país. Como visto nesse trabalho, basta analisar os relatórios de presidentes de Estados e Governo Federal para perceber a importância destacada que é conferida à educação, ao menos no nível teórico. Apesar das esperanças serem depositadas na educação e, de uma maneira bem prática na escola, pouco se vê de um esforço real para, efetivamente, encontrar um caminho viável para a melhoria da educação brasileira.

O que se viu nas décadas de 1920 e 1930 com a onda reformadora dos sistemas de ensino não foi específico daquele período. Entre um governo e outro trocam-se de slogans, projetos são refeitos, mas o objetivo é sempre o mesmo: construir e direcionar um modelo de educação para interesses específicos, defendendo com unhas e dentes o modelo escolhido como o ideal para o país. Isso é razoável já que sabemos ser impossível orientar e educar quem quer que seja de maneira neutra. O problema não é este. O problema é o que se pretende com isso, qual base ideológica se deseja disseminar, a quem se deseja servir com a educação, quais são os beneficiados por ela, quais os excluídos? Além de serem diversos, tais questionamentos também demandam certo cuidado ao serem discutidos. Por isso, nessa pesquisa, buscamos nos concentrar no processo histórico que leva à elaboração desses interesses e “finalidades” da educação em um espaço e momento específicos, o Ceará das décadas de 1920 e 1930. A escolha do espaço nos levou muitas vezes a fazer o uso de outras categorias de significação geográfica, como a de “sertão” e “Nordeste”, por acreditarmos ser impensável analisar os discursos construídos no Ceará e para o Ceará sem pensarmos naqueles construídos para o Nordeste e, dentro desse espaço para o sertão nordestino.

Pensar os meandros que envolvem o processo de elaboração de um programa educacional, seus objetivos, público alvo e estratégias, é pensar também a história dos sujeitos, direta ou indiretamente, envolvidos nesse processo. A elaboração de um modelo tido como ideal para a educação é acompanhada por um estudo dos antecedentes históricos que envolvem os sujeitos a quem se destina a aplicação desse programa. Se leva em consideração também suas práticas, mentalidades, meios de vida e objetivos. Nesse esforço, muito dificilmente, consegue-se fugir às armadilhas das construções de estereótipos sociais. Quando se pensa em uma “educação para o trabalho” não como mais uma opção para o Nordeste, mas como a única opção, se estrutura em torno da figura do nordestino e em especial do sertanejo, como podemos perceber ao longo de todo esse trabalho, o empenho em se elaborar, também, um perfil desses sujeitos.

Quando em *Lembrados e Esquecidos* (1975) Otacílio Colares se referiu à *João Pergunta* como um livrinho despretensioso, provavelmente não levava em conta o processo maior em que o livro de Newton Craveiro estava inserido. O artigo de Otacílio Colares pouco traz de novo, senão as mesmas informações que tomamos conhecimento ainda na fase inicial dessa pesquisa. Toma como ponto de partida para um entendimento da importância de *João Pergunta* a chegada de Lourenço Filho ao Ceará e do seu desejo de reformar a educação desse Estado.

Segundo Colares, até os anos 1940 a Companhia Melhoramentos de São Paulo seguiu publicando novas edições de *João Pergunta*, informação que não podemos tomar como certa, uma vez que *João Pergunta* continuou como livro sugerido para as escolas de São Paulo ainda nos jornais da década de 1950. Colares atribui a data de produção e lançamento de *João Pergunta* ao ano de 1925; informação controversa, afinal o processo de escrita desse livro teria se iniciado um pouco antes, e a primeira edição que tomamos contato remonta a 1923. Pouco importa, no entanto, esses detalhes de datas. O valor do livro de Craveiro já estava estabelecido e, como afirmou o próprio Colares, depois dos anos 1940, “fez-se o silêncio”, caindo assim o livro de Newton Craveiro no “total esquecimento” (COLARES, 1977, p.191).

Provavelmente Otacílio Colares não se ateu profundamente a examinar o *João Pergunta*, pois o tom de sua narrativa está mais pautado em fazer um nostálgico comentário sobre o livro, utilizado por pessoas que, assim como o autor de *Lembrados e Esquecidos*, também havia utilizado o “livrinho de Craveiro” na vida escolar.

Uma informação ainda deve ser ressaltada no artigo de Otacílio Colares, que coloca em evidência uma citação de Lourenço Filho. O trecho, retirado do prefácio de uma das edições de *João Pergunta* publicadas pela Companhia Melhoramentos, faz referência ao empenho de Newton Craveiro em criar um livro que representasse o “padrão da intensão [sic] social do novo ensino”<sup>215</sup>.

O que Lourenço Filho quis dizer com a expressão “papel social do novo ensino?” Provavelmente o que tentamos pôr em questão durante todo esse estudo e que passou despercebido por Otacílio Colares, ou que ele não teve intenção de abordar, é que *João Pergunta* não era apenas um livro de lições escolares (como nenhum livro, a rigor, encerra sua significação na dimensão imediata da sua materialidade). *João Pergunta* trazia consigo a mentalidade e o discurso de um tempo. Aglutinava-se à visão de que o progresso do Nordeste viria pela tecnologia e pela ciência. Por outro lado, as novas teorias educacionais, ou pelo menos a reformulação das antigas, conferiam à educação e à escola, importante papel social no advento desse discurso tecnológico e científico. A reforma da educação era na verdade para muitos, a reforma da sociedade em si.

Por trás da grande questão que era projetar o desenvolvimento do país através do ensino, se estruturavam discursos fundamentados em questões sociais, econômicas, regionais e políticas. Para muitos, o projeto de desenvolvimento tão comentado envolvia diretamente as classes mais abastadas, restando para os demais grupos sociais, engrossar o caldo dos trabalhadores pobres na cidade e no campo. É claro que esse ideal não se restringiu aquele período da história do Brasil. Se examinarmos outros momentos da educação brasileira, especialmente os de transição política em que reformas educacionais eram pensadas, encontraremos o replicar do discurso segundo o qual era necessário preparar as crianças para o trabalho. Em muitos casos poder-se-á falar, inclusive, da preparação para a vida prática, como Newton Craveiro e sua geração o fizeram. Em alguns momentos, há uma romantização em torno da falta d’água de políticas públicas para o Nordeste do país. Na década de 1920 e 1930, quando *João Pergunta* circulava pelas escolas brasileiras juntamente com outras obras que tiveram maior repercussão, é possível pensar que não se pretendia — em si e apenas — o progresso do homem do campo, mas sim fixá-lo em seu “habitat natural”, evitando

---

<sup>215</sup> LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. Prefácio. In: **João Pergunta** ou O Brasil Sêcco. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1928. P. IV.

a competição desmedida por trabalho e moradia nos centros urbanos. Pode-se também pensar esses projetos de educação como um esforço voltado para a formação adaptada à realidade sertaneja.

O que precisamos e desejamos no momento final desse trabalho é expor as redes de entrelaçamentos nas quais esse projeto educacional está imbricada. O *João Pergunta* não flutua no vazio. Ao seu lado, outros pontos de inflexão, como a própria literatura expressa por uma geração de romancistas, contribuem para a projeção simplificada de um imaginário do homem nordestino, cada vez mais arraigado na mentalidade brasileira.

Foi nessa linha discursiva, alimentada e misturada às campanhas pela alfabetização que se fortaleceu o ideal de civilizar as crianças do Brasil por meio da escolarização, conferindo-lhes um objetivo a ser alcançado de acordo com a sua vivência cotidiana. Foi desse modo que vimos o *Mané Xiquexique* de Ildefonso Albano virar o *João Pergunta* de Newton Craveiro, representando o sonho da escola para todos e, ao mesmo tempo, definindo *quem* protagonizaria *quais* papéis sociais.

Quem sabe isso explique a epígrafe freireana na abertura dessa conclusão. De fato, acreditamos que em tudo o que é produzido pelo homem há base ideológica. Como reforçamos, não há mal nenhum em admitir isso, mas é preciso cautela para que na busca por uma educação que sirva a todos, não se reforcem nas entrelinhas os preconceitos que lutamos para combater abertamente.

É indiscutível a qualidade de *João Pergunta*, a inteligência da narrativa de Newton Craveiro, a beleza da linguagem empregada para atrair as crianças. É preciso ver nessas particularidades exploradas por Craveiro, e por outros intelectuais em suportes como a *Revista Educação Nova*, não uma tentativa de construir uma imagem do Ceará como lugar suspenso no tempo e no espaço, de onde provêm os sujeitos estereotipados, mas um meio de se compreender a heterogeneidade das populações brasileiras e as necessidades de cada uma.

Em tom de alerta e de cobrança, Otacílio Colares faria no final de seu artigo em *Lembrados e Esquecidos* quase um pedido aos seus contemporâneos, intelectuais e agentes do Estado. Dirigindo-se “aos órgãos especializados” que buscavam nos anos 1970 “integrar o Nordeste sofrido no verdadeiro contexto nacional”, o escritor cearense escreveu: “porque alguém não procura, com zelo e honestidade, realizar um trabalho

didático de adaptação do texto do livro de Newton à atual realidade do Polígono das Secas?” (COLLARES, 1975.p. 191).

Colares apontava uma continuidade entre os anos 1920 e a década de 1970. Seu pedido seria atendido trinta anos depois, quando da republicação de *João Pergunta*, em 2005, pelo Governo do Estado do Ceará. À época, o livro de Newton Craveiro, encontrado nos arquivos da Academia Cearense de Letras, teve a linguagem atualizada, recebendo também novas ilustrações, dessa vez recriadas pelo artista Descartes Gadelha<sup>216</sup>, em um projeto realizado pela Secretaria de Educação Básica do Ceará. A justificativa para a reedição do livro de Craveiro não difere muito do discurso empregado na década de 1920: “fala-se de seca, vive-se a seca, entretanto, não se pode afirmar ainda a existência de uma educação para a seca”<sup>217</sup>.

Newton Craveiro, Otacílio Colares, Sofia Vieira. Dizeres sobre educação e história entre os anos 1920 e 2000. Uma história pontuada por tensões, avanços e retrocessos que, no fundo, expõe a face sempre visível da educação, sua dimensão política, seu lugar como espaço de debate e, acima de tudo, seu papel como elemento fundante da História.

Refletir sobre a História, e sobre a história da educação, em particular não significa voltar ao passado, para tratá-lo como o harmonioso berço aonde nascemos. Ao contrário, devoradores de tempo que somos, fazemos história para podermos atuar, lutar, existir. Porque Clio não acolhe em seu peplum os covardes, é preciso tomar posição diante dos projetos de sociedade e de educação que pontuam os nossos dias.

---

<sup>216</sup> Descartes Gadelha nasceu em Fortaleza, em 18 de junho de 1943. Gadelha é artista plástico e a marca de seus trabalhos é retratar, através de uma linguagem expressionista, a religiosidade, a cultura e as problemáticas sociais do Ceará e do Nordeste.

<sup>217</sup> VIEIRA, Sofia Lerche. Prefácio. In: **João Pergunta ou O Brasil Sêcco**. Ed. Fortaleza: Secretaria de Educação Básica, 2005.

## FONTES

### A) LITERATURA

ALVES, Joaquim. **Estudos de Pedagogia Regional**. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1939.

ALBANO, Ildelfonso. **Jeca Tatu e Mané Xiquexique**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1963.

BARROS, Paulo de Moraes. **Impressões do nordeste brasileiro**. São Paulo: Gráfica Monteiro Lobato, 1924.

COLARES, Otacílio. **Lembrados e esquecidos: ensaios sobre a literatura cearense**. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1975.

CRAVEIRO, Newton. **João pergunta ou Brasil seco**. Fortaleza: Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2005. 236 p.

CRAVEIRO, Newton. **João pergunta ou Brasil seco: livro de leitura para as crianças do Nordeste**. Tipografia Progresso: Fortaleza, 1923.

CRAVEIRO, Newton. **João pergunta ou Brasil seco: livro de leitura para as crianças do Nordeste**. Cia Melhoramentos: São Paulo, 1929.

CRAVEIRO, Newton. **João Pergunta ou O Brasil Sêcco**. Secretaria de Educação Básica: Fortaleza, 2005.

CRAVEIRO, Newton. **Quem é o Sertanejo** (ensaio sociológico). Tipografia Comercial: Ceará, 1916.

DÓRIA, Sampaio. **Como se aprende a língua**. Monteiro Lobato & Cia: São Paulo, 1922.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução a Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Juazeiro do Padre Cícero: obra premiada pela Academia Brasileira de Letras em 1927**. 4 ed. Brasília: MEC/Inep, 2002.

LOBATO, Monteiro. **Fábulas**. São Paulo: Monteiro Lobato & cia, 1922.p.171.

MARTINS, Francisco Dias. **ABC do Agricultor: edição especial para o Estado do Ceará**. 2ª Ed. Typographia Cardozo Filho: Rio de Janeiro, 1913.

SAFFRAY, Charles. **Lições de Cousas; tradução de B. Alves Carneiro**. H. Garnier-Editor:Rio de Janeiro, 1902.

SILVA, J. Pinto e. **Minha Pátria: Ensino da História do Brasil no segundo ano do curso preliminar**. 14ª Ed. Augusstto Siqueira e Cia: São Paulo, 1916.

FROTA PESSOA, José Getúlio da. **A Educação e a Rotina**: teses heterodoxas. Livraria Editora Leite Ribeiro: Rio de Janeiro, 1924.

FLEURY, Renato Sêneca. **Cartilha Na Roça**. 123ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

\_\_\_\_\_. **Segundas Leituras Na Roça**. 16ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1947.

\_\_\_\_\_. **3ª As Leituras Na Roça**. 12ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

Lembrados e esquecidos

## **B) RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DO ESTADO DO CEARÁ**

João Tomé Sabóia e Silva (1917-1919)

José Moreira da Rocha (1925-1929)

José Carlos de Matos Peixoto (1929-1930)

## **C) MENSAGEM PRESIDENCIAL**

Documentos Parlamentares. **Mensagens Presidenciais**: Delphin Moreira (1919); Epitácio Pessoa (1922). 4º Vol. Tipografia do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro: 1922.

## **D) PERIÓDICOS**

### **JORNAIS**

**O Nordeste** (Acervo: Instituto Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico) Período: 1922- 1924 (digitalizado), 1925-1926.

**A Lucta**; A Imprensa e A Esquerda (Sobral) (Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Nacional)

**Gazeta de Notícias** (Acervo: Biblioteca Pública Menezes Pimentel)  
Período: 1927-1930

**Correio do Ceará** (Acervo: Instituto Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico)  
Período: 1927- 1935

**Correio Paulistano** (Acervo: Hemeroteca Nacional Digital)  
Período: 1922- 1950 (Digitalizado)

**Correio da Manhã** (Acervo: Hemeroteca Nacional Digital)  
Período: 1930- 1932 (Digitalizado)

## **REVISTAS**

Revista do Instituto do Ceará (Acervo: Instituto Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico) - Anos: 1939, 1958, 1970

Revista Verdes Mares (1924-1928)

Revista Ceará Ilustrado (1925)

Revista Educação Nova (1932-1933)

Revista Escolar (1925-1927)

Revista da Sociedade de Educação (1923-1924)

Revista do Ensino primário da Bahia

Revista do Ensino de Alagoas

Revista do Ensino da Paraíba (1932)

Revista do Ensino do Rio Grande do Sul

Revista do Ensino do Amazonas (1920)

Revista do Ensino de Minas Gerais (1925)

## **E) LEIS E REGULAMENTOS**

**Lei nº. 1.953, de 02/08/1922.** Coleção Documentos da Educação Brasileira (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

**Regulamento da Instrução Pública (1922).** Coleção Documentos da Educação Brasileira (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

## **F) OFÍCIOS ENCAMINHADOS A DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO CEARÁ**

**Ofícios da Inspetoria Escolar 1923** (Acervo: Arquivo Público do Ceará)

Vila do Assaré (28/07/ 1923); Água Verde (01/10/1923); Boa Viagem (23/04/1923); Crato (03/04/1923); Boa Vista (31/03/1923); Caridade (02/01/1923); Coité (10/02/1923); Cascavel (14/05/1923); Caponga (10/07/1923)

**Ofícios de Instalação da Caixa Escolar 1922-1923 (Acervo: Arquivo Público do Ceará)**

Pacatuba (23/10/1923); Lavras (12/10/1923); Fortaleza (29/09/1922)

**Ofícios de Inspectores Regionais do Ensino à Diretoria Geral da Instrução Pública (Acervo: Arquivo Público do Ceará)**

Inspetoria Regional de Ensino do Aracati, 31/03/1923

**Ofícios de Professoras às Inspetorias Regionais do Ensino (Acervo: Arquivo Público do Ceará)**

São João de Uruburetama (04/12/1923); Boa Vista (21/12/1923); Santa Cruz (07/12/1923)

**Ofícios da Diretoria de Obras Públicas (Acervo: Arquivo Público do Ceará)**

Maranguape (27/12/1923); Fortaleza (08/02/1923)

**Ofícios Diretoria da Higiene (Acervo: Arquivo Público do Ceará)**

Vila de Laranjeiras (22/03/1923); Fortaleza (02/03/1923); Ofício comunicando laudo médico, (01/03/1923); Fortaleza (27/02/1923); Fortaleza (16/02/1923); Fortaleza (05/01/1923)

**Ofícios de Prefeitos Municipais dirigidos a Diretoria Geral da Instrução Pública (Acervo: Arquivo Público do Ceará)**

Fortaleza (17/11/1923); Campos Sales (15/11/1923); Independência (12/11/1923); Iguatu (10/11/1923); Lavras (14/11/1923); Trairi (10/11/1923); Jaguaribe (10/12/1923); Canindé (30/11/1923); Maranguape (03/09/1923); Baturité (12/11/1923); Crato (31/08/1923); Fortaleza (18/04/1923); Canindé (31/03/1923); Cascavel (16/03/1923); Aracati (17/03/1923); Fortaleza (13/03/1923); Catolé (05/02/1923)

## REFERÊNCIAS

ALBIERI, Thaís de Mattos. **Lobato: a cultura gramatical em Emília no país da gramática**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.

ALMEIDA, Jane Maria Fernandes de. **Reforma da instrução pública do Ceará de 1922: as diretrizes da política educacional do Governo de Justiniano de Serpa**”. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

ALVES, Raquel da Silva. **Formas de contar a História: ensino de história na escola primária cearense nas décadas de 1920/30**. 2009. 284 f. Tese (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

\_\_\_\_\_. **Mães da pátria: educadoras na terra da luz: o ensino primário no Ceará na década de 1920**. 2009. 234 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres letradas e missionárias da luz: formação das professoras nas Escolas Normais Rurais do Ceará - 1930 a 1960**. 2007. 235 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 19/01/2007.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ARAÚJO, Pe F.S de. **História da cultura sobralense**. Sobral: Imprensa Universitária do Ceará, 1978.

ARROYO, Leonardo. **Literatura infantil brasileira**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BARRETO, Lima. **Marginália**. Belém: Universidade da Amazônia, 200?.

BASTOS, Maria Helena Camara. **As Revistas Pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande de Sul (1951- 1992)**. In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p.47-75

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas, 1917-1939**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M.C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 201-309.

\_\_\_\_\_. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M.C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 201-309.

\_\_\_\_\_. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (org.) **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **A escola e a república**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989. (Coleção Tudo é história).

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Sampaio Dória**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.

CAVALCANTE, Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel: Bertrand, 1985.

\_\_\_\_\_. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 125-126.

\_\_\_\_\_. **O Grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DENICI Barbara Catani. **A imprensa educacional**: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação filosófica*, 10 (20) 115-130, jul./dez.1996.

DOCUMENTOS: **história e educação**. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006. 203 p.

DONATO, Hernâni. **100 anos da Melhoramentos**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GIRÃO, RAIMUNDO. **O Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

-

GONDRA, José G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés (Org.). **Os Intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GOMES, Ângela de. **História e historiadores**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HANSEN, Patrícia. **Brasil, um país novo**: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. 2007. Tese (Doutorado em História social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. **Usos de abusos da literatura na escola**: Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp/FAPESP, 1997. p .93-114.

LEI nº 1953, de 2 de agosto de 1922. In: VIEIRA, Sofia Lerche. (Org.). **Documentos de política educacional no Ceará**: império e república. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 153-159.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Urupês**. Rio de Janeiro: Globo, 2012.

MONARCHA, Carlos; LOURENÇO FILHO, Ruy (Org.). **Por Lourenço Filho**: uma bibliografia. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, 2001.

MOTA, Francisco Alencar ; ALVES, Aline Monteiro. Newton Craveiro e o movimento da escola nova em Sobral/CE. **Revista homem, espaço e tempo**, Sobral, p. 72-88, mar. 2010.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Raimundo Frota. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no estado do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

NEVES, Frederico de Castro. A Seca na história do Ceará. In: SOUSA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Formação integral do educando no tempo da Escola normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.

OLIVEIRA, Amir Leal de. Uma pátria chamada Ceará: história, civismo e republicanismo. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho & QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. (Org.). **História da educação: república, escola e religião**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2012.

RIBEIRO, Ana Isabel Ribeiro Parente. **Memórias descarrilhadas: o trem na cidade do Crato**. 2008. 235f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SALES, Rodrigues Jean; FREITAS, Liliane, STANCZYK FILHO, Milton (Org.). **Região: espaço, linguagem e poder**. São Paulo, Alameda: 2010.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. **Arquitetura e instrução pública: a reforma de 1922, concepção de espaços e formação de grupos escolares no Ceará**. 435f. 2011. Tese (Doutorado em Educação brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

SILVA, Ana Glória Lopes da. **Joaquim Nogueira: práticas de leitura no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do século XX**. 2010. 232f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010.

HANSEN, Patrícia. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. 2007. Tese (Doutorado em

História social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial**. Local: SENAC, 2005

SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 131-137.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ:FGV, 2002.

SOUSA, Simone de. **Da “Revolução de 30” ao Estado Novo**. *In*: Uma nova história do Ceará. Edições Demócrito Rocha: Fortaleza, 2007.

TRINDADE, Nívia Lima. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. *In*: BOTELHO & SCHWARTZ. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 109.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.